

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO – UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**TESE**

**A PARTE DO TODO SEM O RESTO: A ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO  
CONSERVADOR NO RIO DE JANEIRO (1853-1868)**

**MICHEL DIOGO SALDANHA**

**2024**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A parte do todo sem o resto: a organização do Partido Conservador no Rio  
de Janeiro (1853-1868)**

**Michel Diogo Saldanha**

*Sob a orientação do professor*

**Dr. Marcello Otávio Neri de Campos Basile**

Tese submetida como requisito parcial para  
obtenção do grau de **Doutor em História**, ao  
Programa de Pós-Graduação em História, Área  
de Concentração Relações de Poder e Cultura.

**Seropédica, RJ**

**Abril de 2024**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SS162p  
p Saldanha, Michel Diogo, 1987-  
A parte do todo sem o resto: a organização do  
Partido Conservador no Rio de Janeiro (1853-1868) /  
Michel Diogo Saldanha. - Rio de Janeiro, 2024.  
281 f.

Orientador: Marcello Basile. Tese(Doutorado). --  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Pós  
Graduação em História, 2024.

1. Partido Conservador. 2. Partido Saquarema. 3.  
Sociedade senhorial. 4. Estado imperial. 5. Rio de  
Janeiro. I. Basile, Marcello, 1973-, orient. II  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pós  
Graduação em História III. Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



**TERMO Nº 397 / 2024 - PPHR (12.28.01.00.00.49)**

**Nº do Protocolo: 23083.026966/2024-85**

**Seropédica-RJ, 07 de junho de 2024.**

Nome do(a) discente: MICHEL DIOGO SALDANHA

TESE submetida como requisito parcial para obtenção do grau de DOUTOR EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de DOUTORADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

TESE APROVADA EM : 15 de maio de 2024

Banca Examinadora:

**Dra. LUCIA MARIA BASTOS PEREIRA DAS NEVES, UERJ** Examinadora Externa à Instituição

**Dr. RODRIGO GOYENA DA SILVEIRA SOARES, USP** Examinador Externo à Instituição

**Dra. SILVANA MOTA BARBOSA, UFJF** Examinadora Externa à Instituição

**Dr. WLAMIR JOSE DA SILVA, UFSJ** Examinador Externo à Instituição

**Dr. MARCELLO OTAVIO NERI DE CAMPOS BASILE, UFRRJ** Presidente

*(Assinado digitalmente em 07/06/2024 11:26 )*  
MARCELLO OTAVIO NERI DE CAMPOS BASILE  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Depth/IM (12.28.01.00.00.88)  
Matrícula: 1542563

*(Assinado digitalmente em 07/06/2024 16:31 )*  
SILVANA MOTA BARBOSA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 154.967.438-26

*(Assinado digitalmente em 07/06/2024 12:26 )*  
LUCIA MARIA BASTOS PEREIRA DAS NEVES  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 375.943.467-34

*(Assinado digitalmente em 07/06/2024 13:46 )*  
RODRIGO GOYENA DA SILVEIRA SOARES  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 107.612.897-12

*(Assinado digitalmente em 09/06/2024 18:47 )*  
WLAMIR JOSÉ DA SILVA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 864.818.357-04

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **397**, ano: **2024**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **07/06/2024** e o código de verificação: **9a4cc5754c**

*Aos meus,  
dos que estão aos que se foram,  
que acertaram meu futuro ontem  
com a esperança que atiraram hoje.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor Marcello Basile, pelas orientações e generosidade sem as quais esta tese não aconteceria.

Ao professor Wlamir Silva e à professora Silvana Barbosa, pelas contribuições no Exame de Qualificação, sem as quais esta tese não tomaria o então rumo. E aos professores Rodrigo Goyena Soares e Lúcia Bastos pelas considerações argutas e estimulantes no debate de defesa.

Aos trabalhadores e trabalhadoras do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ, em especial ao Paulo, pela presteza, atenção e humanismo no trabalho de acolhimento e secretariado dos alunos e alunas da Pós-Graduação.

Júlia, companheira de curso e de vida, que, durante a pandemia e minha estadia em Andrelândia-MG, trouxe para essa reclusão algum sopro de esclarecimento para alguém que ficou impossibilitado, pelos cabrestos do contexto pandêmico e do esfarelamento da saúde mental, de circular nos ambientes acadêmicos.

E embora eu não tenha recebido nenhum financiamento em forma de bolsa de pesquisa, o Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ foi mantido com recursos da CAPES, portanto “o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

## RESUMO

SALDANHA, Michel Diogo. **A parte do todo sem o resto: a organização do Partido Conservador no Rio de Janeiro (1853-1868)**. 2024. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

A história que esta tese investiga é a do processo de organização do Partido Conservador na cidade do Rio de Janeiro, entre 1853 e 1868. Ela abarca os grupos partidários e programas políticos, mas prioriza a organização de uma vontade coletiva que se quer direcionadora da vida social através do Estado em seus terrenos político, social, econômico e cultural. Para isso, a tese foi dividida em quatro partes. Na primeira, buscou-se analisar como o Partido Conservador se constituiu a partir da desorganização do Partido Saquarema e da ascensão do Gabinete da Conciliação, e entender sua nova doutrina política e seu arranjo de membros. Na segunda parte, quis-se observar os interesses sociais surgidos das demandas dos senhores de escravos, café e capital do Vale do Paraíba, bem como a reestruturação partidária moldada pelos os compromissos entre esse senhoriato e o Partido Conservador. Na terceira parte, tentou-se compreender as formas públicas de participação na política imperial, as disputas de opinião para o direcionamento dos interesses coletivos e o desenho ideológico que essas participação e disputas formaram em torno da ideia de progresso. Na quarta e última parte, procurou-se investigar o modo astucioso com que as vontades coletivas formuladas em torno da monarquia, e do nacionalismo se organizaram e reestruturaram o Partido Conservador.

**Palavras-chave:** Partido Conservador. Sociedade senhorial. Estado imperial.

## **ABSTRACT**

SALDANHA, Michel. **The Part of the Whole Less the Rest: The Organization of the Conservative Party in Rio de Janeiro (1853-1868)**. 2024. Thesis (Doctorate in History) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

This research presents a study of the organization process of the Conservative Party in Rio de Janeiro city during the period from 1853 to 1868. It enfold partisans groups and political programs, however prioritizes the formation of a collective will which guides social experience through the state, in the political, social, economic and cultural spheres. To do so, the research was divided into four parts. At the first, I sought to analyze the formation of Conservative Party based on the Saquarema Party disorganization and the rise of the Ministry of Conciliation, and to understand its new political doctrine and its membership arrangement. In the second part, I tried to observe the social interests of slave, coffee plantation and capital owners of the Paraíba Valley, as well as the party restructuring carried out by the compromises between the senhoriato and the Conservative Party. In the third part, I sought understand the public forms of participation in imperial politics, the opinion fights to leading collective interests, and the ideological form that theses participation and fights built around the idea of progress. In the fourth part, I tried to investigate the cunning way in which the collective wills of monarchy and nationalism organized themselves and restructured the Conservative Party.

**Keywords:** Conservative Party. Senhorial society. Imperial state.



## **Lista de quadros**

|                                                                                                            |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1: Deputados por bancada provincial que se manifestaram no Voto de Graças de 1853 .....             | 37  |
| Quadro 2: Deputados por bancada provincial que se manifestaram no Voto de Graças de 1855 .....             | 82  |
| Quadro 3: Periódicos publicados por décadas (1841-1880) .....                                              | 157 |
| Quadro 4: Duração dos periódicos em circulação (1851-1870).....                                            | 158 |
| Quadro 5: Periódicos publicados e em circulação por ano (1851-1870).....                                   | 159 |
| Quadro 6: Periódicos conservadores e anticonservadores publicados e em circulação por ano (1851-1870)..... | 162 |
| Quadro 7: Perfil social dos dirigentes das Juntas Conservadoras da província do Rio de Janeiro .....       | 230 |
| Quadro 8: Espectro político dos deputados nacionais que tomaram assento em abril de 1867 .....             | 233 |

## **Lista de gráficos**

|                                                                                                     |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 1: Preço dos principais gêneros de subsistência, cidade do Rio de Janeiro (1850-1860) ..... | 124 |
| Gráfico 2: Periódicos publicados e em circulação (1851-1870) .....                                  | 160 |

## **Lista de mapas**

|                                                                      |     |
|----------------------------------------------------------------------|-----|
| Mapa 1: Distritos eleitorais da Corte divididos por freguesias ..... | 105 |
|----------------------------------------------------------------------|-----|

## **Lista de figuras**

|                                                                   |     |
|-------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1: Estudo para a Questão Christie .....                    | 204 |
| Figura 2: In illo tempore dixit Christie aos seus patrícios ..... | 208 |
| Figura 3: Os Voluntários da Pátria .....                          | 211 |

## Sumário

|                                                                                       |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| INTRODUÇÃO: Regressista, Ordeiro, Saquarema e Conservador: ontologia do Partido ..... | 2   |
| CAPÍTULO I: Chefes que organizam um Partido Conservador.....                          | 27  |
| 1.1: Um terceiro partido contra o Leviatã saquarema.....                              | 27  |
| 1.2: A Conciliação e a danação do Partido Saquarema.....                              | 40  |
| 1.3: Partido Conservador: o nome e a coisa .....                                      | 50  |
| 1.4: A doutrina da conservação e progresso.....                                       | 60  |
| 1.5: Desajustamentos .....                                                            | 69  |
| CAPÍTULO 2: Interesses que organizam uma sociedade senhorial .....                    | 85  |
| 2.1: Haitianismo de sudestino é ordem .....                                           | 85  |
| 2.2: Compromisso eleitoral .....                                                      | 103 |
| 2.3: Uma economia política de liberdades e regulações .....                           | 115 |
| CAPÍTULO 3: Opiniões que organizam uma esfera pública .....                           | 134 |
| 3.1: A política servida nos banquetes e digerida nas ruas .....                       | 134 |
| 3.2: A desorganização da opinião conservadora .....                                   | 156 |
| 3.3: Machado de Assis progressista e o progressismo conservador .....                 | 167 |
| CAPÍTULO 4: Astúcias que organizam um Estado imperial .....                           | 183 |
| 4.1: Monarquia: a Amélia dos conservadores, a Geni dos liberais.....                  | 183 |
| 4.2: Uma vontade soberana para um povo chamar de sua .....                            | 196 |
| 4.3: A reorganização do Partido Conservador.....                                      | 217 |
| 4.4: A psicodinâmica da reorganização .....                                           | 231 |
| EPÍLOGO: Resto de teoria .....                                                        | 246 |
| FONTES E BIBLIOGRAFIA.....                                                            | 252 |

## INTRODUÇÃO: Regressista, Ordeiro, Saquarema e Conservador: ontologia do Partido

Partidos políticos são *parte* da sociedade no Estado e *parte* do Estado na sociedade: eis minha premissa inicial para entender a dinâmica política no Brasil de meados do oitocentos. À época, os intelectuais não dispunham das ferramentas teóricas e metodológicas que hoje os cientistas sociais têm em mãos para analisar os partidos. O que havia eram publicistas voluntariosos que escreviam elucubrações sobre teoria política. Encontrei nelas garantias de vida partidária sobre o terreno pedregoso da política brasileira.

Vide uma missiva publicada no periódico *O Brasil*, em 1843, por um seu leitor:

O que é um partido? Uma agregação de homens que tem os mesmos princípios, ou as mesmas esperanças, e que querem o mesmo fim. Se os partidos pois são quais os definimos, é evidente que a palavra – partido – suscita, como congênita, a ideia de combinação de vontades, de simultaneidade de esforços, da existência de chefes, e até de sargentos cerra-filas. Se não há tais sargentos, tais chefes, tais combinações, tal simultaneidade, pode sim haver uma porção de homens que queiram as mesmas coisas, que tenham os mesmos princípios, mas esses isolados, obrando cada um a seu arbítrio, podem mais vezes arriscar do que adiantar a sua causa. [...] Felizmente a sociedade brasileira não se compõe exclusivamente de zangões políticos, há muitas abelhas que, laboriosas, enchem de mel a colmeia.<sup>1</sup>

Essa definição estrita de partido político descreve o objeto, mas não o teoriza. A descrição demonstra que são princípios ou aspirações comuns que juntam homens em torno de um partido. Que são interesses combinados, ações coordenadas, chefes e militantes (cerra-filas) o que dá firmeza estrutural a um partido. Mas cabe compreender, considerando o axioma da mediação entre sociedade civil e Estado, por que os atores históricos, isolados e voltados para seus próprios interesses, não formam um partido político.

Dez anos mais tarde, em 1853, uma publicação do *Velho Brazil*, periódico que continuou a linha editorial d'*O Brasil*, oferecia evidências para a questão. “No regime representativo”, escreveu o redator (Justiniano José da Rocha), “só as convicções levam as individualidades a absorver-se nas maiorias ou nas minorias, nos partidos enfim; pois esse é o nome que se dá à concentração das unidades individuais em redor de um princípio ou de um sistema geral.” A definição de partido político, embora menos desenvolvida, assemelha-se com a anterior. Mas, aqui, o cerne é a dimensão da ação individual:

Eu, indivíduo, posso conservar-me no isolamento; mas, então, qualquer que seja o meu talento, a minha capacidade, a sociedade me deixa de lado, de mim

---

<sup>1</sup> *O Brasil*, Rio de Janeiro, nº 466, 31 out. 1843, p. 1.

não carece; eu não a sirvo, nem sou por ela servido; e gozo dos meus direitos políticos, levando à freguesia a minha lista de eleitores que terão mui provavelmente a fortuna de obter o meu único voto.

Mas eu, cidadão brasileiro, [...] a ninguém posso impor soberanamente, pois não sou soberano, a minha vontade; cumpre que combine com os outros, que os convença, que por eles seja convencido. Isso feito, eis-me membro de um grupo, talvez de um partido, compreendendo, como ele, as necessidades públicas. Então o meu valor individual cresce na proporção das forças do valor do grupo ou partido de que faço parte; então dou-lhe os meus votos, e recebo dele os seus; há entre nós um pacto, cujas vantagens eu percebo, e que devem, em rigor de probidade, reverter em benefício da sociedade, compreendidas as suas necessidades, como eu e o meu partido as compreendíamos.<sup>2</sup>

Parece, de relance, haver a influência dos contratualistas tanto no raciocínio do redator como na sua concepção de indivíduo. Uma influência que foge da vertente liberal (Hobbes e Locke), segundo a qual os interesses egoísticos ordenam o arranjo da sociedade, para cair no democratismo rousseauiano de uma convenção social baseada na vontade geral - não seria irônico se o redator não fosse um convicto conservador.

Mas há que se considerar as duas instâncias de atuação do partido político, isto é, de um lado, a sociedade civil e, de outro lado, o Estado. Do ponto de vista da sociedade, o artigo de 1853 e a missiva de 1843 consideram que na sociedade brasileira vigiam necessidades e motivações coletivas que deveriam ser orientadas pelos partidos. Do ponto de vista do Estado, os dois textos<sup>3</sup> inseriram a lógica das maiorias e minorias parlamentares, dos ministerialistas e oposicionistas, em que apenas através dos partidos os representantes colaborariam para manter saudável o sistema representativo brasileiro.

O argumento do redator d'*O Velho Brazil* seria menos elucubrativo se não houvesse um problema real: o da sistemicidade dos partidos políticos, isto é, o nexos de lealdades entre chefes, militantes e correligionários, e sua influência na coesão das ações partidárias. Os partidos, explicou, “necessariamente se organizam para substituírem-se às unidades isoladas, impróprias para a organização de maiorias e minorias em que assenta o regime representativo”. Entretanto, “logo sentem eles a necessidade da disciplina, especialmente se conseguem entrar, e muito mais, se conseguem preponderar no parlamento.” O redator, além disso, entendia que a disciplina partidária não deveria se limitar ao Parlamento: “O partido apareceu para habilitar os indivíduos que o compõe a porem seus talentos e suas virtudes ao serviço da pátria, conforme

---

<sup>2</sup> **O Velho Brazil**, Rio de Janeiro, nº 1690, 7 jul. 1853, p. 1.

<sup>3</sup> Escreveu o missivista d'*O Brasil*: “Haja partidos entre nós, Sr. redator, os partidos no sistema representativo são os ventos que impelem a nau do estado, seu desregramento, sua influência podem transformá-los em horríveis tempestades, e nelas fazerem soçobrar essa nau; sua falta porém deixa-a em podre calma, e não há marinheiros que lhe não diga que nada é mais temível do que a calma, até porque muita vez é a calma acompanhada de tempestades.” Em: **O Brasil**, Rio de Janeiro, nº 466, 31 out. 1843, p. 2.

certas vistas e certas necessidades”. Os chefes, militantes e correligionários do partido deveriam, assim, agenciar politicamente as necessidades sociais em benefício de todos. Para isso, explicou, o partido “reconhece que esse fim nunca será por ele conseguido se na nova posição que tem alcançado não puder concentrar-se para multiplicar a sua força: daí a disciplina.”<sup>4</sup> A disciplina estabeleceria, portanto, o grau de sistemicidade do partido.

Se a disciplina era importante para a sistemicidade interna do partido político, a doutrina partidária organizava sua orientação ideológica. Exemplo disso são as preocupações do redator d’*O Velho Brazil*: “há na sociedade, não só ideias democráticas, aristocrática e monárquicas, criando constante antagonismo, como muitas outras ideias secundárias, que tomam a primeira plana quando aquelas por cansadas fazem tréguas.” Ao referir-se aos princípios que rodeiam os regimes de governo, o redator entendia que eles se modificavam de acordo com as ideias que circulavam na sociedade. Mas, escreveu, “um partido não tem só ideias; têm também interesses, amores-próprios; pode alguém esperar, satisfazendo todas as ideias, satisfazer todos os interesses e amores-próprios?” Esses amor-próprio (sentimento que leva o indivíduo a considerar mais a si mesmo do que aos outros), interesses e ideias eram operados pela doutrina partidária dentro de um campo de ação ideológico. Ideologia e doutrina se complementavam, portanto. A ideologia (complexo de representações sociais, de crenças e de justificações do poder, mas germinado e litigiado nas relações vivenciadas) direcionaria certos interesses particulares e aspirações difusas da sociedade no sentido de afirmá-los como interesses universais. A doutrina partidária (pedagogia política dos princípios dogmáticos do partido) orientaria moral e intelectualmente a coletividade dentro de tal ou qual terreno ideológico, com intuito de desenvolver uma vontade coletiva. Aos partidos caberia encontrar um solo fértil. “Existem, como tem existido, como hão de necessariamente existir, sempre e sempre, em nossa terra, como em todo o mundo, duas tendências, duas escolas, dois partidos”, ajuizou *O Velho Brazil*. E se traduzirmos “tendência” por *ideologia* e “escola” por *doutrina*, alcançaríamos um lapso de compreensão da vida partidária: “de um lado a tendência da agitação, a escola da turbulência, o partido do movimento ou da subversão; do outro a tendência da ordem, a escola da autoridade, o partido conservador.”<sup>5</sup> Nesse juízo a-histórico, encontra-se a razão ontológica do Partido Conservador.

---

<sup>4</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>5</sup> *O Velho Brazil*, Rio de Janeiro, n° 1865, 31 out. 1854, p. 1-2. Sobre a noção de amor-próprio ver: ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 323, nota *n*. Sobre a questão da sistemicidade partidária, ver: PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 102-107. Sobre ideologia, ver: BOSI, Alfredo. **Ideologia e contraideologia: temas e variações**. São Paulo: Companhia

Desde Joaquim Nabuco, a historiografia entendeu que o Partido Conservador originou-se do Regresso conservador.<sup>6</sup> Mas longe de perscrutar as origens do Partido Conservador, antes pretendo indicar que sua razão ontológica perpassou do Regresso ao Partido Saquarema, sob diferentes programas, sistemicidades, doutrinas e ideologias.

Para seus opositores *progressistas*, Regresso significava retrocesso. Mas para seu ideólogo, o mineiro e ex-moderado Bernardo Pereira de Vasconcelos, Regresso significava recurso. Era o recurso para se alcançar a vontade nacional. “O sistema do regresso”, disse Vasconcelos na tribuna da Câmara dos Deputados, consiste “em suscitar a discussão entre as diversas opiniões, os diversos interesses, para atinar com a verdadeira opinião do país.”<sup>7</sup> O grupo regressista era composto, no Poder Executivo, pelos ministros e presidentes do regente Pedro de Araújo Lima: a reconhecida liderança era de Vasconcelos (ministro da Justiça e, interinamente, do Império), acompanhavam-no Miguel Calmon du Pin e Almeida (ministro da Fazenda), Joaquim José Rodrigues Torres (ministro da Marinha), Sebastião do Rego Barros

---

das Letras, 2010, pp. 61-82; e EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019, pp. 17-47. Antonio Gramsci, fundamentado em Hegel, relaciona ideologia e vontade coletiva. Ver, portanto: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, vol. 3. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp. 13-19.

<sup>6</sup> Joaquim Nabuco, na biografia de seu pai (José Tomás Nabuco de Araújo), aponta que a “reação monárquica” de 1837 formou dois partidos políticos imperiais, que eram compostos por homens notáveis e ideias antagônicas. Oliveira Viana também indica o mesmo momento para a formação dos partidos brasileiros, mas não vê distinção entre ideais conservadores e liberais. Afonso Arinos de Melo Franco, Otávio Tarquínio de Souza, Paulo Pereira de Castro, Paulo Roberto Motta, Vamireh Chacon, João Camilo de Oliveira Torres e Jeffrey Needell seguem, em linhas gerais, o raciocínio de Joaquim Nabuco. Oliveira Torres, contudo, desenvolveu que o Partido Conservador passou por três fases que coincidem com as fases de formação do Império, tributário, creio eu, do panfleto *Ação, Reação, Transação* de Justiniano José da Rocha. Mas foi José Murilo de Carvalho que, também reconhecendo o Regresso como origem do Partido Conservador, trouxe um ganho qualitativo às análises dos partidos ao distingui-los não apenas por suas ideias mas principalmente por seus programas políticos e composição social. Já Ilmar Mattos se afasta dessa associação direta entre o Regresso e a formação do Partido Conservador, entendendo Regresso como um momento conjuntural das relações partidárias e não como momento fundante do Partido. Ver: NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império**, vol. 1. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, pp. 65-66; VIANA, Oliveira. **O ocaso do Império**. 3. ed. Rio de Janeiro: ABL, 2006, pp. 16-19 e passim; FRANCO, Afonso Arinos de M. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Alga-Ômega, 1980, pp. 31-36; SOUZA, Otávio Tarquínio de. **História dos fundadores do Império do Brasil**, vol. 3: **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. Brasília: Senado Federal, 2015, pp. 169-173; CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). **História geral da civilização brasileira**, tomo 2, vol. 2. São Paulo: Difel, 1985, p. 55; TORRES, João Camilo de O. **Os construtores do Império: ideais e lutas do Partido Conservador brasileiro**. Brasília: Edições Câmara, 2017, pp. 76-119; MOTTA, Paulo Roberto. **Movimentos partidários no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1971, pp. 2-3; CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas**. 3. ed. Brasília: Ed. UNB, 1998, pp. 35-36; NEEDELL, Jeffrey. **The Party of Order: the Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871**. Stanford: Stanford University Press, 2006; CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, pp. 204-220; MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

<sup>7</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 12 mai. 1838, p. 106. Sobre o contexto e a política do Regresso, ver: BARMAN, Roderick J. **Brazil: the Forging of a Nation, 1798-1852**. Stanford: Stanford University Press, 1988, pp. 189-209; e BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**, vol. 2: **1831-1870**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, pp. 55-94.

(ministro da Guerra) e Antônio Peregrino Maciel Monteiro (ministro dos Negócios Estrangeiros); e os presidentes de província Paulino José Soares de Souza (presidente do Rio de Janeiro), o irmão do ministro da Guerra Francisco do Rego Barros (presidente de Pernambuco), Antônio Pereira Barreto Pedroso (presidente da Bahia), José Cesário de Miranda Ribeiro (presidente de Minas Gerais) e Manoel Felizardo de Souza e Melo (presidente do Ceará). O ex-moderado Honório Hermeto Carneiro Leão abraçou a liderança do Regresso na Câmara dos Deputados, arrastando para seu lado deputados novatos e independentes, dentre eles Francisco Ramiro de Assis Coelho, Antônio Navarro de Abreu, Francisco Joaquim Gomes Ribeiro e o padre Antônio Henriques de Resende.<sup>8</sup>

Dias após a subida do Regresso ao poder central, um plano inicial de ações foi divulgado por Vasconcelos, em circular aos presidentes de província, e por Miguel Calmon, na Câmara dos Deputados. O plano regressista propunha resguardar a Constituição e o Ato Adicional, reforçar o poder das autoridades e a coesão de suas ações com as do governo, e concorrer para a integridade do território brasileiro.<sup>9</sup> Ano seguinte, em 1838, Vasconcelos, discursando na Câmara, entregou um plano mais maturado. Propunha “manter a integridade do império, e com ela as nossas atuais instituições.” O corpo legislativo deveria auxiliar o governo “a modificar, a emendar nossa legislação criminal principalmente na parte que respeita à organização do processo judiciário.” Em relação às Forças Armadas, propunha “organizar o exército e armada, e restaurar a disciplina, obediência e respeito que, já disse, são os cimentos da ordem pública”. Pretendia, além disso, “dar ao país uma circulação monetária; queremos livrá-lo da usura estrangeira; queremos difundir as luzes; porque entendemos que são essas as mais urgentes necessidades do país, para serem bem consolidada as suas instituições.” Ao desejo de manutenção das instituições, os regressistas defendiam a vitaliciedade dos senadores, os títulos nobiliárquicos e a intervenção política do monarca através do Poder Moderador e do Conselho de Estado. Aos melhoramentos morais e intelectuais, queriam pôr fim à restrição da liberdade de imprensa e promover a instrução com a criação do Colégio Pedro II, do Arquivo Público do Império e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.<sup>10</sup>

O programa político do Regresso concorria tanto para conservar as instituições políticas e sociais quanto para consolidar um Estado soberano. Ao primeiro desígnio, os regressistas

---

<sup>8</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 30 mai. 1838; **O Sete d’Abril**, Rio de Janeiro, nº 566, 1º jun. 1838, p. 1; **Aurora Fluminense**, Rio de Janeiro, nº 28, 13 jul. 1838, p. 3-4; nº 34, 30 set. 1838, p. 4.

<sup>9</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 23 set. 1837, p. 569. Por ordens do gabinete, a circular foi veiculada na imprensa da Corte, ver: **O Sete d’Abril**, Rio de Janeiro, nº 487, 27 set. 1837, p. 1.

<sup>10</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 7 jun. 1838, p. 292; e BASILE, Marcello. O laboratório da nação... op. cit., pp. 93-94.

buscaram representar os interesses de uma parte da sociedade brasileira que Vasconcelos classificou de “classe conservadora”. De acordo com Vasconcelos, em artigo d’*O Sete d’Abril*, essa classe “é formada daqueles que tem todo o interesse na estabilidade e na ordem com o progresso, e no progresso com ordem e estabilidade”; ou, mais sociologicamente, “essa classe é composta dos capitalistas, dos negociantes, dos homens industriais, dos que se dão com afinco às Artes e Ciências; daqueles que nas mudanças repentinas tem tudo a perder, nada a ganhar.” Os interesses específicos dessa classe de possuidores estavam claros para o líder regressista: “O capitalista quer novos meios de empregar seus cabedais, porque será um modo de lhes dar maior valor: o comerciante quer novos meios de empregar sua atividade; terá onde escolher: o homem industrial poderá aperfeiçoar sua indústria, encontrará mais saída a seus produtos”. Não bastando isso, o ideólogo do Regresso reivindicava o poder para a classe conservadora, porque “essa classe é justamente aquela a quem deverá ser confiada a direção do Estado”.<sup>11</sup> “Seja pois embora o regresso a ideia que representa a classe conservadora”, lia-se no jornal *O Chronista*, “com toda a sociedade ela existe”.<sup>12</sup> Entendia-se, à vista disso, que os interesses específicos dessa classe confluíam com os interesses de toda a sociedade brasileira. E a classe conservadora se reproduziria no tempo, oitocentos afora – e, talvez, além. Era a classe dos *poucos*, dos poucos possuidores do mor naco da riqueza nacional, que, por esse possuimento, se arvoravam como os poucos capazes de governar os *muitos*, os muitos que constituíam a mor parte social, despossuída de bens e ilustração.

Os interesses que o Regresso tentou capitanear em nome da classe conservadora podem ser ideologicamente resumidos na conservação do estado de coisas. A conservação da escravidão é a expressão mais cabal disso. Sob o tratado anglo-brasileiro e as leis antitráfico dos anos 1830, o governo regressista deveria coibir o tráfico transatlântico de africanos. Desde 1835, Bernardo Pereira de Vasconcelos passara a defender, na Câmara e n’*O Sete d’Abril*, o contrabando, tornando-se a principal voz dos interesses escravistas do Vale do Paraíba, de Minas e do Rio de Janeiro; quando se assentou no governo, emudeceu. Várias petições municipais exigindo a reabertura do tráfico foram enviadas ao governo central. Também enviaram petições a assembleia provincial do Rio de Janeiro, sob comissão presidida pelo

---

<sup>11</sup> *O Sete d’Abril*, Rio de Janeiro, nº 636, 19 nov. 1838, p. 2-3.

<sup>12</sup> *O Chronista*, Rio de Janeiro, nº 264, 6 dez. 1838, p. 2. Sobre a noção de classe conservadora em Bernardo de Vasconcelos, ver: SILVA, Wlamir. A valentia da dialética: Bernardo Pereira de Vasconcelos, o senso comum, a classe conservadora e a cabeça de medusa. In: SALLES, Ricardo (org.). **Ensaio gramsciano: política, escravidão e hegemonia no Brasil Imperial**. Curitiba: Editora Prismas, 2017, pp. 111-120; e SALDANHA, Michel. **A ordem na barriga do progresso: o Partido Conservador e as relações de poder em Minas Gerais (1860-1868)**. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2020, pp. 189-192.



regressista José Clemente Pereira, e a assembleia provincial de Minas Gerais. Na Câmara dos Deputados, quem assumiu a campanha pró-contrabando foi Carneiro Leão, ele próprio aspirando tornar-se fazendeiro de muitos escravos. E o governo, segundo o historiador Tâmis Parron, continuou estimulando o tráfico “por medidas administrativas”.<sup>13</sup> Um depoimento de Justiniano José da Rocha, na Câmara dos Deputados de 1855, demonstra isso: revelou que um dos ministros do gabinete 19 de Setembro “distribuía” africanos livres, e que quando o mesmo lhe dispôs um africano a seu serviço, Justiniano pediu também para dois amigos seus, e tudo foi concedido - mais três africanos livres foram arrastados à condição de escravizados.<sup>14</sup> O periódico regressista *O Chronista*, redigido por Firmino Rodrigues Silva e Josino do Nascimento Silva, sustentava na imprensa a campanha pró-contrabando, onde lia-se: “desde que foi proibido o tráfico de Africanos ficou esse contrabando, a princípio em ponto pequeno”, e depois foi tomando vulto, “porque quando uma lei se opõe aos interesses da população (reais ou imaginários), quando ela se opõe a seus prejuízos, essa lei é como se não existisse, os executores não tem força para dar-lhe execução e vida.”<sup>15</sup> Representando os interesses escravistas da classe dos proprietários, negociantes e capitalistas, os regressistas, acanhada ou explicitamente, sustentaram a campanha pró-contrabando, pois queriam conservar a instituição da escravidão, mesmo que no governo fossem os responsáveis pela coibição do tráfico.

Do segundo desígnio do programa regressista, o da consolidação de um Estado nacional soberano, contribuíam as várias insurreições espocadas no Brasil durante a década de 1830. A Farroupilha no Sul e a Cabanagem no Norte, que se arrastavam desde 1835, geravam inquietude nos governos por haver instaurado ameaça dupla para o Brasil. De uma parte, suas tentativas separatistas perigavam a formação de um país que se queria uno e indivisível. Da outra parte, corria-se o risco de intervenção estrangeira, colocando em xeque um Estado nacional que atuava geopoliticamente em prol de sua integridade e autonomia.

Com a Cabanagem no Pará, a França aproveitou para tirar vantagens territoriais. Os tratados de Utrecht de 1713, os quais reconheciam o norte da capitania do Grão-Pará como pertencente a Portugal, eram, em 1834, tencionados pelo rei da França, Luís Filipe I. Dois fatores motivaram o rei francês a intervir nos limites fronteiriços da Guiana com o Brasil: o

---

<sup>13</sup> As petições das assembleias provinciais do Rio de Janeiro e Minas Gerais foram publicadas, respectivamente, em: **O Sete d’Abril**, Rio de Janeiro, nº 512, 23 dez. 1837, p. 2; e **O Universal**, Ouro Preto, nº 71, 25 abr. 1839, p. 2. Tâmis Parron analisou as petições municipais enviadas à Corte e a relação do governo regressista com o contrabando, ver: PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 149 e passim.

<sup>14</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 26 mai. 1855, p. 134.

<sup>15</sup> **O Chronista**, Rio de Janeiro, nº 180, 15 mai. 1838, pp. 2-3.

receio de os escravos da Guiana Francesa se revoltarem por influência dos *bonis* da Guiana Holandesa, e a política expansionista adotada pela França da monarquia de julho. Sob esses motivos, em 1836, os franceses instalaram um posto militar no lago Amapá, e, em 1838, um outro no baixo Rio Oiapoque, alegando estarem protegendo o território guianense dos cabanos revoltosos.<sup>16</sup> A Farroupilha, por sua vez, deixou o Brasil numa sinuca de bico frente a disputa das forças internacionais na região do Rio da Prata. O governo regressista encarava dois blocos conflitantes, que há anos variavam suas posições, mas que, de 1837 para 1838, firmaram-se assim: de um lado, os unitários argentinos e o Uruguai do líder *colorado* Fructuoso Rivera, os quais tinham então o apoio da França e da Inglaterra, tornaram-se aliados dos revoltosos farroupilhas; do outro lado, o uruguaio Manuel Oribe, líder dos *blancos*, recebia asilo político do ditador federalista Juan Manuel Rosas, presidente da Confederação Argentina. Na Câmara dos Deputados, chegou-se a aventar uma aliança estratégica com Rosas para pôr fim à Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul. A motivação alegada era a ameaça de intervenção da França, que já havia feito um bloqueio no porto de Buenos Aires sob justificativas diplomáticas que envolviam sua aliança com Urquiza, e a disposição de Rosas em enfrentar o bloqueio francês e os revoltosos do Sul do Brasil.<sup>17</sup> Somou-se às preocupações do governo a Sabinada na Bahia. Estourou mês e meio após a subida do Gabinete 19 de Setembro. Afinal, um governo regressista representava o avesso dos quereres dos insurretos, que, fortemente amparados por militares do exército e da Guarda Nacional, assentavam-se no nativismo baiano, no antilusitanismo, no federalismo e na recusa das decisões concentradas na Corte.<sup>18</sup>

A resposta política às revoltas foi a disputa em torno dos programas de centralização/descentralização do poder. O sistema de governo brasileiro é um “sistema de unidade e centralização”, lê-se n’*O Brasil*. “Uma província não deve ser encarada como um corpo isolado”, continuou, “mas como parte de um grande todo, subordinado a um sistema que tem suas exigências que não podem ser satisfeitas quando as partes de que ele se compõe

---

<sup>16</sup> DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos. **História das relações internacionais do Brasil**, vol. 5. São Paulo: Saraiva, 2014, pp. 28-29; e ALVES, Débora. Reação francesa às ameaças de Cabanos e Bonis no território litigioso entre o Brasil e a Guiana Francesa (1836-1841). **Almanack**, Guarulhos, n. 14, 2016, pp. 161-164. Sobre a Cabanagem, ver: FREITAS, Décio. **A miserável revolução das classes infames**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

<sup>17</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 28 jun. 1838, pp. 453-454. DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2014, pp. 23-26; TERNAVASIO, Marcela. **Historia de la Argentina, 1806-1852**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009, pp. 222-223. Sobre a Farroupilha, ver: PASAVENTO, Sandra J. et al. **A Revolução Farroupilha: história e interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

<sup>18</sup> **Novo Diário da Bahia**, Salvador, nº 105, 30 nov. 1837, p. 1; KRAAY, Hendrik. “Tão assustadora quanto inesperada”: a Sabinada baiana, 1837-1838. In: DANTAS, Mônica Duarte. (org.). **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011.

excedem as raias de sua atividade legítima.”<sup>19</sup> Assim exposto, o periódico *O Brasil* assumia uma posição política definida. Seu título buscava, ele próprio explicou, “simbolizar o império, opondo-se com energias às tendências separatistas e desorganizadoras, a que os ambiciosos procuram dar força e incremento.” Fugindo, portanto, das tendências descentralizadoras, “o [periódico] ‘Brasil’ representando o pensamento da centralização, tal qual a reconhecem nossas leis, tem-se constituído por esse mesmo fato o órgão desse partido que conta em seu seio tantas ilustrações”, exortou.<sup>20</sup>

No terreno político conquistado pelos *centralistas* – oriundos do Regresso conservador –, hasteou-se as flâmulas da Interpretação do Ato Adicional (de 12 de maio de 1840) e da reforma do Código do Processo Criminal (de 3 de dezembro de 1841). A Interpretação do Ato Adicional enfraqueceu o poder decisório das instituições provinciais, principalmente as atribuições da Assembleia Provincial: proibiu decidir sobre questões policiais, limitou modificar os cargos públicos e responsabilizar determinados atos dos presidentes de província. A reforma do Código avançou na ação centralizadora: hierarquizou cargos e funções do corpo policial, colocando o ministro da Justiça no topo da cadeia de decisões, seguindo-se dos chefes de polícia e comandantes da Guarda Nacional, da hierarquia de corpos da Guarda Nacional, dos delegados e subdelegados, e os presidentes de província e seus vices passaram a ser indicados pelo ministro do Império; redefiniu as competências do corpo judiciário, destituindo dos juízes de paz atribuições policiais e limitando as judiciais, que passaram para as mãos dos chefes de polícia e seus subordinados; delegou ao ministro da Justiça a nomeação de desembargadores, juízes de direito, promotores públicos, juízes municipais e de órfãos; reformulou as atribuições do júri; e acrescentou pré-requisitos de formação para alguns cargos e critérios censitários para os jurados.<sup>21</sup> Ao concentrar as decisões nas mãos do governo central e hierarquizar o poder, a reforma do Código do Processo Criminal tornou-se o código da centralização.

Em contrarresposta à ação centralizadora do governo, mais revoltas. Desde o início de 1841, surgiram demandas nas provinciais de Minas Gerais e São Paulo que levaram às revoltas liberais de 1842. Havia demandas diversificadas e localizadas que, desde fins de 1841, foram enviadas para a Corte em forma de petições de vários municípios, versando sobre a destituição

---

<sup>19</sup> *O Brasil*, Rio de Janeiro, nº 108, 18 mar. 1841, p. 1.

<sup>20</sup> *O Brasil*, Rio de Janeiro, nº 148, 8 jul. 1841, p. 3.

<sup>21</sup> BRASIL. Lei nº 105, de 12 mai. 1840. **Coleção de Leis do Império do Brasil de 1840**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1841, pp. 5-6; BRASIL. Lei nº 261, de 3 dez. 1841. **Coleção de Leis do Império do Brasil de 1841**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1842, pp. 101-122; DANTAS, Mônica Duarte. O Código do Processo Criminal e a Reforma de 1841. Dois modelos de organização dos poderes. *Revista História do Direito*, Curitiba, v. 1, n. 1, jul./dez. 2020, pp. 112-117; FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai**. São Paulo: Editora 34, 1999, pp. 23-50.

ou nomeação de presidentes de província, o reconhecimento ou rejeição de autoridades locais e provinciais, questões separatistas e sobre perseguições por recrutamento. Mas havia também clamores em comum: a revogação das leis de reforma do Código do Processo Criminal e de criação do Conselho de Estado, a não dissolução da Câmara dos Deputados e a demissão do Gabinete 23 de Março. A liderança dos demandantes e, posteriormente, da ação armada era encabeçada por *maioristas* que se articulavam em reuniões da Sociedade dos Patriarcas Invisíveis na casa do padre mineiro José Bento Ferreira de Melo na Corte, e por lideranças provinciais que se reuniam através de conselhos nas províncias, dentre os quais figuravam notabilidades nacionais como o mesmo José Bento, o padre regente Diogo Feijó, Teófilo Otoni, o cônego José Antônio Marinho, Francisco Álvares Machado, Antônio Paulino Limpo de Abreu, Francisco de Sales Torres Homem, José Pedro Dias de Carvalho, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, Rafael Tobias de Aguiar e José Feliciano Pinto Coelho da Cunha. Após os embates armados e a repressão do governo sob o comando de Luís Alves de Lima e Silva (futuro duque de Caxias), o resultado é conhecido: as revoltas foram debeladas, os revoltosos, presos, condenados e, os cabeças, anistiados.<sup>22</sup> As revoltas de 1842 serviram para se pôr em prática a lei 3 de Dezembro de 1841 (reforma do Código), e a nova estrutura policial e judiciária foi, pela primeira vez, largamente experimentada.

Já na véspera do ano das revoltas liberais, numa correspondência de Campanha, município de Minas Gerais, o missivista relata que o padre José Bento, um dos líderes dos Patriarcas Invisíveis, promoveu, entre 26 de dezembro e 3 de janeiro de 1842, o ajuntamento de guardas nacionais em Pouso Alegre, “com intenção de dar gritos contra as leis da reforma do Código e do conselho de estado e contra o ministério”. Mas em Campanha, “e de certo na máxima parte dos [municípios] desta província, o partido da ordem é muito mais numeroso do que o dos seus adversários; temos, por exemplo, os nove vereadores, os juizes de paz, todas as autoridades”, conclui.<sup>23</sup> Com as revoltas de 1842, não tardou para que o rótulo “Partido da Ordem” passasse a figurar na cena política. “O partido da ordem ergueu-se, em 1842, como um só homem, contra os rebeldes”, publicou *O Brasil*, de modo triunfalista, a novembro de 1843, um ano depois da repressão dos revoltosos.<sup>24</sup> Mesmo antes de iniciarem as sublevações, quando a imprensa da Corte se inquietava apenas com as dezenas de petições enviadas por Minas e São

---

<sup>22</sup> Sobre as revoltas liberais de 1842, ver: MARINHO, José Antônio. **História da Revolução Liberal de 1842**. Belo Horizonte: ALMG, 2015; HÖRNER, Erik. **Até os limites da política: a “Revolução Liberal” de 1842 em São Paulo e Minas Gerais**. São Paulo: Alameda, 2014; AMARAL, Alex Lombelo. **Entre armas e impressos: a revolta de 1842 em Minas Gerais**. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019; Sobre a repressão das revoltas, ver: SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 354-392.

<sup>23</sup> *O Brasil*, Rio de Janeiro, nº 220, 25 jan. 1842, p.2.

<sup>24</sup> *O Brasil*, Rio de Janeiro, nº 474, 18 nov. 1843, p. 3.

Paulo, o jornal *O Brasil*, em abril de 1842, associou o interesse da conservação da ordem ao epíteto do Partido. Escreveu que a “facção” liberal invocou “as municipalidades todas do império que se erigissem em centros de resistência, que representassem contra o ministério; invocou todo o zelo de seus adeptos, que promovesse, nesse sentido, assinaturas”. Porém, continua, “só uma província, a de Minas, a pátria dos Otonis, dos Marinhos, dos Josés Bentos, o lugar em que exercem influência os Limpos e os Manuéis Inácios, agitou-se à sua voz.” O esforço foi funesto, pois “o partido da ordem despertou, Minas lembrou-se de que era pátria dos Vasconcelos, dos Carneiros Leões, e não quis que a facção a cobrisse de opróbrio; representações se multiplicaram de adesão aos princípios de ordem”, bradou.<sup>25</sup>

*Partido da Ordem*, como Jeffrey Needell bem notou, passou, de 1842 em diante, a fazer referência contrária aos partidários da desordem e da anarquia. O periódico *O Brasil* reivindicou ser o órgão doutrinário daquele partido. Em 1843, numa disputa de memória coletiva, indicou que “o partido da ordem recebeu o poder em fins de 1837 das mãos do partido democrático que dele usara e abusara”. Em referência à Farroupilha e à Cabanagem, evocou lembranças de “uma rebelião vencedora na extremidade sul, uma devastadora guerra de canibais ao norte, e doutrinas tão perniciosas, disseminadas em longos anos de desvarios, que a cada momento pululavam em revoltas”.<sup>26</sup> Como à primeira vista se faz crer, *ordem* não se antepõe essencialmente à *democracia*. Aquela é uma ideologia, esta é um regime de governo. O que o jornal *O Brasil* queria demonstrar é que na anteposição havia princípios políticos rivais. Eis os princípios do Partido da Ordem: “nós queremos a ordem pela consolidação de todas as instituições, e especialmente pela do trono; queremos a ordem pela repressão dos crimes; a ordem pela energia contra os facciosos”, escreveu, em 1844.<sup>27</sup>

Na Câmara dos Deputados, o Partido da Ordem não foi menos defendido. Em sessão de maio de 1844, o deputado João Manoel Pereira da Silva, representante pelo Rio de Janeiro, disse que “existem no país atualmente dois partidos bem diversos, bem definidos, é verdade já incontestável; também o é que um se apelida o partido da ordem, e o outro da liberdade”. Fazendo coro com o jornal *O Brasil*, pronunciou que “o partido da ordem foi aquele que em 19 de Setembro de 1837 subiu ao poder”, que “renovou ao monarca-menor os hábitos de respeito e prestígio que quisera o partido da liberdade extinguir”, que “dotou o país com a lei de interpretação do ato adicional, que criou o exército, ressuscitou a marinha, sufocou as facções armadas (*apoiados*), destruiu as rebeliões ameaçadoras, conseguiu a lei das reformas do código

<sup>25</sup> *O Brasil*, Rio de Janeiro, nº 247, 9 abr. 1842, pp. 1-2.

<sup>26</sup> NEEDELL, Jeffrey. *The Party of Order...* op. cit., p. 110; *O Brasil*, Rio de Janeiro, nº 402, 13 mai. 1843, p. 1.

<sup>27</sup> *O Brasil*, Rio de Janeiro, nº 497, 25 jan. 1844, p. 1.

criminal e a do conselho de estado (*apoiados*)”.<sup>28</sup> Justiniano, deputado por Minas Gerais e redator d’*O Brasil*, respondeu a Pereira da Silva que, sim, no sistema representativo “há sempre dois partidos, duas tendências sociais”, porém enquanto o deputado fluminense “disse que uma era desenvolver o elemento de ordem, outra desenvolver o elemento de liberdade; eu direi que uma delas desenvolve o elemento da autoridade e outra desenvolve o elemento democrático”.<sup>29</sup> A discordância sobre doutrinas não alterava o resultado ideológico.

Antes de 1842, a conservação da ordem social era, obviamente, um interesse de larga parte da sociedade – indica isso a sinalização de Vasconcelos à classe conservadora. Após as revoltas de 1842, o partido político que se organizou ao redor desses interesses deu amplo apoio, na tribuna e na imprensa, ao governo Araújo Viana para coibir os revoltosos aplicando a reforma do Código do Processo Criminal. Validou nela sua doutrina de conservação da ordem e assumiu o programa da centralização política. Percebe-se que nessa doutrina estava implícita a defesa de um governo monárquico e de um Estado unitário, contrapondo-se, assim, à democracia federativa. Esse é um traço de continuidade com os interesses defendidos pelo Regresso conservador, segundo os quais atendiam à necessidade de um Estado uno e indivisível, mas que, com a experiência das revoltas de 1842, realizou-se no programa centralizador e se tornou uma doutrina partidária composta dos princípios da autoridade, da monarquia e da segurança pública. O partido que, dessa maneira, se organizou no Rio de Janeiro foi o Partido da Ordem.

Mas nos círculos políticos da Corte se falava também em Partido Saquarema. Numa reunião, em 1º de maio de 1844, no sobrado de 2 andares da rua do Passeio onde funcionava a Secretaria de Justiça, o ministro do Império (José Carlos Pereira de Almeida Torres, visconde de Macaé), discursando para 25 deputados e o ministro da Justiça (Manoel Alves Branco, 2º visconde de Caravelas), “serviu-se das delicadíssimas expressões inventadas pelo Sr. Coelho para designar o partido ordeiro – a oligarquia de Saquarema”, lê-se n’*O Brasil*. Uma oligarquia, continua, “que tinha seu corpo no Rio de Janeiro e suas asas em Minas e S. Paulo.” Era o primeiro gabinete do quinquênio liberal. O dito Sr. Coelho era o Jerônimo Francisco, ministro interino da Marinha. Na Câmara baixa, a alcunha *saquarema* invadiu as discussões do Voto de Graças. Justiniano denunciou que o Partido da Ordem “passou a ser chamado oligarquia, passou a ser chamado pelos amigos do ministério a oligarquia de Saquarema; e dizia-se que essa linda expressão fora inventada por um dos nobres ministros.” Depois, reclamou Antônio Pereira

---

<sup>28</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 18 mai. 1844, p. 193, grifos no original.

<sup>29</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 21 mai. 1844, p. 241.

Rebouças, deputado pela Bahia, sobre a demasiada atenção ao apelido: “\_E a pátria fica sacrificada a um epigrama!”.<sup>30</sup>

Em 1844, *saquarema* era um epíteto do Partido da Ordem. Em 1848, significava uma outra disposição, um outro momento partidário: era o Partido Saquarema organizado. Em 1844, carregava o sentido depreciativo dado pelos luzias ao núcleo fluminense do Partido, liderado principalmente por Eusébio, Paulino e Rodrigues Torres. O poder político que esses três passaram a concentrar, do final das Regências ao quinquênio liberal, refletiu no controle de cargos burocráticos por eles distribuídos entre aqueles que se lhes estabeleciam lealdades. Por dominarem esse circuito estreito de relações e amplo de cargos eram acusados por seus opositores de formarem uma oligarquia.<sup>31</sup>

O controle da burocracia do Estado só foi possível mediante a Interpretação do Ato Adicional e a reforma do Código do Processo Criminal. Ou seja, a política de centralização acionada nas revoltas de 1842 permitiu esse controle. A disputa em torno dos programas de centralização e descentralização percorreu os anos 1840 e continuaria aguerrida até os anos 1860. A exemplo do *Correio Mercantil* que, em julho de 1848, reconheceu a antiguidade do programa centralizador: “Existiu, é verdade, um partido, forte pela sua organização, poderoso pelos meios de influência que manjava: quando nasceu em 1837 chamou-se *reorganizador*, *regressista*, *centralizador*: crismou-se em 1844, e mudou o nome, adotando o de *Saquarema*.” Reconheceu, do mesmo modo, que o programa foi executado: “Este partido *reorganizou*, fez *retrogradar*, e *centralizou* o país”. Mas entendeu que “a seita antiliberal foi fulminada em 1844, e proscrita desde então”.<sup>32</sup> Enganou-se imensamente. Pois, dois meses depois, subia o gabinete de 29 de setembro, presidido por Pedro de Araújo Lima (então visconde de Olinda), e seguido por José da Costa Carvalho (visconde de Monte Alegre), Manoel Felizardo de Souza e Melo, e mais tarde, em 1849, entrariam Paulino, Rodrigues Torres e Manoel Vieira Tosta.<sup>33</sup> Mais saquarema do que este gabinete, apenas o que lhe sucederia.

Em 1848, fora do gabinete, havia, no Senado, Vasconcelos e Carneiro Leão; na Câmara dos Deputados, Ângelo Moniz da Silva Ferraz, Francisco Gonçalves Martins, Manoel de Assis Mascarenhas e José Ildefonso de Souza Ramos; na imprensa da Corte, além de *O Brasil*, havia

---

<sup>30</sup> **O Brasil**, Rio de Janeiro, nº 534, 4 mai. 1844, pp. 2-3; **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 21 mai. 1844, p. 242.

<sup>31</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema...** op. cit., pp. 118-120 e 227-228.

<sup>32</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 196, 20 jul. 1848, p. 1, grifos do original.

<sup>33</sup> JAVARI, Barão de. **Organização e programas ministeriais desde 1822 a 1889**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, pp. 104-105.

o *Sentinella*, e, nas províncias, o *Futuro*, o *Lidador*, o *Publicador Mineiro*, o *Pedro II*, dentre outros: políticos e periódicos, todos eles associados ao Partido Saquarema.<sup>34</sup>

No início de dezembro de 1848, o *Correio Mercantil* assumiu um lado e a disputa pelo programa da descentralização: “Sabido é que entre os dois partidos um dos pontos culminantes da linha divisória são os limites entre o poder central e o provincial”. Segue-se assim: “segundo *eles*, devem pertencer às províncias somente as atribuições que sem grave inconveniente não puderem ser exercidas pelo centro; segundo *nós*, ao centro só deve competir o que sem perigo da união não se puder deixar às províncias.”<sup>35</sup> Os mencionados *eles* e *nós* não só separavam saquaremas e luzias, como também indicavam dois programas políticos opostos.

Congênere às revoltas de 1842, também em 1848 estourou uma revolta liberal com clamores de descentralização. A revolta Praieira, em Pernambuco, surgiu como reação ao recém empossado gabinete saquarema que logo tomou os cargos antes ocupados por liberais na província, e em expectativa às eleições de 19 de novembro para compor a nova Câmara dos Deputados. Os liberais, incluindo os do Partido da Praia, mantinham uma ojeriza do poder que no Rio de Janeiro se concentrava. Em torno disso os revoltosos lançaram seus programas. A ala praieira, liderada por Félix Peixoto de Brito e Melo, buscava reformar o governo monárquico através da descentralização política e econômica, isto é, do controle do poder provincial e dos recursos econômicos da província. Havia, contudo, uma ala republicana, encabeçada por Antônio Borges da Fonseca, que buscava um governo republicano e o sufrágio universal. Em 1849 a revolta foi debelada, não pelas desinteligências entre as alas revoltosas, mas pelo poderio bélico e o contingente de homens enviados pelo governo central. Sob a presidência de província de Manoel Vieira Tosta e, em 1849, de Carneiro Leão, anistias e exílios foram concedidos às lideranças; a Borges da Fonseca só restou a prisão, que também foi decretada a outros conforme o grau de envolvimento na luta armada. O militar Pedro Ivo Veloso da Silveira e suas tropas resistiram até novembro de 1849, e, nos próximos anos, o comandante ficaria foragido até ser preso no Rio de Janeiro e, logo em seguida, escaparia, para morrer em um navio com destino à Europa.<sup>36</sup>

Sabemos que o programa da centralização era anterior ao Gabinete 29 de Setembro, que foi planejado por políticos que agora sustentam esse gabinete, por políticos associados ao

---

<sup>34</sup> **O Brasil**, Rio de Janeiro, nº 1036, 19 jan. 1848, p. 3.

<sup>35</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 331, 4 dez. 1848, p. 2, grifos meus.

<sup>36</sup> MARSON, Izabel Andrade. **Revolução Praieira: resistência liberal à hegemonia conservadora em Pernambuco e no Império (1842-1850)**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, pp. 59-96; e MARSON, Izabel Andrade. **O Império do Progresso: a revolução praieira**. São Paulo: Brasiliense, 1987. Sobre a participação e fuga de Pedro Ivo, ver: OLIVEIRA, Maria Luíza F. A prisão de Pedro Ivo e o debate político após a Praieira, 1849-1854. **Revista de História**, São Paulo, n. 177, 2018.



Partido Saquarema. Mas em que o programa foi modificado após a revolta de 1848? A principal mudança foi separar a ação centralizadora em duas instâncias, uma política e outra administrativa. Através do jornal *O Brasil*, que lançou um artigo em fevereiro de 1849 com o título sugestivo de *A separação e a centralização*, pode-se vislumbrar a mudança. À pergunta retórica “diga-nos o mais devotado dos separatistas que nova faculdade querem eles legislativa ou administrativa para as suas assembleias, que nova organização para as províncias”?, lançou contundente resposta: “Em perfeito antagonismo estamos com esses Snrs.; pois em nosso entender o mal do império provém especialmente da falta de unidade, da falta de centralização.” A resposta pareceria retomar o antigo programa regressista de um Estado uno e indivisível se não fosse o seguinte tom concessivo: “Antes de chegarmos a estabelecer que as províncias são, como os municípios, meras divisões administrativas e nunca divisões políticas, antes de para lá caminharmos, muito há que fazer para que se torne uma verdade a unidade do império brasileiro.”<sup>37</sup>

O que concedia serem as províncias e os municípios instâncias administrativas, e não políticas? Elas “completam um sistema de *localização*”, sublinhou o jornal em abril do mesmo ano. Isto é, “a província tem sua assembleia geral legislativa, eleita por sufrágio universal, e contra a qual o poder executivo, exercido pelo delegado do governo central, nem tem o direito de dissolução nem o de *veto*.” É um grande exagero referir-se a sufrágio universal para as eleições das assembleias legislativas. Afora isso, “nas províncias existe a divisão municipal que ainda mais localiza a administração. [...] Com uma organização administrativa desta ordem, é impossível conceber grau maior de descentralização do que o que no império existe”, concluiu.<sup>38</sup> Admitindo-se o contencioso administrativo, parece haver, entre o antigo programa centralizador dos regressista e o do Partido Saquarema, uma mudança apenas normativa. No entanto, seu conteúdo positivo é explicitado quando se traz à tona as doutrinas partidárias:

o princípio democrático e eletivo deve necessariamente intervir no governo de uma sociedade como o Brasil; nunca porém diretamente; intervenha pelos debates do parlamento e da imprensa, eis o seu domínio, eis onde é ele bem cabido, onde não pode ser nocivo. A ação *direta* governativa deve ser exclusivamente monárquica: ao ministério e aos seus agentes a plenitude dela, a plenitude da responsabilidade.<sup>39</sup>

Como se vê, na disputa entre os princípios democrático e monárquico, há maneiras de o Estado agir sobre a sociedade civil: ou por ação governativa, ou por deliberação da opinião pública. E por trás dessas doutrinas há intenções programáticas. Pelo lado do periódico *O*

<sup>37</sup> *O Brasil*, Rio de Janeiro, nº 1330, 10 fev. 1849, pp. 1-2.

<sup>38</sup> *O Brasil*, Rio de Janeiro, nº 1374, 11 abr. 1849, pp. 2-3, grifos no original.

<sup>39</sup> *O Brasil*, Rio de Janeiro, nº 1101, 10 abr. 1848, p. 2, grifo no original.

*Brasil*, a intenção era “fortificar o governo”. Para isso, o partido d’*O Brasil*, então o Partido Saquarema, “recorreu à centralização, deu ao ministério imenso poder”, apontou o jornal. A sentença centralizadora foi dada, década mais tarde, por Paulino Soares de Souza: “O poder político é a cabeça, a administração o braço.”<sup>40</sup> Se, na alvorada do Segundo Reinado, os *centralistas* entendiam que as províncias eram partes do todo, que qualquer separação desmembraria o corpo do Império e que o perigo estava na concentração de poder nas mãos dos agentes provinciais, agora, com a maturação das leis centralizadoras e seu duplo sucesso contra as tendências descentralizadoras, o Partido Saquarema assumia o novo programa da centralização. Era uma centralização que não só cobiçava o controle do Estado pelos cargos públicos, mas que, através desse controle, buscava orientar moral e intelectualmente a sociedade brasileira.<sup>41</sup>

A ontologia do Partido Conservador se fundou nos interesses, programas e doutrinas gestados pelo Regresso conservador, pelo Partido da Ordem e pelo Partido Saquarema. Herdando essa razão de ser, o Partido Conservador se organizaria no Rio de Janeiro dos anos 1850 e 1860. Mas a organização não foi linear, nem homogênea e nem nacional.

\*\*\*

A história que esta tese investiga é a das vontades coletivas que direcionam a vida social para a vida estatal, e vice-versa. O Partido Conservador servirá de objeto na medida em que costurar a realidade política, principalmente política, mas também social, econômica e cultural na cidade do Rio de Janeiro e seus entornos, entre, grosso modo, 1853 e 1868. Vê-se que o objeto é mais amplo para ser caracterizado e delineado como convencionou-se fazer com objetos de pesquisa. Porque houve frestas. E foi nas frestas que encontrei caminhos justapostos para ultrapassar o entendimento institucionalizante de partido político e chegar em um entendimento mais largo, o da vontade coletiva. Será, então, uma História do Partido Conservador enquanto vontade coletiva conservadora entrelaçada à história política da cidade do Rio de Janeiro alargada ao Sudeste, à história de outros agrupamentos partidários, à história da escravidão e da economia escravista, à história do povo miúdo, à história das ideias e ideologias e à história da consolidação do Estado nacional brasileiro. Tudo assim caminhou.

---

<sup>40</sup> **O Brasil**, Rio de Janeiro, nº 1078, 11 mar. 1848, p. 2; URUGUAI, Visconde de. Ensaio sobre o Direito Administrativo. In: Idem. **Visconde do Uruguai**. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 91.

<sup>41</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema...** op. cit., pp. 225-230.

Temporalmente, a investigação varreu do fim do Segundo Gabinete Saquarema (1853) ao fim da experiência progressista (1868). O fim do Gabinete Saquarema presidido por Rodrigues Torres coincidiu com a instauração da política da conciliação, elevada à política de governo. A política da conciliação operou um rearranjo político-partidário na Corte. Desse ponto inicial da investigação, basta saber em que esse rearranjo influenciou na organização do Partido Conservador, a nível de chefatura, programa, doutrinas e ideologia? O recorte encerra-se com o fim da experiência progressista em 1868. Pois, se se entende que, do Regresso conservador até os anos 1860, vigeu uma “hegemonia” conservadora fruto das disputas entre liberais e conservadores, é necessário verificar a influência dessa “hegemonia” na organização do Partido Conservador. A experiência progressista encerrou aquele tempo hegemônico? Em 1862, subiu ao governo central o Primeiro Gabinete da Liga Progressista. Os conservadores foram, assim, apeados do governo central, e, a partir das eleições de 1861, mas sobretudo com as eleições de 1863, foram pouco a pouco perdendo assentos na Câmara dos Deputados, tornando-se minoria. Apenas em julho de 1868 a Liga Progressista saía de campo e o Partido Conservador retornava ao governo central, para, em 1869, compor uma Câmara unanimemente conservadora e se instalar no poder ininterruptamente até 1878. 1868 encerra, portanto, o período em que os conservadores ficaram afastados do poder. A que incorreu o Partido para esse afastamento? O quanto a política da conciliação influiu para tal?

No debate historiográfico sobre os partidos políticos brasileiros, a historiografia geralmente admite que eles se formaram das disputas por poder entre as três facções (*moderados*, *exaltados* e *caramurus*) do período regencial. Joaquim Nabuco, Oliveira Viana, Afonso Arinos de Melo Franco, Otávio Tarquínio de Souza, Paulo Pereira de Castro, João Camilo de Oliveira Torres e Paulo Roberto Motta são os expoentes dessa vertente, com interpretações as mais diversas: de que os partidos políticos foram formados por homens notáveis;<sup>42</sup> de que foram grupos estanques, sem significação programática, apenas como instrumentos para seus dirigentes conquistarem o poder;<sup>43</sup> de que a história do Partido Conservador se confunde com a história do Brasil imperial, em que o Partido se esboçou no Primeiro Reinado através dos grupos apoiadores de Pedro I, se institucionalizou do Regresso

---

<sup>42</sup> NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império**, vol. 1... op. cit., pp. 65-66, 262 e 629; FRANCO, Afonso Arinos de M. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**... op. cit.; SOUZA, Otávio Tarquínio de. **História dos fundadores do Império do Brasil**, vol. 3... op. cit., pp. 169-173; CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”... op. cit.; CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**... op. cit.

<sup>43</sup> VIANA, Oliveira. **O ocaso do Império**... op. cit., pp. 16-19 e passim.

aos anos 1860 e entrou em crise no período de 1868 até a abolição da escravidão em 1888;<sup>44</sup> ou de que havia pouca distinção entre liberais e conservadores.<sup>45</sup>

A produção historiográfica da década de 1980 apresentou um salto qualitativo em comparação com o que até então se havia feito. O estudo de José Murilo de Carvalho sobre a formação da elite política imperial também avança para a formação do Partido Conservador através do Regresso conservador, sob liderança de Bernardo de Vasconcelos. Contudo, o historiador se desvinculou das análises anteriores ao pesquisar a composição e os programas políticos dos partidos imperiais. De acordo com ele, o Partido Conservador era essencialmente composto por burocratas, comerciantes e proprietários rurais da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro; composição essa que se “realizou plenamente” na província do Rio. O programa do Partido demandava o fortalecimento do governo central, o maior controle da magistratura e do aparato policial, e o fortalecimento do Poder Moderador.<sup>46</sup>

O estudo de Ilmar Rohloff de Mattos apresenta contrapontos à análise de José Murilo. Em investigação sobre o domínio do grupo saquarema e a formação do Estado imperial, o autor assevera que, entre os últimos anos do período regencial até a década de 1860, era a classe senhorial quem compunha o Partido Conservador. Uma classe formada por plantadores escravistas e comerciantes da região sudeste, principalmente Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, bem como por setores da burocracia do Estado.<sup>47</sup> Focalizando seu estudo nos saquaremas, o autor sustenta que o projeto político dos conservadores foi constituído através das disputas por poder em torno das revoltas liberais dos anos 1840. Afirma, a partir disso, que as disputas partidárias se davam em torno de dois princípios político-ideológicos: um “princípio conservador” e um “princípio democrático”. Associado ao Partido Conservador, o princípio conservador baseava-se em leis, decretos, avisos, regimentos, dentre outras medidas como a repressão do movimento praieiro e a reforma da Guarda Nacional, fazendo com que os conservadores buscassem efetivar seu domínio através do controle do Poder Executivo. Nesses moldes, os saquaremas promoveram uma expansão horizontal, ao se identificarem com a classe senhorial, e vertical, assumindo-se como os consolidadores do Estado imperial. E promoveram a tal ponto que, segundo Ilmar Mattos, espalharam-se desde a Corte para todo o Império,

---

<sup>44</sup> TORRES, João Camilo de O. **Os construtores do Império...** op. cit., pp. 62-119. Em alguns momentos desta obra, o autor afirma que o período do Regresso começa com a ascensão da regência de Araújo Lima em 1837 (por exemplo, nas páginas 76 e 77), em outros momentos o período é dado com o golpe da Maioridade em 1840 (por exemplo, nas páginas 86 e 119), suscitando, portanto, alguma incoerência analítica.

<sup>45</sup> MOTTA, Paulo Roberto. **Movimentos partidários no Brasil...** op. cit.

<sup>46</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem...** op. cit., pp. 204-220.

<sup>47</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema...** op. cit., p. 69.

forjando a Coroa como partido, pois “todos os demais que se identificavam com o imperador não deixavam de se transformar em Saquaremas”.<sup>48</sup>

O brasilianista Jeffrey Needell, em estudo publicado em 2006, analisou o desenvolvimento da autoridade do Estado imperial brasileiro em confluência com a atuação do Partido da Ordem. Segundo o autor, a expressão primeira do que viria a ser o Partido da Ordem é o “partido reacionário”, surgido como contraponto às revoltas e reformas liberais dos anos 1830 (o Código do Processo e o Ato Adicional). A esse “partido” aliaram-se proprietários escravistas, produtores de açúcar e café, mercadores ligados ao porto do Rio de Janeiro e uma burocracia judicial, todos esses interessados na centralização do Estado. Na mesma direção que a historiografia brasileira, Needell aponta que o “partido reacionário” se articulou dos debates sobre as reformas dos anos 1830, da oposição à regência Feijó e do apoio parlamentar à regência de Araújo Lima.<sup>49</sup> Segundo o brasilianista, os conservadores desse primeiro momento formularam uma “ideologia reacionária” de defesa dos interesses dos setores oligárquicos brasileiros. Uma ideologia que, com a emancipação do ventre livre em 1871, encontrou seu malogro no descaminho entre a atuação política do imperador e os interesses da Câmara e do Partido. O malogro dessa ideologia, assevera, marcou o divórcio entre o imperador e o Partido da Ordem, desestabilizando as bases do Estado imperial.<sup>50</sup>

A historiografia mais recente sobre a política brasileira da década de 1860 passou a dar maior atenção à formação da Liga Progressista, retrocedendo por vezes ao fim dos anos 1850. Enquanto as interpretações de Francisco Iglesias, Sérgio Buarque de Holanda e José Murilo conceberam a Liga Progressista como uma continuidade do Gabinete da Conciliação (1853-1857),<sup>51</sup> as recentes interpretações passaram a considerá-la como uma experiência de outra compleição.

Silvana Mota Barbosa enfatiza que a Liga Progressista não foi uma forma de conciliação, pois ela surgiu em um “contexto de disputa eleitoral, de formação de estratégias para as eleições e de problemas econômicos vivenciados pela praça comercial [do Rio de

---

<sup>48</sup> Ibidem, pp. 188-192.

<sup>49</sup> NEEDELL, Jeffrey D. **The Party of Order...** op cit., pp. 1-7 e 71-80.

<sup>50</sup> Ibidem, pp. 303-323.

<sup>51</sup> IGLÉSIAS, Francisco. Vida Política, 1848/1868. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). **História geral da civilização brasileira, tomo 2, vol.3**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 85; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira, tomo 2, vol.5**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 27; CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem...** op. cit., pp. 210-211.

Janeiro]”.<sup>52</sup> A autora destaca a ocupação dos espaços informais de participação política na Corte por parte dos liberais, que promoveram *meetings*, “cenas de agitação” e mobilizaram a imprensa durante as eleições de 1861. Nessa interpretação, os conservadores são considerados de forma pontual, apenas na medida em que a autora compreende que as discussões sobre a política econômica em torno da Lei dos Entraves (1860) promoveu uma cisão no Partido Conservador, cisão essa que impulsionou ex-conservadores e liberais para formar a Liga Progressista.<sup>53</sup>

Em confluência com Silvana Barbosa, Bruno Fabris Estefanes, em tese de doutorado, assevera que a Liga Progressista não foi apenas uma aliança entre parlamentares, nem o protagonismo de chefes políticos para vencer eleições. A experiência progressista, segundo o autor, foi a contestação das concepções políticas emplacadas pelo Regresso. Algo que não resultaria em luta armada, como em 1842 e 1848, mas em novas diligências por liberdade de crédito e “novas práticas eleitorais e arranjos parlamentares que surtiram efeitos imediatos”, pois ocorreu mediante *meetings*, comissões e circulares eleitorais que manifestavam “antigas demandas liberais”.<sup>54</sup> Nesse estudo, os conservadores são considerados no debate travado pela imprensa da Corte sobre as políticas econômicas realizadas entre 1857 e 1860 e no rastro do que a dissidência conservadora permitiu.<sup>55</sup>

Diferente de Silvana Barbosa e Bruno Estefanes, Jeffrey Needell aduz que a Liga Progressista foi criada mediante uma estratégia do imperador, insatisfeito com o domínio saquarema, para formar “uma aliança política, uma liga, um oxímoro ideológico de um partido não-partidário”, composto por ex-conservadores, liberais históricos e jovens liberais na Câmara dos Deputados.<sup>56</sup> Em contraponto a Jeffrey Needell, Eide Sandra Abreu, destacando os debates na Câmara dos Deputados, aponta que as desavenças no seio do Partido Conservador vieram do interior do Gabinete Caxias (1861-1862), acarretando na formação da Liga Progressista. Os pedidos de demissão, em meados de 1861, dos ministros do Império e dos Negócios Estrangeiros, respectivamente José Antônio Saraiva e Sá e Albuquerque, decorrentes de discordâncias com o ministro da Justiça, Saião Lobato, promoveram a desestabilidade do

---

<sup>52</sup> BARBOSA, Silvana Mota. A política progressista. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria B. P. das (orgs.). **Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 297.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 303-306.

<sup>54</sup> ESTEFANES, Bruno Fabris. **A Muralha de Bronze: a formação da Liga Progressista no Império do Brasil. Representação, soberania e rearticulação partidária: 1857-1862**. Tese (doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, pp. 93-94.

<sup>55</sup> Ibidem, pp. 30-49.

<sup>56</sup> No original: “a political alliance, a league, an ideological oxymoron of a non-partisan party”. Em: NEEDELL, Jeffrey D. **The Party of Order**... op. cit., pp. 216-217, tradução minha.

Gabinete Caxias, juntamente com sua queda.<sup>57</sup> Contudo, o enfoque da autora sobre a política da década de 1860 também recaiu sobre os liberais e membros da Liga Progressista, tratando dos conservadores apenas de forma pontual.

Em âmbito provincial, a historiografia que abordou os partidos políticos no Império destaca o trabalho de Guilherme Claudino, que analisou a formação, a atuação e a decomposição da Liga Progressista na província de Minas Gerais. Há o estudo de Karulliny Siqueira, que investigou a formação dos partidos Liberal e Conservador na província do Espírito Santo, esclarecendo como esses partidos surgiram apenas na segunda metade dos anos 1860 decorrente das disputas entre chefes locais. Destaca-se, também, o trabalho de Sandro Gomes sobre a formação de diretórios partidários na província do Paraná, na passagem do Império à República. E, ainda, minha dissertação de mestrado que investigou a organização do Partido Conservador na província de Minas Gerais durante a década de 1860.<sup>58</sup>

A hipótese central desta tese é a de que os partidos políticos no Brasil imperial se configuraram enquanto organizadores de vontades coletivas a serem realizadas no Estado. Assim, há, na sociedade, necessidades e aspirações e seus modos de satisfação que, devidamente orientadas pela ação política, formam uma vontade coletiva. Os partidos buscam realizar essa vontade no Estado. Nesse sentido, o Partido Conservador se organizou 1) para configurar uma vontade coletiva refletida difusamente do Império para a Corte enquanto consciência operosa da necessidade de conservação do estado de coisas; 2) em mosaico, isto é, num desenvolvimento não linear de organização, desorganização e reorganização partidárias; e 3) em adaptação à sistemicidade interna do Partido (ajustamento) e às pressões dos ambientes político, econômico e cultural (aclimação).

Metodologicamente, caço modo de um conhecimento científico incorporando a dialética que vai de Hegel, passando por Marx e Gramsci, até Jacques Lacan e E. P. Thompson. Dialética é tradição. Não é teoria servente a explicar algum fenômeno social, nem metodologia de investigação que põe à prova algum conjunto de fontes. Tradição é o solo fértil de lógicas

---

<sup>57</sup> ABREU, Eide Sandra A. **O evangelho do comércio universal: Tavares Bastos e as tramas da Liga Progressista e do Partido Liberal (1861-1872)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011, pp. 79-80.

<sup>58</sup> CLAUDINO, Guilherme Pereira. **“Uma verdadeira torre de babel”: entre a Corte e a Província - a Liga Progressista em Minas Gerais (1862-1868)**. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2011; SIQUEIRA, Karulliny Silveiro. **Imprensa e Partidos Políticos na Província do Espírito Santo, 1860-1880**. Vitória: IHGES, 2013; GOMES, Sandro Aramis R. **Dirigentes partidários, mudança política e percursos sociais. Os destinos de lideranças do Partido Conservador paranaense após a queda do Império (década de 1890)**. *Almanack*, Guarulhos, n. 27, 2021; e SALDANHA, Michel. **A ordem na barriga do progresso...** op. cit.

reminiscentes que não se tornam leis e que admitem florescimentos plurais e divergentes num terreno comum.

Se se requer indicações bibliográficas, pode-se apontar a sinopse filosófica da introdução clássica de Alexandre Kojève sobre a leitura de Hegel. “Se a realidade humana só se engendra como social, a sociedade só é humana – pelo menos na origem – sob a condição de implicar um elemento de dominação e um elemento de sujeição, existências autônomas e existências dependentes”, explica o professor hegeliano. E continua: “se a realidade humana revelada nada mais é que a história universal, essa história tem de ser a história da interação de dominação e sujeição: a dialética histórica é a dialética do senhor e do escravo.” Pode-se, também, apontar a observação de uma realidade total e contraditória encontrada no trabalho de Leo Kofler, para o qual entender a realidade histórica, a realidade em movimento, requer entendê-la “como o processo, a contradição, a conversão da quantidade em qualidade (salto), a unidade, o desenvolvimento do conteúdo a partir da forma (da essência a partir da aparência) e, ao mesmo tempo, refazer todas essas operações em sentido inverso.”<sup>59</sup>

É preciso, contudo, avançar dessa dialética sinóptica para uma dialética nativa – dialética encontrada no próprio fazer-se do trabalho historiográfico. Nativo aqui tem tanto a ver com a relação com que o investigador estabelece com a realidade histórica a ser investigada quanto com as determinações impostas por esta realidade sobre a investigação. Os atores e agentes históricos (nativos) vivem sua realidade nas contingências de seu tempo. Já os historiadores e as historiadoras tentam recriar aquela realidade na cientificidade de seu próprio tempo. Mais do que a relação entre dois sujeitos (nativos e historiadores), surge, assim, a relação entre dois tempos. Surge, também, uma complicação incontornável: a realidade histórica determina a investigação. Para lidar com essa complicação, os procedimentos historiográficos devem ser conceitualmente da mesma ordem que os processos da realidade histórica. Para tanto, fiz a maior concessão possível para conceitos nativos, em detrimento de conceitos heurísticos, na medida em que eles relacionassem os dois tempos e ajudassem o mais acuradamente possível a investigar a realidade histórica estudada. E relacionar os dois tempos não é dar soluções para os problemas daquele tempo, mas dá-los clareza e colocá-los à prova, e, talvez, buscar neles soluções para os problemas do nosso tempo, considerando, porém, que minha visão de mundo

---

<sup>59</sup> KOJÈVE, Alexandre. **Introdução à leitura de Hegel**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. UERJ, 2002, p. 15. KOFLER, Leo. **História e dialética: estudos sobre a metodologia da dialética marxista**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010, p. 78.



não pode ser a do agente histórico, mas, quem sabe, a de minha relação com a visão de mundo do agente histórico.<sup>60</sup>

A dialética nativa adotada nesta tese é circular. Se em história nada é dado, nada é estático, como na imagem instantaneizada da fotografia; então só pode ser movimento. Se é movimento, nunca é o movimento dos *frames por segundo* da película cinematográfica, movimento linear; então deve ser circular, em gira. Se é gira, o movimento não pode se encontrar, o início do círculo não encontra seu fim, como na fábula de Marx da história como comédia e como tragédia; então deve ser gira espiralada. Se é espiralada, é improvável que seja em vórtice, circulando em torno de um centro rotacional, em disposição concêntrica; então deve ser oscilante. Se a gira oscila, não pode bambolear por si, como se captasse forças de seu próprio órgão, sendo senhora de seu destino, senão cairíamos na História escatológica; então deve haver outros centros de força. Se os tem, chegamos nas múltiplas temporalidades da história, mas não as temporalidades quantificáveis do relógio ou da física (que chegou a medir o tempo por vibrações de energia), pois se giram, em espiral, oscilando, então devem ter vários campos de forças sociais, multifacetados, que aceleram ou retardam a gira, que sanfoneiam a espiral, e que, na oscilação, têm seus limites ultrapassados.

Se é assim, então, nesta tese, quis considerar o constante no inconstante que ordena o que é contingente e que a ordem da razão histórica busca ordenar, encontrar conhecimento fora dos binarismos de pronta vista e, portanto, na divisão do indivisível, na linha que separa o inseparável, no vazio da lacuna, nos entremeios do real preto e branco inscrito nas fontes históricas. Para isso, coloquei a realidade política no centro da roda. Observei-a por todos os lados, buscando suas aparências, suas continuidades, suas unicidades, suas quantidades. Girei-a, examinando suas essências, descontinuidades, multiplicidades e qualidades. Ao encontrar sínteses, procurei fazê-las e desfazê-las. Daí, esta tese.

Ela fica dividida em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, *Chefes que organizam um Partido Conservador*, trato da parte do Estado que buscou se realizar na sociedade. Demonstro como ocorreu o processo de organização do chamado Partido Conservador ao mesmo tempo em que o Partido Saquarema se desorganizou. Os dois tempos se ladearam na história. No auge de sua dominação política, o Partido Saquarema viu sua organização ameaçada de vez por uma dissidência partidária

---

<sup>60</sup> Me embebi do pensamento de Eduardo Viveiros de Castro, embora sem compactuar com sua vertente filosófica e com seus objetivos demasiadamente discursivos. Ver: CASTRO, Eduardo Viveiros de. O nativo relativo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2002. Para um pensamento ou filosofia “nativa”, ver: SODRÉ, Moniz. **Pensar nagô**. Petrópolis: Vozes, 2017.

denominada Partido Parlamentar e pela política da conciliação. Traço a historicidade da alcunha *partido conservador*. E como o Partido Conservador adotou uma doutrina, a da conservação e progresso, assimilada do programa do Gabinete da Conciliação, para garantir adesões. A confluência desses processos gerou dissidências que contundiram o andado partidário, já que operou um movimento de ajustamento, isto é, enquanto se arregimentava novos chefes e correligionários, outros chefes e correligionários debandavam o barco. E foi assim que se formaram agrupamentos internos, ou panelinhas, que aqui se denominou de círculos partidários.

No segundo capítulo, *Interesses que organizam uma sociedade senhorial*, trato da parte da sociedade que buscou se realizar no Estado. Falo dos interesses sociais que firmaram o compromisso da classe senhorial do sudeste com a política da escravidão e com o processo de mundialização do capital. Embora as pressões internas de insurreições escravas e externas da política antitráfico inglesa tenham pressionado para as ações estatais de combate ao tráfico transatlântico de africanos, mostro que a escravidão continuou fazendo do Brasil o maior produtor de café do mundo e dos senhores do Vale do Paraíba a classe representante dessa riqueza social, e como o Partido Conservador teve de se aclimatar àqueles interesses, promovendo rearranjos desde o início de sua organização, como se pôde ver nas eleições de 1856. Também mostro a disputa entre duas doutrinas financeiras, a da austeridade e a da liberdade, e mostro como o Partido se aclimatou à crise financeira mundial (1857) e à crise de abastecimento da Corte (1853-1861), ocasionando o bambeamento de seu compromisso com a classe senhorial.

No terceiro capítulo, *Opiniões que organizam uma esfera pública*, que apresento como o avesso espelhado do capítulo 2, trato da parte da sociedade que foi negada a se realizar no Estado. Observo as transformações da economia moral das opiniões públicas na cidade do Rio de Janeiro. Falo das formas públicas de opinar, julgar e participar da política imperial, das disputas pela direção dos interesses coletivos no sentido de torná-los interesse universal. Começo analisando a politização das ruas do Rio de Janeiro, enfocando a antropologia de reuniões públicas, banquetes, cortejos e passeatas políticas. Sigo para a análise do perfil da imprensa periódica na Corte, verificando os rumos da opinião pública conservadora. E termino investigando a ideologia do progresso, buscando extrair entendimento do chão onde ela se assentou e para onde a opinião pública a quis direcionar.

No quarto e último capítulo, *Astúcias que organizam um Estado imperial*, que apresento como o avesso espelhado do capítulo 1, trato da parte do Estado que foi negada a se realizar na sociedade. Explico a vontade monárquica, a vontade nacional e a vontade conservadora, e explico como elas funcionaram mediante razões astuciosas, isto é, aonde o sujeito da vontade

mantém-se na ação a partir da ação do Outro. Primeiro, analiso a natureza e atribuições do poder do monarca, estabelecendo as identificações entre governados e monarquia, as disputas ocorridas em torno dessas identificações e a passividade astuciosa do governante-monarca diante dessas disputas. Depois, analiso a natureza do poder do povo, jogando luz sobre a fluidez da vontade nacional vista pelas ações do povo da Corte. Por último, esmiuço como a criação de diretórios partidários em grande parte do território brasileiro promoveu a reorganização do Partido Conservador, e como, nessa reorganização, as relações afetivas entre conservadores e anticonsservadores agiram ativamente para o direcionamento passivo do Partido.

Senão, vejamos.

## CAPÍTULO I: Chefes que organizam um Partido Conservador

### 1.1: Um terceiro partido contra o Leviatã saquarema

As distinções sociais no Brasil de meados do oitocentos emanavam do *sentimento aristocrático* de que falou o mineiro Francisco Ferreira de Rezende. “O que se via, então, era que não só as diversas raças nunca se confundiam; mas que muito pelo em vez disso, cada raça e cada uma das suas classes nunca deixavam de mais ou menos manter e de conhecer o seu lugar”, explicou, em suas reminiscências, o cada-um-no-seu-quadrado brasileiro.<sup>61</sup> Razão havia para as distinções enredarem a vida social, mesmo que se reconhecesse, como o jornal *O Grito Nacional* reconheceu, que “os *descendentes dos indígenas*, e os *pardos*, quaisquer que sejam seus matizes, mesclas e o cruzamento de que provenham”, formassem “os elementos mais genuínos da Nacionalidade Brasileira”.<sup>62</sup>

E mais razão havia para as distinções servirem de disputa na vida política. Em 1853, falava-se, por exemplo, que o Partido Liberal “é o partido dos *mulatos*.”<sup>63</sup> *O Grito Nacional*, jornal republicano redigido por Joaquim Feliciano Gomes, saiu em defesa dos liberais: “Se o partido da Oposição se compõe de *pardos*, porque é um partido Nacional e conhece as necessidades do País”. No Rio de Janeiro de 1853, quem assim qualificava o Partido Liberal eram os membros do Partido Saquarema. Este que, de acordo com *O Grito Nacional*, “alimenta pretensões aristocráticas, e o que se torna mais visível é ver alguns *pardos* que aí figuram guerrear aos outros só porque são mais disfarçados!” E seguiu com um puxão de orelha ao Partido Saquarema: “se tendes vida e vigor, os deveis a hábil pena de um *pardo* que sustenta os vossos princípios; e se ele vos faltar - vossa causa está perdida – [...] não achareis entre os vossos *brancos* quem o possa substituir.”<sup>64</sup> O tal pardo saquarema era Justiniano José da Rocha,

---

<sup>61</sup> REZENDE, Francisco de Paula F. **Minhas recordações**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987, pp. 184-185. Ilmar Rohloff de Mattos entendeu que o *sentimento aristocrático*, por um lado, expressava a continuidade do modelo de relações pessoais e raciais do período colonial e, por outro lado, influenciou na formação do Estado nacional brasileiro e da classe senhorial. Ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema...** op. cit., pp. 125-127.

<sup>62</sup> **O Grito Nacional**, Rio de Janeiro, nº 514, 4 mar. 1853, p. 2, grifos no original. Ferreira de Rezende também compreendia que “não há talvez um só brasileiro que não tenha em suas veias uma quantidade maior ou menor de sangue indígena ou de sangue africano.” E se assim não o era, “é muito de supor, que no fim de mais alguns séculos a população toda do Brasil não se componha senão dessa raça única”, sugeriu. Ver: REZENDE, Francisco de Paula F. **Minhas recordações...** op. cit., pp. 183-184.

<sup>63</sup> **O Grito Nacional**, Rio de Janeiro, nº 495, 19 jan. 1853, p. 3, grifo no original.

<sup>64</sup> **O Grito Nacional**, Rio de Janeiro, nº 503, 6 fev. 1853, p. 3, grifos no original. Até meados de 1854, *O Grito Nacional* apoiava explicitamente o republicanismo, até, daí em diante, passar a defender o Gabinete da Conciliação. Em 1853, o jornal transcreveu um artigo denominado *Vantagens da república*, em que se lia promessas de liberdade e igualitarismo contrapostas ao governo monárquico. Em 1854, o jornal fez saudações a

que até então ignorava a qualificação, mas que, em 1855, após receber frequentes investidas de colorização d'*O Grito Nacional*, e este enfim chamar-lhe de “negro”, respondeu bravo: “Infâmia!”<sup>65</sup> Para evitar que fosse processado por difamação, o redator d'*O Grito Nacional* teve de tergiversar: “Que o Sr. Rocha nas cores não é negro todos sabem; porque como nós, é e será sempre mulato: o que porém, e geralmente se diz é que o Sr. Rocha é *negro e muito negro nas ações*.”<sup>66</sup> Se existiam pardos em ambos os partidos, a diferença estava em que, enquanto o redator d'*O Grito* se orgulhava de ser pardo, Justiniano e os saquaremas não só não admitiam que se lhes associassem a uma condição étnico-racial considerada inferior naquela sociedade, como também instrumentalizavam a mulatice para rebaixar seus adversários liberais. A proximidade com a escravidão que os saquaremas queriam era só na condição de senhores.

Era assim que o Partido Saquarema buscava dirigir a sociedade. Imprimia uma direção moral e civilizatória que deveria conservar os elementos de distinção social sem prejuízo da competição política.<sup>67</sup> Mas mais efetiva era a dominação que exerciam por meio dos gabinetes saquarema. Ao Primeiro Gabinete Saquarema, de 29 de setembro de 1848, sucedeu, em 11 de maio de 1852, um segundo, presidido por Joaquim José Rodrigues Torres, que também ocupava a pasta da Fazenda, com Francisco Gonçalves Martins na pasta do Império, José Ildefonso de Souza Ramos na pasta da Justiça, Paulino José Soares de Souza na dos Negócios Estrangeiros, Zacarias de Góis e Vasconcelos na da Marinha e Manoel Felizardo de Souza e Melo na da Guerra.

Desses seis ministros, quatro estudaram em Portugal nos anos 1820. Por lá, o momento era conturbado. Após a morte de João VI em 1826, desencadeou-se uma crise de sucessão do trono. A solução passaria por Pedro I ter de convocar as Cortes e apresentar uma Carta Constitucional, para, em seguida, renunciar à coroa portuguesa. Seu irmão, Miguel, deveria jurar a Carta, desposar Maria da Glória (filha de Pedro I) e reinar até que esta atingisse a maioridade e se tornasse, portanto, rainha. Mas isso gerou uma crise. A querela dividia Constitucionalistas e Absolutistas. Dentro da família real, Pedro I pendia para os primeiros e Miguel para os segundos. As divisões geraram uma guerra, que estourou em 1827, com o apoio da Inglaterra para pressionar Miguel ao constitucionalismo, e com o auxílio da Espanha, de

---

um chamado *Partido Republicano* e ao surgimento de outros jornais republicanos em São Paulo e Bahia. Ver, respectivamente: *O Grito Nacional*, Rio de Janeiro, nº 530, 13 abr. 1853, pp. 2-3; e nº 642, 2 fev. 1854, p. 2.

<sup>65</sup> *A Constituição*, Rio de Janeiro, nº 12, 3 jun. 1855, p. 4, grifo no original.

<sup>66</sup> *O Grito Nacional*, Rio de Janeiro, nº 772, 6 jun. 1855, p. 4, grifos no original.

<sup>67</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema...* op. cit., pp. 169-170.

onde o exército miguelista se organizou para invadir Portugal.<sup>68</sup> Pouco antes dessa crise sucessória, Rodrigues Torres e Manoel Felizardo haviam se formado ambos em matemáticas na Universidade de Coimbra. Paulino e Gonçalves Martins não tiveram o mesmo sucesso; a guerra civil os fez abandonar Coimbra para concluírem o curso de ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito de São Paulo. Souza Ramos e Zacarias de Góis fizeram todo o curso de direito em São Paulo e Pernambuco, respectivamente. Foi durante sua passagem pela Faculdade de Direito de Olinda, em meados dos anos 1830, que Zacarias conheceu Gonçalves Martins, tornando-se pupilo deste e sendo por ele indicado para a pasta da Marinha no gabinete de 11 de maio de 1852.<sup>69</sup>

Rodrigues Torres, Paulino e Gonçalves Martins sentaram nas cadeiras da Cadeira Velha durante a 3ª legislatura (1834-1837). Passaram a atuar coordenados politicamente quando assumiram a bandeira do Regresso conservador após a subida do Gabinete 19 de Setembro (de 1837) ao poder: o primeiro se tornou ministro da Marinha; o segundo assumiu a defesa do gabinete na Câmara; e o terceiro se tornou chefe de polícia da Bahia, tendo de enfrentar a Sabinada enquanto no cargo. Também Manoel Felizardo se juntou ao Regresso e, durante a existência do gabinete regressista, assumiu as presidências do Ceará e do Maranhão, tendo de enfrentar a Balaiada no campo de batalha. Paulino e Rodrigues Torres eram, além disso, ligados por laços de parentesco. Concunhados. Maria de Macedo Torres, casada com Rodrigues Torres, era irmã de Ana de Macedo Soares de Souza, essa casada com Paulino. Ambas filhas do mestre de campo João Álvares de Azevedo, o qual também era sogro de Bernardo Belisário Soares de Souza, esse desembargador da Relação da Corte e tio de Paulino. Os Álvares de Azevedo tinham relações de parentesco com os mais abastados fazendeiros fluminenses.<sup>70</sup> Em contraponto a essa rede, dos ministros do Gabinete 11 de Maio, Zacarias de Góis e Souza Ramos foram os únicos que iniciaram a carreira política na década de 1840, não associando-se aos demais ministros através de laços parentais ou através dos círculos de Coimbra e do Regresso.

---

<sup>68</sup> LIMA, Oliveira. **Dom Pedro e dom Miguel: a querela da sucessão (1826-1828)**. Brasília: Senado Federal, 2005, pp. 106-117 e 158-166; AREND, Hugo. A crise de sucessão portuguesa: intelectuais, ideologia e cultura na sociedade internacional (1828-1834). **Revista Múltipla**, Brasília, v. 9, n. 17, dez. 2004, pp. 9-14.

<sup>69</sup> SILVA, Jaqueline Schmitt. Zacarias de Góis e Vasconcelos: o personagem do Brasil imperial numa perspectiva biográfica. In: FUCHS, Cláudia; SCHWENGBER, Ivan Luís; SCHÜTZ, Jenerton Arlan; MAYER, Leandro. (orgs.). **Pesquisas e escritas contemporâneas: dialogando com a pluralidade de vozes**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018, pp. 502-504; OLIVEIRA, Cecília Helena S. Introdução. In: VASCONCELOS, Zacarias de Góis. **Zacarias de Góis e Vasconcelos**. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 10.

<sup>70</sup> SOARES, Joaquim Antônio M. **Nobiliarquia fluminense, genealogia das principais e mais antigas famílias da Corte e província do Rio de Janeiro, vol. 2**. Niterói: Sem Editora, 1947, pp. 61-64; SOUZA, José Antônio S. **A vida do visconde do Uruguai (1807-1866)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p. 45.

Esses laços estreitos que ligavam os saquaremas eram detestados por seus opositores. Em 1848, com o Primeiro Gabinete Saquarema no poder, o *Correio Mercantil* - dirigido por Francisco Alves Moniz Barreto - entendeu que “o partido saquarema está montado por uma maneira que o habilita a lutar contra a opinião nacional; e que nunca se descuida de consolidar e perpetuar o seu domínio.” Eram frequentes as acusações de que os saquaremas controlavam o Estado brasileiro ocupando postos em setores-chave. “Se pelo senado dominam o ministério (qualquer que seja) e o corpo legislativo”, dizia o texto, “pelo conselho de estado influem diretamente em toda a marcha da administração; modificam o espírito das leis; põem estorvos a seus adversários; favorecem em tudo e por tudo a sua oligarquia.”<sup>71</sup> Havia, de fato, importantes chefes políticos saquaremas assentados no Senado em 1848, tais como Bernardo Pereira de Vasconcelos, José Clemente Pereira, Cândido José de Araújo Viana, José da Costa Carvalho (então visconde de Monte Alegre), Pedro de Araújo Lima (então visconde de Olinda), Miguel Calmon do Pin e Almeida (então visconde de Abrantes), Rodrigues Torres, dentre outros. Desses, o Gabinete 29 de Setembro (de 1848) comportou três: Araújo Lima, Costa Carvalho e Rodrigues Torres. Ao longo do oitocentos, afirma José Murilo de Carvalho, houve um predomínio de políticos conservadores assentados na Câmara vitalícia. Maria Fernanda Martins demonstra o mesmo predomínio para o Conselho de Estado, embora o razoável número de senadores independentes empregasse uma “tendência *moderada* no interior da instituição.”<sup>72</sup>

As Forças Armadas também eram colocadas no balaio da dominação saquarema. “O exército por sua organização e caráter está completamente subordinado ao governo, que o emprega a seu capricho, ou como honrado defensor da ordem pública, ou como instrumento cego e bárbaro das vinganças do poder”, asseverou o *Correio Mercantil*, em junho de 1850. “A par do exército, a oligarquia projeta, e dentro em poucos dias terá realizado, a criação de uma *milícia*, cujos recrutadores, capitães e chefes serão a todo o sempre instrumentos seus, e cujo apoio unido ao do exército lhe dará uma força imensa”, ajuizou, a respeito da Guarda Nacional.<sup>73</sup> Naquele junho de 1850, discutia-se a reforma da Guarda Nacional, concretizada em lei na 29 de Setembro de 1850. Entre os saquaremas, a Guarda Nacional tocava sempre o alerta da sedição, isso em recordação à Farroupilha, à Cabanagem, à Sabinada e às revoltas liberais

---

<sup>71</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 306, 9 nov. 1848, p. 2.

<sup>72</sup> TAUNAY, Affonso de. *O Senado do Império*. Brasília: Senado Federal, 1978; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem...* op. cit., p.215; MARTINS, Maria Fernanda V. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, pp. 108-109, grifo no original.

<sup>73</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 159, 22 jun. 1850, p. 2, grifo no original. Anos mais tarde, em 1867, Tito Franco de Almeida também escreveu que o Partido Saquarema buscava “perpetuar-se no poder, e julgou armar-se votando a lei da guarda nacional”. Ver: ALMEIDA, Tito Franco. *O conselheiro Francisco José Furtado. Biografia e estudo de História política contemporânea*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p. 72.

de 1842 e de 1848. Eles reclamavam que a instituição sofria demasiadas interferências provinciais, e enxergavam problemas na escolha dos oficiais, que eram eleitos pelas tropas e somente os comandantes eram escolhidos pelo governo. Durante os anos 1840, as províncias, cada qual segundo suas próprias medidas, alteraram o critério de escolha de oficiais, retirando aos poucos o caráter eletivo. Mas a reforma de 1850 veio unificar esse critério em todo o Brasil, coroando a ação centralizadora: todos os oficiais passaram a ser nomeados pelo governo central.<sup>74</sup>

Até instituições de caridade eram denunciadas como espaços de dominação saquarema. “A influência ilegítima anexa à pessoa do clementíssimo provedor da Santa Casa da Misericórdia, põe a sua disposição o poder imenso das associações religiosas, dessa falange numerosíssima, cuja força poucos têm devidamente apreciado”, escreveu o *Correio Mercantil*,<sup>75</sup> ironicamente titulando de *clementíssimo* a pessoa de José Clemente Pereira, que, desde 1838, ocupava o posto de provedor da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. O cargo era ocupado, desde a fundação da instituição no século XVI, por homens de grande cabedal e notabilidades ao nível de vice-reis e governadores. Aqueles que o ocupavam dispunham de largo poder decisório conferido pelas avultadas subvenções disponíveis e pelos serviços prestados ao Estado. Clemente Pereira modernizou e ampliou a instituição, conquistando, com isso, grande influência entre as irmandades a ela ligadas e entre as gentes dela dependentes. Após a morte de Clemente Pereira, o cargo de provedor foi ocupado por Carneiro Leão (1854-1856), Miguel Calmon (1857-1865), Zacarias de Góis (1866-1877), Souza Ramos (1879-1883) e João Maurício Wanderley (1883-1889). Com exceção de Zacarias, que à época era liberal, até o fim do Império todos os outros ocupantes foram conservadores.<sup>76</sup>

No correr das eleições de 1852, intensificava-se a cruzada do *Correio Mercantil* contra os saquaremas. Agora o alvo era o Segundo Gabinete Saquarema. “Essa oligarquia desde quatro anos que está de posse do governo e pesa sobre o país”, iniciou o argumento. “Todos os seus atos tendem a um único fim, a sua perpetuidade no poder”, porque, continuou, “se destinam ao engrandecimento e ao triunfo de alguns homens em detrimento do bem comum e dos direitos

---

<sup>74</sup> CASTRO, Jeanne Berrance. **A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850**. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1977, pp. 12 e 188-193; URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX**. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1978, pp. 132-141

<sup>75</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 159, 22 jun. 1850, p. 2.

<sup>76</sup> CABRAL, Jaqueline; VELLOSO, Verônica Pimenta. Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. In: FONSECA, Maria Raquel F. (coord.). **Dicionário histórico-biográfico das ciências da saúde no Brasil (1832-1930)**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>>. Acesso em: 12 fev. 2021; RUSSEL-WOOD, Anthony John. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Brasília: Editora UNB, 1981, pp. 16 e 89.



constitucionais dos cidadãos brasileiros.” O redator considerava que “a oligarquia não é um partido político”, e que o Partido Saquarema, “sustentando com o seu apoio a oligarquia que o desonra, rebaixa-se, aniquila-se, e toma um caráter que o envilece”. Deixava de ser um partido, tão necessário para o sistema representativo, “para ser também facção, e obedecendo cegamente aos caprichos e firmas de duas dúzias de *senhores*, se reduz a representar o miserável papel de *vassalos feudais* dessas tristíssimas caricaturas dos barões da idade média”, censurou,<sup>77</sup> em modos pouco comedidos e com frequência ditada pelos atos do governo que desagradavam os liberais. O jornal vivia advogando que o primeiro ato do gabinete foi ter feito “tábula rasa em todo pessoal da máquina administrativa, desde o primeiro até o último degrau”. Isto é, falava sobre o rearranjo de burocratas, por isso, afirmou o redator, “chovem demissões em massa por toda a parte; milhares de funcionários são desalojados do que se chama empregos de confiança; e a inversão não se julga completa enquanto dos que serviram à transata administração um só subsiste!”<sup>78</sup>

Isso não era exclusividade dos gabinetes saquaremas. Mas, desde que subiu o Gabinete 29 de Setembro (de 1848), corria na imprensa liberal da Corte que o Partido Saquarema tentava controlar ao máximo o corpo burocrático, setores administrativos no geral, incluindo agentes judiciais, militares e políticos que viviam da política. O poder que os ministros tinham sobre a burocracia era realmente grande. Nomeando presidentes de província alinhados e disciplinados com seu partido, o governo podia influenciar através da Secretaria da Presidência, da Tesouraria Provincial e da Secretaria de Polícia; todas essas, nos cálculos de Paulino Soares de Souza, comportaria um tanto de 60 a 70 funcionários. A Presidência de Província mesma, apontou o jurista saquarema, mantinha influência direta em tantas regiões da província que lhes davam mando em cerca de 600 a 800 funcionários, tais como juízes e suplentes, escrivães, tabeliães, promotores, secretários municipais, fiscais, coletores, jurados, delegados e subdelegados. Além disso, o governo central podia, legalmente, incidir diretamente sobre a nomeação e demissão de bispos, juízes de direito, juízes municipais, promotores, chefes de polícia, delegados e subdelegados, comandantes e oficiais do Exército e da Marinha, comandantes e oficiais da Guarda Nacional, embaixadores, e dos agentes administrativos ligados às pastas ministeriais, à Alfândega e a outras instituições vinculadas ao gabinete.<sup>79</sup>

---

<sup>77</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 337, 3 dez. 1852, p. 1, grifos no original.

<sup>78</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 69, 10 mar. 1853, p. 2.

<sup>79</sup> URUGUAI, Visconde de. Ensaio sobre o Direito Administrativo... op. cit., pp. 124, 129-130 e 217; BRASIL. Carta Constitucional de 25 mar. 1824. **Coleção de Leis do Império do Brasil de 1824: Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, pp. 21-22.

Se assumirmos, à maneira de Paulino, que a burocracia é toda a estruturação do Estado pelas mãos do poder governamental, devemos também assumir, à maneira de Fernando Uricoechea, que o Estado imperial era formado por uma *burocracia patrimonial*, cujo processo de estruturação racional do Estado não abandonou seu velho sistema de prebendalismo.<sup>80</sup> Daí não poder ocorrer exclusivismo partidário na influência exercida sobre o corpo burocrático do Estado. A razão dessa influência é de natureza pragmática, malgrado parta de decisões políticas e interesses partidários. Na imprensa, as queixas feitas pelos opositores do governo que ocupava o poder antes cumpriam os papéis de advertir através da opinião pública sobre as deficiências do processo de burocratização estatal e de pressionar para que tal processo atendesse a novas necessidades sociais do que o papel de denunciar ilegalidades, porque ou não havia leis suficientes para orientar o processo de burocratização, ou, quando as havia, eram prescritas pelos *de cima* em contrariedade com costumes há muito arraigados entre os *de baixo*. O processo de burocratização, por isso, era tão pragmático quão contraditórias fossem as relações políticas que o impulsionava.

Nesse sistema, um contrapeso ao poder governamental era o corpo legislativo, sobretudo a Câmara dos Deputados, por seu caráter eletivo e, portanto, transitório. Mas a Câmara composta em 1853 era considerada afeita ao Segundo Gabinete Saquarema. Em maio de 1853, Francisco Otaviano de Almeida Rosa, em sua coluna política no *Jornal do Commercio*, explicou a situação parlamentar: “A câmara é unânime”, lê-se, “não tendo adiante de si o seu adversário, não sente ela a necessidade de conservar-se vinculada pelo nexos das opiniões políticas”. A conservação da câmara dependia não dos nexos partidários, mas de seu vínculo com o gabinete. O jornalista oposicionista sabia que desde a legislatura passada havia um descontentamento com o Gabinete 29 de Setembro, mas que se resumia a individualidades, não se chegando a formar um bloco de oposição. “Poderá o descontentamento transformar-se em oposição? Transformem-no, senhores, mas para isso lembrem-se que é indispensável o elemento de um princípio em antagonismo com os princípios ministeriais”, sinalizou para os deputados da nova legislatura. Otaviano foi candidato em 1852 e era o segundo na fila da suplência pelo Rio de Janeiro. Ele sabia que provavelmente os deputados eleitos pela província do Rio Joaquim Francisco Viana e Souza Ramos logo seriam eleitos senadores, e, assim, lhe

---

<sup>80</sup> URUGUAI, Visconde de. Ensaio sobre o Direito Administrativo... op. cit., pp. 91; e URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial...** op. cit., pp. 90-119. Na filosofia do direito de Hegel, a burocracia é o poder governamental, que engloba o judiciário, a administração pública e as Forças Armadas. No entendimento de Paulino Soares de Souza há uma separação entre o poder governamental e o poder administrativo, sendo o primeiro exclusivamente político, e o segundo, discricionário. Sobre isso, ver: HEGEL, Georg Wilhelm F. **Linhas fundamentais da filosofia do direito, ou, Direito natural e ciência do estado em compêndio**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2010, § 287 e §326, pp. 272 e 299-300; MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 66-78.

abriria um assento definitivo na Câmara temporária. Talvez por isso fazia, nas páginas do *Jornal do Commercio*, o chamamento para se formar uma oposição organizada. Entendeu que o momento era propício, pois “a velha disciplina do partido saquarema desapareceu. Não dizemos se isto é um mal, se é um bem; dizemos simplesmente que é assim.” Apontou, em seguida, dois motivos para a falta de disciplina partidária entre os saquaremas: primeiro, “os ministros não frequentam a câmara”, abstendo-se “de procurar dar direção à câmara e de constituir-se centro da sua maioria”; segundo, “quase todos os homens feitos, conhecidos geralmente no nosso mundo político, estão no senado; apenas na câmara resta o Sr. Eusébio”, concluiu.<sup>81</sup>

Ao lado de Rodrigues Torres e Paulino, Eusébio de Queirós figurava como um dos membros da trindade saquarema. Dizia-se que Eusébio era o papa e aqueles dois os cardeais do consistório partidário. Quando o Primeiro Gabinete Saquarema subiu ao poder em 1848, Vasconcelos, Clemente Pereira, Miguel Calmon, Araújo Viana e outros mais, estavam assentados no Senado. Ali aposentavam-se das lidas partidário-eleitorais. Carneiro Leão também estava no Senado, mas logo depois, em 1851, partiu como plenipotenciário para missão no Rio da Prata, região que ocupava desde 1849 quase que exclusivamente a atenção de Paulino como ministro dos Negócios Estrangeiros. Araújo Lima, Costa Carvalho e Rodrigues Torres dirigiam o Partido Saquarema através dos instrumentos que o gabinete os permitia. E nesse gabinete estava Eusébio como ministro da Justiça. Ascenso o Gabinete 11 de Maio (de 1852), Gonçalves Martins (ministro do Império) e Souza Ramos (ministro da Justiça) dispunham da direção do Partido ministerialmente, com Rodrigues Torres à frente. E, em 1853, Eusébio figurou como o principal responsável por dirigir o Partido na Câmara dos Deputados.<sup>82</sup>

Tão logo o Voto de Graças foi iniciado na Câmara em 1853 a ideia da unanimidade saquarema se esvaiu. Em 27 de maio, o *Jornal do Commercio* noticiou que “houve ontem em casa do Sr. senador Fernandes Chaves uma reunião de senadores e deputados, em nº de 30, que

---

<sup>81</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 135, 16 mai. 1853, p. 4, grifos no original; Carta de Francisco Otaviano de Almeida Rosa para Francisco Inácio Carvalho Moreira, 16 mar. 1853. In: ROSA, Francisco Otaviano de A. **Cartas de Francisco Otaviano; coligidas, anotadas e prefaciadas por Wanderley Pinho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977, p. 80.

<sup>82</sup> Sobre a atuação de Paulino Soares de Souza e Carneiro Leão nas questões diplomáticas do Rio da Prata, ver: SOUZA, José Antônio S. **A vida do visconde do Uruguai...** op. cit., pp. 244-455; e SOUZA, José Antônio S. **Honório Hermeto no Rio da Prata (missão especial de 1851/52)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. Em 1852, as disputas em torno da direção do Partido Saquarema através do gabinete também eram confidenciais em cartas, ver: carta de Paulino José Soares de Souza para Firmino Rodrigues Silva, 27 dez. 1852, e carta de José Martins da Cruz Jobim para Firmino Rodrigues Silva, 5 abr. 1852, apud MASCARENHAS, Nelson Lage. **Um jornalista do Império (Firmino Rodrigues Silva)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961, pp. 172 e 197-198; carta de Francisco Otaviano de Almeida Rosa para Francisco Inácio Carvalho Moreira, 13 mai. 1852. In: ROSA, Francisco Otaviano de A. **Cartas de Francisco Otaviano...** op. cit., pp. 75-78.

resolveram formar um novo partido denominado partido parlamentar. / Consta-nos que este novo partido tenciona fazer oposição ao gabinete.”<sup>83</sup> Formou-se, assim, uma oposição denominada *Partido Parlamentar*, apresentando-se como um terceiro partido.

Fato é que ao longo do período imperial os parlamentares viviam pregando que no sistema representativo brasileiro cabiam apenas dois partidos políticos. Ainda assim o experimento de um terceiro partido não era uma novidade da legislatura de 1853. Nas sessões de 1834, Bernardo Pereira de Vasconcelos alistou parlamentares e tomou frente da redação do jornal *O Sete d’Abril* formando um bloco de poder que ele denominou de *terceiro partido*. Seu principal objetivo era antecipar a maioria de Januária, tornando-a regente do Império.<sup>84</sup> Em 1838, novamente formou-se outro bloco denominado *terceiro partido*. Composto por deputados novatos na Câmara baixa e capitaneados por Francisco Ramiro de Assis Coelho, passou a advogar as “ideias médias”, o “justo meio”, uma posição mais isenta das contendas entre progressistas e regressistas. Mas logo foi capturado por Carneiro Leão para compor o Regresso conservador.<sup>85</sup>

Em 1853, o terceiro partido recém-formado tinha o objetivo de derrubar o Gabinete Rodrigues Torres. O Voto de Graças permitia a moção de confiança ou de desconfiança. O Parlamento, por meio do Voto, julgava os atos e o programa do governo, ou conferindo sua confiança a ele, ou buscando derrubá-lo. A moção era o principal instrumento de responsabilização do governo às mãos do Parlamento. Assim que a comissão de Resposta à Fala do Trono colocou o Voto de Graças para a apreciação da Câmara baixa, dez deputados se inscreveram para discursar contra: Francisco de Paula Negreiros Saião Lobato (RJ), Francisco de Paula Batista (PE), Jerônimo Martiniano Figueira de Melo (PE), Francisco Carlos Brandão (PE), Joaquim Pinto de Campos (PE), Raimundo Ferreira de Araújo Lima (CE), Francisco Domingues da Silva (CE), Domingos José Nogueira Jaguaribe (CE), Joaquim Otávio Nebias

---

<sup>83</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 146, 27 mai. 1853, p. 2. Sobre o Partido Parlamentar, ver: ROSAS, Suzana Cavani. Executivo versus Legislativo: o conflito parlamentar entre o Gabinete Rodrigues Torres e seu partido em 1853. **Revista de História**, São Paulo, n. 180, 2021.

<sup>84</sup> GAMA, José Saldanha da. **Dois palavras imparciais sobre o Terceiro Partido e o Sr. Bernardo Pereira de Vasconcelos**. Campos: Tipografia Patriótica de Parahyba, 1835, p. 13; **O Sete d’Abril**, Rio de Janeiro, nº 264, 27 jul. 1835, p. 3.

<sup>85</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 30 mai. 1838; **O Chronista**, Rio de Janeiro, nº 188, 5 jun. 1838, p. 3-4; **Aurora Fluminense**, Rio de Janeiro, nº 34, 30 set. 1838, p. 4. Marcello Basile explica que, para os *moderados*, o princípio do justo meio significava o equilíbrio entre as opiniões extremadas. De acordo com Marco Morel, a política do justo meio modificou-se circunstancialmente: em 1821, era o resguardo da união entre Portugal e Brasil; em 1822, era a defesa do Brasil independente; em 1830, indicava a mudança ministerial e a manutenção do imperador; em 1831, indicava a política dos *moderados*. Ver: BASILE, Marcello. **A politização das ruas: objetos de Brasil, ação política nos tempos das Regências, vol. 1**. Brasília: Senado Federal, 2022, pp. 93-94; e MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)**. 2. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, pp. 140-142.

(SP) e Joaquim Augusto do Livramento (SC). Com exceção de Saião Lobato, que hesitou elogiando o governo mas criticando o ministro do Império (Gonçalves Martins), que no término de seu discurso foi vaiado por deputados baianos apoiadores deste ministro, e que na votação final voltou atrás e acabou concedendo sua confiança ao governo; com exceção de Saião Lobato, os outros descontentes foram firmes em seus discursos.<sup>86</sup>

Eusébio de Queirós não se calou ante a oposição que se formava: “Na minha opinião um voto de graças não é mais do que a manifestação dos sentimentos de gratidão da câmara por ocasião da abertura da assembleia geral”. Era claro sua insatisfação com a oposição ter feito moção de desconfiança do Voto de Graças. “O fim que a câmara tem, e que se propõe, quando faz inserir num voto de graças uma expressão de censura, desconfiança ou mesmo dúvida sobre o acerto da administração, não pode ser senão criar um conflito com o ministério, provocar uma mudança de gabinete”, inquietou-se, em meio a *apoiados*. O *Correio Mercantil* viu no pronunciamento de Eusébio um sentido de adesão e um de ameaça. De adesão, porque “o Sr. Eusébio carrega com a responsabilidade dos atos ministeriais, tanto como carrega com a responsabilidade de qualquer ato, aquele que o sanciona com o seu voto, que o apadrinha com a sua influência.” De ameaça, porque Eusébio “declarou portanto ser mister àqueles que querem oferecer ao ministério, por ocasião da resposta à fala do trono (que ele protesta ser inoportuna), um duelo de morte, levantar a discussão à altura da sua consequência.”<sup>87</sup>

Na contagem final do Voto de Graças, dos 113 deputados com assento na Casa, 91 compareceram, votando 69 a favor e 22 contra – o presidente da Casa, Antônio Peregrino Maciel Monteiro (PE), por ocupar tal cargo ficava impedido de votar. A votação não foi nominal, e, por esse motivo, encontrei dificuldades em alcançar o posicionamento de todos os deputados votantes. Identifiquei 38 deputados que votaram a favor do Voto de Graças e, portanto, apoiaram o governo, e 21 deputados que votaram contra e, portanto, não concederam seu apoio ao governo. Configurou-se, com isso, 59 deputados identificados do total de 91. Como se vê no quadro 1, o governo recebeu amplo apoio da bancada baiana. A maioria dos representantes do Rio de Janeiro, do mesmo modo, concederam seu apoio ao governo, sendo Francisco Otaviano a única voz dissonante. Em contrapartida, a maior resistência em conceder

---

<sup>86</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 1º jun. 1853, pp. 11-19; **O Grito Nacional**, Rio de Janeiro, nº 554, 3 jun. 1853, p. 3. Sobre a prática da moção de confiança, ver: COUTINHO, Elvis Gibson L. Princípios da responsabilidade política. **Revista do Instituto do Direito Brasileiro**, Lisboa, ano 2, n. 8, 2013, pp. 8109-8112.

<sup>87</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 2 jun. 1853, p. 20; **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 154, 3 jun. 1853, p. 1.

apoio ao governo veio de representantes do Norte do Império. A maioria dos representantes de Pernambuco e Ceará votaram em desconfiança ao governo.

### QUADRO 1

Deputados por bancada provincial que se manifestaram no Voto de Graças de 1853<sup>88</sup>

| Província           | Votaram a favor | Votaram contra |
|---------------------|-----------------|----------------|
| Pará                | 1               | 0              |
| Maranhão            | 2               | 0              |
| Piauí               | 1               | 0              |
| Ceará               | 3               | 5              |
| Rio Grande do Norte | 0               | 1              |
| Paraíba             | 2               | 0              |
| Pernambuco          | 3               | 9              |
| Alagoas             | 1               | 2              |
| Sergipe             | 1               | 0              |
| Bahia               | 10              | 0              |
| Rio de Janeiro      | 6               | 1              |
| Minas Gerais        | 6               | 0              |
| Mato Grosso         | 1               | 0              |
| São Paulo           | 1               | 2              |
| Santa Catarina      | 0               | 1              |

<sup>88</sup> A identificação foi feita verificando-se três tipos de registros: primeiro, os deputados que se inscreveram nominalmente para discursar nas sessões do Voto de Graças; segundo, os deputados que deram apartes durante as discussões do Voto de Graças, observando-se se aprovavam ou não as falas favoráveis e contrárias ao ministério; e, terceiro, por informações extraídas dos periódicos aqui analisados. Votaram a favor: Eusébio de Queirós (RJ), Francisco de Paula Negreiros Saião Lobato (RJ), João Manoel Pereira da Silva (RJ), Cândido Borges Monteiro (RJ), João Antônio Miranda (RJ), Luís Pedreira do Couto Ferraz (RJ), Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos (MG), Luís Antônio Barbosa (MG), Antônio Gabriel de Paula Fonseca (MG), Francisco de Paula Cândido (MG), Justiniano José da Rocha (MG), Antônio Cândido da Cruz Machado (MG), Torquato Rodrigues Dutra Rocha (BA), Ângelo Moniz da Silva Ferraz (BA), João Maurício Wanderley (BA), Aprígio José de Souza (BA), Francisco Antônio Ribeiro (BA), Luís Barbalho Moniz Fiúza (BA), José Antônio Saraiva (BA), Benevenuto Augusto Magalhães Taques (BA), José de Góis Siqueira (BA), Francisco Mendes da Costa Correia (BA), Frederico de Almeida e Albuquerque (PB), Lindolfo José Correia das Neves (PB), José Tomás Nabuco de Araújo (PE), Antônio Correa Seára (PE), João José Ferreira de Aguiar (PE), Manoel Teófilo Gaspar de Oliveira (CE), Antônio José Machado (CE), Inácio Joaquim Barbosa (CE), João Duarte Lisboa Serra (MA), Cândido Mendes de Almeida (MA), José Inácio Silveira da Mota (SP), João Lustosa da Cunha Paranaguá (PI), José Correia da Silva Titara (AL), João de Siqueira Queirós (SE), Viriato Bandeira Duarte (MT) e Ângelo Custódio Correia (PA). Votaram contra: Francisco de Paula Batista (PE), Jerônimo Martiniano Figueira de Melo (PE), Francisco Carlos Brandão (PE), Joaquim Pinto de Campos (PE), Augusto Frederico de Oliveira (PE), Antônio Correia de Sá e Albuquerque (PE), Sebastião do Rego Barros (PE), Francisco Xavier Paes Barreto (PE), Domingos de Souza Leão (PE), Raimundo Ferreira de Araújo Lima (CE), Francisco Domingues da Silva (CE), Domingos José Nogueira Jaguaribe (CE), Miguel Fernandes Vieira (CE), João Capistrano Bandeira de Melo (CE), Manoel Joaquim de Castelo Branco (AL), Francisco Joaquim Gomes Ribeiro (AL), Joaquim Otávio Nebias (SP), Joaquim José Pacheco (SP), Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti (RN), Francisco Otaviano de Almeida Rosa (RJ), João Evangelista de Saião Lobato (RS) e Joaquim Augusto do Livramento (SC).

|                   |    |   |
|-------------------|----|---|
| Rio Grande do Sul | 0  | 1 |
| Não identificadas | 31 | 1 |

Fontes: **Anais da Câmara dos Deputados**, sessões de 1853; **Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional**.

O Partido Parlamentar era composto por grande parte desses opositores ao governo. Na liderança estavam Joaquim Otávio Nebias (SP), Jerônimo Martiniano Figueira de Melo (PE), Francisco de Paula Batista (PE) e Raimundo Ferreira de Araújo Lima (CE), que frequentemente subiam na tribuna, às vezes frente a frente de Eusébio, para manifestar sua oposição ao gabinete. Eles eram acompanhados de outros oposicionistas das bancadas pernambucana e cearense, acrescidos de dois por Alagoas, mais Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti (RN), Joaquim Augusto do Livramento (SC) e Joaquim José Pacheco (SP).

Mas era na bancada pernambucana que estavam os membros mais aguerridos do Partido Parlamentar. E isso gerava alguma preocupação, pois a Praieira estava fresca demais na memória política do Brasil. “Em 1848 tivemos praia etc. que se denominavam ardentes: em 1853 temos nova praia, etc., que se denomina parlamentar. As cenas repetem-se, mas penso que o desfecho não será igual se no ministério houver a mínima dose de juízo”, escreveu Rodrigues dos Santos privativamente ao deputado João Maurício Wanderley. Rançosos com a administração do baiano Francisco Antônio Ribeiro em Pernambuco, os representantes dessa província questionavam ao governo porque não se queria nomear nenhum pernambucano para cargos da administração pública e do comando da Guarda Nacional. O deputado Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, em discurso, denunciou que “ultimamente parece que o ministério quis impor à província de Pernambuco a eleição de certos deputados e a rejeição de outros mais ou menos diretamente, e a província não se importou com as insinuações ministeriais, e elegeu a quem quis.” O deputado pernambucano entendeu que o gabinete queria submeter Pernambuco ao poder central, “na suposição de que pelo engodo dos postos da guarda nacional e dos empregos públicos os filhos de Pernambuco ficarão de mãos e pés atados ao carro ministerial”.<sup>89</sup>

Na Câmara dos Deputados também corria a convicção de que os saquaremas formavam uma oligarquia. Na discussão do orçamento do Império, o deputado Francisco Carlos Brandão (PE) disse que, sobre o gabinete, “geralmente se crê que ele só trata de formar uma oligarquia

<sup>89</sup> Carta de Rodrigues dos Santos para João Maurício Wanderley, 21 jun. 1853, apud PINHO, Wanderley. **Cotegipe e seu tempo: primeira fase, 1815-1867**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 389, nota 1; **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 4 jun. 1853, pp. 69-70.

para si, e que o resto dos brasileiros não lhe merece consideração.” Essa era uma crença, segundo o deputado pernambucano, que corria mais forte no Norte do Império do que no Sul. “Lavra na população daquele lado do Brasil a ideia, a persuasão profunda de que o gabinete só distribui os seus favores, só prodigaliza as suas graças àqueles que formam um círculo seu, especialmente seu”, explicou Brandão. “Não é só Pernambuco, senhores, quem se queixa (notai bem), queixam-se províncias igualmente importantes como aquela, queixa-se o Ceará com toda a razão...”, emendou.<sup>90</sup>

Em defesa do gabinete, Gonçalves Martins (ministro do Império) desviou o assunto questionando qual o objetivo do Partido Parlamentar: “logo no princípio da presente sessão e legislatura, um partido em oposição ao governo pareceu criar-se e mesmo ameaçar crescer; mas não pude perceber desde logo quais eram as intenções desse partido que se denominou parlamentar”. O ministro do Império sabia que o Partido Parlamentar formou-se de uma dissidência do Partido Saquarema, mas queria espremer a justificativa da boca dos dissidentes. “A maneira porque falou ontem um honrado membro deputado pela província de Pernambuco, claramente indicou-nos que ele não representa a opinião política que está oficialmente na gerência dos negócios do país”, falou, referindo-se ao discurso de Brandão. “Por conseguinte, se essas vozes são do partido parlamentar, então a divergência é de princípios, e portanto natural a separação operada”, explicou. Em seguida, questionou se a oposição era feita ao Gabinete Rodrigues Torres ou se aos gabinetes saquarema, pois os opositores tecem “acusações que recaem sobre a marcha da administração desde 1848; donde devo concluir que muitos dos nobres deputados não apoiaram, como hoje não apoiam, a política dominante.”<sup>91</sup> Na mesma sessão, Nebias respondeu a Gonçalves Martins que “já se têm apresentado por mais de uma vez as causas, os motivos muito valiosos para essa dissidência que se manifesta no velho partido saquarema”. Prontamente pediu aos deputados:

Senhores, não apurem muito os nossos motivos, não apurem muito a nossa situação nesta casa; deixem-nos ao menos a liberdade de separar-nos das bandeiras do governo atual. Firmes sempre nos princípios conservadores do velho partido saquarema, não nos obriguem a entrar em mais explicações. [...] Não fomos nós já tratados de descontentes, de exagerados e de inimigos do governo porque não podemos impor-lhe as nossas vontades? Já não fomos tratados de desperdícios do partido saquarema? O que quer dizer isto? Que o governo não precisa de nós: que não teme uma oposição; que o governo mesmo nos convida a entrar em luta, que uma porção de vossos amigos vos aborrece e vos compromete; que o governo, abundante de amigos, farto de poder e de força, não teme nada.<sup>92</sup>

<sup>90</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 7 jul. 1853, p. 107.

<sup>91</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 8 jul. 1853, pp. 123-124.

<sup>92</sup> *Ibidem*, pp. 127-128.



Os quereres dos membros do Partido Parlamentar não se resumiam, como concluíram Joaquim Nabuco e Wanderley Pinho, à conciliação de opiniões ou de partidos. Esses dois autores indicaram que o objetivo daquele partido era a conciliação,<sup>93</sup> antecipando a política articulada posteriormente por Carneiro Leão, quando a atenção dos deputados do Partido Parlamentar estava voltada para o curral político construído pelos saquaremas através do qual esses deputados eram excluídos da burocracia e limitados do poder.

A dissidência parlamentar do Partido Saquarema não foi um movimento fortuito. Foi uma reação tanto à ação centralizadora exercida pelos saquaremas alojados no poder quanto à natureza patrimonial da burocracia brasileira. O Partido Parlamentar era, além disso, um dos sintomas do processo de desorganização do Partido Saquarema, como notou Carneiro Leão:

é também indubitável que no antigo partido da ordem se tem operado um resfriamento proporcionado. Desta decadência dos partidos devem resultar novas transformações. Aparece um partido parlamentar na oposição [...].

Mas o partido parlamentar é de poucos dias, está no seu trabalho de formação; ainda não tem talvez assentado em todos os pontos que devem fazer parte do seu programa político; por consequência não é de admirar que ainda apareçam divergências entre as notabilidades que o compõem.<sup>94</sup>

O Partido Parlamentar, de fato, mal havia se formado e, em meados de julho de 1853, alguns de seus possíveis membros já se esquivavam em afirmar que lhe eram associados. Ascendido o gabinete de Carneiro Leão em setembro de 1853, o famoso Gabinete da Conciliação, não mais se falou no efêmero Partido Parlamentar.

## 1.2: A Conciliação e a danação do Partido Saquarema

Foi no período da Conciliação que se pôde observar a ocorrência de um processo na vida dos partidos políticos na cidade do Rio de Janeiro: eles se desorganizaram para logo em seguida se reorganizarem. A desorganização do Partido Saquarema foi um processo que vinha se arrastando desde o fim da década de 1840. Mas, observando a política operada nos espaços institucionais de poder, nota-se que essa desorganização se acentuou, primeiro, pela já dita oposição parlamentar ao Gabinete Rodrigues Torres e, depois, pela política da conciliação.

Desde fevereiro de 1853, Francisco de Sales Torres Homem vinha publicando semanalmente, no *Correio Mercantil*, uma série de artigos editoriais com o título sugestivo de

---

<sup>93</sup> PINHO, Wanderley. **Cotegipe e seu tempo...** op. cit., pp. 387-392; NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império, vol. 1...** op. cit., pp. 148-159.

<sup>94</sup> **Anais do Senado do Império**, sessão de 27 jun. 1853, p. 298.

*Considerações acerca da conciliação dos partidos.* Seus olhos e anseios estavam postos no governo de coalizão de George Hamilton-Gordon (lorde Aberdeen) na Grã-Bretanha. Composta em dezembro de 1852, a chamada Coalizão Aberdeen formou um gabinete de *peelites*, esses um bloco dissidente do Partido Conservador britânico, e de *whigs* e radicais, esses os opositores históricos dos conservadores. O gabinete era encabeçado pelo próprio Hamilton-Gordon, líder dos *peelites*, e obteve o apoio do líder *whig* John Russell sob promessas de reformas e de, no devido tempo, o chefe *peelite* transferir a presidência do gabinete para o chefe *whig*. Em fevereiro de 1853, Russell tornou-se ministro de Negócios Estrangeiros e esperava cobiçoso por encabeçar o gabinete. Contudo, demitiu-se da pasta em 1855, após o crescente desapontamento de parlamentares e populares com o governo causado pela condução da Guerra da Criméia e pelos sucessivos relatos de ingerência dos ministros.<sup>95</sup>

Ainda em fevereiro de 1853, a entrada de Russell para o Gabinete Aberdeen tanto agradou Torres Homem que passou a advogar que no Brasil se pusesse fim às lutas entre luzias e saquaremas, tal como ocorreu entre *peelites* e *whigs* na Grã-Bretanha, e se instaurasse uma conciliação de partidos, isto é, uma “conciliação operada pelo acordo das opiniões, pelo olvido do passado e pela necessidade comum de melhorar uma situação cujos perigos ameaçam a todos”, escreveu. A proposta do articulista carioca era uma conciliação à base de reformas. “Só as reformas que constituem a inscrição da bandeira do partido liberal, e o voto mais ardente do país, poderiam reviver o regime das garantias no interesse geral dos vencedores e dos vencidos”, concluiu.<sup>96</sup>

Mas essa não era uma ideia homogênea no Partido Liberal. O redator do jornal *O Grito Nacional* esteve longe de pactuar com a opinião de Torres Homem: “Muito bem faz o Sr. S. T. H. em falar por si só; pois certificamos que o partido Liberal não dá, nem dará jamais, o seu assentimento a uma conciliação pregada pelo Sr. S. T. H.” Nas páginas do jornal saquarema *O Velho Brazil*, a discordância com os liberais traduziu-se em impossibilidade de conciliação de partidos. O redator saquarema redarguiu que os liberais frequentemente lembravam da Coalizão Aberdeen, mas se esqueciam da realidade brasileira: “olhos fitos na Inglaterra, cujas circunstâncias especiais não conhecem, cujas necessidades em relação às exigências internas e às europeias não querem compreender, esquecem-se de olhar um pouco em redor de si: pois se o fizerem, veriam que é um impossível isso que lembram.”<sup>97</sup>

---

<sup>95</sup> HAWKINS, Angus. **British party politics, 1852-1889**. London: Macmillan Press, 1998, pp. 50-56.

<sup>96</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 53, 22 fev. 1853, p. 1.

<sup>97</sup> **O Grito Nacional**, Rio de Janeiro, nº 528, 8 abr. 1853, p. 1; **O Velho Brazil**, Rio de Janeiro, nº 1720, 17 set. 1853, p. 2.

O tema da conciliação estava em voga na imprensa do Rio de Janeiro quando Honório Hermeto Carneiro Leão, sacramentado visconde de Paraná, tomou assento na cadeira de presidente do Conselho de Ministros em 6 de setembro de 1853. Subia o chamado Gabinete da Conciliação, substituindo o Segundo Gabinete Saquarema, o de Rodrigues Torres. Luís Pedreira do Couto Ferraz ficou com a pasta do Império, José Tomás Nabuco de Araújo assumiu o ministério da Justiça, Antônio Paulino Limpo de Abreu recebeu a pasta de Negócios Estrangeiros, Pedro de Alcântara Bellegarde assumiu a pasta da Guerra e, interinamente, a da Marinha, e o próprio Carneiro Leão ficou com a pasta da Fazenda. Em dezembro de 1853, José Maria da Silva Paranhos entraria no gabinete recebendo a pasta da Marinha, e, em 1855, assumiria a pasta dos Negócios Estrangeiros. Em 1855, João Maurício Wanderley assumiria a pasta da Marinha e, em 1856, a da Fazenda. Luís Alves de Lima e Silva, nesse momento marquês de Caxias, receberia, em 1855, o ministério da Guerra e, após a morte de Carneiro Leão em 1856, assumiria a presidência do Conselho de Ministros.

Dos oito ministros, apenas Carneiro Leão e Limpo de Abreu estudaram em Coimbra. Ambos tinham formação jurídica. Entre 1835 e 1838, Pedreira, Nabuco de Araújo e Wanderley formaram-se em Direito, nas faculdades de São Paulo e Olinda. Já Luís Alves, Bellegarde e Paranhos formaram-se nas escolas militares da Corte; o primeiro em fins da década de 1810, o segundo em fins da década de 1820 e o terceiro no início da década de 1840. Comparando-se com o gabinete anterior (de Rodrigues Torres) em que quatro ministros estudaram em Portugal, no gabinete atual foram apenas dois ministros. Chama atenção o fato de grande parte dos ministros terem formação jurídica: quatro dos seis ministros do gabinete anterior (66,66%), e cinco dos oito ministros do atual gabinete (62,5%). Além disso, dos oito ministros do Gabinete da Conciliação, três tinham formação militar. Tudo isso corrobora com o estudo de José Murilo de Carvalho, segundo o qual há um predomínio de magistrados nos gabinetes, principalmente naqueles formados até o início da década de 1850. Mas a grande participação de militares no Gabinete da Conciliação (37,5%) é mais alta que a média (13,05%) do período (1840-1853) calculada pelo historiador.<sup>98</sup>

Mais importante é notar que a maior parte dos ministros do Gabinete da Conciliação era mais afeita à administração do Estado do que à direção partidária. Apenas Carneiro Leão, Nabuco de Araújo e Wanderley eram, dentre os ministros, aqueles que até então se dedicavam às lutas eleitorais do seu partido. Bellegarde, Luís Alves e Pedreira eram, na precisa expressão de Joaquim Nabuco, “desses homens que vivem na política como no melhor clube do país, a

---

<sup>98</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem...** op. cit., pp. 102-103.

quem só a política interessa e distrai, mas que não foram feitos para as lutas que ela impõem”.<sup>99</sup> Pedreira parecia se isentar das lutas políticas para se dedicar às obras públicas na Corte.<sup>100</sup> Luís Alves teve sua vida política marcada mais pela “diplomacia” do campo de batalha do que pelo Parlamento. Esforçava-se por manter a imagem de administrador, de “agente neutro”, como se lhe diziam. Contudo, desde que fora politicamente recrutado por José Clemente Pereira e combatera as revoltas liberais de 1842, tornou-se o general do Partido da Ordem.<sup>101</sup>

Limpo de Abreu era antigo partidário das fileiras adversárias. Na década de 1840, disputou eleições pelo Partido Luzia e assumiu pastas nos gabinetes do quinquênio liberal. Com a alçada dos saquaremas ao poder central em 1848, desentendeu-se com seus pares liberais e começou a ser estranhado por eles. Agora, na pasta dos Negócios Estrangeiros e pelo teor de seus discursos na Câmara dos Deputados, bandeava para o lado conservador.<sup>102</sup> Com Paranhos ocorreu o mesmo. Combatera os saquaremas, ao lado de Torres Homem, através do *Marimbondo* e, em 1848, como redator-chefe do *Correio Mercantil*. Em 1851, foi, no entanto, apresentado a Carneiro Leão por Manoel de Araújo Porto Alegre para servir-lhe como secretário em missão diplomática no Rio da Prata. Paranhos, por sua atuação, mereceu elogios do próprio imperador, e passou a trocar cartas diretamente com o ministro que do Brasil comandava a missão, Paulino Soares de Souza, conquistando sua amizade. O bandeio de Paranhos foi completado nas eleições de 1852, quando recebeu o apoio direto de Carneiro Leão para vencê-las e, assim, representar a província do Rio na Câmara dos Deputados. Tornava-se mais um ex-liberal nas fileiras conservadoras.<sup>103</sup>

O programa do Gabinete da Conciliação baseou-se nas instruções dadas pelo imperador a Carneiro Leão, o que demonstrava a vontade de Pedro II de participar mais diretamente da política nacional. As instruções versavam sobre a implementação de uma reforma eleitoral que impusesse eleições diretas e a divisão das províncias em círculos eleitorais; a repressão do tráfico; uma reforma judiciária; sobre os princípios da liberdade de comércio; uma lei de recrutamento; a aquisição de mais vapores para as frotas da Marinha brasileira; a organização

---

<sup>99</sup> NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império, vol. 1...** op. cit., p. 166.

<sup>100</sup> Todavia, em 1854, Pedreira acabou arranjando desavenças – pessoais, à primeira vista - com Justiniano José da Rocha, iniciadas após o redator conservador apresentar a Pedreira a ideia de construir uma livraria pública, e este, depois de meses enrolando, enfim recusar a proposta de Justiniano. Ver: CALDEIRA, Claudia Adriana A. **Justiniano José da Rocha: bastidores da imprensa política**. Tese (doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016, pp. 208-209.

<sup>101</sup> SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 345-354 e 554-555.

<sup>102</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 348, 20 dez. 1856, p. 1; **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 13 set. 1853, p. 477 e passim.

<sup>103</sup> SOUZA, José Antônio S. **Honório Hermeto no Rio da Prata...** op. cit., pp. 8 e 253; **O Grito Nacional**, Rio de Janeiro, nº 640, 5 fev. 1854, p. 2.

da imprensa nas províncias e na Corte; e a maior participação do Conselho de Estado na política do gabinete. Em sua fala, Carneiro Leão buscou afastar qualquer associação do seu gabinete com a Coalizão Aberdeen na Grã-Bretanha. Afirmou que a política da conciliação não implicaria a extinção dos partidos políticos, mas que seria uma política moderada e de tendência conservadora. Propôs promover melhoramentos morais e intelectuais, organizando a instrução pública; promover melhoramentos materiais, atentando-se às comunicações terrestres e fluviais, à execução da Lei das Terras, à emigração, à conservação do crédito, à economia das rendas públicas e à pronta repressão do tráfico de africanos; e propôs também promover a eleição direta e por círculos.<sup>104</sup>

Nas páginas da imprensa da Corte correu o entusiasmo com a subida do Gabinete da Conciliação. Até mesmo jornais de grande circulação como o *Correio Mercantil*, o *Diário do Rio de Janeiro* e o veterano *Jornal do Commercio* dedicaram algum espaço para textos de ânimo com o novo gabinete. Quando Carneiro Leão anunciou, no Senado, o programa do gabinete, o *Correio Mercantil* concluiu que era

um plano de governo desinçado das cores das opiniões exclusivas, e bastante livre dos preconceitos tradicionais do espírito de facção para adaptar-se às necessidades do tempo e às novas tendências dos partidos; plano de conservação e de progresso conjuntamente, e segundo o qual o ministério não verá amigos ou adversários senão nos que de ora avante abraçarem ou repelirem sua política sem recordações mesquinhas.<sup>105</sup>

Embora avesso à ideia de conciliação de partidos, *O Velho Brazil* observou que a organização do gabinete foi “mais um serviço prestado à pátria pelo Sr. visconde de Paraná”. Em termos administrativos, indicou que “o ministério dá a cada especialidade um homem especial, todos eles porém laboriosos, aplicados, de fácil trato”. Em termos políticos, “o ministério será incontestavelmente constitucional-conservador”, asseverou. *O Grito Nacional* concordou com a folha saquarema que lhe era adversária quanto à índole política do novo gabinete, pois “na balança das públicas considerações tanto vale o ministério presidido pelo Sr. Rodrigues Torres, como o presidido pelo Sr. visconde do Paraná”, lia-se.<sup>106</sup> Mas rangeu-se com as deserções do Partido Liberal: “os conciliadores nunca poderão arrancar de si o estigma de –

---

<sup>104</sup> FERRAZ, Paula Ribeiro. **O Império em tempos de conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, especialmente capítulo 2; NEVES, Victor Hugo B. **O divisor de águas da política imperial: D. Pedro II, a conciliação e o marquês de Paraná (1853-1856)**. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010, pp. 102-110.

<sup>105</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 260, 19 set. 1853, p. 1.

<sup>106</sup> *O Velho Brazil*, Rio de Janeiro, nº 1717, 10 set. 1853, pp. 1-2; *O Grito Nacional*, Rio de Janeiro, nº 600, 2 out. 1853, p. 1.

*traidores, aventureiros políticos, piores que o mais pérfido saquarema*”, lia-se, em outra edição.<sup>107</sup>

Esse jornal não estava sozinho, nem na oposição ao gabinete, nem nas letras republicanas de suas páginas. *O Repúblico* voltava a circular, desde que encerrado em 1837. Entrou em cena guerreando animosamente o Gabinete da Conciliação. Seu redator era o mesmo Antônio Borges da Fonseca, o outrora *exaltado* do período regencial mas o ainda aguerrido republicano da Praieira. Agora, Borges da Fonseca retornava ao jornalismo combatendo não só os saquaremas, mas também os *liberais conciliadores*, ou *liberais monarquistas*, ou *liberais constitucionais*, como costumava referir-se aos liberais que apoiavam o Gabinete da Conciliação. “Antes os saquaremas do que os liberais monarquistas”, escreveu. “Os saquaremas não enganam, dizem que eles sabem tudo, podem tudo, que o povo é besta de carga, que o rei é seu instrumento”, continuou o argumento. “Os liberais monarquistas enganam, iludem, o povo inda crê neles, e se sacrifica por eles; enquanto que são mais inimigos do povo do que os saquaremas”, comparou.<sup>108</sup> Referindo-se aos “renegados de fresca data”, *O Repúblico* questionou: “nos diga o *Velho Brazil* quais são os *administradores*, os *homens de estado*, os *jornalistas* do partido saquarema que subiram ao poder no dia 6 de setembro”?<sup>109</sup>

Borges da Fonseca não conseguiu dissimular o motivo de seu ranço com o Gabinete da Conciliação. O motivo tinha nome (Honório Hermeto), sobrenome (Carneiro Leão) e renome (marquês de Paraná). Carneiro Leão, que assumira a presidência de Pernambuco em 1849 comprometido em responder com força e autoridade aos rebeldes da resistência de Pedro Ivo, era “uma personagem sinistra a nós os liberais – é portanto o Sr. Honório um partidário em que não depositamos confiança alguma”, escreveu o redator republicano. Esse traçado afetivo, de odiosidade, que tinha incidência nas memórias da revolta Praieira, impedia Borges da Fonseca de compactuar com as ideias de conciliação, pois “contra o governo atual nutrimos bem feios pressentimentos, porque é o seu chefe o mesmo homem de 1842 e 44 – o mesmo partidário exaltado, forte na perseguição, inexorável no extermínio, vigoroso no arbítrio, e cruel nas horas de combate”, finalizou.<sup>110</sup> E mesmo com Carneiro Leão explicando no Parlamento que não era

---

<sup>107</sup> **O Grito Nacional**, Rio de Janeiro, nº 613, 10 nov. 1853, p. 3, grifos no original.

<sup>108</sup> **O Repúblico**, Rio de Janeiro, nº 52, 8 fev. 1854, p. 1. Sobre a trajetória política de Borges da Fonseca após a Praieira, ver: ROSAS, Susana Cavani. “A praça é o povo como o céu é o condor”: Borges da Fonseca e sua combativa luta na imprensa entre 1850 e 1860. In: CHRISTILLINO, Cristiano Luís; SCHETTINI, Vitória Fernanda (orgs.) **Política e sociedade no Brasil oitocentista**. Recife: Ed. UFPE, 2020.

<sup>109</sup> **O Repúblico**, Rio de Janeiro, nº 34, 9 nov. 1853, p. 3, grifos no original.

<sup>110</sup> **O Repúblico**, Rio de Janeiro, nº 32, 28 out. 1853, pp. 2-3. Sobre a atuação de Carneiro Leão contra os revoltosos Praieiros, ver: MARSON, Izabel Andrade. **Revolução Praieira...** op. cit., pp. 90-95.

continuador dos gabinetes saquaremas,<sup>111</sup> o redator d' *O Repúblico* ponderou em outros termos: “É um gosto ver os *liberais* como estão contentes com a desaquaremização do snr. Paraná! Os *saquaremas* estão perdidos; porque o snr. Honório, que lhes era chefe, declarou no senado não ser mais saquarema.”<sup>112</sup> O que se queria dizer era que a desaquaremização de Carneiro Leão significava um Partido Saquarema em processo de desorganização.

Enquanto a organização partidária aparecia no panfleto *Ação; reação; transação*, de Justiniano José da Rocha, como “aglomeração de homens, congregados pela identidade de pensamento e de instintos políticos, [havendo] igualmente interesses individuais e interesses coletivos, [havendo] paixões e ilusões.” Enquanto a sistemicidade do Partido Saquarema foi caracterizada pelo jornal liberal *A Pátria* como “um sistema de ação, uma uniformidade de vistas, um princípio de lealdade aos seus companheiros de luta, que não sofre a menor divisão nem com o tempo, nem com as circunstâncias e nem finalmente com os interesses que o afetam”, havendo, portanto, no Partido Saquarema “como que um culto pelas doutrinas que uma vez abraçou, uma idolatria que o torna forte, e que implanta na consciência de seus amigos e companheiros essa força de vontade que o tem amparado nas grandes crises e o colocado na altura”.<sup>113</sup> Enquanto assim se pensava sobre o modo como os partidos se organizavam, a razão primeira da desorganização do Partido Saquarema era, no senso prático de um seu insuspeito partidário (Justiniano), a falta de chefes:

Para que um partido se forme, se condense, se uniformize, se discipline, viva enfim, é necessário que aja chefes ativos, inteligentes, revestidos de um caráter de popularidade que inspire confiança, imponha respeito, e conquiste afeições; é necessário que haja órgãos comuns dessa opinião que vão transmitindo a palavra do partido, pregando a sua doutrina, combatendo por ele, e denunciando os erros, os abusos, e até infelizmente às vezes os crimes de que tem ele de queixar-se; é necessário enfim que na massa da nação achem esses órgãos simpatia, adesões, força, enfim, para não esmorecerem.

Entre nós faltou a primeira dessas condições, e a sua falta trouxe necessariamente a da segunda condição: faltaram chefes aos partidos, chefes, dizemos, nas condições necessárias para como tais serem aceitos; por falta de chefes, faltaram órgãos da imprensa, e os cidadãos no insulamento da individualidade, procuraram debalde ponto em que se aglomerassem.<sup>114</sup>

Reconhecia-se, com isso, que a sistemicidade partidária era formada mediante chefes dispostos, jornais doutrinários e adesão popular: esses elementos eram elencados com

---

<sup>111</sup> Esse discurso de Carneiro Leão não foi encontrado nos Anais parlamentares de 1853; porém, foi posteriormente repetido na Câmara dos Deputados, em 1854 e em 1855. Ver: **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 28 jun. 1854, pp. 281-287; e sessão de 26 mai. 1855, p. 137.

<sup>112</sup> **O Repúblico**, Rio de Janeiro, nº 39, 30 nov. 1853, p. 4, grifos no original.

<sup>113</sup> ROCHA, Justiniano José da. **Ação; reação; transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil (1855)**. São Paulo: Ed. USP, 2016, p. 105; **A Pátria**, Niterói, nº 223, 3 dez. 1856, p. 1.

<sup>114</sup> **A Constituição**, Rio de Janeiro, nº 1, 19 abr. 1855, pp. 2-3.

frequência pela imprensa carioca como elementos de coesão partidária. Justiniano, entretanto, fazia recair sobre os chefes partidários não só o cumprimento de sua função enquanto dirigentes organizativos, como também o de dirigentes carismáticos. Em outros termos, no sentido de homens representativos, homens adequados a uma missão coletiva e que garantem a adesão da coletividade através de reconhecimento mantido mediante provas públicas, ou no sentido de homens virtuosos, de “heróis”, de chefes reconhecidos por deter capacidades consideradas pela coletividade como muito acima da média dentro de seu campo político de atuação.<sup>115</sup>

Sentir-se-ia, de fato, o afastamento de Eusébio de Queirós da direção partidária desde que se demitiu do Primeiro Gabinete Saquarema, em maio de 1852, alegando ser o único deputado num gabinete composto de senadores. Distanciou-se dos círculos da coroa e indisputou-se com o próprio imperador. As eleições de 1852 e as sessões da Câmara dos Deputados de 1853 ainda renderam-lhe sobretempo nas lides partidárias. Mas, em 1854, sem muitos esforços de campanha, ganharia as eleições para assentar no Senado, representando a província do Rio de Janeiro. Com Paulino não foi diferente. Após contrair febre amarela em 1850, nunca mais teria a mesma disposição física para os confrontos político-partidários. Vinha, desde 1852, tentando ganhar sua demissão da pasta dos Negócios Estrangeiros do Segundo Gabinete Saquarema. Durante o desfrute do verão de 1853 em Petrópolis, abateu-lhe o cansaço dos assuntos que então comandava no Rio da Prata. Um cansaço que lhe fatigou ao ter de explicar, tim-tim por tim-tim, tais assuntos na Câmara dos Deputados e no Senado no outono do mesmo ano, e que se lhe esvaiu apenas quando partiu para uma tão desejada missão em Paris em 1855, onde buscava sossego em novos hábitos de vida e na distância da política brasileira. Já Rodrigues Torres vinha atuando na política imperial desde o início do período regencial, de maneira ininterrupta. Isso o permitiu acumular um grande capital político: foi deputado geral por onze anos; há nove anos vinha sendo senador; foi ministro por sete vezes. Há muito estava dividido entre a política na Corte e seus negócios privados no interior da província fluminense. Em 1853, deixava a presidência do Conselho de Ministros para se dedicar à política do Senado e às suas plantações de café nas fazendas de Monte Alegre e Palmital.<sup>116</sup>

---

<sup>115</sup> WEBER, Max. **Economia e sociedade**, vol. 2. 4. ed. Brasília: Ed. UNB, 2012, pp. 323-325; GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, vol. 3... op. cit., pp. 263-264.

<sup>116</sup> Sobre Eusébio de Queirós, ver: RIBEIRO, Manoel de Queirós M. **Apontamentos sobre a vida dos conselheiros Eusébio de Queirós Coutinho da Silva e Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso da Câmara**. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1885, pp. 63-69; e ALMEIDA, Tito Franco de. **O conselheiro Francisco José Furtado**... op. cit., p. 72, nota 29. Sobre Paulino José Soares de Souza, ver: SOUZA, José Antônio S. **A vida do visconde do Uruguai**... op. cit., pp. 438-488. Sobre Joaquim José Rodrigues Torres, ver: BLAKE, Augusto Victorino A. S. **Dicionário biográfico brasileiro**, vol. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, pp. 175-176; e NEEDELL, Jeffrey. **The Party of Order**... op. cit., pp. 171-172.



Além desse relativo isolamento da direção partidária por parte dos três cardeais do saquaremismo, a morte havia sepultado grande parte dos chefes e fundadores dos partidos políticos brasileiros: “Macaé, Paranaguá, José Clemente, Paula Souza, Andrade e sobretudo Vasconcelos; VASCONCELOS, esse o primeiro chefe do partido que tivemos, porque era o primeiro Estadista do Brasil”, escreveu Justiniano, lamuriando tais faltas. “Outros ficaram: os Torres, os Paulinos, os Montezumas, os Alves Brancos... mas desses nem falemos: sepultaram-se em vida no dourado cemitério do senado”, continuou. O intelectual conservador entendia que “o senado é para os homens políticos pior do que a sepultura.” Com os chefes partidários ali vitaliciamente assentados, “esquecem-se de todo o passado, e apenas são vivos para arranjar algum filho, algum sobrinho importuno, quando não para melhor acolchoarem e tornarem mais macio o leito do seu descanso”, concluiu, com uma ironia não costumeira para com os seus. Dentre os saquaremas que, em 1853, repousavam no Senado estavam José Clemente Pereira, Cândido José de Araújo Viana, José da Costa Carvalho, Araújo Lima e Manoel Vieira Tosta.<sup>117</sup>

Um outro motivo levantado por Justiniano como elemento de desorganização do Partido Saquarema foi a “dissolução” do partido rival. “O partido liberal dissolveu-se; alguns dos seus elementos se anularam no ceticismo, outros se purificaram pela reflexão, pelas lições da experiência; mui poucos, obstinando-se em esperança perdida, conservaram-se em um ponto de exageração, em que não podem ser acompanhados”, lê-se em *O Velho Brazil*. “Dissolvido assim um partido, força foi dissolver-se ou modificar-se o outro: os partidos não vivem senão pelo antagonismo”, prosseguiu. Assim desorganizado o Partido Saquarema, foram, nas palavras do redator, “os restos desse partido” que passaram a sustentar o gabinete. “Esses restos porém, destituídos de coesão, de disciplina, dispensados de dedicação viam de entre suas fileiras destacarem-se, de vez em quando, individualidades mais ou menos hábeis para se constituírem opositoras ou contraditoras das intensões ministeriais”, explicou. E concluiu assim:

Enquanto porém essa era a sorte do antigo partido *saquarema* (sem embargo de todo o ridículo que se queira lançar sobre as antigas qualificações dos partidos, essa é tão nobre e tão gloriosa que não a queremos esquecer) o que acontecia com as três diversas categorias em que se desfez o partido *luzia*? Os céticos ficaram céticos, contentando-se com volver para os acontecimentos e para os homens olhares de ironia e de incredulidade; os ilustrados pela reflexão e pelos acontecimentos foram sendo acolhidos pela atualidade, contentando-se, em troco desse acolhimento, com prestar-lhe o seu assentimento particular, e um semiapoio, o do silêncio. O terceiro grupo conservou-se violentamente repulsivo da atualidade; [...] lançardes mão das

---

<sup>117</sup> **A Constituição**, Rio de Janeiro, nº 1, 19 abr. 1855, pp. 2-3; TAUNAY, Affonso de. **O Senado do Império...** op. cit.

duas folhas que costumavam ser orgias dele, o *Grito Nacional* e o *Repúblico*.<sup>118</sup>

A imprensa do Rio de Janeiro vinha exibindo um horizonte partidário em que, alcançando os anos de 1855 e 1856, saquarema e luzia tornavam-se partidos políticos de uma época pregressa na qual os antagonismos políticos orientavam a ação diretiva dos chefes, a doutrina e a sistemicidade partidárias. A política da conciliação fechava a época das *reações* e abria a época da *transação*.<sup>119</sup>

Era assim que, em 1855, se lia no jornal conservador *A Constituição* que “não há mais saquaremas, não há mais luzias: assim devia acontecer, os partidos não são eternos; filhos de um antagonismo existente na sociedade, definham, morrem, mal desaparece esse antagonismo.”<sup>120</sup> Composto em mesmo ritmo, o jornal liberal *Correio Mercantil*, em 1856 - sob a direção de José de Alencar -, escreveu: “Os nomes de *saquarema* e *luzia*, embora hoje desusados na época civil e cortês da conciliação, foram inventados há bem poucos anos para exprimir dois partidos que lutavam fortemente em algumas das províncias do Império.” Entretanto, continuou, “de certo tempo em diante, as paixões começaram a arrefecer, a luta esfriou, o país aborreceu-se da política e entregou-se às indústrias; até mesmo a imprensa seguiu a direção da sociedade e deixou os governos marcharem sem oposição.” Nesse meio tempo, refletiu, “os homens de um e de outro campo se misturaram, se confundiram, e o observador que atentar para as altas posições do país, quer políticas, quer administrativas, não poderá dizer seguramente quem é o saquarema, quem é o luzia, que nelas se encontra”. O redator do *Correio Mercantil* notou que, entre a época das lutas partidárias e a da Conciliação, alimentou-se um desacordo entre os chefes saquaremas, “quer no modo de encarar as reformas políticas, quer no tocante às ideias econômicas.”

Esse desacordo, que é sempre um pródromo da desorganização de um partido, observa-se presentemente nos chefes do partido saquarema. As ideias políticas dos Srs. Eusébio, Olinda e Uruguai não são as mesmas dos Srs. Ferraz,

<sup>118</sup> **O Velho Brasil**, Rio de Janeiro, nº 1834, 1º ago. 1854, pp. 1-2, grifos no original.

<sup>119</sup> ROCHA, Justiniano José da. **Ação; reação; transação...** op. cit.; sobre a historiografia do panfleto de Justiniano, ver: CARDIM, Elmano. **Justiniano José da Rocha**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, pp. 77-85; BARMAN, Roderick. Justiniano José da Rocha e época da Conciliação. Como se escreveu “Ação, Reação e Transação”. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 301, out./dez. 1973; JANOTTI, Maria de Lourdes M. A falsa dialética: Justiniano José da Rocha. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 2, n. 3, mar. 1982; MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema...** op. cit., pp. 146-171; GUIMARÃES, Lúcia Maria P. “Ação, reação e transação”: a pena de aluguel e a historiografia. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 71-91; e RIBEIRO, Gladys Sabina. Pena de aluguel? Justiniano José da Rocha e o Poder Judiciário. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria B. P. (orgs.). **Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2014, pp. 63-91; PARRON, Tâmis. O Império num panfleto? Justiniano e a formação do Estado no Brasil do século XIX. In: ROCHA, Justiniano José da. **Ação; Reação; Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil (1855)**. São Paulo: Ed. USP, 2016.

<sup>120</sup> **A Constituição**, Rio de Janeiro, nº 1, 19 abr. 1855, p. 2.

Pimenta Bueno e Silveira da Mota; as ideias econômicas do Sr. visconde de Itaboraí não são as mesmas dos Srs. Abrantes e Monte Alegre.<sup>121</sup>

A *pax partidária* da Conciliação abriu, na vida dos partidos políticos, um tempo de organização. No Rio de Janeiro, a desorganização do Partido Saquarema fez-se na organização do Partido Conservador. Os dois processos ocorreram concomitantemente. E o processo de organização do Partido Conservador não pode ser confundido com algum tipo de reorganização do Partido Saquarema, senão admitiríamos o processo como uma mera mudança na nomenclatura do Partido. O Partido Saquarema desorganizou-se, de fato. Mas dele permaneceu seu principal elemento: o saquaremismo.

### 1.3: Partido Conservador: o nome e a coisa

No horizonte político de 1838, um partido conservador era, segundo Bernardo Pereira de Vasconcelos, o anteposto do “partido do *progresso*”. Nesses termos, o ideólogo do Regresso buscava, primeiramente, afastar de seu partido a pecha de “partido retrógrado” e, secundamente, responder aos interesses da classe conservadora com um partido conservador a ela correspondente. Ao primeiro desígnio, explicou Vasconcelos em nome da classe conservadora, “nós também queremos o progresso, mas um progresso ordenado, em que os fatos se vão deduzindo uns dos outros como corolários; e não que apareçam isolados e sem antecedente, de modo que se não saiba dar a razão imediata de sua existência.” Ao segundo desígnio, a classe conservadora, que até então havia se voltado para sua vida interior - isto é, “trabalhou, porque não podia deixar de trabalhar; mas trabalhou no silêncio” -, era chamada a voltar-se para sua vida exterior, e “a classe conservadora apareceu por fim; e o [Gabinete] 19 de Setembro apareceu; os homens que queriam apressar-se devagar, os que não querem dar saltos, entraram em cena”, dizia Vasconcelos.<sup>122</sup>

Criticando o artigo de Vasconcelos, o jornal progressista *Aurora Fluminense* fez de *partido conservador* por “seita regressiva”, ou por “[partido] monárquico sem tendências de liberdade”, que tinha como projeto “proclamar o sistema do arbítrio”.<sup>123</sup> A resposta de Vasconcelos a essa crítica oferece um posicionamento tripartite para as tendências políticas disputadas:

---

<sup>121</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 348, 20 dez. 1856, p. 1, grifos no original.

<sup>122</sup> *O Sete d’Abril*, Rio de Janeiro, nº 636, 19 nov. 1838, pp. 2-3, grifos no original.

<sup>123</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, nº 104, 21 nov. 1838, pp. 1-3.

Tínhamos dito que em toda a Nação havia naturalmente três classes: - uma que não queria movimento algum, partidista de uma inércia absoluta, e sempre estacionária; outra que quer o progresso na ordem, e a ordem no progresso, avançando sempre, porém inimiga de saltos; a terceira, a que quer um progresso desordenado, que segue a Política dos saltos.<sup>124</sup>

O jornal regressista *O Chronista*, redigido por Firmino Rodrigues Silva e Josino do Nascimento Silva, comprou a briga pelo lado d'*O Sete d'Abril*: “Seja pois embora o regresso a ideia que representa a classe conservadora, os anátemas que lhe lança o contemporâneo [*Aurora Fluminense*] não serão capazes de destruir sua existência; com toda a sociedade ela existe”, redarguiu. O partido conservador tornava-se, para *O Chronista*, o representante da classe conservadora contra “os furores e ódios populares”. Observando que “quando um partido de teoristas queria dar-nos uma constituição republicana”, questionou: “Quem, no meio de uma câmara que desconhecia seus deveres, que sacrificava o país à sua indiferença, fez a voz trovejadora do *senso comum*? Quem? O partido conservador.”<sup>125</sup>

É óbvio que o primeiro partido conservador não se formou no Brasil do velho tempo de Vasconcelos. Mas para que o velho não morra de óbvio, deve-se esclarecer que, desde 1831, na Inglaterra já se ouvia alguns parlamentares se autodeclararem conservadores. Com as eleições de 1834 para a Câmara dos Comuns, elegeram-se uns poucos *ex-tories* que passaram a pertencer ao dito Partido Conservador. Em dezembro de 1834, o *ex-tory* Robert Peel havia publicado o *Tamworth Manifesto*, que sinalizava para a necessidade de reformas moderadas e lançou as bases para a futura doutrina do Partido Conservador. De então, Peel assumiu a direção desse partido, e sua liderança levou-o a receber, no mesmo mês, o convite do rei Guilherme IV para organizar um gabinete, o que conferiu um grau de institucionalização ao Partido. Através das eleições de 1841, esse partido reforçou-se ao eleger uma esmagadora maioria de 100 deputados que levantaram sua bandeira. Aí iniciou-se não só o domínio conservador no Parlamento, mas também uma sucessão de governos conservadores até 1846. Neste ano, ocorreria um cisma no Partido Conservador britânico em torno da questão do livre comércio e da reforma das *Corn Laws*, separando *peelites* para um lado e protecionistas (ou simplesmente conservadores) para o outro. Programaticamente, o Partido Conservador britânico defendia algumas reformas políticas e religiosas, e a manutenção dos direitos e privilégios estabelecidos. Assumia, portanto, uma bandeira mais moderada em relação ao *Tory Party*. Os *tories* foram absorvidos

---

<sup>124</sup> *O Sete d'Abril*, Rio de Janeiro, nº 639, 26 nov. 1838, p. 2, grifos no original.

<sup>125</sup> *O Chronista*, Rio de Janeiro, nº 264, 6 dez. 1838, p. 3, grifo no original. Sobre a *classe conservadora* e o *senso comum* em Vasconcellos, ver: SILVA, Wlamir. A valentia da dialética... op. cit., pp. 111-120.

pelo Partido, tornando-se um agrupamento minoritário que se opunha às reformas defendidas pelos conservadores.<sup>126</sup>

Embora atentos à política europeia, Vasconcelos e seus interlocutores na Corte, ao refletirem sobre a possibilidade efetiva de um partido conservador brasileiro, permaneciam com os pés no Brasil e os olhos na política regencial, encobertos como estavam do nativismo que então os envolvia – ainda que se possa identificar no texto de Vasconcelos sobre a classe conservadora alguma relação com o *Tamworth Manifesto* de Peel no que diz respeito a serem textos destinados a, no caso brasileiro, uma classe “que nas mudanças repentinas tem tudo a perder, nada a ganhar”, e, no caso britânico, uma classe “que é muito menos interessada nas disputas de partidos do que na manutenção da ordem e na causa do bom governo”.<sup>127</sup>

No Brasil dos anos 1840, a concepção de *partido conservador* quase sempre vinha em contraposição a de *partido progressista*, ou de *tendências exageradas*. O deputado maranhense Joaquim Franco de Sá falou, na Câmara dos Deputados de 1844, que, nos governos representativos, há dois partidos políticos: aquele dedicado “à maior expansão das garantias e prerrogativas populares”, e aquele que “se volta a estes princípios governativos sem contudo proscrever as condições de uma justa liberdade”. No meio termo há um terceiro partido, “que naturalmente se denomina conservador”, o qual “opõe-se a todas as exagerações; evita excessos perigosos, tranquiliza o espírito público pela conservação do que existe, pela firme execução da lei fundamental do estado, sob a interpretação justa, leal e verdadeira. (*Apoiados.*)”, explicou.<sup>128</sup>

Na imprensa, os acordes coincidiam. Em 1849, o periódico saquarema *O Brasil*, redigido por Justiniano José da Rocha, escreveu que “os partidos progressistas aventam ideias

---

<sup>126</sup> Também na Espanha, em 1843, houve a formação do Partido Conservador espanhol, que tentava se gestar, desde as eleições de 1837, a partir de um agrupamento no interior do Partido Moderado espanhol. Sobre a formação do Partido Conservador britânico, ver: NEWBOULD, Ian. *Sir Robert Peel and the Conservative Party, 1832-1841: a study in failure?* *The English Historical Review*, Oxford, v. 98, n. 388, jul. 1983, pp. 529-557; STEWART, Robert. *Party and politics, 1830-1852*. New York: Macmillan Education, 1989, pp. 40-47; HAWKINS, Angus. *British party politics...* op. cit., pp. 31-32; HAWKINS, Angus. *Victorian political culture: “habits of heart and mind”*. Oxford: Oxford University Press, 2015, pp. 101-104. Sobre a formação do Partido Conservador espanhol, ver: MARICHAL, Carlos. *La revolución liberal y los primeros partidos en España, 1834-1844*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1980, pp. 177-180 e 245-246.

<sup>127</sup> Para o artigo “A Classe Conservadora” de Vasconcelos, ver: *O Sete d’Abril*, Rio de Janeiro, nº 636, 19 nov. 1838, p. 3. Para o *Tamworth Manifesto* de Peel, no original: “[...] to that class which is much less interested in the contentions of party than in the maintenance of order and the cause of good government [...]”. Ver: CRAIG, Frederick W. (ed.). *British general election manifestos, 1900-1974*. 2. ed. Chichester: The Macmillan Press LTD, 1975, pp. 479- 482, tradução minha.

<sup>128</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 23 mai. 1844, pp. 294-195, grifo no original. O deputado paraense Bernardo de Souza Franco, em 1846, discursou em mesmo sentido, dividindo os partidos, nos governos representativos, em partido conservador e partido do progresso, ou partido liberal. Ver: *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 12 ago. 1846, p. 502.

de reforma sempre em proporções exageradas, que se admitidas fossem, trariam contínuas revoluções”. E, em contraponto, “os homens do partido conservador afiançando às nações que não comprometem o seu futuro, examinam essas ideias e, sem abalos revolucionários, sem relutâncias nacionais, as realizam.” Com a marca que era característica em seus textos de teoria política, o Justiniano teórico quase sempre acompanhava o Justiniano historiador: se “o partido progressista, senhor do poder, levou desde o ano de 1834 até 1837 a mostrar que eram indispensáveis grandes reformas no código do processo”, foi somente quando “subiu ao poder o partido conservador, e atendendo a essa verdadeira necessidade pública, meditou, estudou e descobriu os meios de satisfazê-las; apresentou-se a proposta da reforma que depois foi a lei de 3 de dezembro”.<sup>129</sup>

Os indícios que associam o rótulo *partido conservador* a um determinado agrupamento político surgem no final da década de 1840, principalmente nas páginas da imprensa. Em 1848, o *Correio da Tarde* publicou uma circular eleitoral do político Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, que se afirmava conservador. “O dogma da conservação é o dogma por excelência. Ensinado pela natureza, explicado pela experiência, corroborado e escudado com a observação, simboliza a Eternidade”, lê-se. O Partido Conservador, para Montezuma, era o partido político mais indispensável para o pacto social da nação brasileira: “Nenhum partido é nacional sem ser conservador. O Partido conservador, portanto, é sempre o da maioria da Nação”. Os motivos pareciam-lhe evidentes para acreditar que “o partido conservador não é nem pode ser estacionário; pelo contrário, é ele quem melhor compreende a dinâmica política, ou os princípios, as leis e os efeitos do movimento dos corpos sociais; tirando de sua prudente aplicação resultados”, finalizou - isso, vindo de alguém que, nos anos 1860, rejeitaria os conservadores para se tornar um firme defensor do fim da escravidão.<sup>130</sup>

Um partido político sem legitimidade arriscava ser mais um agrupamento político em meio a tantas ligas, coalizões e facções. Cioso disso, o *Correio da Tarde* tratou de riscar a historicidade do Partido Conservador, associando-o ao Regresso: “Em 1837, pela primeira vez foi ao Poder o partido conservador da Constituição” e, mesmo tendo de lidar com as revoltas que espocaram pelo país, “foi elaborada a lei da interpretação do Ato Adicional, e se prepararam os materiais para a lei de 3 de dezembro de 1841.”<sup>131</sup> No entanto, em janeiro de 1848, o Partido “estava moribundo, agonizando”, e apenas Vasconcelos, no Senado, e o periódico *O Brasil*, na imprensa, davam-lhe sustentação, escreveu o *Correio*. Daí em diante, o jornal passou a advogar

---

<sup>129</sup> **O Brasil**, Rio de Janeiro, nº 1517, 11 out. 1849, p. 1-2.

<sup>130</sup> **Correio da Tarde**, Rio de Janeiro, nº 185, 24 ago. 1848, p. 2.

<sup>131</sup> **Correio da Tarde**, Rio de Janeiro, nº 398, 18 mai. 1849, pp. 2-3.

que a luta partidária no país não era travada entre saquaremas e luzias, e sim que “o País está dividido em constitucionais e facciosos, e quem não é faccioso, é constitucional, é nosso amigo, é nosso correligionário.” Mal sabendo que em setembro do mesmo ano os saquaremas seriam alçados ao poder central, lançou assim um chamamento para que o jornal saquarema *O Brasil* se juntasse a sua luta: “nós conjuramos o patriotismo do colega para que nessa causa venha tomar o lugar que lhe compete.” Tão amistosa quão agregadora foi a resposta d’*O Brasil*: “pedimos ao colega que hasteie a bandeira do partido constitucional, queremos vê-la, queremos ler-lhe as inscrições para verificar as diferenças que há entre ela e as nossas, entre os *constitucionais* e os saquaremas; por ora quer-nos parecer que não há entre uns e outros a menor diferença.”<sup>132</sup>

Dirigido pelo deputado Joaquim José Inácio, o *Correio da Tarde* encorajava, na imprensa do Rio de Janeiro, que os saquaremas assumissem o rótulo *conservador* para seu partido. Acrescentava, ainda, o adjetivo *constitucional*: Partido Conservador Constitucional. Coragem mesmo tomou o jornal *O Capibaribe*, de Recife. “Se reúnam em um só partido todos os brasileiros que não querem ver destruídas as instituições políticas do país, que não querem ver rota a constituição política do império, e este entregue aos vaivéns da turbulenta demagogia”, publicou, num artigo intitulado *O Partido Constitucional*, que expunha o programa do partido que por lá se formava. A folha pernambucana considerava o Partido Constitucional “como uma criação nova exigida pelas novas necessidades da política”. Não mais se defendia a ampliação da centralização ou novas reformas, tratava-se “de defender a constituição, de sustentar as instituições políticas que a nação adotou, de salvar o País, em uma palavra, da torrente revolucionária que se prepara e que ameaça destruir tudo”, avançou, alçando a bandeira da conservação da constituição política do Império. Essas ideias cangaram tanto com as do *Correio da Tarde* que o jornal de J. J. Inácio publicou o artigo d’*O Capibaribe* na íntegra.<sup>133</sup>

A bandeira da defesa da constituição, que substantivava o partido pernambucano e adjetivava o Partido Conservador pelo *Correio da Tarde*, não era a simples defesa da Carta Constitucional de 1824. Era também isso. Mas falar em constituição, era falar de algo mais amplo. Era falar em *constituição política*. Essa podia ser o “edifício” político na nação.<sup>134</sup> Podia

---

<sup>132</sup> *Correio da Tarde*, Rio de Janeiro, nº 10, 14 jan. 1848, pp. 3-4; *O Brasil*, Rio de Janeiro, nº 1036, 19 out. 1848, p. 3, grifo no original.

<sup>133</sup> *O Capibaribe*, Recife, nº 80, 6 jun. 1849, pp. 1-3; *Correio da Tarde*, Rio de Janeiro, nº 440, 13 jul. 1849, p. 2.

<sup>134</sup> *O Brasil*, Rio de Janeiro, nº 91, 6 fev. 1841, p. 2.

ser um “fato social”, como “a religião, o estado das relações de família, o apuro da artes e das ciências, a organização da indústria, etc., etc. são outros tantos fatos sociais [...], pelo menos tão [poderosos] como a forma da constituição política e civil”.<sup>135</sup> Podia ser, como explicou em 1848 um presidente de gabinete (Francisco de Paula Souza e Melo), “os princípios fundamentais do regime representativo”.<sup>136</sup> Podia ser, outrossim, um pacto social, como induziu *O Brasil*:

- O estado social nasce do pacto fundamental, e é por força dele que, para o andamento da sociedade, os homens renunciam à sua independência, à sua igualdade e criam a maioria e a minoria.

- Sendo assim, antes do pacto social, e fora do pacto social (*constituição política de um estado*), a soberania não reside neste ou naquele indivíduo, mas sim e integralmente em cada um dos homens que tratam de associar-se, ou na universalidade deles.

- Dentro porém do pacto social, a soberania reside em depósito nesse mesmo pacto, condição única sob a qual os homens renunciaram a sua independência.<sup>137</sup>

Em resumo, um partido que defendia a constituição política do Brasil, punha em causa não tanto o código das leis positivas do Império, senão mais o ordenamento do Estado imperial, a disposição da vida política do Estado brasileiro tal como a sociedade senhorial formulou em contrato social.<sup>138</sup>

Mas foi em julho de 1850 que a carapuça *Conservador* foi vestida por alguns senadores saquaremas para adereçar seu partidarismo: “A oligarquia dominante quando se viu ameaçada pela opinião pública de um assalto mortal em todas as suas usurpações, e principalmente no castelo gótico de campo de Santana, apavonou-se com o título de – partido conservador –”, lê-se no *Correio Mercantil*. Ano depois, o assunto chegou na Câmara temporária, onde, pelo discurso do deputado Gabriel José Rodrigues dos Santos (SP), pode-se depreender que havia deputados se autodeclarando membros de um partido conservador: “ouço de certo tempo a esta parte falar entre nós de um partido conservador, que pugna pela estabilidade das nossas instituições tais quais, e do corpo da legislação mais importante”, falou. Se isso era verdade, continuou o deputado paulista, “eu invoco pois o interesse, a cooperação dos meus colegas que se arregimentam debaixo da bandeira da *conservação*, para que concorram comigo na

---

<sup>135</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, nº 244, 11 nov. 1842, p. 2-3.

<sup>136</sup> *Correio da Tarde*, Rio de Janeiro, nº 638, 6 jun. 1848, p. 2.

<sup>137</sup> *O Brasil*, Rio de Janeiro, nº 1272, 20 nov. 1848, p. 2, grifos no original.

<sup>138</sup> Para uma visão filosófica de constituição política, ver: MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel...* op. cit., pp. 38-46.



proscrição de um sistema tão contrário aos seus desígnios, de um sistema que coloca a legislação do país em uma mobilidade contínua.”<sup>139</sup>

Quando, em fins de 1851, parecia haver alguns saquaremas orgulhosos com o novo epíteto partidário, o jornal oposicionista *O Grito Nacional*, guerreando a nova variante nominológica, tentou transformar o orgulho em degradação:

O fenômeno porém mais notável e característico que ora vemos é que os homens da atualidade, procedendo em sentido inverso ao progresso, isto é, retrogradando com agigantados passos para um outro gênero de reformas caducas e antiquarias, qual a monarquia forte, a monarquia de direito Divino, tomam para o seu partido o título de *conservador*.<sup>140</sup>

Como se vê, a intransigência d’*O Grito Nacional* em torno do vocábulo revela alguma coisa de sua significação. O rótulo *conservador* era o que mais lhe incomodava: “Conservador de quê? / - Da monarquia, das dissensões, das desordens, da autoridade arbitrária, da anarquia!”, explicou o jornal, exalando republicanismo. Mas isso não bastava, pois “não é por certo esse o plano do partido hoje no poder: o que o leva a tomar esse novo título é o regresso, é a marcha retrógrada e em direção inversa à do progresso, da humanidade, e da civilização”, sentenciou.<sup>141</sup>

A semântica *conservador* era benquista a quem a embandeirava. Mas seu principal divulgador, o *Correio da Tarde*, sabia que ela não bastava em si mesma. O Partido Conservador estava por organizar-se. O trabalho que o jornal de J. J. Inácio assumiu era o de fazê-lo por meio da imprensa. “O partido que não tem um periódico que em redor de si concentre as aspirações e as inteligências dos que o compõem é um partido morto”, asseverou. Essa formação partidária em torno de periódicos não estava, todavia, eximida de problemas:

essa disseminação das forças de um partido por entre diversos órgãos de publicidade, obrigados em cada província a tingirem-se da *cor local* das intrigas que nelas surgem, poderia ser fatal descentralizando as ideias, fazendo desaparecer essa homogeneidade sem a qual os partidos para logo se fracionam e perecem.

Contra esse perigo é de algum modo garantia a firmeza da fé política em que comungam todas as individualidades do partido, distintas pelo seu merecimento; a unidade de doutrina os concentrará.

Nesse sentido, continua, “há também entre os cidadãos mais importantes do partido conservador, a mais louvável atividade para organizarem nas províncias um jornalismo digno do progresso da ilustração brasileira, e que saiba defender as instituições atacadas por tantos adversários.” Finalizando, o *Correio da Tarde* conclamava “para que dessa necessidade se

<sup>139</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 191, 30 jul. 1850, p. 2; *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 14 jul. 1851, pp. 167-168, grifo no original.

<sup>140</sup> *O Grito Nacional*, Rio de Janeiro, nº 333, 26 nov. 1851, pp. 3-4, grifo no original.

<sup>141</sup> *O Grito Nacional*, Rio de Janeiro, nº 335, 1º dez. 1851, p. 4.

compenetrem todos os nossos correligionários, e espanquem eles a inércia que sói vedar a realização das melhores tentativas.”<sup>142</sup>

Meses antes da alçada do Gabinete da Conciliação ao poder, os campos políticos eram delimitados na imprensa do Rio de Janeiro. No campo anticonservador, *O Grito Nacional* e *O Repúblico* eram as folhas mais extremadas, republicanas; e o *Correio Mercantil*, a mais moderada, liberal. No campo conservador, ou ainda saquarema, notava-se um desfalque desde que o *Correio da Tarde* saiu de circulação em 1852 e desde que Justiniano deixou de publicar o *Correio do Brazil* no início de 1853; circulava apenas o *Monarchista*, correndo às bocas ser editado por Eusébio de Queirós. Foi então que Justiniano retornou à frente de *O Velho Brazil*, que em sua primeira edição já assumia posição político-doutrinária: “Pertencemos a esse patriótico partido conservador, que desde 7 de abril de 1831 tem sabido, com tanta constância e energia, salvar das garras da anarquia e dos acometimentos da perfídia a grande empresa nacional”, lê-se.<sup>143</sup> Sai o *Correio da Tarde*, entra *O Velho Brazil*. J. J. Inácio havia passado a roçadeira para Justiniano aplinar a roça que germinaria o Partido Conservador no Rio de Janeiro.

Foi mesmo nas páginas d’*O Velho Brazil* onde encontrei o maior volume de publicações que tratavam de explicar o posicionamento dos partidos políticos. Nas primeiras edições, os textos pareciam respingados de ansiedade com o horizonte de incertezas partidárias raiando às vistas de seu redator. Era “uma inquietação sem motivo nem causa plausível e confessável que invade o nosso mundo político”, escreveu. Pois, “felizmente é só o nosso mundo político, e esse é circunscrito a um pugilo de individualidades; no mundo real, na grande massa nacional, essas discussões não existem, essa inquietação não se sente”, desenvolveu, separando o país oficial do país real. O mundo político estava, na percepção de Justiniano, dissolvido, desagregado por individualidades políticas cada qual disputando seu naco de poder, que, “sem nexos entre si, sem esperança, nem já se opõem como partido à unanimidade nacional conservadora.”<sup>144</sup> Na edição seguinte, expôs: “sabemos que em política as individualidades têm a máxima importância; nós porém vemos alguma coisa mais, vemos o partido, e o partido é senão a representação materializada de um pensamento político.”<sup>145</sup>

---

<sup>142</sup> *Correio da Tarde*, Rio de Janeiro, nº 1064, 12 set. 1851, p. 2, grifos no original.

<sup>143</sup> *O Velho Brazil*, Rio de Janeiro, nº 1688, 2 jul. 1853, p. 1. Sobre a relação entre Eusébio de Queirós e o jornal *Monarchista*, ver: *O Grito Nacional*, Rio de Janeiro, nº 558, 10 jun. 1853, p. 2.

<sup>144</sup> *O Velho Brazil*, Rio de Janeiro, nº 1688, 2 jul. 1853, p. 2.

<sup>145</sup> *O Velho Brazil*, Rio de Janeiro, nº 1689, 5 jul. 1853, p. 2.

Se se fuçar as causas dessa desagregação que tanto alargava a hiância política do redator conservador, a resposta (a desorganização dos partidos políticos na Corte) foi aventada pelo próprio Justiniano, mas traçada por inquieta reticência: “Pode bem ser que haja alguma confusão nas fileiras dos que os compunham; pode muito bem acontecer que algum, ou alguns, ou muitos que foram luzias vão-se *saquaremisando*, como também pode acontecer que muitos saquaremas se vão *aluziando*”, escreveu.<sup>146</sup>

Tão logo o Gabinete da Conciliação subiu ao poder, Justiniano buscou explicar onde o Partido Conservador deveria se situar no campo político-partidário brasileiro. Teorizou três tipos de partidos políticos:

um, o que quer o maior desenvolvimento do princípio de estabilidade e da prerrogativa da coroa, será, para tomarmos uma palavra da linguagem parlamentar da França, será o partido da direita, com tendências para o absolutismo; outro, o que querará mais desenvolvimento do princípio democrático ou eletivo, será o partido da esquerda dando as mãos à extrema francamente republicana. Entre eles existirá um partido de conservação da ordem estabelecida, das instituições do país: será o partido do centro.

Aplicando a teoria à realidade brasileira, advertiu que “a extrema direita não existe; não existe porque a monarquia entre nós não se apoia em longas tradições de famílias, em um passado de absolutismo que deixasse interesses perduráveis”. Não existindo a direita absolutista, o campo partidário brasileiro delimitava-se de outro modo. “Ainda não há muitos anos o partido republicano, o da extrema esquerda, vencedor, havia modificado todas as ideias, todas as instituições no sentido do seu domínio”, principiou em explicar, acrescentando que “o partido conservador teve pois por primeira missão reprimir essas usurpações, restaurar a autoridade, defender a prerrogativa. Teve pois que cumprir a sua missão de centro conservador constitucional e a de direita defensora do elemento monárquico”.<sup>147</sup> A díade direita-esquerda era aplicada aos partidos brasileiros separando-os, principalmente, por suas doutrinas. Ao republicanismo da esquerda, contrapunha-se os valores da autoridade, da monarquia, do garantismo, enfim.

E entre a esquerda republicana e a direita monárquica, o redator conservador disse haver gradações de luzias: “os nossos supostos adversários, os luzias, e progressivamente os reformistas, os constituintes, não são senão sucessivas matizes que marcam a passagem da nossa cor para a cor democrática pura ou republicana.” Justiniano reconheceu que essas matizes de liberais não eram estáticas, que variavam de acordo com as circunstâncias: “em dia de luta, recrutando aliados na turbulência, invocando as paixões da demagogia, tingem-se ele do rubro de

---

<sup>146</sup> **O Velho Brasil**, Rio de Janeiro, nº 1690, 7 jul. 1853, pp. 2-3, grifos no original.

<sup>147</sup> **O Velho Brasil**, Rio de Janeiro, nº 1718, 13 set. 1853, p. 3.

sangue do republicanismo; em dia de esmorecimento, abrauda-se, apaga-se, e quase que é impossível dizer em que ponto começa a separar-se da cor primitiva do nosso partido.” Situou, pois, liberais reformistas e liberais constituintes como opositores aos conservadores. “Assim pois, os nossos partidos dão a seguinte progressão: conservadores-saquaremas; sua extrema-luzias que só querem a reforma eleitoral para darem a eleição censitária, virtualmente aristocrática; adiante deles luzias-reformistas dando as mãos aos constituintes democratas”, arrematou.<sup>148</sup>

Em resumo, o que se vê na teoria de Justiniano é a aplicação da díade direita-esquerda não como critério explicativo da oposição doutrinária entre liberdade e igualdade – modelo explicativo, embora generalizante, que predominou no século XX -,<sup>149</sup> mas sim como critério de distinção entre absolutismo e republicanismo/democracia, onde, nesse campo político, o Partido Conservador era colocado como elemento moderado ante as tendências extremadas.

O moderantismo do Partido Conservador era assentado na conservação do estado de coisas. As letras d’*O Velho Brazil* estavam, assim, carimbadas de esperança. Esperava que se formassem “(e nisso se há de dispendir algum tempo) os partidos reais que o regime constitucional representativo faz nascer, e que apenas vão despontando”. Do Partido Conservador, lê-se no periódico conservador, “podemos esperar que se aproveitará o governo para fundar e consolidar, no meio da desorganização em que tudo jaz entre nós, esses alicerces perduráveis das grandes nacionalidades, a magistratura, o sacerdócio, o magistério.”<sup>150</sup>

Esse grande pedaço de esperança, que nas páginas d’*O Velho Brazil* parecia arrefecer a ansiedade de seu redator, fora estimulado com a subida do Gabinete da Conciliação ao poder. Viu-se que os elementos mais moderados dos liberais também carregavam a animação com o novo gabinete. Mas para Justiniano isso correspondia, dentre outras coisas, à possibilidade de uma política que poria fim às turbulências sociais e à eternização (não das oposições mas sim) das intransigências partidárias, levando à então sonhada *pax partidária*. Correspondia, também, a um novo momento para o Partido Conservador: “O que tudo isso quer dizer é que o ministério otimamente compreendeu que era tempo de alargar o círculo do partido, aceitando nele todos quantos só estavam dele arredados por velhos e caducos antagonismos, por pessoais

---

<sup>148</sup> Ibidem.

<sup>149</sup> Sobre a distinção direita-esquerda, ver: BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

<sup>150</sup> *O Velho Brazil*, Rio de Janeiro, nº 1717, 10 set. 1853, pp. 2-3.

ressentimentos e infundadas odiosidades.”<sup>151</sup> Foi nesse sentido que se assentou as bases da organização do Partido.

#### 1.4: A doutrina da conservação e progresso

A doutrina que atuou eficazmente no primeiro momento da organização do Partido Conservador foi a do nexos relacional conservação-progresso. Uma doutrina que estava numa bem-acabada consonância com o programa do Gabinete da Conciliação.

À primeira vista, essa doutrina permitia que o Partido Conservador admitisse algumas reformas em seu programa. Isso está carimbado nas palavras de Justiniano José da Rocha, em *O Velho Brazil*, para quem “somos conservador-progressista, e não temos a mínima dúvida em anuir a todo o pensamento de reforma que nos parece realizável”.<sup>152</sup> Na sessão de 28 de junho de 1854 da Câmara dos Deputados, repetindo o programa ministerial apresentado aos senadores no ano anterior, o presidente do gabinete (Carneiro Leão) explicou “que considerava como uma utopia qualquer conciliação que se tentasse com o fim de procurar unir os partidos, conciliá-los, e dar-lhes uma unidade de pensamento que não poderia existir sem compressão.” Mas visualizou uma doutrina partidária “que poderia dar ao ministério um apoio mais amplo de alguns indivíduos que até então tinham estado em desacordo com o partido da ordem”, ponderou - Carneiro Leão era avesso à alcunha *saquarema*, preferindo, à moda antiga, Partido da Ordem. O programa do gabinete era de moderação. “Seria de conservação e progresso, progresso material e moral, e que procuraria realizar todas aquelas reformas judiciárias que fossem compatíveis com as instituições monárquicas e constitucionais, e compatíveis com a estabilidade da ordem e segurança pública”, explicou. O programa também buscava estudar uma reforma eleitoral “com a qual pudesse aparecer a inteira liberdade do voto”.

Os tempos haviam mudado. E Carneiro Leão sabia disso. Para ele, “essas lutas encarniçadas do espírito de partido pareciam ter cessado, e o partido que se conservava em oposição parecia já não querer lançar mão da revolta para conquistar o poder.” O Partido da Ordem – seguindo-se a preferência de Carneiro Leão -, “que por sua natureza, que por suas ideias deve ser moderado (*apoiados*)”, não poderia “manter-se e conservar-se revestido de irreconciliáveis ódios contra os seus antigos adversários, desconhecendo o estado do país”,

---

<sup>151</sup> *O Velho Brazil*, Rio de Janeiro, nº 1740, 5 nov. 1853, p. 2.

<sup>152</sup> *O Velho Brazil*, Rio de Janeiro, nº 1770, 9 fev. 1854, p. 1.

falou, interrompido pelos *apoiados* de seus correligionários. “Senhores, os que quisessem que o partido da ordem caminhasse por tais vias, o perderiam irremissivelmente. (*Muitos apoiados.*)”, finalizou.<sup>153</sup> Afirmando a *pax partidária*, Carneiro Leão não só lembrava o compromisso do gabinete que encabeçava, como também tornava claro e público a intenção de assumir a organização de seu partido político.

Dois dias depois, o ministro da Justiça, Nabuco de Araújo, reentrou o programa do gabinete na Câmara. Na mesma sintonia que Carneiro Leão, afirmou que o gabinete não pretendia conciliar os partidos. A política da conciliação “é a combinação do princípio conservador com o progresso refletido e justificado pela experiência; o princípio conservador como base, o progresso como acessório”, expôs. “O progresso”, continuou, “não é incompatível com o princípio conservador, porque o princípio conservador, não é a inércia, o abandono; não conserva quem não melhora.” Adentrando a questão doutrinária, indicou que “as ideias essenciais e características do partido saquarema consistem na consolidação do princípio da autoridade, na manutenção das instituições constitucionais”. E inclinado como estava a conseguir a adesão de seus correligionários, indagou: “que saquarema haverá aferrado aos princípios que deixe de acompanhar esse programa no qual estão consagrados os seus princípios essenciais?” Importava a Nabuco de Araújo esclarecer que o gabinete não pretendia modificar as arenas partidárias. Não queria que se pensasse que o grupo saquarema estava na mira de ser substituído. “Certo o ministério não quer substituir um círculo por outro, mas alargar, estender o círculo”, explicou.<sup>154</sup> Cada agrupamento interno do Partido manteria seu próprio círculo. Mas, absorvendo liberais para o Partido, o programa ministerial criava uma brecha enorme para a ampliação do círculo da Conciliação.

O programa ministerial estava posto. Após a fala do ministro da Justiça, a sessão abriu-se para debates. José Inácio Silveira da Mota (SP), em sua primeira estada na Câmara baixa em 1850, havia divergido ideias a respeito do tráfico com Paulino Soares de Souza, então ministro dos Negócios Estrangeiros.<sup>155</sup> Agora, em 1854, suavizou-se: “O que é, senhores, o partido conservador no Brasil? O partido conservador do Brasil, como há pouco disse o nobre ministro da justiça, é o partido que tem pugnado sempre pela fortificação do princípio da autoridade e pelo desenvolvimento das nossas instituições monárquicas”, falou. Silveira da Mota julgou que o Partido Conservador havia nascido das reformas constitucionais do período Regencial. Por sua bagagem de jurisconsulto, o Ato Adicional tornou-se o marco da explicação do deputado:

---

<sup>153</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 28 jun. 1854, p. 285, grifos no original.

<sup>154</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 30 jun. 1854, p. 295.

<sup>155</sup> SOUZA, José Antônio S. **A vida do visconde do Uruguai...** op. cit., pp. 210-214.

quando se empreendeu reduzir ao ato adicional as reformas decretadas, nós vimos que duas opiniões políticas apareciam, uma delas era essa que queria a fortificação do princípio da autoridade, era essa que queria restringir as atribuições das assembleias provinciais, vimos que o outro partido queria dar às províncias direitos que as constituíssem como verdadeiros Estados, e foi aquele partido [o da primeira opinião] que nessa época se principiou a assinalar com o nome de partido conservador.

Se o Partido se formou após o Ato Adicional, consolidou-se, de acordo com Silveira da Mota, após as revoltas liberais de Minas Gerais e São Paulo em 1842 e a revolta Praieira em 1848. A aproximação entre Carneiro Leão e o Partido Conservador era, para o deputado, o pressuposto para o atual momento da doutrina da conservação e progresso:

As ideias da conservação das nossas instituições foram sempre as do nobre presidente do conselho; inaugurando ele a mesma política que seguiu sempre, acrescentando-lhe uma ideia suplementar que ele julga compatível com as ideias atuais, eu tenho de enxergar nessa ampliação do partido conservador algum alcance, algum limite.

A primeira condição do partido conservador é sem dúvida alguma de equilibrar as instituições atuais com as necessidades novas crescentes do futuro; a primeira condição do partido conservador progressivo, como concebe o nobre presidente do conselho, é sem dúvida a lentidão, a prudência com que se deve marchar nas vias do progresso. Em matérias de governo eu não concebo que se possa saltar impunemente; quem salta, precipita-se; mas o governo que nos diz – eu sou conservador, mas conservador progressivo –, explica, a meu ver, a mesma ideia que já tínhamos como conservadores de outrora, porque nós sempre fomos conservadores, mas nunca nem estacionários, e muito menos retrógrados. (*Apoiados*).

O momento inaugurado pela política da conciliação era o momento em que o Partido Conservador poderia se organizar em sua forma a mais moderna, cuja tal conservação progressiva se queria, ou, nas palavras de Silveira da Mota, “quero as instituições atuais, quero a fortificação do princípio da autoridade, mas quero fazer lentamente as reformas que forem consentâneas com o princípio conservador”.<sup>156</sup> Nessa relação entre o governo e o Partido Conservador, para quem – no pensamento corrente – o governo era o primeiro correspondente das ideias partidárias no Estado, a doutrina da conservação e progresso era concebida programaticamente pelo gabinete e responsável operacionalmente pelo alargamento dos círculos do Partido.

Foi João Manoel Pereira da Silva, representante do Rio de Janeiro na Câmara, quem teorizou essa aproximação entre o governo e o Partido, desenvolvendo-a. O político carioca afirmou que os governos representativos pressupunham dois partidos políticos que se são opostos. “Ora, um desses partidos deve ocupar o ministério, dirigir o governo e a administração do país; o outro colocar-se na oposição, fiscalizar os atos do seu adversário, censurá-los, e

---

<sup>156</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 30 jun. 1854, pp. 297-299, grifos no original.

mostrar a melhoria de suas ideias para vencer na opinião pública, ganhar maioria, e subir ao poder”, explicou o movimento de intercalo partidário do poder. Caberia ao gabinete, continuou, “ter uma só política, isto é, pertencer a um dos dois partidos, praticar seus princípios políticos, desenvolvê-los e firmá-los.”<sup>157</sup> Ao gabinete de Carneiro Leão caberia sustentar a política conservadora, a que, no entender de Pereira da Silva, é simbolizada pelo presidente do gabinete.

Mas o que era a política conservadora? O deputado carioca responde que “a política conservadora é aquela que sustenta as ideias monárquicas, as instituições representativas que possuímos, o princípio da autoridade, a centralização política, etc. Estas ideias são as do ministério; têm sido por ele praticadas.” Aqui já se percebe que a política conservadora não se limitava ao Gabinete da Conciliação. Dirigindo-se aos seus pares no recinto, continuou: “E note a câmara que o ministério de 29 de Setembro de 1848 praticou essa mesma doutrina na época crítica em que uma rebelião lavrava na província de Pernambuco”. Ainda naquele 1848 tão próximo, o gabinete vinha “admitir e professar suas ideias políticas, aumentando e alargando as fileiras do partido conservador”, falou. Introduzido na política partidária nacional por Clemente Pereira, Manoel Jacinto Nogueira da Gama (visconde de Baependi) e Antônio Pereira Barreto Pedroso através das eleições de 1842,<sup>158</sup> Pereira da Silva acreditava que a política do partido a que pertencia foi formulada pelo Primeiro Gabinete Saquarema. Expressando sua fidelidade ao círculo saquarema, concluiu:

O caráter da política de princípios conservadores é praticar-se a conciliação e seguir o progresso; todas as políticas, senhores, em todas as nações, olhando-se para a história, prometem o progresso; mas a única que se reconhece poder e dar realmente o progresso é a política conservadora, porque serena os ânimos, tira-os de questões abstratas, chama-os ao conhecimento dos verdadeiros interesses do país, faz acalmar a irritação dos espíritos, e procura aproximar os homens de mérito e de moderação, sem ser obrigada, como é a política contrária, a favonear as paixões populares e a rodear a administração de pretensões anárquicas e revolucionárias.

Assim, portanto, a política atual é a mesma política que temos sustentado; é a política dos princípios conservadores, praticada com moderação e prudência, desenvolvida acalmando e conciliando os ânimos, e incitando os verdadeiros progressos do país.<sup>159</sup>

---

<sup>157</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 30 jun. 1854, p. 303. O jornal *O Velho Brazil* também estabeleceu a associação, porém divergindo a lógica: “O país é dividido em dois partidos, mais ou menos ardentes e implacáveis [...]. Em qualquer ponto do Império, dessas duas parcialidades, quase que necessariamente existentes, uma adere ao governo, a outra o hostiliza. O governo nem pode criar uma parcialidade média que neutralize as duas, nem é possível que entregue ele a ação da autoridade à parcialidade que lhe é hostil: se o fizesse cometeria um suicídio. Recorre ele, pois, à parcialidade que o sustenta, pede-lhe agentes para a autoridade, pede-lhe a sua cooperação para manter a ordem pública e a segurança individual.” Ver: **O Velho Brazil**, Rio de Janeiro, nº 1755, 13 dez. 1853, pp. 2-3.

<sup>158</sup> Carta de Justiniano José da Rocha para Firmino Rodrigues Silva, 20 set. 1842, apud MASCARENHAS, Nelson Lage. **Um jornalista do Império...** op. cit., pp. 69-73.

<sup>159</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 30 jun. 1854, pp. 303-304.



Pereira da Silva concordava com Silveira da Mota quanto a adesão de seu partido à doutrina da conservação e progresso. Discordavam quanto aos agentes que introduziram a nova doutrina. Enquanto o deputado carioca, pouco mais antigo nos círculos conservadores, acenou que Carneiro Leão continuou a mesma direção partidária que fora iniciada pelos saquaremas, Silveira da Mota, que no período regencial redigiu o jornal *O Federalista* e agora tornava-se um resultado da mais recente ampliação dos círculos conservadores, apontou o protagonismo do Gabinete da Conciliação para injetar a nova doutrina no Partido Conservador.

Essas visões sutilmente diferentes não eram simples disputas de narrativas, mas disputas por adesões de correligionários. Afinal, o momento era de ampliação dos círculos conservadores. E nesse ponto concordavam Nabuco de Araújo, Pereira da Silva e Silveira da Mota. E se expunham enquanto conservadores e não enquanto saquaremas, como se almejassem um destaque na chefatura partidária de então. O que os deputados conservadores fizeram, como também fizeram o *Correio da Tarde* e *O Velho Brazil*, foi traçar a historicidade do Partido Conservador numa composição universalista, fazendo com que Regresso, Partido da Ordem e Partido Saquarema se consubstanciassem no Partido Conservador. Partido Conservador, portanto, constituía-se o presente da historicidade em que os momentos do Regresso, do Partido da Ordem e do Partido Saquarema representavam as diferentes recorrências de seu passado. A repetição da história de que o Partido Conservador se originou do Regresso, embora cada qual orador e publicista com uma narrativa que lhe fosse própria, atendia, por um lado, à autenticidade que se queria dar ao momento presente do Partido e, por outro lado, às sincronias com o passado que se queria dar à presente organização do Partido. Tudo isso pode ser entendido como um exercício de ampliação da consciência histórica.<sup>160</sup> Com isso, o sentido de coletividade da historicidade era mobilizado para dar significado ao rearranjo partidário que já se operava e para unificar as decisões e ações partidárias de agora em diante.

O momento que aparece nas páginas de *O Velho Brazil* em meados de 1854 como um momento de “ideias de progresso, de melhoramento, de reformas estudadas e meditadas, que o ministério adotou, que tem feito lentamente triunfar, e que é uma das novas fases do grande partido que tem salvado as instituições e firmado inabalável o princípio da autoridade”;<sup>161</sup> esse momento que Justiniano José da Rocha chamaria, um ano mais tarde, de transação, isto é, “o resultado da convicção íntima do país de que estavam extintas todas as paixões, acabadas todas as lutas do passado”;<sup>162</sup> nesse novo momento, que forneceu o chão social para a organização do

---

<sup>160</sup> Sobre esse sentido de consciência histórica, ver: HELLER, Agnes. **Uma teoria da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, principalmente capítulos 1 e 3.

<sup>161</sup> **O Velho Brazil**, Rio de Janeiro, nº 1822, 4 jul. 1854, p. 3.

<sup>162</sup> ROCHA, Justiniano José da. **Ação; reação; transação...** op. cit. p. 121.

Partido Conservador, é que coube a efetivação da doutrina da conservação e progresso. O gabinete tinha como fim a política da conciliação, que também serviu de meio para a organização do Partido Conservador na Corte. Como fim, operou uma política marcada pela participação mais ativa de Pedro II nas decisões de governo e pelas reformas que buscavam solucionar problemas políticos surgidos nos anos 1840.<sup>163</sup> Como meio, possibilitou a alguns chefes conservadores costurar novos preceitos doutrinários, ampliar os círculos do Partido e promover uma outra direção partidária.

O historiador Ricardo Salles aventou que Carneiro Leão, através da política da conciliação, disputou “a liderança do Partido Conservador fluminense com a trindade saquarema”. Entretanto, pondera o historiador, “não há base para se imaginar que as consequência da disputa levariam a radical ou pelo menos acentuada mudança de rumo no padrão moral e intelectual que os saquaremas vinham imprimindo na condução política do império.”<sup>164</sup> A meu ver, a doutrina da conservação e progresso reformulou - não necessariamente de maneira radical - esse “padrão moral e intelectual”. Inicialmente, na organização do Partido Conservador, com vistas a, posteriormente, transformar, exatamente, a política imperial. Demonstra isso a consonância entre a nova doutrina do Partido e o programa do Gabinete da Conciliação.

O apelo, aliás um tanto amplo e fetichista, ao encerramento das intransigências partidárias foi o que possibilitou introduzir a doutrina da conservação e progresso no Partido Conservador. Um apelo animado por ambas as matrizes partidárias. Do lado conservador, o Justiniano d’*O Velho Brazil* falava em nome dos (e para) seus correligionários: “O partido saquarema teve a nobre missão de acabar com o espírito revolucionário, de armar a autoridade com os recursos necessários para dominá-lo.” Cumprida essa missão, “hoje os que outrora estavam eivados mais profundamente dessa peçonha, estão de todo curados, e reconhecem que de suas antigas doutrinas males somente podiam resultar”, prosseguia. E, finalizando, orientava que “tem de desaparecer, não o partido conservador, porém a sua antiga designação de saquarema; pois como tal não acha antagonismo, nem missão; tem de entrar em nova fase.” Do lado liberal, Francisco Otaviano de Almeida Rosa expunha, em carta a Francisco Carvalho Moreira, o sufocante desânimo partidário dos liberais nos últimos anos: “o país estava cansado; as lutas haviam enfraquecido os partidos; a energia partidária do Eusébio havia acabado com as

---

<sup>163</sup> FERRAZ, Paula Ribeiro. **O Império em tempos de conciliação...** op. cit., pp. 24 e 141.

<sup>164</sup> SALLES, Ricardo. As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, vol. 3 (1870-1889)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp. 55-56.

aspirações dos caudilhos liberais. Estes suspiravam por qualquer pinguela que os fizesse passar para o campo do festim.” A situação dos liberais modificou-se com a nova situação, explicou: “O Paraná [Carneiro Leão] tem-lhes dado alguns madeiros que atirados por cima do abismo os têm salvado.”<sup>165</sup>

Até meados de 1854 o gabinete parecia ainda estar em lua de mel com o grosso do Parlamento. O Voto de Graças nesse ano foi, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados, em confiança unânime ao gabinete. Com exceção de republicanos como Antônio Borges da Fonseca e Joaquim Feliciano Gomes, no Rio de Janeiro jornalistas liberais e conservadores também pareciam dar um voto de confiança ao gabinete.

Carneiro Leão foi responsável por trazer para o governo o apoio de liberais de diversas matizes, desde um moderado como José Maria da Silva Paranhos até o outrora *Timandro* Francisco de Sales Torres Homem. Paranhos, que o auxiliou como secretário na missão diplomática do Rio da Prata em 1851 e 1852, ocupava agora a pasta da Marinha. Já Torres Homem, que desde fevereiro de 1853 estava mais moderado, foi nomeado para o bispado do Tesouro (como vulgarmente eram chamados os altos postos do Tribunal do Tesouro Nacional), onde exerceria o cargo de Diretor Geral das Rendas Públicas. Passou a trabalhar diretamente com Carneiro Leão (além de presidente do gabinete, também ministro da Fazenda), por quem foi pessoalmente cooptado para o cargo.<sup>166</sup> Nesses dois casos, e em alguns outros, foi o próprio Carneiro Leão quem realizou absorções de liberais para o governo, mas os mantinha todos sob sua panóptica vista - corria na Corte que influía pesadamente em todas as pastas ministeriais.<sup>167</sup> Francisco Otaviano ficou encarregado de, em suas mesmas palavras, “tomar a direção do *Mercantil* nas ideias do Partido Conservador”.<sup>168</sup> Ao lado de Otaviano, também foi instalado na direção do *Correio Mercantil* o bacharel e então liberal José de Alencar, filho do padre, senador liberal e revolucionário de 1817 e confederado de 1824 José Martiniano de Alencar. O *Correio Mercantil* tornou-se, sob os auspícios do gabinete, uma folha “de política moderada e ordeira conservadora.”<sup>169</sup>

---

<sup>165</sup> **O Velho Brazil**, Rio de Janeiro, nº 1829, 22 jul. 1854, p. 1; Carta de Francisco Otaviano de Almeida Rosa para Francisco Carvalho Moreira, 13 fev. 1854, In: ROSA, Francisco Otaviano de A. **Cartas de Francisco Otaviano...** op. cit., p. 87.

<sup>166</sup> **O Velho Brazil**, Rio de Janeiro, nº 1822, 4 jul. 1854, p. 2. Sobre o Tribunal do Tesouro Nacional, ver: BARCELOS, Fábio. **A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e o Tesouro Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

<sup>167</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 27 jun. 1854, pp. 265-270; **O Velho Brazil**, Rio de Janeiro, nº 1866, 3 nov. 1854, pp. 1-2.

<sup>168</sup> Carta de Francisco Otaviano de Almeida Rosa para Francisco Carvalho Moreira, 13 jun. 1854, In: ROSA, Francisco Otaviano de A. **Cartas de Francisco Otaviano...** op. cit., p. 88, grifo no original.

<sup>169</sup> **O Velho Brazil**, Rio de Janeiro, nº 1848, 5 set. 1854, p. 1. *O Repúblico* confirma, mais enfaticamente, que o *Correio Mercantil* passou a sofrer influência do gabinete, ver: **O Repúblico**, Rio de Janeiro, nº 102, 18 set. 1854, p. 1.

Nesse meados de 1854, apenas Borges da Fonseca, nas páginas d'*O Repúblico*, insinuava haver desavenças entre os conservadores. Escreveu que “nesta cidade o grupo saquarema está dividido em dois”, isto é, de um lado, estava o grupo saquarema, de outro lado, o grupo associado à Conciliação. “Em luta de morte se acham esses dois grupos; porém por conveniências pessoais vai o primeiro suportando as devassidões do segundo”, apontou.<sup>170</sup> A insinuação, entretanto, carregava o desejo do redator. Desejo não realizado. Pois os cardeais do saquaremismo se abstiveram de embargar a outra direção que o Partido Conservador tomava.

Como já se viu, Rodrigues Torres voltava-se mais a seus negócios privados e menos à política no Senado e no Conselho de Estado. A Paulino seria dada sua tão desejada estadia custeada na Europa, ao ser nomeado, em fins de 1854, ministro plenipotenciário para missão em Paris, Londres e Roma, com um provento de 25:000\$ réis (vinte e cinco contos de réis) anuais. Com exceção de seu filho mais velho, levaria toda a família. E aos 47 anos de idade iria realizar seu sonho, num momento em que a política partidária brasileira lhe era tão enfadonha.<sup>171</sup> Mesmo em 1856 escreveria, de Londres, a Paranhos, dizendo que alimentava uma aversão “ao lugar de Ministro com Câmaras e com uma imprensa como as nossas” e que teria pouco a oferecer na nova direção partidária.<sup>172</sup> Da tríade, Eusébio de Queirós poderia ser o mais intrépido opositor aos novos rumos que o Partido tomava. Pois, nos últimos dois anos, havia atuado diretamente nos arranjos das eleições de 1852 e na direção do Partido Saquarema na Câmara contra as divisões entre correligionários e cooptando apoio ao Segundo Gabinete Saquarema. Agora, sob o novo gabinete e novos atores disputando a chefatura do Partido Conservador, Eusébio declarou-se cansado da política,<sup>173</sup> vindo a tornar-se senador em maio de 1854, e padecia de uma doença nos olhos que o tornaria pouco a pouco cego. Além disso, a presidência da Relação do Rio de Janeiro, a qual se dizia que seria dada a Antônio Pinto Chichorro da Gama, foi conferida, em novembro, a Eusébio de Queirós. A generosidade ministerial estendeu a mão também a seu irmão, José Matoso de Andrade Câmara, que foi nomeado desembargador para a mesma Relação, e a seu cunhado, José Bernardo de Figueiredo, nomeado curador geral dos africanos livres.<sup>174</sup>

---

<sup>170</sup> **O Repúblico**, Rio de Janeiro, nº 87, 22 jun. 1854, p. 2.

<sup>171</sup> SOUZA, José Antônio S. **A vida do visconde do Uruguai...** op. cit., p. 470 e passim.

<sup>172</sup> Carta de Paulino José Soares de Souza a José Maria da Silva Paranhos, (provavelmente) março de 1856, In: SOUZA, José Antônio S. **A vida do visconde do Uruguai...** op. cit., p. 553.

<sup>173</sup> **O Repúblico**, Rio de Janeiro, nº 111, 10 nov. 1854, p. 3; ALMEIDA, Tito Franco de. **O conselheiro Francisco José Furtado...** op. cit., p. 72, nota 29.

<sup>174</sup> **O Velho Brazil**, Rio de Janeiro, nº 1867, 7 nov. 1854, pp. 1-2; **O Repúblico**, Rio de Janeiro, nº 111, 10 nov. 1854, p. 3; **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 326, 27 nov. 1854, p. 1. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o anno de 1855**. 12º ano. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1855, p. 170.

Ampliavam-se os círculos conservadores. Ocasão não faltava para que se demonstrasse, publicamente, as tessituras as quais o Partido Conservador se organizava. Como ocorreu na reunião política havida em Andaraí, a 13 de outubro de 1854, na casa do deputado pernambucano cônego Joaquim Pinto de Campos. Os presentes bridaram ao imperador, como de costume, “aos amigos políticos e particulares do Sr. visconde de Paraná”, como se lê no *Correio Mercantil*, e “àqueles que têm empregado todos os esforços para unir e congregar os Brasileiros – aos membros do gabinete atual”, lê-se ainda. Com exceção de Antônio Paulino Limpo de Abreu, estavam presentes todos os membros do Gabinete da Conciliação: Carneiro Leão, Paranhos, Pedreira, Nabuco e Bellegarde. Além desses, lá estavam Eusébio e Paulino, assim como outros membros importantes do círculo saquarema: Miguel Calmon, Holanda Cavalcanti e Manoel Felizardo. Também compareceram três importantes deputados conservadores, Ângelo Moniz da Silva Ferraz (BA), Cândido Mendes de Almeida (AM) e João Capistrano Bandeira de Melo (CE). Alguns chefes locais, como o coronel Tamarindo, coronel Bruco, Jacinto Pereira Reis, Carlos Honório, Nuno Locio, o comendador Luís Gomes Ferreira, e os redatores do *Correio Mercantil* (Francisco Otaviano e José de Alencar).<sup>175</sup> Enfim, estavam presentes conservadores de cores diversas, e os liberais do *Correio Mercantil* que agora professava ideias conservadoras.

A ampliação dos círculos do Partido Conservador ocorria mediante a força centrípeta que o gabinete lançava mão para absorver para si políticos, publicistas e burocratas, facilitando a adaptação desses em militantes e correligionários conservadores. O papel de Carneiro Leão nesse movimento foi importante, mas não pode ser superestimado, ou correríamos o risco de delegarmos a ampliação dos círculos conservadores, se não a sua capacidade política pessoal, a um modo sobranceiro de fazer política, à mineiridade algo mitológica a que até hoje é esticada por um fio que tem nele, Carneiro Leão, sua origem.<sup>176</sup> Afinal, a ampliação ocorreu também mediante a ação política de outros conservadores, atuando no Parlamento e na imprensa, que nesse momento disputavam a chefatura do Partido Conservador. Ainda que o gabinete aglutinasse em suas repartições alguns conservadores e encampasse em seu programa a doutrina reivindicada pelo Partido Conservador, é difícil afirmar que ele foi o responsável pelo processo organizativo do Partido na Corte. Mais esclarecedor é entender que o gabinete foi um dos instrumentos para essa organização partidária, porque foi o meio pelo qual alguns pretensos

---

<sup>175</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 284, 15 out. 1854, p. 1.

<sup>176</sup> ARRUDA, Maria Arminda N. **Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, pp. 223-224.

chefes encontraram para se afirmar nos círculos conservadores e propagar a doutrina da conservação e progresso.

### 1.5: Desajustamentos

Em 1854, a imprensa já havia empilhado os tijolos que emparedariam as bases do Partido Conservador na cidade do Rio de Janeiro. Do Parlamento e do gabinete, trabalhavam os homens que assumiram a primeira fase da obra. Ao mesmo tempo em que o gabinete se tornava um dos caminhos para a organização do Partido Conservador na Corte, por causa dele houve os primeiros desajustamentos dessa organização partidária. Escancarou-se, então, a heterogeneidade do Partido, refletida nos círculos partidários.

Começou com Ângelo Moniz da Silva Ferraz. Eleito deputado em 1852 para representar sua província de nascença (Bahia), Ferraz havia hesitado em apoiar o Gabinete Rodrigues Torres no Voto de Graças de 1853. Diante da oposição do Partido Parlamentar, declarou, naquela ocasião, ser “tão amigo da conciliação que faço os votos os mais sinceros para que também o gabinete, por meio de uma combinação prudente, possa chamar em torno de si os nossos amigos das províncias do Ceará e de Pernambuco.” O deputado baiano ocupava os cargos de inspetor da Alfândega e de juiz dos feitos da Secretaria da Fazenda, os dois pelo Município Neutro. Com a ascensão do Gabinete da Conciliação, foi removido da inspetoria da Alfândega e lhe foi oferecido o cargo de fiscal do Tesouro Nacional. Mas Ferraz recusou o cargo e, na Câmara dos Deputados, passou a digladiar a Conciliação.<sup>177</sup> “Essa nossa atmosfera se acha tão obscura que eu não sei se direi bem que o narcótico da conciliação há de fazer muito maior mal do que o patronato”, falou, em 22 de junho, comparando a política da conciliação à política de patronagem dos gabinetes saquaremas, e causando rebuliço entre os deputados ministerialistas ao sugerir que a Conciliação fosse um narcótico.<sup>178</sup>

O discurso de Ferraz acalorou as discussões na Câmara. Quando Carneiro Leão adentrou o salão da Cadeia Velha na sessão de 27 de junho, os ministros da Justiça, Marinha e Império já se encontravam no recinto. Pela primeira vez naquele ano, as galerias “estavam apinhadas” de gente, relatou *O Grito Nacional*. Todos acomodados e iniciada a Ordem do Dia, Ferraz - descreveu o taquígrafo - “levanta-se, cumprimenta ao Sr. presidente do conselho [Carneiro Leão] que lhe corresponde, e exprime-se nos seguintes termos no meio de profundo silêncio: /

---

<sup>177</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 6 jun. 1853, p. 75; **O Grito Nacional**, Rio de Janeiro, nº 696, 28 jun. 1854, p. 1; e SILVA, João Manoel P. da. **Memórias do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, 2003, pp. 248.

<sup>178</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 22 jun. 1854, p. 229.

A câmara deve reconhecer quanto é difícil e penosa minha atual situação.” Sua fala buscava ao Carneiro Leão homem de partido: “Difícil, porque vejo-me na necessidade de entrar em combate com um homem... um homem distinto e forte, não só pelos seus recursos intelectuais, mas principalmente pela autoridade que goza no meu país”. Depois desse adramado início, o deputado baiano foi tecendo considerações acerca do orçamento e da administração das finanças do país, tentando alcançar o Carneiro Leão ministro da Fazenda. Disse que o “orçamento é uma ficção, uma mistificação”; que o saldo demonstrado “no relatório da fazenda não é exato”; e que o ministro dos Negócios Estrangeiros (Limpo de Abreu) recorre ao presidente do gabinete para interpor sua autoridade aos funcionários, “afim de que fossem executadas as instruções e ordens que havia expedido.”<sup>179</sup> O que não aparece nos *Anais do Parlamento* mas que *O Grito Nacional* apercebeu foi que, aumentada a tensão, Ferraz chamou os ministros de “mercadores de verdura”. A resposta de Carneiro Leão desengana o fato: “recebo o epíteto que nos dá de mercadores de verdura, embora a expressão não me pareça parlamentar”. A expressão foi dita, continua Carneiro Leão, “pelo nobre deputado que apoiava ainda há pouco a política que seguimos, pelo nobre deputado que não muito tempo nos acompanhava e nos defendia nesta casa”.<sup>180</sup>

Muito indica que a oposição de Ferraz foi movida por interesses pessoais não alcançados. Talvez pela decepção em não receber um alto cargo no Tesouro Nacional, como a Diretoria Geral das Rendas Públicas que o gabinete dera ao há-pouco-liberal Sales Torres Homem. Talvez por não ter recebido um cargo na Secretaria da Fazenda, que, segundo Carneiro Leão, lhe foi frequentemente solicitado por Ferraz. Fato é que Ferraz se tornou o mais sistemático opositor se não do gabinete ao menos de Carneiro Leão. Além disso, buscou ajuntar outros deputados para a oposição. *O Grito Nacional* apontou que João Antônio de Miranda, representante pelo Rio de Janeiro, aspirava o posto de chefe de polícia da Corte, e, não recebendo o cargo, ladeou com Ferraz na oposição. Também Antônio Correia Seára, deputado por Pernambuco, que fora visto na rua do Ouvidor “como um possesso [atordoando] o céu e a terra em oposição à conciliação”, lê-se n’*O Grito Nacional*.<sup>181</sup>

Em julho de 1854, promoveu uma reunião em sua casa, onde compareceram cerca de 50 convidados, dentre os quais José da Costa Carvalho (visconde de Monte Alegre), José

---

<sup>179</sup> *O Grito Nacional*, Rio de Janeiro, nº 687, 1º jul. 1854, p. 1; *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 27 jun. 1854, pp. 265-166.

<sup>180</sup> *O Grito Nacional*, Rio de Janeiro, nº 687, 1º jul. 1854, pp. 1-4; *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 28 jun. 1854, p. 286.

<sup>181</sup> NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império, vol. 1...* op. cit., p.177; *O Grito Nacional*, Rio de Janeiro, 686, 28 jun. 1854, p. 1, grifos no original.

Antônio Pimenta Bueno e João Manoel Pereira da Silva; esses três eram próximos do círculo saquarema. *O Repúblico* noticiou que, durante a reunião, “foi resolvido fazer-se oposição ao gabinete atual, e o snr. Ferraz indicou para capitanear a oposição na câmara o snr. Pereira da Silva.” Mas, quando Ferraz discursou na Câmara contra o gabinete em meados de 1854, estava sozinho. “*Não achou a seu lado o chefe com que contava*”, isto é, “foi abandonado por muitos”, lê-se, n’*O Grito Nacional*.<sup>182</sup> Em outubro, lá estava o deputado baiano no banquete de Andaraí, junto de vários conservadores que brindavam ao Gabinete da Conciliação e a Carneiro Leão. Parecia haver recuado de tentar organizar uma oposição sistemática. Mas isso não o eximiu de ser visto como o chefe da oposição na Câmara, e, exageradamente, como liberal.<sup>183</sup>

Em 1854, os periódicos doutrinários cariocas também passaram por um rearranjo ante a adaptação experimentada pelo Partido Conservador na Corte. Redigido por Francisco Otaviano de Almeida Rosa e José de Alencar, o *Correio Mercantil* deu-se a defender as ideias conservadoras, como já dito. Acusada de receber subvenção do governo, a folha até então republicana *O Grito Nacional* colocou-se na defesa do Gabinete da Conciliação a partir do último terço do ano. Ficava, ainda, na defesa de ideias republicanas *O Repúblico*, na Corte, e *A Pátria*, em Niterói. E *O Diário do Rio de Janeiro*, sob a direção de Luís Antônio Navarro de Andrade, colocou-se na oposição.

Mas, mais do que *O Grito Nacional* passar a apoiar o gabinete, o que mais causou espanto na imprensa carioca foi *O Velho Brazil* ter arredado seu apoio ao gabinete. À frente da folha conservadora, Justiniano publicou uma carta aberta a Carneiro Leão em 3 de novembro de 1854. Iniciou apontando que ele, Justiniano, envolveu-se “nas lutas políticas de 1836, achou-se nas fileiras de que era V. Ex. um dos mais brilhantes chefes.” Disse que aquilo que o ligava a Carneiro Leão era “a confraternidade de opiniões, a identidade de pensamento”, pressupondo que da união é que surgiam os círculos partidários:

a grande, a principal força do partido a que [Justiniano] pertencia [...], era, a par da identidade de vistas e de opiniões políticas, essa intimidade, essa afeição pessoal que prendia em um só feixe, com V. Ex., os Paulinos, e os Torres, e os Vasconcelos, e os Clementes Pereiras, e os Eusébios, e os Araújo Vianas, e os Monte Alegres, e os Olindas, e os Abrantes, e tantos outros que por amor da brevidade não vão mencionados. Vendo-os sempre ligados, viu neles a alta razão coletiva do partido, e ufanou-se de poder aplaudi-la, auxiliá-la com essa devoção de quem tudo sacrifica pela verdade, quando com a verdade vê, unido o bem da pátria.

---

<sup>182</sup> **O Repúblico**, Rio de Janeiro, nº 87, 22 jul. 1854, p. 2; **O Grito Nacional**, Rio de Janeiro, nº 687, 1º jul. 1854, p. 1, grifos no original.

<sup>183</sup> **O Grito Nacional**, Rio de Janeiro, nº 686, 28 jun. 1854, p. 3.



A fidelidade a chefes como Bernardo Pereira de Vasconcelos, José Clemente Pereira, Paulino, Rodrigues Torres, Eusébio de Queirós, como também a Cândido José de Araújo Viana, Costa Carvalho, Pedro de Araújo Lima e Miguel Calmon; essa fidelidade Justiniano chamava por vezes de disciplina partidária. Chamava e pregava que se seguisse, pelo bem da unidade do partido, ou, em termos mais científicos, para que houvesse maior coesão na sistemicidade do círculo partidário. Tal sistemicidade também pressupunha uma “confraternidade de opiniões” e uma “identidade de pensamento”; e esses dois elementos eram, por suas vezes, realizados mediante doutrina partidária.

“Correram os tempos”, continua o jornalista, e Carneiro Leão organizou o atual gabinete:

O partido achou razão em V. Ex., reconheceu que era absurdo e antipatriótico querer fomentar paixões extintas, erguer entre o merecimento e o serviço público uma barreira de ódios e de ressentimentos sem motivo: a conciliação, que estava em todas as vontades, e da qual já tantos e tão solenes atos haviam sido praticados, a conciliação foi aceita e aplaudida.

O partido não entendeu, porém, e decerto nisso ia de acordo com V. Ex., que o esquecimento do passado era uma renúncia ao passado, que aceitando os homens úteis, transviados outrora pela alucinação política, devia depor as suas crenças, e entregar, desamparado, aos ataques dos inimigos eternos das instituições o campo que, com tanta glória para V. Ex., havia ele conquistado.

A urdidura do Partido Conservador era costurada por Justiniano ao próprio Carneiro Leão. Mas o fio da recente organização partidária que estava preso ao traje de presidente do gabinete desnudava a despreocupação de Carneiro Leão com os rumos da direção do Partido. Sobre isso, o publicista conservador lançou a questão que o levou a publicar a carta: “haverá ainda entre V. Ex. e todos aqueles chefes políticos, com quem desde 1836, desde antes talvez, nesses dezoito anos de vida comum, de esforços, de aspirações, de glória comuns, todos o vimos tão identificado, a mesma íntima solidariedade de outrora?”<sup>184</sup>

A carta aberta repercutiu por semanas na imprensa periódica da Corte. A publicação foi vista como declaração de oposição. No *Correio Mercantil*, um missivista tomou a postura de Justiniano como recalque, como se o redator d’*O Velho Brazil* quisesse a cabeça de Torres Homem, Paranhos e outros novos convertidos aos círculos conservadores, e solicitasse a entrega do poder ao círculo saquarema. Em 10 de novembro, o redator conservador replicou que não aderiu a oposição alguma e que não se opunha ao gabinete. “A imprensa política nunca deve ser instrumento de um indivíduo”, orientou. “A lei da disciplina, que é tão indispensável nos partidos como nos exércitos, impõe àquele que tem em mão essa arma [a imprensa política]

---

<sup>184</sup> *O Velho Brazil*, Rio de Janeiro, nº 1866, 3 nov. 1854, pp. 1-2, grifos no original.

o dever de consultar com os seus amigos, com os seus chefes, para procederem de acordo, com simultaneidade, de modo a conseguir-se resultados”, finalizou.<sup>185</sup>

Três dias depois, o *Correio Mercantil* publicou um artigo editorial com o título *A oposição do Velho Brazil*. “Não há dissidências, diz ele [*O Velho Brazil*], entre os chefes do partido conservador; há apenas alguns descontentamentos parciais que tomaram o colega por eco na imprensa, ou dos quais ele se constituiu eco”, provocou. “A confissão do colega não nos surpreendeu porque sabíamos que os estadistas do ministério passado e os outros homens importantes da opinião conservadora apoiavam o atual gabinete com lealdade”, esclareceu.<sup>186</sup>

A provocação deu ensejo para pontuar o assunto mais corrente quando se tratava da disputa pela chefatura do Partido Conservador: se havia ou não um rompimento com os chefes saquaremas. Desde 1848, falava-se, na Corte, que um grupo saquarema dispunha da chefatura partidária fluminense. Esse grupo era denominado de *círculo de ferro*, uma fração do Partido Saquarema que atuava na província do Rio de Janeiro sob chefia de Eusébio de Queirós, Paulino, Rodrigues Torres e da família Saião Lobato. Em 1854, os debates entre Ferraz e Nabuco de Araújo (ministro da Justiça), na Câmara temporária, atraiu novamente essa questão. Ferraz dizia haver não só um círculo de ferro saquarema, como também acusava o gabinete de querer formar seu próprio círculo de ferro; e recebia sempre a mesma resposta do ministro da Justiça, dita desde 1853, que não se queria substituir um círculo por outro mas alargar o círculo conservador.<sup>187</sup> Era sobre essa questão que o *Mercantil* respondia ao público-leitor d’*O Velho Brazil* “para que não se acreditasse em boatos de *círculos de ferro*, que, segundo uma expressão parlamentar do Sr. conselheiro Ferraz, resistem aos embates do talento e da ilustração.”<sup>188</sup>

O jornal conservador contraveio o editorial. Para ele, o *Correio Mercantil* empenha-se em “fazer acreditar ao ministério que conosco, e por detrás de nós, estão as notabilidades do partido constitucional, os *mortos* que querem *ressuscitar*.” Todavia, alertou que o jornal de Otaviano e Alencar tentava associar e identificar seus próprios interesses com as ações do gabinete. Os redatores do *Mercantil* “querem uma política pura e absolutamente talhada pelo seu molde”, lê-se n’*O Velho Brazil*. Contudo, continuou, “como os homens sérios, os Torres, os Paulinos, os Eusébios, os Monte Alegres, são eternos embaraços ao triunfo dessa política, empregam todo o esforço, aplicam todo o empenho para repeli-los do ministerialismo, dando-

---

<sup>185</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 307, 8 nov. 1854, p. 2; *O Velho Brazil*, Rio de Janeiro, nº 1868, 10 nov. 1854, p. 1.

<sup>186</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 312, 13 nov. 1854, p. 1.

<sup>187</sup> *O Velho Brazil*, Rio de Janeiro, 1706, 13 ago. 1853, pp. 1-2; *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 28 jun. 1854, pp. 287-292; sessão de 30 jun. 1854, p. 295.

<sup>188</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 312, 13 nov. 1854, p. 1, grifos no original.

lhes passaporte para a oposição.” Observou, ainda, que a “imprensa conciliada” – como chamava as folhas e os jornalistas liberais que davam apoio tático ao Gabinete da Conciliação – não podia falar em nome do Partido Conservador. Pois, “se tem o ministério o apoio dos conciliados, se conserva as animadversões dos luzias, que não querem somente posições, porém princípios, conserva também o apoio, embora frio e languido, dos antigos saquaremas, ao menos dos mais importantes de entre eles”, arrematou.<sup>189</sup>

Essa hesitação de Justiniano no interior do Partido Conservador, se mais ligado ao círculo saquarema ou ao círculo da Conciliação, estimulou *O Grito Nacional*, um dos jornais conciliados, a escrever que o redator d’*O Velho Brazil* “esforça-se por convencer o Público de que ele é órgão de um grande partido”, mas “em suas comunicações confidenciais ele espalha que está ligado com os Srs. Torres, Eusébio, Paulino, Monte Alegre e Olinda”. Em editorial de 14 de novembro, o *Correio Mercantil*, outro jornal conciliado, foi mais ácido. Escreveu que Justiniano imputava “ao Sr. visconde de Paraná o ceticismo, a falta de dedicação e a desorganização que se manifesta nas fileiras do partido saquarema.” Avaliou que o Partido Saquarema estava extinto, pois, como os seres humanos, os partidos “envelhecem e morrem, quando a sua missão está concluída, para cederem lugar a novos atores, e a novos dramas.” Em defesa de Carneiro Leão, continuou: “Não é uma mão de homem, por mais poderosa que seja, que desata o nexo que prende os sectários a uma bandeira; é, sim, a natureza das coisas, ou mais propriamente é a mão daquele que traçou as linhas invariáveis, dentro das quais se exerce a liberdade humana.” Nessa lógica, Carneiro Leão conta “com a inteira adesão e apoio” dos membros do antigo Partido Saquarema, pois age de acordo com a “política da imparcialidade e da conciliação tal qual foi anunciada no programa ministerial sob a alta inspiração do mais generoso dos príncipes”, encerrou.<sup>190</sup>

Em resposta tanto menos circumspecta, *O Velho Brazil* apregoou que a política da conciliação não era obra do atual gabinete. “A conciliação estava feita e perfeita em todos os espíritos, muito antes do 6 de setembro de 1853”, defendeu, aludindo à ascensão do Gabinete da Conciliação. “Estava tão feita e tão perfeita que o nome do Sr. Paranhos foi oferecido aos votos do corpo eleitoral fluminense, e saiu triunfante das urnas, triunfante com exclusão e derrota de muitos e importantíssimos nomes do partido”, ponderou, referindo-se à eleição de José Maria da Silva Paranhos em 1852. Mas a política da conciliação a que o redator conservador falava consistia em outro sentido. “Consistia”, explicou, “no arrefecimento completo das paixões políticas em antagonismo, arrefecimento que permitia a todos que

---

<sup>189</sup> *O Velho Brazil*, Rio de Janeiro, nº 1869, 14 nov. 1854, pp. 1-2, grifos no original.

<sup>190</sup> *O Grito Nacional*, Rio de Janeiro, nº 726, 23 nov. 1854, p. 4; *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 313, 14 nov. 1854, p. 1.

olhassem para seus adversários sem os preconceitos da luta, e portanto de modo a fazer justiça aos seus merecimentos individuais.”<sup>191</sup>

*O Velho Brazil* deixou de circular em dezembro de 1854. À frente dele, Justiniano tentou não se opor ao gabinete. Em 1855, voltou atrás. Fez oposição, na imprensa e na tribuna. Na imprensa, lançou, em abril, o periódico conservador *A Constituição*. Esse que passou a advogar ideias reformistas sob a doutrina da conservação e progresso, a defender o legado do Regresso e dos saquaremas, e, no entanto, a combater a política do Gabinete da Conciliação. Na Tipografia Americana, instalada na Rua Direita, onde o jornal era impresso, Justiniano foi visto conversando com outro deputado oposicionista, o que fazia aumentar as suspeitas de que Ferraz ou Cândido Borges Monteiro (RJ), ou os dois, o auxiliassem na redação.<sup>192</sup> Pelo padrão dos debates na Câmara dos Deputados, não havia alguma associação entre eles, ou mesmo alguma formação de oposição sistematicamente organizada. O publicista conservador parecia dirigir e escrever sozinho a nova folha, como há tempos vinha fazendo com os jornais que redigia.

Na tribuna da Câmara dos Deputados, Justiniano lançou, em 19 de maio de 1855, sua oposição ao Gabinete da Conciliação. Novamente expôs a expectativa que no início de 1853 alimentava sobre uma política que sepultasse as intransigências partidárias e que estimulasse os conservadores às reformas. A energia afetiva que essa ideia trazia fora depositada sobre Carneiro Leão, ou sobre a disposição à liderança que este carregava quando o atual gabinete subiu ao poder. “Esperei, esperei ansioso. Não me enganei: pouco depois de organizado o gabinete, e na tribuna do senado foi por este estadista apresentado o programa do governo, e esse programa foi para mim a luz”, discursou. No programa ministerial, “se dizia: ‘Não há mais saquaremas nem luzias; as lutas passadas estão extintas; o governo é conservador-progressista’”, exprimiu, repetindo a fala de Carneiro Leão, ou as palavras que sua desesperança permitia-lhe vasculhar na memória.

Enquanto deputado, Justiniano não costumava usar a tribuna. Não estava habituado com as interrupções de outros parlamentares durante seu discurso. Essas interrupções eram costumeiras para quem dava-se bem no lido com a tribuna, que na maioria das vezes as ignorava. Mas para o publicista conservador tornaram-se exaustivas, pois a cada duas ou três palavras de estorvo ele lançava longas respostas. Durante sua fala de entusiasmo com o Gabinete da Conciliação e se esquivando de atacar Carneiro Leão, Justiniano foi interrompido por um “continue, não tenha medo!” proferido por João de Siqueira Queirós (SE). A interrupção

---

<sup>191</sup> *O Velho Brazil*, Rio de Janeiro, nº 1870, 17 nov. 1854, pp. 2-3.

<sup>192</sup> *O Grito Nacional*, Rio de Janeiro, nº 760, 25 abr. 1855, pp. 1-2; nº 771, 2 jun. 1855, p. 3.

o desestabilizou, retribuindo com isto: “\_Eu ter medo!... depois de velho hei de começar a ser medroso?! E medo de quem? Do sr. marquês de Paraná?” Carneiro Leão, de pronto, respondeu: “\_O senhor é que parece querer-me meter medo.” Seguem-se vários apartes. Pedidos de atenção do presidente da Casa. E a sessão, encerrada.<sup>193</sup>

Uma semana depois, o publicista conservador novamente subiu na tribuna com o intuito de, após aquele afrontamento, se desembaraçar com Carneiro Leão e explicar o motivo de sua oposição. O discurso, entretanto, moveu-se de uma autobiografia política para um sentimentalismo de desafogo. Falou de sua chegada ao Rio de Janeiro após se formar em direito, por onde entrou no jornalismo. Falou de seu ingresso na Câmara dos Deputados, de onde veio o convite para redigir *O Brasil*, que foi por ele escrito durante nove anos e inicialmente dirigido por Paulino Soares de Souza. Falou, falou... E chorou. Chorou publicamente ao falar que, após a morte de seu pai, de quem recebia algum caraminguá para manter sua esposa e seus quantos filhos, “Paulino, em remuneração do trabalho insano da sustentação de um periódico, dava-me de vez em quando um papel dobrado e neles algumas notas de 200\$. (*O orador continua em prantos*).” E teve vez em que a emoção exigiu que ele falasse mais sobre sua intimidade privada do que sobre a intimidade de suas relações públicas: “vivía com a maior economia, privado de todos os regalos, ninguém me via em parte alguma, nem teatros, nem visitas, nem festas: minha mulher não vestiu sedas senão em 1848: eu já tinha sido deputado, e morava em casa térrea, de rótula.” Sua situação financeira não só lhe incentivou o choro como também compôs todo o traçado emotivo do discurso.

Interrompendo a fala, engoliu o choro e retomou o fio da meada. Em algum momento de 1843, quando Paulino propôs o encerramento d’*O Brasil*, Justiniano resolveu continuar a circulá-lo: “porque via as minhas ideias desenvolverem-se no poder.” Durante o quinquênio liberal, falou que recebeu um “empreguito”, por benignidade de Manoel Jacinto Nogueira da Gama, e outro cargo menor, por influência de José Clemente Pereira e João Lustosa da Cunha Paranaguá. Mas foi destituído desses cargos, e a situação começou novamente a apertar. Em fins de 1847, *O Brasil* tinha, segundo o orador, 700 assinantes e, pela falta de pagamento das assinaturas, estava em bancarrota. Justiniano então fez uma derrama (cobrou assinaturas atrasadas), conseguiu assinaturas antecipadas, doações particulares e uma pequena subvenção do município de Iguaçu. E lá pôs *O Brasil* de pé. Mas, em 1848, Justiniano foi derrubado pela exaustão de ter de redigir, sozinho, uma folha diária. Abateu-lhe uma febre. Seu médico diagnosticou cansaço: “apenas saía da luta com a febre, lá me achava ele [o médico] escrevendo;

---

<sup>193</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 19 mai. 1855, pp. 43 e 50.

procurava esconder-lhe o que escrevia, para evitar os seus conselhos. E uma recaída me levava de novo à cama”, narrou. A peleja com a febre ladeou a peleja com o jornal: “Assim estive na brecha um mês inteiro, assim continuou uma folha diária estando o seu redator a morrer.” Nessa reconstituição de sua vida, vida pessoal e vida intelectual eram sincronizadas. É fonte rica para se demonstrar o quanto as condições materiais da vida social fermentaram tão asperamente a produção de ideias políticas, a condução de doutrinas e a composição de ideologias. Por isso continuo este parêntese.

Com a subida do Primeiro Gabinete Saquarema em fins de 1848 e após mais de 5 anos de luta para manter *O Brasil*, Eusébio de Queirós “mandou então tomar 500 assinaturas da minha folha”, prosseguiu Justiniano. Se Eusébio o fez com subvenção do gabinete no qual era ministro da Justiça o publicista conservador não contou. Justiniano preocupou-se mais em explicar que não lhe desonrava ter recebido esses auxílios, pois “entendia que nada havia nisso de infamante para o caráter de um homem de bem. [...] a minha consciência [...] estava firmemente persuadida pelo exemplo de tudo quanto eu via, que pagar trabalhos reais, feitos a bem de interesses públicos, não é corromper, seduzir e comprar”, disse, recebendo, por isso, elogios: “O Sr. Siqueira de Queirós: \_Nunca atraçou o círculo a que pertenceu. / O Sr. Brandão: \_Nunca foi trãsfuga.”

Explicou, por fim, o estopim para sua oposição ao Gabinete da Conciliação. Foi devido a “um nobre ministro” que visitou sua casa em fins de 1854, e, durante a conversa, comentou o assunto do regulamento de reforma do Município Neutro, o qual a Justiniano “parecia poder ser opressivo.” Após o governo publicar o regulamento, “a minha opinião estava feita; a minha oposição não devia, pois, surpreendê-lo”, explicou. Correram boatos de que “Eusébio, Paulino e outros foram dados como empurrando-me.” Mas quem lhe aconselhou a sair da imprensa diante de tal situação com o gabinete foi o deputado Luís Antônio Barbosa (MG). “Refleti, porém, no conselho; conselho, digo e repito; refleti na posição em que estava comprometendo os meus amigos, que se não pronunciavam, que pareciam aderir ao ministério, e retirei-me, e retirei-me de chofre”, afirmou, sobre o encerramento do jornal *O Velho Brazil*. Pensava que era um desaforo o gabinete o tratar com mal-agraçamentos enquanto adocicava a boca de liberais e de periódicos não-conservadores, afinal “por mais insignificante que tenha sido o valor dos meus serviços, ainda quando eles não tenham concorrido nem sequer para a elevação de alguma pequena notabilidade, esses serviços estão muito acima do que por eles foi dado”, arrematou.<sup>194</sup>

---

<sup>194</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 26 mai. 1855, pp. 133-137, grifos no original.

Se se comparar os motivos da oposição relatados na tribuna, nas páginas d'*O Velho Brazil*<sup>195</sup> e no conteúdo de uma carta enviada a Firmino Rodrigues Silva,<sup>196</sup> pode-se depreender que o ministro a quem o publicista conservador se indispôs foi Luís Pedreira do Couto Ferraz, que o atual gabinete também subvencionou sua folha,<sup>197</sup> e que Justiniano era leal se não ao círculo saquarema ao menos a Paulino, Eusébio e Rodrigues Torres. Pediu conselho a estes antes de encerrar *O Velho Brazil*. Os conselhos dados refletiam a postura que a trindade saquarema tomou diante da nova adaptação partidária. Paulino reprovou a oposição de Justiniano, porque condenava qualquer antagonismo com Carneiro Leão e Limpo de Abreu. Rodrigues Torres não reprovou a oposição, mas a achava imprudente. Eusébio, que não há muito era tido como o líder dos conservadores na Câmara, também não reprovou a oposição, mas achava mais ajuizado que o publicista se retirasse da imprensa e retornasse a suas aulas de História no Colégio Pedro II e na Escola Militar da Corte. Era isto: o Partido Conservador não perdia Justiniano por causa de sua postura oposicionista contra o Gabinete da Conciliação, mas os novos chefes também não receberiam o seu apoio enquanto estivessem alinhados ao gabinete.

Nem Ferraz, nem Justiniano conseguiram formar um círculo articulado no interior do Partido Conservador. O primeiro tentou, mas, vendo-se sozinho, colocou-se na dissidência dos independentes. O segundo, afastou-se, nesse momento, da chefatura do Partido.<sup>198</sup> E, convém lembrar, ocupava posição estrategicamente importante, já que, desde 1836, era o principal publicista do programa partidário e, entre os conservadores, talvez o mais pedagógico propagandista doutrinário na Corte.

Além desses, o Partido Conservador viu surgir, em 1854, outros inadaptados que se articularam parcamente em torno da bandeira da conservação da constituição política do Brasil - parcamente, porque a articulação estava mais na percepção dos conciliados do que na ação coordenada dos inadaptados.

---

<sup>195</sup> Principalmente, em: **O Velho Brazil**, nº 1868, 10 nov. 1854, pp. 1-2.

<sup>196</sup> Carta de Justiniano José da Rocha para Firmino Rodrigues Silva, 18 dez. 1855, apud MASCARENHAS, Nelson Lage. **Um jornalista do Império...** op. cit., pp. 218-224.

<sup>197</sup> A subvenção d'*O Velho Brazil* também foi confirmada por Joaquim Nabuco. Ver: NABUCO, Joaquim. **Um estadista do império, vol. 1...** op. cit., p. 202.

<sup>198</sup> Daí em diante, Justiniano não mais se elegeu para a Câmara dos Deputados. Mas, diferente do que sugeriu Nelson Mascarenhas e do que se entende da tese de Cláudia Caldeira, retornaria para o jogo político-partidário em 1860, redigindo o jornal *O Regenerador* e, mediante este, dirigindo doutrinação e programaticamente o Partido Conservador na cidade do Rio de Janeiro durante as campanhas eleitorais para a deputação geral. Ver: MASCARENHAS, Nelson Lage. **Um jornalista do Império...** op. cit., pp. 214-225 e 260-261; e CALDEIRA, Claudia Adriana A. **Justiniano José da Rocha...** op. cit. pp. 228-230.

“Os conservadores extremados revolvem-se em seus arraiais, lavra a discórdia, e há quem diga que a guerra está eminente. Os caudilhos antigos revoltam-se indignados contra os modernos capitães, que tão atrevidos ousam de tocar nos troféus de suas glórias”, lê-se no jornal então conciliado *O Grito Nacional*. Enquanto os conservadores tidos extremados “pararam em meio da estrada”, os “capitães da atualidade resolveram dar um passo avante, fora das órbitas férreas que seus maiores tinham marcado”, ponderou, sugerindo que, através de propostas reformistas, os conservadores conciliados afastaram-se do círculo saquarema.<sup>199</sup> A imprensa do círculo conciliado qualificava esses inadaptados como conservadores *extremados*, conservadores *exagerados* ou conservadores *exclusivistas*. Mas eles se autodenominavam apenas conservadores; ou conservadores *constitucionais*.

Joaquim Otávio Nebias (SP), aquele que em 1853 lançara-se como um dos cabeças do Partido Parlamentar contra o Partido Saquarema, buscou, em junho de 1855, definir a posição desse novo grupo de inadaptados:

Não temos saído de nossos antigos princípios (*apoiados*); somos homens conservadores; queremos a constituição em sua realidade; queremos todas as garantias políticas que ela consagra desde o primeiro grau da manifestação pública até o último (*apoiados; muito bem*); queremos nesta casa e fora desta casa a garantia do pensamento da liberdade realizada...

Uma Voz: \_Também queremos isto.

O Sr. Nebias: \_...queremos que a constituição do estado não seja um fantasma...

O Sr. Figueira de Melo: \_Nós também.

O Sr. Nebias: \_...queremos que as leis feitas no sentido de conservar os vínculos sociais sejam respeitadas; queremos que a tudo isto presida a mais fiel e leal execução do governo para que não haja opressão nem anarquia (*apoiados*); [...] queremos o trono constitucional baseado no coração de todos os brasileiros (*apoiados*); mas queremos por isso mesmo que o trono constitucional se fortifique nas garantias, nos elementos que a constituição consagra; queremos esse grande princípio conservador da superioridade do monarca respeitado em todas as suas fases, respeitado em todas as grandes ocasiões (*apoiados*); [...] queremos o direito de votar, o direito de escrever pela imprensa, e o direito de petição.

Portanto, Sr. presidente, já se vê que nós somos conservadores dos verdadeiros princípios constitucionais...

Questionado se, em meio a tantos quererem, também queriam o progresso, respondeu que “o progresso não está fora dos elementos que nos dirigem”. Francisco de Paula Negreiros de Saião Lobato (RJ) complementou a resposta: “\_O verdadeiro progresso está na guarda religiosa da constituição.”<sup>200</sup> Os vários *apoiados* de outros deputados demonstram que o

<sup>199</sup> *O Grito Nacional*, Rio de Janeiro, nº 710, 18 set. 1854, pp. 3-4.

<sup>200</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 3 de jun. 1855, p. 50, grifos no original.



deputado paulista não estava sozinho na delimitação do novo círculo que se formava no interior do Partido Conservador. E a interpelação de Saião Lobato complementou a resposta e, ao mesmo tempo, o inscreveu como membro desse círculo.

Mas Saião Lobato era mais que membro. Ao lado de Nebias, figurava também como liderança do círculo constitucional. Enquanto Nebias fez a defesa dos princípios constitucionais – retomando as bases lançadas por Joaquim José Inácio em 1848 n’*O Correio da Tarde* -, Saião Lobato complementou advogando a preponderância da autoridade do governo sobre as outras instâncias de poder. “Sr. presidente, como doutrina, o princípio característico do partido conservador é a habilitação do governo com meios próprios de ação, é o reforçamento da autoridade como a primeira necessidade pública (*apoiados*)”, apontou o deputado fluminense. Em seu entendimento, as leis só poderiam ser executadas se as autoridades constituídas dispusessem dos meios necessários para o cumprimento de suas atribuições. Os pressupostos eram puramente doutrinários:

Esta doutrina, Sr. presidente, é a verdadeira doutrina do partido conservador, é nela que está fundada a verdadeira liberdade, cuja principal garantia é a responsabilidade do governo e é bem patente que o governo, desautorizado dos meios necessários, sem a força precisa para desempenhar a sua alta missão não pode ser responsável. (*Apoiados*). Que responsabilidade poderá ter um governo sem meios de ação? [...]

Portanto, senhores, força ao governo é a condição essencial da liberdade bem entendida, da liberdade prática, única sustentável, única desejável, para a sociedade brasileira. (*Apoiados*).

A liberdade nesse roteiro doutrinário é essencialmente pragmática: tanto não haveria liberdade fora do regulamento constitucional como, para que tal liberdade existisse, seria necessário que o governo fosse maximamente autorizado na execução das leis. Em contraponto a essa *liberdade prática*, havia, segundo Saião Lobato, *teorias de um liberalismo abstrato* sustentadas pelos liberais. “A grande massa da nação”, explica o deputado fluminense, reconheceu “que seria um belo romance a teoria dos princípios do *liberalismo* abstrato, mas que não havia aplicação para coisas do governo do Brasil.”<sup>201</sup> Os traços doutrinários riscados pelos dois deputados do círculo constitucional redelineavam a velha doutrina saquarema. Com isso pareciam buscar ocupar o espaço deixado pelos antigos chefes saquaremas, congregando desde então os descontentes com a organização que andava em seu partido. Reivindicavam ser os verdadeiros herdeiros do saquaremismo e, portanto, chefes do Partido Conservador.

Em 1855, quando se votou os membros que comporiam a Comissão de Resposta à Fala do Trono - isto é, a comissão que apresentava a costumeira felicitação ao imperador e a resposta

---

<sup>201</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 2 jul. 1855, pp. 9-11, grifos no original.

ao programa do governo -, Saião Lobato e Nebias se candidataram como opositores do gabinete. A comissão ficou composta por Benevenuto Augusto de Magalhães Taques (BA), João Capistrano Bandeira de Melo (CE) e Saião Lobato; esses eram, respectivamente do primeiro ao terceiro, os mais votados. Os dois primeiros eram ministerialistas, e Saião Lobato tornou-se minoria na Comissão. Na votação, Saião Lobato recebeu 34 votos, Nebias, 25. E isso demonstrava que o gabinete não tinha mais aquela confiança unânime que recebera da Câmara no ano anterior.<sup>202</sup>

Ao acompanhar o posicionamento dos deputados da 9ª legislatura (1853-1856) quanto ao Voto de Graças para o Gabinete Rodrigues Torres em 1853, para o Gabinete da Conciliação em 1855 e na votação da reforma judiciária em 1854,<sup>203</sup> percebi a enorme volatilidade com que esses deputados mudavam de posição sobre pautas propostas pelo próprio partido. Incluí a reforma judiciária de 1854 porque se entendeu que ela foi o ponto de partida da oposição dos conservadores do círculo constitucional ao Gabinete da Conciliação.<sup>204</sup>

No Voto de Graças de 1855, dos 113 deputados com assento na Câmara temporária, 85 votaram – excetuando-se também o presidente da Casa. Desses, 65 votaram a favor e 20 votaram contra. A partir do quadro 2, vê-se que o Gabinete da Conciliação recebeu o apoio da maioria dos deputados das bancadas do Maranhão, Ceará, Piauí, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; e a desconfiança da maioria dos deputados das bancadas de Alagoas e Santa Catarina, duas províncias com baixa representatividade na Câmara. Foram poucas as bancadas em que todos os seus deputados participaram da votação, são elas: Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Sergipe, Minas Gerais e Goiás. Dentre essas, a bancada cearense votou em bloco a favor;

---

<sup>202</sup> **A Constituição**, Rio de Janeiro, nº 5, 10 mai. 1855, pp. 1-2.

<sup>203</sup> Optei por cruzar os dados obtidos nos Anais da Câmara dos Deputados com os da imprensa periódica carioca – valendo-me, principalmente, do *Correio Mercantil*, *Jornal do Commercio*, *O Velho Brazil*, *A Constituição* e *O Grito Nacional*. As dificuldades se concentraram na análise dos Anais da Câmara, pois, a não ser o Voto de Graças de 1854 em que todos os deputados presentes votaram em confiança ao gabinete, o Voto de Graças de 1853 não foi nominal; apenas o Voto de Graças de 1855 foi nominal. Como expliquei na seção *Um terceiro partido contra o Leviatã saquarema* em relação ao Voto de Graças de 1853, coletei os nomes dos deputados que se inscreveram para falar contra e a favor do gabinete, identifiquei, no decorrer das discussões, os deputados que davam apartes a ministerialistas ou opositoristas, e, por fim, cruzei com os dados dos periódicos que acompanharam os debates parlamentares. O Voto de Graças de 1855 foi nominal e, portanto, os nomes dos deputados estão computados nas páginas dos Anais da Câmara. Já a votação da reforma judiciária foi ainda mais dificultosa para a coleta de dados, pois diversos deputados apresentavam emendas ao projeto, e as votações de cada emenda gerou debates e novas votações separadas; a ponto de se ver que muitos deputados que fizeram oposição ferrenha ao projeto inicial saíram posteriormente em defesa de suas próprias emendas de reforma. Nesse sentido, restou-me apenas a possibilidade de acompanhar o movimento da posição dos deputados no transcorrer das sessões de 1853, 1854 e 1855. E apesar da grande mobilidade entre deputados titulares e suplentes na ocupação das cadeiras, busquei observar o comportamento daqueles que foram identificados em todas as três votações aqui analisadas ou daqueles que até aqui se destacaram ao posicionar-se sobre a organização do Partido Conservador.

<sup>204</sup> SILVA, João Manoel P. da. **Memórias do meu tempo...** op. cit., p. 249; NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império, vol. 1...** op. cit., pp. 182-197; PINHO, Wanderley. **Cotegipe e seu tempo...** op. cit., pp. 427-428.

e a bancada mineira, com seus impressionantes 20 assentos na Casa, votou majoritariamente em confiança ao governo, corroborando o estudo de Ana Paula Freiras, segundo o qual a maioria dos deputados mineiros “eram conservadores que apoiavam o Gabinete Paraná”.<sup>205</sup>

## QUADRO 2

Deputados por bancada provincial que se manifestaram no Voto de Graças de 1855

| Província           | Votaram a favor | Votaram contra |
|---------------------|-----------------|----------------|
| Pará                | 2               | 1              |
| Maranhão            | 5               | 1              |
| Piauí               | 2               | 0              |
| Ceará               | 8               | 0              |
| Rio Grande do Norte | 1               | 0              |
| Paraíba             | 2               | 1              |
| Pernambuco          | 5               | 2              |
| Alagoas             | 1               | 3              |
| Sergipe             | 1               | 1              |
| Bahia               | 7               | 2              |
| Rio de Janeiro      | 2               | 2              |
| Minas Gerais        | 16              | 4              |
| Goiás               | 1               | 1              |
| Mato Grosso         | 1               | 0              |
| São Paulo           | 4               | 3              |
| Santa Catarina      | 0               | 1              |
| Rio Grande do Sul   | 4               | 1              |

Fontes: **Anais da Câmara dos Deputados**, sessões de 1855; **Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional**.

O comportamento posicional dos deputados identificados nas votações de Graças (1853 e 1855) pode nos orientar sobre suas associações dentro de tal ou qual círculo do Partido Conservador. Os deputados que se posicionaram à favor nas três votações e, portanto, apoiaram tanto o Segundo Gabinete Saquarema quanto o Gabinete da Conciliação foram Benevenuto Augusto de Magalhães Taques (BA), Luís Antônio Barbosa (MG), Viriato Bandeira Duarte

<sup>205</sup> FREITAS, Ana Paula R. **Minas e a política imperial: reformas eleitorais e representação política no Parlamento brasileiro (1853-1863)**. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p. 132.

(MT) e João José Ferreira de Aguiar (PE); e os que se posicionaram contra nas três votações foram Francisco Joaquim Gomes Ribeiro (AL), Francisco Carlos Brandão (PE) e Joaquim Otávio Nebias (SP). Este último, tanto se lançou como um dos chefes do Partido Parlamentar quanto buscou despontar como um dos cabeças do círculo constitucional.

A maioria dos deputados cearenses que fizeram oposição ao Gabinete Rodrigues Torres apoiou o Gabinete da Conciliação, tais como Miguel Fernandes Vieira, Francisco Domingues da Silva, João Capistrano Bandeira de Melo e Raimundo Ferreira de Araújo Lima. Este último sustentou a maior parte das reformas promovidas pelo gabinete de Carneiro Leão; e esse mesmo comportamento foi seguido pelos deputados pernambucanos Jerônimo Martiniano Figueira de Melo e monsenhor Joaquim Pinto de Campos. Juntamente com o grosso da bancada mineira, alguns deputados baianos (Benevenuto Taques, José Antônio Saraiva e Torquato Rocha), incluindo ainda José Correia da Silva Titara (AL), Bandeira Duarte (MT), João Lustosa da Cunha Paranaguá (PI), o paraibano Frederico de Almeida e Albuquerque, os pernambucanos João José Ferreira de Aguiar e Augusto Frederico de Oliveira e o carioca João Manoel Pereira da Silva, podemos, portanto, aventar que esses eram associados ao círculo da Conciliação.

Em sentido inverso, isto é, os deputados que apoiaram o Gabinete Rodrigues Torres e se opuseram ao Gabinete da Conciliação e sua reforma judiciária, estão Ferraz (BA), Lindolfo José Correia das Neves (PB), Francisco de Saião Lobato (RJ) e João Siqueira de Queirós (SE). Dentre esses, podemos incluir ainda alguns deputados que, nas sessões de 1854 e 1855, combateram a política da conciliação sem terem publicamente se arredado do Partido Conservador, como João Evangelista de Negreiros Saião Lobato (RS), Cândido Borges Monteiro (RJ), Antônio Correa Seára (PE), Antônio Cândido da Cruz Machado (MG), Francisco de Melo Franco (MG) e Justiniano (MG). Foram esses que se mostraram mais ou menos alinhados às manifestações de Nebias e Francisco de Saião Lobato quando estes dois lançaram-se conservadores constitucionais. Com exceção de Ferraz e Justiniano, podemos, portanto, aventar que esses eram associados ao círculo constitucional.

Obviamente, os conservadores do círculo conciliado não entregariam de bandeja a chefatura do Partido aos conservadores constitucionais. O deputado mineiro Luís Antônio Barbosa, um dos que não se opuseram ao Gabinete Rodrigues Torres em 1853, agora reclamava aos conciliados a maior ligação ao Partido Conservador: “Somos pois ministerialistas porque somos conservadores, e porque o ministério atual o é igualmente; somos ministerialistas porque vemos no ministério capacidades das mais elevadas do partido conservador (*apoiados*).”<sup>206</sup>

---

<sup>206</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 5 jul. 1855, p. 60

Além disso, se Ferraz e Justiniano se dissociaram do círculo da Conciliação, também não se associaram ao círculo constitucional, pois entendiam que o Partido Conservador não deveria excluir a possibilidade de reformas trazidas pelo princípio do progresso.<sup>207</sup>

Os conservadores do círculo constitucional eram, afinal, “conservadores no sentido verdadeiro da palavra, conservadores na pureza das tradições e ideias de seu partido”, como se lê no jornal *Correio Mercantil*. Assim, “condenam a política do governo por não ser plenamente conservadora”, lê-se, ainda. Esse diagnóstico do *Correio Mercantil* estava correto, mas era parcial. Foi o jornal que Justiniano redigia naquele ano de 1855 (*A Constituição*) que melhor definiu a questão debatida na Câmara dos Deputados: “Os novos partidos estão se organizando; [...] e portanto nenhum orador pode, quando se trata das aspirações, e de futuro, falar coletivamente, e em nome dos seus colegas.” O redator d’*A Constituição* entendeu que “os vínculos dos antigos partidos foram desatados; entre os membros do partido conservador grande número ficou ministerial, cegamente ministerial; outros abriram os olhos e puseram-se em oposição: entre esses porém não há conchavo, não há ajuste, não há capitães nem soldados”. Era nesse ponto que o jornal de Justiniano acertava na mira, isto é, no ponto em que explicava a divisão no Partido Conservador e a intensa disputa por sua chefatura. Experimentado que era em assuntos partidários, Justiniano propunha uma espera paciente até que se passasse esse primeiro momento organizativo do Partido Conservador: “O conchavo, o ajuste, a direção virá depois; a luta ainda é mui recente”, arrematou.<sup>208</sup> Até esse momento, a organização partidária voltava-se para seu ajustamento, preterindo assegurar a permanência de antigos membros. Em outros ditos, voltava-se para a arregimentação de chefes e correligionários em prol da ampliação dos círculos partidários, ainda que sob o desajustamento de uns aguerridos veteranos.

---

<sup>207</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 6 jul. 1855, pp. 72 e 75-76.

<sup>208</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 154, 5 jun. 1855, p. 1; **A Constituição**, Rio de Janeiro, nº 13, 7 jun. 1855, pp. 1-2.

## CAPÍTULO 2: Interesses que organizam uma sociedade senhorial

### 2.1: Haitianismo de sudestino é ordem

Até aqui, a investigação despejou mais atenção aos jogos parlamentares e ministeriais, dois circuitos estatais de dominação social que concentravam as decisões políticas nacionais. Agora, é necessário esquadrihar os circuitos sociais de direção do poder.

Verdade é que a maioria conservadora da 9ª Legislatura (1853-1856) ofereceu um clima favorável para se conseguir adesões ao Partido Conservador. Mas a adaptação não era só de ajustamento interno. Era também de aclimatação, pois o Partido precisava se adaptar em resposta a transformações sociais, políticas e econômicas.

No campo social, houve transformações muito por influência do encerramento do tráfico transatlântico de escravos. Se aos regressistas coube unir os interesses escravistas das classes senhoriais cafeeicultora do Vale do Paraíba, açucareira do Norte fluminense, negociante da Corte e abastecedora de Minas Gerais,<sup>209</sup> aos saquaremas, regressistas de outrora, coube equacionar aqueles interesses com as pressões antiescravistas de meados do século XIX. Eram pressões manifestadas, internamente, por aqueles que a política da escravidão desgraçou (escravizados e negros), e, externamente, pela intensão beligerante dos ingleses.

No eixo interno, o ano de 1848 viu surgir várias tentativas de insurreições escravas na Bacia do Rio Paraíba do Sul, forçando a capacidade proativa das autoridades e imprimindo tensão na sociedade sudestina. Já em abril de 1847, a cidade de Vassouras (RJ) esteve sob receio de uma insurreição de escravos planejada para o dia de São João. As autoridades interrogaram alguns deles sob a suspeita de formarem uma associação secreta em devoção a Santo Antônio (chamada de *umbanda*) e que aspirava a liberdade. A tentativa foi surpreendida e sufocada. Em março de 1848, na vila de Lorena (SP), a polícia interrompeu um plano de insurreição que envolveria localidades das províncias do Rio, Minas e São Paulo - Areias, Cunha, Guaratinguetá, Queluz, Silveiras, Paraty e Baependi. O plano dos insurretos era ir de fazenda em fazenda, ganhando adesões, rumo à Corte solicitar o fim da escravidão ao imperador. No Sul de Minas, houve sangue: também em março, escravos aquilombados, soldados desertores e livres irremediados assassinaram um fazendeiro em São Tomé das Letras, fugindo para

---

<sup>209</sup> **O Sete d'Abril**, Rio de Janeiro, nº 636, 19 nov. 1838, p. 2-3; MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema...** op. cit., pp. 59-69; YOUSSEF, Alain El; ESTEFANES, Bruno Fabris; PARRON, Tâmis. Vale expandido: contrabando negreiro, consenso e regime representativo no Império do Brasil. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Vale do Paraíba e o império do Brasil nos quadros da segunda escravidão**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015, pp. 141-144.

Baependi, onde, presos, se descobriu uma conspiração que também abrangeria Lavras e Aiuruoca. Em abril, soube-se de uma conspiração de escravos em Piracicaba, envolvendo Rio Claro e Limeira, localidades todas da província paulista. Em agosto, outra em Indaiatuba (SP), que levou alguns fazendeiros a abandonar suas casas.<sup>210</sup>

No eixo externo, a política inglesa antitráfico resultou, a partir de meados de 1849, no enfrentamento armado com o Brasil, na captura de centenas de navios negreiros destinados ao Brasil entre 1845 e 1850, e no financiamento de jornais cariocas contrários ao tráfico em 1849, como *O Philantropo*, *O Monarquista*, *O Contemporâneo* e o *Correio Mercantil*.<sup>211</sup>

Essas pressões interna e externa não destoavam daquelas que, no período regencial, arriscavam a integridade nacional e a autonomia geopolítica do Brasil. O pragmatismo demofóbico dos saquaremas foi, outra vez na experiência histórica brasileira, a ferramenta mais eficaz contra o abolicionismo normativo dos ingleses e a vontade emancipadora dos escravos.

Alçado o Primeiro Gabinete Saquarema ao poder (29 de setembro de 1848), resolveu-se encarar o problema. Semanas seguintes, a polícia da Corte deflagrou uma operação que apreendeu, na ilha de Santa Bárbara – baía da Guanabara -, uma falua com 110 africanos contrabandeados.<sup>212</sup> No *Correio Mercantil*, jornal opositor ao gabinete, lia-se que a captura fora talvez uma manobra “teatral para iludir o país”, e que se combinou previamente com os contrabandistas o pagamento de uma indenização por suas perdas. A teoria conspiratória do jornal era alimentada por duas assertivas. A primeira é que “de 19 de setembro de 1837 é que data o maior desenvolvimento de contrabando de Africanos no Brasil”, escreveu, referindo-se que após a ascensão do governo regressista a política do tráfico negreiro “acabava de ser publicamente formulada em sistema pelo senador [Bernardo Pereira de] Vasconcelos”. A segunda foi associar o contrabando aos interesses dos próprios saquaremas, na medida em que alguns desses também eram fazendeiros escravistas, sugerindo “a aliança íntima que liga o partido saquarema aos traficantes de negros; e a proteção aberta que mutuamente se prestaram sempre”. O *Correio Mercantil* somava a essas acusações um sermão negrófobo, segundo o qual

---

<sup>210</sup> SLENES, Robert W. “Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta do Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 12, 1992, pp. 64-67; SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 189-192; CAMARGO, Luís Fernando P. *1848: o grande medo senhorial: o papel da insurgência escrava na abolição do tráfico africano*. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013, pp. 25-100.

<sup>211</sup> PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil...* op. cit., pp. 236-239; BETHEL, Leslie. *A abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869*. Brasília: Senado Federal, 2002, pp. 322 e 353-355; MAMIGONIAN, Beatriz. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, pp. 223-283.

<sup>212</sup> BRASIL. *Relatório da repartição dos Negócios da Justiça de 1849a*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário de N. L. Viana, 1850, pp. 21-22; *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 285, 18 out. 1848, p. 1.

“o escravo não tem interesse algum no aperfeiçoamento” e, por isso, a importação de africanos no Brasil “perpetuou a ignorância, gerou a apatia em uma classe numerosa de nossos cultivadores e tornou difícil desbastar os erros que na agricultura tem introduzido a rotina cega dos tempos passados.”<sup>213</sup>

Enquanto vigeu o Primeiro Gabinete Saquarema, continuaram as ações anticontrabando, e, ao mesmo tempo, as pressões abolicionistas e antitráfico, e, ainda, a ação política dos saquaremas de postergar morosamente a solução dessas pressões. Para 1848, o relatório ministerial informou três grandes operações: a já mencionada na baía da Guanabara, com 110 africanos; outra em Niterói, com 96 africanos; e outra na província de Alagoas, com 73 africanos. Esses 3 desembarques longe estavam dos aproximados 108 que o banco de dados *Slave Voyages* registra terem ocorrido nas costas brasileiras para o mesmo ano. Aqueles 279 africanos oficialmente apreendidos nem de perto chegavam dos mais de 48 mil contrabandeados em 1848, sendo quase 32 mil somente para o Sudeste. Para o ano de 1849, a informação oficial registrou duas operações, com 569 africanos desembarcados; insignificantes perto dos 133 desembarques nos portos brasileiros e dos mais de 65 mil africanos aqui deixados, com 43 mil somente no Sudeste. Em 4 de setembro de 1850, a lei assinada pelo ministro da Justiça Eusébio de Queirós foi sancionada (carregando o nome do próprio), regrando o fim do tráfico transatlântico de escravos. A fórmula das operações exemplares seguiu-se após sua aprovação. Eusébio relatou oficialmente 9 navios escravistas capturados em 1850, com 1.678 africanos. Os números continuaram subnotificados, comparados com os 85 navios chegados e os mais de 36 mil africanos descarregados, com cerca de 19 mil no Sudeste. Após a Lei Eusébio de Queirós, a ação política contra o tráfico negreiro ao menos fez coibir o contrabando de africanos no Brasil. Mas não cessá-lo. Em 1851, entraram 37 embarcações com mais de 14 mil africanos. Em 1852, 18 embarcações com quase 9 mil africanos. Em 1853, 30 embarcações com quase 15 mil africanos. E segue-se...<sup>214</sup>

As ações anticontrabando suscitaram descontentamentos, principalmente quando, em maio de 1852, se trocou um gabinete saquarema por outro, deixando os liberais queixosos de não haver alterno de um gabinete seu. Nos jornais, a azia inflamou após uma operação deflagrada nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo em janeiro de 1853.

---

<sup>213</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 287, 20 out. 1848, p. 3.

<sup>214</sup> BRASIL. **Relatório da repartição dos Negócios da Justiça de 1849a**.... op. cit., pp. 21-22; BRASIL. **Relatório da repartição dos Negócios da Justiça de 1849b**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, p. 12; BRASIL. **Relatório da repartição dos Negócios da Justiça de 1850**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1851, p. 8. Os números mais atualizados do tráfico estão em no banco de dados **Slave Voyages: The Transatlantic Slave Trade Database Voyage**. Disponível em: < <http://www.slavevoyages.org/> >, acesso em: 15/10/2021.



O caso tomou vulto quando um barco incendiado foi avistado na praia de Bracuí, sul de Angra dos Reis, em 13 de dezembro de 1852. Não sendo accidental, um incêndio desse tipo se espalharia no falatório como indício de contrabando de africanos. Desde outubro, as autoridades centrais e provinciais seguiam pistas de que se desembarcaria africanos naquela região. Haviam recebido uma denúncia, e o insuspeito traficante João Pedro da Costa Coimbra estava ali domiciliado. De fato, em 12 de dezembro, debaixo de um temporal, o barco negreiro *Camargo* desembarcou 500 africanos no porto da fazenda de Santa Rita do Bracuí, encaminhando-os para Serra Acima, de onde foram distribuídos para várias regiões do Rio e São Paulo. As autoridades agiram – 14 dias depois. Dia 26 de dezembro, o chefe de polícia de Angra dos Reis, Antônio Landislau de Figueiredo Rocha, partiu para buscar os desembarcados, com 100 praças concedidos pelo presidente da província e 20 praças de cavalaria cedidos pelo ministro da Justiça; dias depois foram incorporados mais 40 praças de cavalaria, 50 permanentes e 147 praças de linha. Em 17 de janeiro, Figueiredo Rocha informava ter encontrado 10 africanos e um negro ladino nas terras de Manoel de Aguiar Valim, em Bananal. Em 21 de janeiro, Antônio Barbosa Gomes Nogueira, juiz municipal de Bananal, informava ter achado 32 africanos vivos e um morto nas terras de José Barbosa, em Três Barras, abaixo do morro de São Roque. E, em 17 de maio, o mesmo Gomes Nogueira informava mais 40 africanos encontrados na estrada de Guaratinguetá (SP) a Barra Mansa (RJ).<sup>215</sup> Ao todo, a operação conseguiu encontrar 83 africanos.

Teve grande repercussão midiática. Assim é que, no primeiro dia de 1853 após o costumeiro editorial de balanço do ano findo, o *Jornal do Commercio* confirmou o contrabando no porto de Bracuí. O *Grito Nacional*, que frequentemente se autoproclamava “o PRIMEIRO que no Brasil levantou a bandeira contra o tráfico” e que buscava “denunciar os traficantes”,<sup>216</sup> acusou o governo de fazer da operação um “escarcéu” e censurou “a patacoada repetida pelas folhas diárias”. Pareceria espantoso um jornal antitráfico se opor a uma operação antitráfico não fosse sua explícita defesa a um dos maiores contrabandistas de africanos do Sudeste, Joaquim de Souza Breves.<sup>217</sup> Conhecido como *o rei do café*, Joaquim Breves foi, durante toda sua vida, dono de duas dúzias de fazendas de café, mais de 5.000 escravos e, em fins dos anos 1860, havia se tornado o maior produtor de café da província fluminense. Era ele o dono da

---

<sup>215</sup> Ver informações e ofícios relatados por José Ildefonso de Souza Ramos, ministro da Justiça, na Câmara dos Deputados, em: *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 18 mai. 1853, pp. 233-236.

<sup>216</sup> *O Grito Nacional*, Rio de Janeiro, nº 496, 21 jan. 1853, p. 3; BETHEL, Leslie. **A abolição do comércio brasileiro de escravos...** op. cit., p. 355.

<sup>217</sup> *O Grito Nacional*, Rio de Janeiro, nº 490, 5 jan. 1853, pp. 1-4, caixa alta no original. Sobre a contínua e assídua participação de Joaquim Breves no tráfico de africanos, antes e após a Lei Eusébio de Queirós, ver: MAMIGONIAN, Beatriz. **Africanos livres...** op. cit., pp. 264-291.

fazenda de Santa Rita do Bracuí, e do porto por onde se desembarcou os africanos, e das terras por onde se os remeteram a Serra Acima. Tinha ele relações próximas com o traficante português João Pedro da Costa Coimbra, dono do brigue *Camargo*, que transportou os africanos naquelas terras. Era seu irmão, José de Souza Breves, que havia franqueado uma casa no litoral de Angra dos Reis ao traficante português.<sup>218</sup>

Ainda assim, houve quem saísse em defesa de Joaquim Breves, como os vários correspondentes anônimos o fizeram nas folhas diárias cariocas – a historiadora Martha Abreu aponta isso. Porém, apenas *O Grito Nacional* destinou consecutivas edições e espaços editoriais para, por meses, defender o fazendeiro, censurar a operação e acusar o gabinete de ser responsável pelo desembarque. Acusava o governo, dentre outras coisas, de perseguição política, pois Joaquim Breves era liberal e, nos dizeres do jornal, “um nosso correligionário”.<sup>219</sup>

Junto a Breves, foram criminalmente indiciados importantes fazendeiros: de Resende (RJ), Francisco Ramos de Paula; de Bananal (SP), Antônio José Nogueira, Luciano José de Almeida, Pedro Ramos de Oliveira e Manoel de Aguiar Valim. Um desses indiciados, Antônio Nogueira, em missiva no *Correio Mercantil*, acusou o governo de perseguição política, pois, assim como Breves, também era liberal. No entanto, é difícil pensar que a ação do governo no caso Bracuí foi exclusivamente em perseguição a opositores liberais, já que alguns desses fazendeiros eram importantes correligionários do Partido Saquarema, sendo Manoel Valim “o chefe do partido [Saquarema] no município do Bananal, onde exercia o cargo de delegado de polícia”, como se lê n’*O Grito Nacional*. Também pouco se pode pensá-la como acerto de contas entre chefes locais, visto que, como demonstrou Martha Abreu, as autoridades locais agiam em conformidade com as ordens das autoridades provinciais e nacionais, algo que envolvia informes até mesmo ao imperador.<sup>220</sup>

O que essas pressões e soluções punham em jogo era a direção política que o Partido Saquarema exercia sobre os interesses da sociedade valparaibana. Uma direção que alcançava seu mais amplo consenso com o grande poder de governo que o Partido dispunha entre 1848 e 1853, mas que, do alto desse poder, se distanciava do compromisso que tinha com aquela sociedade de defender seus interesses escravistas, porque caía no colo do Partido as pressões

---

<sup>218</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem...** op. cit., p. 254; LOURENÇO, Thiago Campos P. **A indiscrição como ofício: o complexo cafeeiro revisitado (Rio de Janeiro, 1830-1888)**. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015, pp. 74, 91 e 123.

<sup>219</sup> **O Grito Nacional**, Rio de Janeiro, nº 490, 5 jan. 1853, pp. 1-4; ABREU, Martha. O caso do Bracuí. In: MATTOS, Hebe; SCHNOOR, Eduardo (orgs.). **Resgate: uma janela para o Oitocentos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 173.

<sup>220</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 40, 9 fev. 1853, p. 1; **O Grito Nacional**, Rio de Janeiro, nº 515, 6 mar. 1853, pp. 1-3; ABREU, Martha. O caso do Bracuí... op. cit., pp. 167-176.

antiescravistas e a responsabilidade de ter de solucioná-las. Daí em diante, Partido e sociedade viram seus antigos compromissos cada vez mais bambos.

A bambeza é atestada por uma representação da Câmara Municipal de Bananal, datada de 24 de janeiro de 1853, “relatando os perigos gravíssimos em que se acha colocado este município em resultado das diligências que nele se tem feito para a apreensão dos Africanos ultimamente desembarcados em Bracuí”, lê-se. Os vereadores de Bananal relataram um “receio geral” de que

cada vez se vai desenvolvendo mais o espírito de insurreição nas fazendas, e não tem sido possível aos fazendeiros conter as insubordinações parciais de alguns escravos mais audazes; outros estão sofrendo o prejuízo de repetidas fugas de escravos de mais confiança e que nunca fugiram, e isso apesar da extrema vigilância que a necessidade atual os obriga a empregar. Todos esses perigos, toda essa agitação parece não provir simplesmente da presença das forças aqui em diligência para apreensão de Africanos. É geral o queixume dos fazendeiros contra os meios empregados pelos soldados para depararem com delatores entre todos os escravos que encontram. [...] além dos prêmios pecuniários que [os soldados] prometem, consta também asseguram a liberdade aos denunciantes.<sup>221</sup>

Em fevereiro de 1853, cartas e correspondências publicadas nos jornais cariocas corroboraram o temor de insurreição escrava. No *Correio Mercantil*, o fazendeiro indiciado Antônio Nogueira correspondeu que “a escravatura está se desmoralizando, porque persuadem-se que vão virar livres”. A *O Grito Nacional*, um missivista anônimo escreveu que, em São João do Príncipe, “afianço-lhe que estamos num vulcão; ameaçados de ver muito breve o *levante* dos escravos autorizados pelo terrível exemplo dos soldados que entram pelas fazendas do município de Bananal e Barra Mansa”, pois esses soldados andaram dizendo aos escravos “que serão forros uma vez que denunciem os africanos novos”. Acrescentou ainda que, no município de Rio Claro, estão “*completamente insubordinados* os ladinos.”<sup>222</sup>

O *Correio Mercantil* pôde fundir Brasil e Haiti sob essa temperatura de pavor. “Em 1790, as imprudências do *governo francês* lançam no Haiti as sementes da revolução, que rebenta um ano depois”, ponderou. “E o primeiro culpado desse horror, dessa carnificina foi o *governo francês*. / Deus salve o Brasil de tão medonho cataclismo!”, rogou aos céus. Mas o diabo parecia-lhe ter embarcado no país, e o governo navegado com ele: “*estamos dormindo sobre a cratera de um vulcão*: esse vulcão é a multidão dos escravos que enchem as nossas cidades e recôncavo”. O jornal escreveu ainda que ao cercar as fazendas com soldados, incriminar fazendeiros e insinuar dar alforria aos escravos, o governo “comete o mesmo erro

<sup>221</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 48, 17 fev. 1853, p. 2.

<sup>222</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 40, 9 fev. 1853, p. 1; **O Grito Nacional**, Rio de Janeiro, nº 504, 9 fev. 1853, p. 4, grifos no original.

que em 1790 cometera o governo francês.” O país tem “até hoje contado muito com a estupidez proverbial dos negros africanos”, afirmou com filisteísmo, mas, questiona: “não terão esses escravos alguns momentos de reflexão para ver que a autoridade que defende com tanto empenho os seus *parceiros da Costa da África* devia também defender a eles, em tudo iguais aos recém-chegados?”<sup>223</sup>

Com uma população brasileira consideravelmente escrava e grandemente negra é claro que o haitianismo comporia a mentalidade senhorial mesmo seis décadas após a Revolução do Haiti. Se, em 1856, a cidade do Rio de Janeiro, que tendia a 151.776 habitantes, aglomerava cerca de 48.482 escravos (31,9% do total) e 103.294 livres (68,1% do total), apresentando portanto um retrato em preto e branco de um escravo para cada dois livres, os municípios cafeeiros do Vale do Paraíba fluminense retratavam tons de preto ainda mais acentuados. Em Valença, por exemplo, a população total beirava 35.894, havendo cerca de 23.468 escravos (65,4% do total). Em Cantagalo, beirava 32.787 habitantes, havendo cerca de 19.537 escravos (59,6% do total). Em São João do Príncipe, beirava 19.156 habitantes, havendo cerca de 11.853 escravos (61,9% do total). Em Piraí, beirava 32.503 habitantes, havendo cerca de 23.862 escravos (73,4% do total).<sup>224</sup> Em 1856, a maioria desses municípios tinham uma relação populacional de dois escravos para um livre.

Essa relação populacional no Vale do Paraíba tendeu ao um-por-um nas próximas décadas, decorrente, em primeiro lugar, de a população escrava de 14 a 40 anos de idade ser vitalmente devorada pela produtividade cafeeira, em segundo lugar, do fim do tráfico transatlântico e da Lei do Ventre Livre, e, em terceiro lugar, do crescimento da população livre. Enquanto a população total do Brasil crescia, por exemplo, de aproximados 7,7 milhões em 1854 para 10,1 milhões em 1872, a população escrava decrescia de cerca de 2,5 milhões em 1850 para 1,5 milhão em 1872. Ainda assim, esse decrescimento mostra uma população escrava ligeiramente superior à livre no caso das cidades do Vale do Paraíba acima observadas: entre 1856 e 1872, em Valença, a população escrava caiu de 65,4% para 55,8% da população total, com 23.496 escravos em 1872; em Cantagalo, caiu de 59,6% para 57,5% da população total, com 16.305 escravos em 1872; em São João do Príncipe, de 61,9% para 43,9% do total, com

---

<sup>223</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 43, 12 fev. 1853, p. 2, grifos no original.

<sup>224</sup> Para os dados demográficos da cidade do Rio de Janeiro, bem como sua problematização, ver: LOBO, Eulália Maria L. **História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)**, vol. 1. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, pp. 226-226; e BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **População e nação no Brasil do século XIX**. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, pp. 71-73. Para os dados demográficos da província do Rio de Janeiro, ver: SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo...** op. cit., p. 185, quadro 7.

7.653 escravos em 1872; e em Pirai, caiu de 73,4% para 53%, tendo 13.475 escravos em 1872.<sup>225</sup>

Nesse cenário populacional, a sociedade senhorial do Vale estava com os pés a afundar num formigueiro. Mas o ganho que se tinha com a economia cafeeira valia custo tão elevado de ameaça de insurreição escrava?

Era enorme a dimensão do café produzido no Brasil dos anos 1850. Há tempos havíamos nos tornado o maior produtor de café do mundo. Enquanto que em 1830 se exportou 28.800 toneladas de café, em 1840 a exportação foi de 78.660 toneladas (um acréscimo de 273%), e em 1850, foi de 118.140 toneladas (um acréscimo de 150% em relação a 1840). Nos anos 1850, a exportação continuou aumentando: 144.660 toneladas em 1851; 143.010, em 1852; 136.800, em 1853; 159.600, em 1854; 181.290, em 1855... E segue-se, em 1860, com 182.850 toneladas (aumento de 154,8% em relação a 1850), e, em 1870, com 208.260 toneladas (aumento de 113,9% em relação a 1860). A quase totalidade da produção desse café exportado era realizada no Vale do Paraíba.<sup>226</sup>

---

<sup>225</sup> IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas demográficas e sociais de 1550 a 1988**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990; SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo...** op. cit., p. 57, 258-259, quadro 1 e quadro 12. Após o encerramento do tráfico transatlântico, a sobrevida da população escrava no Vale do Paraíba procedeu, por um lado, do comércio interprovincial de escravos. Esses que eram escoados das províncias do Norte para a Corte e redistribuídos às províncias de Minas, Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul, variando, segundo as estatísticas de Sebastião Ferreira Soares computadas à época, entre 2 mil e 5 mil cativos por ano no correr da década de 1850. A comercialização de escravos do Norte para o Sul não ocorreu segundo a lógica do *laissez faire*, e sim com os senhores escravistas do Norte pressionando as assembleias provinciais e o governo imperial para frear o escoamento de cativos, ao menos até a aprovação do ventre livre – quem se atenta a isso é Evaldo Cabral de Melo. Por outro lado, a população escrava no Vale pôde sobreviver pelo comércio de escravos entre senhores da mesma região, e não tanto por crescimento vegetativo. Desse modo, senhores de grandes plantéis, com 50 ou mais escravos, compravam escravos em idade tida como produtiva (14 a 40 anos) de seus vizinhos menos abastados – como demonstraram João Fragoso, para Paraíba do Sul (RJ), e Breno Moreno, para Bananal (SP). Era assim que os grandes senhores de escravos continuaram aumentando suas escravarias, isto é, às custas de senhores de escravarias médias e pequenas que não encontravam condições de repor seu plantel adulto seja pelo envelhecimento de seus escravos, seja pela falência de suas pequenas e médias empresas devido ao envelhecimento dos pés de café e à necessidade de solo virgem. Sobre isso, ver: SOARES, Sebastião Ferreira. **Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia de J. Villeneuve e Comp, 1860, p. 135; MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte agrário e o Império, 1871-1889**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, pp. 37-39; FRAGOSO, João. **Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013, pp. 106-115; MORENO, Breno Aparecido S. **Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860**. Dissertação (mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, pp. 104-108. Para Vassouras, ver ainda: STEIN, Stanley. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, pp. 94-110.

<sup>226</sup> STAMPER, Mario; FERNANDO, Radin. Historical statistics of coffee production and trade from 1700 to 1960. In: CLARECEN-SMITH, William Gervase; TOPIK, Steven (ed.). **The global coffee economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, pp. 432-433; MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do Mercado mundial do café no século XIX. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Vale do Paraíba e o império do Brasil nos quadros da segunda escravidão**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015, pp. 41-47.

No cálculo social do escravismo, essa colossal e crescente produção de café equacionada ao cada vez mais minguado elemento escravo resultou, de um lado, na superexploração do escravizado, porque propriedade de seu senhor, e, de outro lado, na sua consumição vital, porque força de trabalho de toda a estrutura produtiva cafeeira. Resultou, também, no aumento da produtividade do trabalho escravo – ou do trabalho, já que o sistema escravista brasileiro não dissociava formas de trabalho livre e compulsório, como bem notou Ricardo Salles – nas fazendas cafeeiras. Hipótese comprovada pela historiografia, a exemplo de Bananal, que viu a proporção de 920 pés de café por escravo nos anos 1830 aumentar para 1.550 pés por escravo nos anos 1850, e de Vassouras, que viu a proporção da produtividade de 118 pés por escravo em 1821 aumentar para 3.800 pés por escravo em 1876.<sup>227</sup> Resultou, outrossim, no refazimento da escravidão no Vale do Paraíba, ao transformar mais e mais o escravizado num moedouro de produtividade, ao seguir os preceitos de um mercado mais e mais mundializado e ao racializar mais e mais as relações de oposição do desigual xadrez social.<sup>228</sup>

Por tudo isso, quando havia ameaça de negros insubordinados próximo a plantéis de escravos, o Haiti era aqui.

Uma vez que o Partido Conservador, em seu processo de organização, herdou do Partido Saquarema o compromisso com a sociedade valparaibana em torno dos interesses escravistas - um compromisso já enfraquecido, é verdade -, assumiu também o compromisso com a conservação da ordem política e social. No poder do Estado, teria de dirigir politicamente o interesse ordeiro sem desequilibrar ainda mais o compromisso escravista. A direção era dificultada porque a manutenção da ordem pressupunha tanto escorraçar a vontade emancipadora dos escravos quanto abanar o haitianismo do ambiente senhorial. Também porque o Gabinete da Conciliação teria de aprovar uma reforma judiciária que modificaria o Código do Processo Criminal reformado em 1841, dependendo, para isso, do apoio dos

---

<sup>227</sup> SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo...** op. cit., pp. 153-154; MORENO, Breno Aparecido S. **Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal...** op. cit., pp. 220-222.

<sup>228</sup> Sobre a relação entre a produção capitalista e a escravidão, ver: MARX, Karl. **O Capital, livro 1: o processo de produção capitalista**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 310. Para uma investigação sistemática da relação entre capitalismo e escravidão, tomando os Estados Unidos como exemplo, ver: BAPTIST, Edward E. **A metade que nunca foi contada: a escravidão e a construção do capitalismo norte-americano**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019. Contra as críticas simplificadoras do marxismo as quais entendem que o capitalismo floresceu apenas em economias industriais, ver: BANAJI, Jairus. **A Brief History of Commercial Capitalism**. Chicago: Haymarket Books, 2020. Também contra essas críticas, e ainda sobre a reconfiguração da escravidão nas Américas no século XIX, ver: TOMICH, Dale. **Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial**. São Paulo: Ed. USP, 2011, pp. 81-97; MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (orgs.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil, Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

deputados conservadores, os mesmos que há mais de uma década defenderam a inalteração daquele Código.

A reforma judiciária era uma instrução do próprio imperador ao gabinete. Elaborado pelo ministro da Justiça (Nabuco de Araújo), o projeto de reforma procurava fortalecer o poder das autoridades diretamente ligadas ao governo imperial, retirando funções do júri, aumentando as atribuições dos juízes de direito e municipal, e direcionando aos magistrados e ao governo funções sobre crimes de injúria e calúnia que envolvessem inclusive a imprensa.<sup>229</sup>

A reforma foi tanto fator de rearranjo interno no Partido Conservador quanto fator de experimentação da doutrina da conservação e progresso no Parlamento, vez que submetia os deputados conservadores à prova de fogo de se modificar ou não o Código de 1841. Isso ocasionou o delineamento de dois círculos internos no Partido, o constitucional e o conciliado, e o afastamento de conservadores independentes desses círculos. A reforma foi protelada pelas sessões de julho a setembro de 1854, pois, assunto delicado que era para uma Câmara majoritariamente conservadora, o projeto foi destrinchado em várias votações separadas de cada ponto que sangrava o Código de 1841.<sup>230</sup>

Minguada, a reforma foi aprovada pela Câmara na última sessão de 1854 e encaminhada para o Senado. Aqui, porém, a votação seria adiada e o projeto engavetado. E, por pressão dos fazendeiros do Vale, assim o foi.

No interregno das sessões parlamentares que iniciariam em 1855, Justiniano José da Rocha, então opositor do Gabinete da Conciliação, recebeu de cidadãos vassourenses as

---

<sup>229</sup> No grosso, retirava da polícia a atribuição de processar e julgar, e dos juízes municipais as funções policiais; retirava do júri o julgamento de crimes afiançáveis; reunia o júri nas cabeças de comarca, e não mais nos tribunais locais; atribuía o julgamento dos crimes policiais aos juízes municipais e dos crimes afiançáveis aos juízes de direito, incluindo os crimes de injúria e calúnia; dava ao governo o poder de regular os processos por queixa, denúncia e acusação. Ver: **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 26 mai. 1854, pp. 118-119; e NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império, vol. 1...** op. cit., pp. 190-191.

<sup>230</sup> Nas votações principais da Câmara temporária, foram a favor: Luís Antônio Barbosa (MG), Benevenuto Augusto de Magalhães Taques (BA), Francisco de Paula Batista (PE), Viriato Bandeira Duarte (MT), João José Ferreira de Aguiar (PE), José de Góis Siqueira (BA), Francisco Xavier Paes Barreto (PE), Jerônimo Martiniano Figueira de Melo (PE), João Antônio de Magalhães Castro (BA), Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos (MG), Raimundo Ferreira de Araújo Lima (CE), Joaquim Pinto de Campos (PE) José Inácio Silveira da Mota (SP), Antônio Pereira Barreto Pedroso (RJ), Francisco Otaviano de Almeida Rosa (RJ), Torquato Rodrigues Dutra Rocha (BA), João Lustosa da Cunha Paranaguá (PI).

Foram contra: Francisco de Paula Negreiros Saião Lobato (RJ), Aprígio José de Souza (BA), João de Siqueira Queirós (SE), Francisco Carlos Brandão (PE), Lindolfo José Correia das Neves (PB), Eduardo Ferreira França (BA), Frederico de Almeida e Albuquerque (PB), João Evangelista de Negreiros Saião Lobato (RS), José Correia da Silva Tirara (AL), Francisco Joaquim Gomes Ribeiro (AL), Joaquim Otávio Nebias (SP), Ângelo Moniz da Silva Ferraz (BA), João Antônio Miranda (RJ), Torquato Rodrigues Dutra Rocha (BA), Cândido Mendes de Almeida (AM), Domingos José Nogueira Jaguaribe (CE), João José De Oliveira Junqueira (BA), Pedro Pereira da Silva Guimarães (CE), José Inácio Silveira da Mota (SP). Em: **Anais da Câmara dos Deputados**, sessões de 11 jul. 1854 a 5 set. 1854.

propostas de mil assinaturas para a edição de um novo jornal e de adesão eleitoral de 100 grandes fazendeiros para levantar “a bandeira dos princípios constitucionais no pensamento liberal”, como ficou exposto em carta a Firmino Rodrigues Silva. Após consultar Eusébio, Paulino e Rodrigues Torres, Justiniano recusou a oferta.<sup>231</sup> Não parece que o jornalista conservador era convidado a aderir ao Partido Liberal, pois, caso contrário, ele não consultaria os cardeais do saquaremismo para uma opinião quase espiritual de mudança de religião política. Parece menos ainda que houvesse tantos zangões liberais numa cidade conhecida por ser uma colmeia de conservadores. O sentido de *liberal* a que Justiniano lançou mão em sua carta herda o léxico regresso-progresso do período regencial, reformulado para significar *progressista*.

Não conseguindo lançar na esfera pública um jornal próprio, aqueles vassourenses se organizaram nas ruas. Em 25 de março de 1855, comemoraram, em festejo público, o aniversário da Constituição do Império; e, paralelamente, hastearam uma bandeira política. Começou no dia 24, de maneira improvisada, como explica um missivista n’*O Repúblico*, quando a câmara municipal de Vassouras convidou seus munícipes para iluminarem, na noite do dia seguinte, a frente de suas casas. No dia marcado, casas se iluminaram, uma banda de música sonorizou as ruas, e autoridades e povo acompanharam-na com vivas à Constituição, à nação brasileira e ao imperador. O teatro lírico da cidade foi aberto tocando o hino nacional, onde também houve vivas, agora, entoando a causa da bandeira que levantavam: à instituição do júri, à liberdade de imprensa. “É o protesto de um povo pacífico, religioso, trabalhador e *ordeiro* contra tendências revolucionárias, anárquicas e eminentemente antimonárquicas”, encerra o missivista.<sup>232</sup>

Em 13 de maio, 30 fazendeiros de Vassouras reuniram-se na casa do opulento Joaquim José Teixeira Leite. O objetivo da reunião era conseguir “assinaturas dos fazendeiros dos diversos municípios, não só da província do Rio de Janeiro, senão também da de Minas para uma representação que aqueles senhores resolveram dirigir ao senado, solicitando a rejeição do projeto de reforma judiciária”, noticiou o *Correio Mercantil*. Francisco José Teixeira Leite (irmão de Joaquim Teixeira Leite), Joaquim Alberto de Avelar (barão de Capivari) e Laureano Correia e Castro (barão de Campo Belo) foram escolhidos para ir à Corte e entregar a petição ao Senado.<sup>233</sup> Na reunião, impuseram: “Declaramos, pois, alto e bom som: queremos a constituição, isto é, queremos: / O Imperador, / As câmaras, / O poder judiciário, / O Júri, / E a

---

<sup>231</sup> Carta de Justiniano José da Rocha para Firmino Rodrigues Silva, 18 dez. 1855, apud MASCARENHAS, Nelson Lage. **Um jornalista do Império...** op. cit., pp. 218-224.

<sup>232</sup> **O Repúblico**, Rio de Janeiro, nº 142, 12 abr. 1855, p. 4, grifo no original.

<sup>233</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 142, 24 mai. 1855, p. 1.



imprensa”, transcreveu o *Mercantil*. O *Grito Nacional*, agora ministerial, partidizou a reunião: “Não há dúvida que é Vassouras o reduto onde os saquaremas, para se reabilitarem, escolheram para atirarem toda a metralha contra o atual gabinete [...]; reuniram-se os *magnatas*, nomeando uma comissão para pedir ao senado a rejeição do projeto de reforma judiciária”.<sup>234</sup>

No correr do fim de maio, as folhas diárias passaram a publicar a boataria sobre nomes importantes que não iriam assinar a petição, para, nos dias seguintes, ratificarem informando que tais nomes a endossavam. Durante esse mente-e-desmente na imprensa, o presidente do gabinete, Carneiro Leão, sinalizou dos salões da Cadeia Velha para os conservadores de Vassouras: “minha política é conservadora.” Daí sua preocupação em manter o compromisso de conservação da ordem:

me parece que toda a agitação política que se pretende fazer no Rio de Janeiro vem contrariar inteiramente os interesses dos pacíficos fazendeiros desta província. (*Apoiados*.) Que capitais, estrangeiros ou mesmo nacionais, se poderão empenhar nas empresas que temos em via de execução do país, se for avante essa agitação política que trará a representação que se promove?<sup>235</sup>

Pai da nova reforma, Nabuco de Araújo também bordou a reunião de Vassouras. Na sessão do dia 29 de maio, falou que a bandeira de Vassouras “é uma bandeira vaga, essa bandeira da reparação que não diz até onde chega e sobre que pontos versa. (*Apoiados*.)” E acrescentou: “vos direi, senhores, que esta bandeira não é vossa, isto é, de vós que a proclamastes nesta casa; esta bandeira com pequena diferença de inscrição é do partido radical, que com ela sempre combateu.” No entendimento de Nabuco de Araújo, a reunião dos fazendeiros vassourenses ia de encontro à doutrina do Partido Conservador, ainda que defendesse a conservação da ordem política do Império. “O nosso programa é o princípio da autoridade, é a política conservadora como base, é o progresso refletido e explicado pela experiência como acessório: o que for além disso não nos compete como homens conservadores”, explicou. Por esse motivo, os conservadores da Câmara não deveriam ser incoerentes com a doutrina de seu partido, pois “negávamos outrora as assembleias provinciais, corpos eletivos e organizados, o direito de petição sobre as leis do estado; hoje se confere esse direito a comícios e *meetings* de uma vila, de uma aldeia!”, falou, com escárnio.

Nas casas parlamentares, os ministros passaram então a associar a reunião de Vassouras com as revolta liberais de 1842, a representação dos fazendeiros com as chamadas *representações dos mandis e rufiões* de São Paulo e Minas Gerais. A correlação era reativa: deslegitimar, se não criminalizar, o direito de petição. Mas não qualquer direito de petição,

<sup>234</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 144, 26 mai. 1855, p. 1; *O Grito Nacional*, Rio de Janeiro, nº 769, 26 mai. 1855, pp. 3-4, grifo no original.

<sup>235</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 26 mai. 1855, p. 143, grifo no original.

senão o de uma localidade sobre assuntos nacionais. Na mesma sessão, o oposicionista Bernardo de Souza Franco (PA) rebateu esse intento deslegitimador:

Senhores, em tempos ordinários, quando se não trata de um pronunciamento urgente da opinião, pode ele fazer-se pelas eleições e pela imprensa. Hoje que não temos eleições próximas, hoje que a imprensa seria tida neste caso como a expressão singular dos escritores dos seus artigos [...]; pode dizer-se que as representações não sejam o único meio possível? E pode recluir-se perigo quando os signatários se limitem no círculo de que eles se traçavam, e de que Deus há de querer que eles se não lembrem nunca de sair? (*Apoiados.*)

O também oposicionista Ângelo Ferraz (BA) alfinetou os ministros pela correlação com 1842: “a representação dos mandis era dirigida contra uma lei já votada pelo corpo legislativo, sancionada e que ia ser executada”, por sua vez, a representação de Vassouras iria apenas “esclarecer uma fração do poder legislativo que costuma ter em atenção o voto da opinião pública, e que nunca o despreza.”<sup>236</sup> Passou-se a haver uma disputa ansiosa em torno do direito de petição, alargando, com isso, o entendimento sobre essa pouco usada atividade de participação cidadã na política.

Nos jornais diários, choveram correspondências. “Reunião pacífica e familiar, representação respeitosa, *embora firme*, solicitação de assinaturas sem imposição, sem constrangimento, eis aí os fatos que no parlamento se chamaram os *movimentos de Vassouras*”, assim resumiu um correspondente anônimo no *Correio Mercantil*. O movimento de Vassouras “em sua origem é o exercício de um direito constitucional; é o exame de consciência de membros importantes do partido conservador”, explicou, ligando o ato à bandeira conservadora. “Houve uma reunião pacífica e serena em casa de um fazendeiro ilustre, vice-presidente da província do Rio de Janeiro, homem que tem dado ao partido da ordem todos os penhores de dedicação às instituições juradas”, endossou, apontando que uma das lideranças do movimento, Joaquim José Teixeira Leite, era membro do Partido Conservador. No *Jornal do Commercio*, outro anônimo fez o inverso, dissociando a bandeira de Vassouras dos conservadores. “Em 1842 o partido radical levantou o estandarte da revolta por causa da lei de 3 de Dezembro e da do conselho de estado, porque essas leis mantinham e reforçavam o princípio da autoridade”, iniciou. “O partido saquarema entendeu então, e cremos muito bem, que o recurso de petição consagrado pela constituição era perigoso”, pois que, continuou, “procurava desvirtuar as instituições do país, afrouxar o prestígio da autoridade e recusar o exercício legítimo das atribuições dos poderes supremos do Estado.” Para o missivista, era incoerente o fato de que “aqueles mesmos que indignados repeliram a petição dos Paulistas, vêm hoje defender e aplaudir o pronunciamento dos fazendeiros de Vassouras.” Era esse grupo

---

<sup>236</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 29 mai. 1855, pp. 167-172, 177 e 185, grifos no original.

que, pela doutrina de seu partido, tendia “a fortalecer o princípio da autoridade, a centralizar a ação do poder”, e que, hoje, na oposição, “converteu-se em propugnador dos princípios democráticos que eles em outras épocas invectivaram e comprimiram”, acrescentou.<sup>237</sup>

Justiniano, que havia declinado da proposta dos fazendeiro de Vassouras de fundar um jornal em seus proveitos, em abril de 1855 deu a luz ao periódico *A Constituição* – aparentemente dissociado daquela proposta –, criticando os discursos dos ministros em suas páginas. Com exceção do monarca, escreveu, a “nação” escolhe seus representantes e governantes e “assim intervém em tudo quanto respeita a sua sorte.” Especialmente quando representantes e governantes, no desempenho de seus deveres, incorrem em erro, “cumpre pois que estejam, e de fato estão, permanentemente debaixo da ação da tutela, da vigilância da opinião pública, ou da razão social”, prosseguiu. “Daí a indispensabilidade do direito de associação pública, do direito de petição, do direito de livre comunicação do pensamento. São esses os meios de formar-se, de esclarecer-se a razão pública; suprima-os, e a liberdade desaparecerá”, arrematou.<sup>238</sup>

Em outro momento, Justiniano afastou da reunião de Vassouras a alcunha de agitação política e, ameaçando, comparou com 1842: “a agitação de que falais, há de vir, Srs., sim, infalivelmente, e talvez vos traga novas mensagens de *rufiões* e de *mandis*, se prosseguirdes [...] roubando ao cidadão todos os resquícios de direitos constitucionais, [se] não lhes consentirdes nem se quer o desafogo de queixar-se”.<sup>239</sup> Mas ameaça de jornal é tinta, e melhor jeito é imprimi-la em boataria: “dizem-nos que o ministério empenha-se com os fazendeiros e mais cidadãos importantes da província para determiná-los a não aderir ao convite dos Vassourenses, e que para adormecê-los como meio de conciliação oferece a retirada do seu projeto”, expôs.<sup>240</sup> A questão que o jornalista conservador não queria escancarar era a do sumiço dos antigos chefes, mas que não escapou das páginas d’*A Constituição*. Num arroubo de resposta a outra discussão, diz Justiniano: “Na atualidade com quem está o partido conservador? Conhecemos que está descontente; todos os seus antigos chefes, os Eusébios, os Torres, os Paulinos, os Lopes Gamas, os Olindas, os Abrantes, os Monte Alegres talvez não estejam *imopectore* muito adesos à atualidade”. Esse sumiço dos antigos chefes lhe gerava desconforto, pois havia um importante grupo do Partido Conservador (os senhores do Vale) indisposto com

---

<sup>237</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 152, 3 jun. 1855, p. 2, grifos no original; **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 152, 3 jun. 1855, p. 2.

<sup>238</sup> **A Constituição**, Rio de Janeiro, nº 11, 31 mai. 1855, pp. 2-3.

<sup>239</sup> **A Constituição**, Rio de Janeiro, nº 12, 3 jun. 1855, p. 2, grifos no original.

<sup>240</sup> **A Constituição**, Rio de Janeiro, nº 14, 10 jun. 1855, p. 3.

a atual direção partidária sem que os chefes do saquaremismo os direcionasse. Tais chefes, julga o jornalista, “estão porém ou satisfeitos, ou divididos, ou esmorecidos; a massa do partido sofre a repercussão desse esmorecimento, e materializa-se na história das ações.”<sup>241</sup> E a mais recente ação materializada era o movimento de Vassouras.

Em 6 de junho, uma carta foi encaminhada a Carneiro Leão por Francisco Teixeira Leite, Joaquim de Avelar e Laureano Correia, antecipando o conteúdo programático da petição que seria entregue ao Senado e afastando a ideia de que seu movimento beirasse a agitação política. “Nunca pensamos que nossa humilde representação, o exercício de um direito garantido pela constituição [...], pudesse ser encarregada como falta de respeito e considerações a qualquer das câmaras”, lê-se. A maneira por que encararam o projeto da reforma judiciária não deveria ser vista pelos ministros como “um desacato ao senado”, pois, esclarece, “se o representante da nação pode na discussão taxar de inconstitucional um projeto que não é lei, o cidadão o pode em petição: a fonte do direito para ambos é a mesma – o pacto fundamental.” Explica que o sufocamento das agitações de 1842 só aconteceu “porque a autoridade não estava só; porque por detrás dela surgia um partido imenso, grande pela sua união, grande pela sua dedicação, e que à custa dos maiores sacrifícios amparava e salvava o governo, amparando e salvando com ele essas instituições.”<sup>242</sup> Nesse sentido, a carta era também a inscrição dos querelantes ao Partido Conservador, era uma solicitação mais ao Carneiro Leão chefe do Partido do que ao Carneiro Leão presidente do gabinete.

Em 17 de julho, a petição é veiculada nos jornais diários cariocas. Suas linhas gerais imputaram dois erros à reforma judiciária: o de cercear as atribuições do júri, ao retirar-lhe o julgamento de crimes afiançáveis, e o de ameaçar a imprensa, ao delegar a magistrados indicados pelo governo o julgamento de crimes de injúria e calúnia. A petição desgasta-se em amarrar juridicamente os possíveis problemas com a aprovação da reforma e em convencer sobre a inconstitucionalidade de seus artigos. Mas arremata politizando o ato: “nosso dever de cidadãos, augustos e digníssimos representantes da nação, obriga-nos a dizer com franqueza que com a morte do júri e imprensa o que mais tememos não é o despotismo e sim a anarquia.” É importante ressaltar que 812 homens assinaram a petição. Os nomes eram os dos principais barões do café e senhores de escravos do Vale do Paraíba. Joaquim Alberto de Avelar (barão de Capivari) abria a lista; e continuava o baronato: Laureano Correia e Castro (barão de Campo Belo), Pedro Correia e Castro (barão de Tinguá), Francisco Maria Godinho Veloso de Barbuda (barão do Pati de Alferes), Francisco Quirino Rocha (barão de Palmeiras), ao lado dos

---

<sup>241</sup> **A Constituição**, Rio de Janeiro, nº 22, 8 jul. 1855, pp. 1-2, grifos no original.

<sup>242</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 168, 19 jun. 1855, p. 2.

comendadores Francisco José Teixeira Leite, Ignácio Dias Paes Leme, Ambrósio de Souza Coutinho e Paulo Gomes Ribeiro de Avelar, e, além desses, João Evangelista Teixeira Leite, Joaquim Ribeiro de Avelar, José de Souza Werneck, Domiciano Leite Ribeiro, Joaquim José Teixeira Leite, e outros. Repetiam-se os sobrenomes das famílias mais abastadas do Vale, como os Teixeira Leite, os Avelar, os Werneck, os Correia e Castro, os Paes Leme, os Gomes Coelho, os Rocha.<sup>243</sup>

Em 31 de julho, outra petição foi publicada pela imprensa carioca. Essa dos fazendeiros de Valença, homônima à de Vassouras. Os signatários pediam a “mais fiel e exata execução da constituição política”, dizendo estarem no “indeclinável dever de representar ao senado contra o projeto de reforma judiciária.” Dos 313 signatários, autodeclararam-se 182 fazendeiros, 30 negociantes, 11 funcionários públicos, 55 lavradores, havendo, também, proprietários, bacharéis, vereadores, advogados, clérigos e militares. A começar pelo vigário Joaquim Cláudio Viana das Chagas, também lia-se os nomes de Antônio Dinis da Costa Guimarães (barão de Santa Isabel), Domingos Custódio Guimarães (barão do Rio Preto), Joaquim Saldanha Marinho, Floriano Leite Ribeiro, Custódio Leite de Souza Ribeiro, Francisco de Souza Breves (representando a cidade de Piraí); e tantos outros sobrenomes de abastança, como Leite Ribeiro, Costa Machado, Ferreira da Silva, Mota, Seabra, e novamente Avelar e Werneck.<sup>244</sup>

A tensão entre os senhores do Vale e o poder central reflete uma recorrente questão da política imperial: a relação entre um poder centrípeto na Corte e os interesses descentralizados nas províncias e localidades do Brasil. A historiografia oscilou explicações balangando o pêndulo para uma banda ou para outra da relação de forças. Para uma banda, falou-se em indistintos saquaremas e luzias que visavam apenas o domínio do poder central, em uma estrutura rígida do patrimonialismo estatal e em poder excessivo concentrado nas mãos do imperador. Mas houve ganhos com os estudos sobre a formação do Estado por uma classe dirigente assentada na Corte.<sup>245</sup> Para outra banda, falou-se em chefes locais que exerciam o mandonismo do Estado através do governo e dos partidos políticos e em uma estrutura de clientelas aonde as decisões do Estado funcionavam a favor dos proprietários. Mas também houve ganhos com os estudos sobre a relativa autonomia administrativa das elites provinciais

---

<sup>243</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 196, 17 jul. 1855, p. 2.

<sup>244</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 210, 31 jul. 1855, pp. 1-2.

<sup>245</sup> VIANA, Oliveira. **O ocaso do Império...** op. cit.; FRANCO, Afonso Arinos de M. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil...** op. cit.; SOUZA, Otávio Tarquínio de. **História dos fundadores do Império do Brasil, vol. 3...** op. cit.; FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5. ed., São Paulo: Globo, 2012; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira, tomo 2, vol. 5...** op. cit.; CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem...** op. cit.; MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema...** op. cit.; MARTINS, Maria Fernanda V. **A velha arte de governar...** op. cit.

frente ao governo central.<sup>246</sup> Teve quem parasse o pêndulo no meio, apontando uma solução conciliatória, ao demonstrar certo trânsito político entre as províncias e a Corte.<sup>247</sup> Mas o que aqui observo é que as relações de força entre os interesses sociais das localidades e o poder de decisão centrado na Corte eram elas próprias constituidoras da direção política do país.<sup>248</sup>

É dessa relação tensa entre interesses locais e poder central que se pode notar a formação de campos de forças políticas no terreno social brasileiro. Esses campos políticos formavam o espaço social para, do conflito entre interesses particulares, fazer surgir um compósito de interesses através do qual os partidos elaboravam concepções políticas capazes de obter adesões e assegurar o poder aos chefes – mais ou menos como propôs Pierre Bourdieu.<sup>249</sup> Mas – diferente de Bourdieu – não penso que fossem *nos* campos políticos onde surgiam as disputas por poder, e sim que *delas* surgiam os campos políticos. No processo da independência do Brasil, dos interesses nativistas surgiram vários campos de forças políticas no país para contrastar com o campo representado pelos independentistas na Corte. No período regencial, surgiram campos de forças que abrigaram diversos interesses políticos, desde interesses separatistas, federalistas e restauracionistas até descontentamentos contra a opressão social. Em 1842, os distintos interesses descentralizadores formaram um campo representado politicamente pelos maioristas e descentralistas. Em 1848, foi a vez das disputas entre guabirus e praieiros formarem novo campo político no Nordeste do país. Todos esses campos formaram-se, com motivações e modos diferentes, em diversas partes do Brasil e estouraram, cada um a

---

<sup>246</sup> LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; QUEIROZ, Maria Izaura P. **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo: IEB, 1969; GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997; DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005; SIQUEIRA, Karulliny Silveiro. **Imprensa e Partidos Políticos na Província do Espírito Santo...** op. cit.; GOMES, Sandro Aramis R. **Dirigentes partidários, mudança política e percursos sociais...** op. cit.

<sup>247</sup> LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842**. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993; CLAUDINO, Guilherme Pereira. **“Uma verdadeira torre de babel”...** op. cit.; OLIVEIRA, Carlos Eduardo F. **Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais a formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834**. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014; ROSAS, Suzana Cavani; CADENA, Paulo Henrique F. **“O donatário da província de Pernambuco”: a elite imperial a partir da trajetória de vida e liderança partidária de Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (1840-1875)**. **Almanack**, Guarulhos, n. 25, 2020.

<sup>248</sup> Poucos trabalhos falaram sobre isso, dentre eles destaco a tese de doutorado de Wlamir Silva. Ver: SILVA, Wlamir. **Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)**. São Paulo; Belo Horizonte: Aderaldo & Rothschild; Fapemig, 2009. E seguindo essa mesma linha, ver: LAZZARINI, Júlia Lopes V. **O clero para além do sagrado: atuação política dos padres, Minas Gerais, 1833-1837**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2020; SALDANHA, Michel. O experimento progressista em Minas Gerais. **Crítica Histórica**, Maceió, v. 11, n. 22, dez. 2020.

<sup>249</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Edições 70, 2011, pp. 167-209. Ver também: HEGEL, Georg Wilhelm F. **Linhas fundamentais da filosofia do direito...** op. cit.

seu tempo, ampliando o alcance de sua força política até os principais centros de poder. Nem todos os campos, porém, devem ser visualizados como bolhas que surgem e estouram pela pressão de interesses pontuais ou momenteiros. Alguns surgem como bulbos de poder em determinados centros políticos do país e se mantêm - mas se transformam - pelas constantes relações de forças que os compõem: caso é o dos fazendeiros do Vale - tamanho seu poder econômico e político detido -, que perdurou do período regencial ao fim do Império.

O movimento dos fazendeiros do Vale é uma motivação política resultada de interesses individuais consonantes e conflitantes, e, assim disposta e publicamente endossada, tal motivação teve condições de disputar o poder de decisão do Estado ao formar um campo de pressão política representado pela vontade senhorial valparaibana. O projeto de reforma judiciária do Gabinete da Conciliação representava, por isso, a força centrípeta do círculo dos conciliados na Corte em contraponto aos interesses senhoriais no Vale. E embora sua abastança, os fazendeiros não tiveram um trânsito facilitado com o Estado. Por esse motivo, recorreram à petição para solucionar o problema da falta de receptividade dos governantes em tensão com a atividade cidadã dos governados – Pierre Rosanvallon melhor esclarece sobre isso.<sup>250</sup>

Dentre esses fazendeiros, havia importantes chefes e correligionários conservadores, o que tornava arriscado demais, nesse momento de adaptação partidária, alcunhá-los de agitadores ou associá-los aos exaltados movimentos liberais dos anos 1840. Eram conservadores que recorriam à petição para, de um modo, testar se a ação política de um governo conservador podia ser vinculada aos seus interesses sociais, e, de outro modo, demonstrar que a organização do Partido Conservador não poderia lhes ser alheia, não poderia lhes delegar uma expressão partidária atrofiada, alcançada apenas pelo formalismo eleitoral.

Difícil mesmo é explicar quais relações os senhores do Vale buscavam traçar no interior do Partido Conservador. Se o projeto de reforma judiciária lhes jogava em oposição ao círculo dos conciliados, o enfraquecimento do compromisso escravista os dificultava de aproximar dos chefes do saquaremismo. A chave de acesso era Justiniano? O posicionamento escorregadio do jornalista conservador parece corroborar isso. Embora não tenha aceitado publicar um jornal patrocinado pelos fazendeiros de Vassouras, Justiniano passou a endossar a bandeira de Vassouras em seu jornal *A Constituição*. Embora tenha sido um dos grandes entusiastas pela nova doutrina reformista do Partido Conservador, pendeu para o lado dos senhores do Vale na crítica à reforma judiciária. Embora tendo consultado, em particular, a trindade saquarema para

---

<sup>250</sup> GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX...** op. cit., pp. 22-23; ROSANVALLON, Pierre. **El buen gobierno**. Buenos Aires: Manantial, 2015, pp. 255-269.

saber se lhes receberia apoio em sua oposição ao gabinete da Conciliação, ferrou, publicamente, a isenção dos antigos chefes saquaremas de se posicionarem contra ou a favor do gabinete e contra ou a favor do movimento de Vassouras. Justiniano talvez flertasse com todos os círculos do Partido ou por visionar um naco maior de poder partidário ou por apoiar a formação de um novo círculo para tomar as rédeas do Partido após sua desinteligência com Carneiro Leão. Não há como saber. Certo é que Justiniano se indispôs com todos;<sup>251</sup> ou com quase todos, já que no fim acariciou os fazendeiros de Vassouras.

Do caso Bracuí ao movimento dos fazendeiros do Vale, escancarava-se ao Partido que seu rearranjo passava por aclimatar os interesses e motivações da sociedade valparaibana, que se relacionavam com os do Sudeste brasileiro. O primeiro caso, ou melhor, a experiência anticontrabando, foi também fator de desorganização do Partido Saquarema, rearranjando-se chefes, bandeira, doutrinas e círculos internos no Partido Conservador. Do segundo caso, ou melhor, a experimentação do programa reformista que pressupunha não só a conservação mas também o progresso, o Partido Conservador percebeu que suas decisões no poder não poderiam mais se concentrar nos gabinetes ministeriais, especialmente quando envolviam o interesse social da conservação da ordem, algo que dependia, antes de mais nada, do equilibrado compromisso com a sociedade senhorial – o qual a reforma judiciária remexia.

## **2.2: Compromisso eleitoral**

No campo político, a experiência adaptativa a que o Partido Conservador deveria passar era a disputa eleitoral com seus adversários. Essa experiência pressupunha a adesão de correligionários conservadores esparramados pela cidade do Rio de Janeiro e seu compromisso com a eleição de chefes ante os interesses particulares difusos que acirravam a eleição. Em 1856, a capacidade de assegurar essas adesões e compromisso surgia como outra prova organizativa do Partido.

A imprensa periódica da Corte mostra-nos que a animosidade eleitoral foi bem mais cruenta nas campanhas para deputado geral do que nas para deputado provincial fluminense e para vereador do Município Neutro – considerando-se as eleições de 1856 para as três instâncias (nacional, provincial e municipal).

---

<sup>251</sup> Carta de Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara para Firmino Rodrigues Silva, dez. 1855, apud MASCARENHAS, Nelson Lage. **Um jornalista do Império...** op. cit., p. 222.



Rastreio, por isso, os circuitos de poder do Partido Conservador na Corte para verificar o comprometimento entre chefes e correligionários durante as eleições de 1856 para a Câmara baixa. Porém, há caminhos que devem ser evitados. Principalmente os que levam ao mais-do-mesmo politicista segundo o qual os partidos são instituições políticas fundamentalmente voltadas para eleições.<sup>252</sup> Nesse viés, se poderia conseguir apenas uma radiografia da composição partidária da Câmara, ignorando a enorme mobilidade partidária. As fontes da pesquisa me jogaram num matagal de informações, mas havia uma vereda trespessável: a que admite as eleições como um momento do processo de consentimento social de que os partidos, enquanto organismos políticos que concretizam uma vontade coletiva, são organizadores.

A incerteza de como as eleições aconteceriam em 1856 carcomia o espírito de políticos os mais experimentados. Razão disso era a nova reforma eleitoral aprovada em setembro de 1855, chamada Lei dos Círculos. Sua aprovação dividiu votos e opiniões. Na Câmara dos Deputados, surgiram duas vertentes de opiniões: a encabeçada por Francisco Saião Lobato (RJ), que defendia a eleição por província e dos “homens de maior nomeada do país”, os “mais capazes” de representar a nação, em detrimento das “notabilidades de aldeia”; e a encabeçada pelo liberal Eduardo Ferreira França (BA), que defendia a eleição distrital, onde “as diversas opiniões políticas não de ser representadas” ao se eleger “as influências locais”, os que estão “em contato mais imediato com os eleitores”, em detrimento das “potências mal intencionadas”.<sup>253</sup>

A depender dos deputados envolvidos nos debates da Câmara, as sessões se alongariam, entre falas e réplicas, por semanas mais. Mas a tribuna ficava na Corte, e a Corte experimentava, naquele final de agosto de 1855, uma epidemia de cólera. Trazida por uma embarcação vinda de Portugal, a infecção chegou, em maio de 1855, pelos portos de Belém e logo se alastrou ao

---

<sup>252</sup> DUVERGER, Maurice. **Los partidos políticos**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1957, pp. 31-32; SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar Editores; Brasília: Ed. UNB, 1982, pp. 46 e 85; PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido...** op. cit., pp. 411-421; e, sobretudo, KIRCHHELMER, Otto. As transformações dos sistemas partidários na Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, jan./abr. 2012.

<sup>253</sup> Na Câmara dos Deputados, a votação final dividiu conservadores: votaram a favor Pereira da Silva (RJ), Benevenuto Taques (BA), Cândido Borges Monteiro (RJ) e Francisco de Paula Cândido (MG); e, juntamente de Saião Lobato, votaram contra Zacarias de Góis (BA), Justiniano (MG), Barreto Pedroso (RJ), Figueira de Melo (PE) e Raimundo de Araújo Lima (CE). Ver: **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 25 ago. 1855, pp. 216-224; **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 236, 26 ago. 1855, p. 1. Para uma análise dos debates na Câmara acerca da reforma eleitoral, ver: FREITAS, Ana Paula R. **Minas e a política imperial...** op. cit., pp. 15-57. No Senado, por exemplo, enquanto alguns conservadores votaram contra, como Araújo Lima (marquês de Olinda), Rodrigues Torres (visconde de Itaboraí), Eusébio de Queirós e Manoel Vieira Tosta (barão de Muritiba); outros votaram favoráveis, como Miguel Calmon (marquês de Abrantes), José da Costa Carvalho (marquês de Monte Alegre), Limpo de Abreu (visconde de Abaeté) e José Antônio Pimenta Bueno. Ver: **Anais do Senado do Império**, sessão de 7 ago. 1855; **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 218, 8 ago. 1855, p. 1.

Maranhão, Bahia, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Em julho, chegou nos portos do Rio de Janeiro. E, em fins de agosto, seu alastramento pela cidade alarmava até mesmo o ministro do Império (Luís Pedreira do Couto Ferraz), principal responsável pela contenção da epidemia no país, que andava assustado pelas ruas, com uma cara “que metia dó a quantos o viam”, lia-se no jornal *A Constituição*. Com as atenções voltadas para a epidemia, Carneiro Leão, por entender que os deputados apressariam o retorno às suas províncias de origem para evitar a infecção, declarou que o projeto fosse votado sob questão de confiança, sendo aprovado, celeremente, em 27 de agosto de 1855.<sup>254</sup>

Decretada em 19 de setembro de 1855, a Lei dos Círculos alterava o modo de escolha dos representantes da Câmara dos Deputados, que deixavam de receber votos de toda a província e passavam a receber por distritos eleitorais. As províncias foram divididas em tantos

### MAPA 1

Distritos eleitorais da Corte divididos por freguesias



Produzido a partir de LOBO, Eulália Maria L. **História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro), vol. 1.** Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

<sup>254</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 192, 13 jul. 1855, p. 1; **A Constituição**, Rio de Janeiro, nº 25, 19 jul. 1855, p. 3; **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 27 ago. 1855, pp. 234-235. Sobre a epidemia de cólera no Rio de Janeiro, ver: KODAMA, Kaori et al. Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, dez. 2012.

distritos eleitorais quantos fossem seus representantes à Câmara dos Deputados. A província do Rio de Janeiro foi dividida em 12 distritos: Sacramento, Santana, São José, Campos dos Goytacazes, Cantagalo, Cabo Frio, Niterói, Magé, Vassouras, Barra Mansa, Itaguaí e Angra dos Reis. Os três primeiros distritos pertenciam à circunscrição da Corte, como se pode ver no mapa 1. O primeiro distrito, encabeçado pela freguesia de Sacramento, abarcava, além desta, as freguesias de Santo Antônio, Santa Rita, Ilha do Governador e Ilha de Paquetá. O segundo distrito, encabeçado pela freguesia de Santana, também concentrava as do Engenho Velho (nela incluídas o Engenho Novo e São Cristóvão), Inhaúma, Irajá, Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz. E o terceiro distrito, tendo a freguesia de São José como cabeça, também abarcava as da Candelária, Glória, Lagoa e Jacarepaguá.<sup>255</sup>

A expectativa sobre a reforma eleitoral era eliminar a possibilidade de uma Câmara unânime, tal como a Casa composta em 1853 fora majoritariamente saquarema, e seu objetivo, portanto, era eliminar as chapas de candidatos a deputado e senador. Até então, cada partido apresentava uma chapa com candidatos para todas as freguesias da província. Parecido com os atuais sistemas de lista fechada, o sistema de chapas não era algo regulado nas letras da lei. Era regulado pelos arranjos eleitorais, pelos quais os candidatos se assumiam chefes com notoriedade provincial ou nacional. Era, também, um arranjo cujas candidaturas eram limitadas àqueles que investiam trabalho e devoção no partido e, em troca, o partido certificava sua candidatura após um paulatino investimento, pela imprensa doutrinária ou reconhecimento parlamentar, em sua notoriedade pessoal – numa espécie de lógica da investidura, recordando Pierre Bourdieu.<sup>256</sup> Agora, com eleições distritais, esperava-se que as chapas de candidatos fossem abolidas, dando oportunidade para chefes locais assumirem cadeiras na Câmara temporária.

Nas eleições de 1856 de fato não surgiram chapas de candidatos a deputado geral. Mas, sob um sistema de voto indireto (voto em dois graus), brotaram chapas de eleitores. O espaço editorial dos jornais cariocas era, por legítimo e por excelência, onde se divulgavam essas chapas. Eram publicadas quer por votantes anônimos, quer por notórios chefes, quer ainda por

---

<sup>255</sup> Sobre a Lei dos Círculos, ver: BRASIL. Decreto nº 842, de 19 set. 1855. In: **Coleção de Leis do Império do Brasil de 1855**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1856. Sobre o decreto da divisão dos distritos da província do Rio de Janeiro, ver: BRASIL. Decreto nº 1.828, de 1º out. 1856. In: **Coleção de Leis do Império do Brasil de 1856**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1857. A aprovação às pressas da Lei dos Círculos também permitiu que fosse nela incluída uma emenda extraída do projeto de reforma judiciária de Nabuco de Araújo, expressa no §21, denominada pela historiografia de *incompatibilidades*; assim, presidentes de província e seus secretários, comandantes de Armas e Generais-em-Chefe, inspetores de Fazenda geral e provincial, chefes de polícia, delegados e subdelegados, juizes de direito e municipais ficavam impedidos de serem eleitos deputados gerais, deputados provinciais e senadores nos distritos em que exerciam autoridade ou jurisdição.

<sup>256</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico...** op. cit., pp. 198-199.

homens que se reuniam publicamente para decidir os nomes que as comporiam. Quão mais próximo da eleição de eleitores, marcada para o dia 3 de novembro de 1856, mais as colunas jornalísticas de *publicações a pedido* eram carregadas com nomes de eleitores listados em chapas. Em todos os três distritos eleitorais, as chapas de eleitores atendiam ao duplo gosto partidário, liberal ou conservador, e à mistura deles, “chapas conciliadoras”.

Começo pelo primeiro distrito. Em sua freguesia cabeça, a de Sacramento, houve duas tentativas de montar chapas conciliadoras. As decisões foram tomadas em reuniões eleitorais. Numa reunião liberal, ocorrida na casa de Antônio Manoel de Campos Melo, decidiu-se por seus correligionários “*votarem livremente*”, apontou o periódico *Correio da Tarde*, então redigido por José Cristino da Costa Cabral, entusiasta da reunião. Os reunidos nomearam uma comissão de liberais para ir à casa do conservador João Siqueira de Queirós propor a montagem de uma chapa mista, desde que se incluíssem candidatos escolhidos na reunião liberal. Siqueira de Queirós recusou a proposta, pois numa reunião havida em sua casa, com a presença de Ângelo Ferraz, decidiu-se por uma chapa conciliadora própria, que constavam os nomes do mesmo anfitrião, de Eusébio de Queirós e de Domingos de Azevedo Duque-Estrada. Diante disso, os liberais de Sacramento formaram uma chapa puramente liberal para concorrer com a chapa de Siqueira de Queirós.<sup>257</sup>

Na freguesia de Santo Antônio, o Partido Conservador montou sua chapa de eleitores em separado do Partido Liberal. Na chapa conservadora, constavam nomes de políticos e chefes com participação relevante nas lutas partidárias dos anos 1840 e 1850, dentre eles Alexandre Joaquim de Siqueira, Bernardo Belisário Soares de Souza, João Antônio de Miranda, Joaquim Francisco Viana, José Ildefonso de Souza Ramos, Josino do Nascimento Silva, Manoel de Assis Mascarenhas, Polidoro da Fonseca, Antônio Paulino Limpo de Abreu (visconde de Abaeté) e Brás Carneiro Nogueira da Costa e Gama (conde de Baependi).<sup>258</sup>

---

<sup>257</sup> **Correio da Tarde**, Rio de Janeiro, nº 238, 14 out. 1856, p. 2, grifos no original. Sobre a reunião de Siqueira de Queirós, ver: **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 285, 14 out. 1856, p. 1. Sobre a chapa liberal, ver: **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 300, 31 out. 1856, p. 2.

<sup>258</sup> O 32 nomes, em ordem alfabética e com suas alegadas profissões, são estes: Alexandre Joaquim de Siqueira, desembargador; Antônio de Castro Lopes, médico; Antônio Fernandes Vaz, proprietário; Antônio José do Amaral, proprietário; Antônio José Cupertino do Amaral, empregado público; Antônio José Gonçalves Fontes, médico; Antônio Lívio de Oliveira, empregado público; Antônio Paulino Limpo de Abreu (visconde de Abaeté), senador; Bento da Silva Lisboa (2º barão de Cairú), empregado público aposentado; Bernardo Belisário Soares de Souza, desembargador; Brás Carneiro Nogueira da Costa e Gama (conde de Baependi), fazendeiro; Francisco Gomes de Freitas, militar; Francisco Lopes da Cunha, médico; Francisco de Santa Bárbara Garcia, advogado; Geraldo Caetano dos Santos, proprietário; João Antônio de Miranda, senador; João Pedro de Almeida França, empregado público; Joaquim Francisco Viana, senador; Joaquim José de Castro, tabelião; Joaquim Maria Nascentes de Azambuja, oficial maior; José Caetano dos Santos, magistrado; José Ildefonso de Souza Ramos, senador; José Joaquim de Siqueira, juiz de órfãos; Josino do Nascimento Silva, oficial maior; ; Lourenço Vieira de Souza Meirelles, monsenhor; Luís Antônio Sampaio de Viana, inspetor da Alfândega; Manoel de Assis Mascarenhas,

A freguesia de Santa Rita, por sua vez, tornou-se foco em denúncias de intervenção de autoridades governamentais nas eleições. A animosidade eleitoral nessa freguesia iniciou com uma reunião na casa do conservador Jerônimo José de Mesquita, em 1º de outubro, para arregimentar correligionários conservadores, formar uma chapa e endossar a candidatura de Joaquim José Inácio a suplente de deputado. Nessa reunião do Partido Conservador também compareceram “alguns distintos cavalheiros do partido liberal moderado”, segundo informações do *Jornal do Commercio*. Outros jornais destacaram a presença de dez inspetores de quarteirão, do fiscal Francisco de Paula e Silva, e do subdelegado de polícia da freguesia Gabriel Pinto de Almeida: tidos como *cerra-filas* (militantes) conservadores. A reunião foi presidida pelo ex-subdelegado do Engenho Velho, Roberto Jorge Hadock Lobo, que ficou “incumbido de dirigir a parte *científica* da eleição de Santa Rita”, enquanto Jerônimo de Mesquita ficou a cargo da “parte *pecuniária*” da eleição, lê-se no *Correio da Tarde*, que passou a denominar essa chapa como *chapa do subdelegado Gabriel de Almeida*, ou *chapa policial*.<sup>259</sup> Difícil saber o que o periódico quis indicar ao dividir a gestão da campanha eleitoral em parte científica e parte pecuniária. À primeira, pode-se pensar nas estratégias de campanha, na contabilidade dos eleitores qualificados de Santa Rita e nos cálculos de quantidade de votos necessários para se eleger um eleitor? À segunda, referia-se às doações e gastos do Partido com a campanha e seus candidatos?

No *Correio Mercantil*, um missivista denunciou que, em Santa Rita, “todos os inspetores de quarteirão são diariamente convocados para receberem novas e mais urgentes recomendações, e fiéis ao mandato policial, pedem de porta em porta com a segurança e imunidades que lhes têm sido garantidas por seu chefe.” Para ele, o conservador Gabriel de Almeida “nem mesmo podia, em face da lei, ser subdelegado de polícia nesta freguesia”, pois “é morador na casa n. 2 da praia do Saco, freguesia de Santana, onde reside com sua mulher e filhos”. Mas as denúncias mostram além. Um correspondente do *Correio da Tarde* indicou que o fiscal Paula e Silva estava “procurando fazer transações com os votos dos eleitores da sua grei” e que o subdelegado Gabriel de Almeida estava “procurando aterrar alguns honestos e pacíficos proprietários e negociantes da rua da Saúde” e prometendo aos votantes do arsenal da Marinha “um acréscimo de 200 rs. diários, assegurando que o fazia de ordem superior, acrescentando que ficariam eles privados deste aumento se não votassem na sua chapa”. O

---

senador; Manoel Fernandes de Castro, empregado no comércio; Manoel Moreira de Castro, redator; Pedro Ferreira de Oliveira, chefe de esquadra; Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, coronel. Em: **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 304, 4 nov. 1856, p. 2.

<sup>259</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 275, 4 out. 1856, p. 2; **Correio da Tarde**, Rio de Janeiro, nº 230, 4 out. 1856, p. 2.

subdelegado parecia estar manejando eleitoralmente em favor de dois chefes conservadores: para Jerônimo de Mendonça, na montagem da chapa conservadora de Santa Rita, e para Joaquim José Inácio, no apoio de sua candidatura.<sup>260</sup>

Mas, faltando uma semana para o pleito de eleitores, os manejos do subdelegado de Santa Rita foram encerrados pelo dedo do próprio gabinete. O chefe de polícia da Corte, Antônio Tomás de Godói, reuniu os subdelegados a ele subordinados “e fez-lhes sentir que o governo continuava a recomendar toda a abstenção da influência oficial da polícia nas eleições”, noticiou o *Correio da Tarde*. A ordem ministerial foi desencadeada na hierarquia policial. Assim, também na freguesia de Santana, o subdelegado reuniu “todos os inspetores da freguesia para lhes recomendar abstenção nas próximas eleições”, noticiou o *Jornal do Commercio*. Na freguesia de Santo Antônio, chegou-se à demissão do inspetor de quartirão Fernando José Pinheiro Ferreira “por *intervir indevidamente em eleições*. / Outros dois inspetores da mesma freguesia, os Srs. Alexandre Pires da Silveira e João Pedro Fausto de Aleantara, pediram e obtiveram demissão”, informou o *Correio Mercantil*.<sup>261</sup>

No segundo distrito, a campanha eleitoral foi menos acirrada - observando-se as métricas denunciadoras da imprensa carioca. Em resumo, ela voltou-se para a arregimentação de apoiadores e para a organização de chapas de eleitores. Na freguesia de Santana, surgiu uma chapa independente. Denominada “chapa do compromisso” e assinada por 42 homens, ela foi publicada no *Jornal do Commercio*, anexa a um manifesto. “A ideia do *compromisso* não é capricho, nem uma ilusão, é uma necessidade da época atual,” escreveram os signatários. “A ideia do compromisso só pode afastar da candidatura o homem incapaz de fazer o bem do povo, ou o que se julga tão acima dos outros homens que desceria de sua alta grandeza se o praticasse”, explicaram. Diziam estar cientes dos deveres de um deputado: “O novo deputado não deverá subir à tribuna para guerrear o governo do país por causa de seus ressentimentos particulares, nem para fazer do forro da sua algibeira o estandarte de uma nova política.” E aproveitaram o ensejo consciencioso para igualmente pressionar pela ampliação de seus direitos sobre o representante: “O deputado novo tem sérios deveres a cumprir como procurador do povo, como comissário de sua soberania.” O compromisso que queriam com esse representante de tipo novo foi impresso, idealmente, no manifesto. Precisavam, portanto, “de um deputado amigo do pobre, e não de um fidalgo indolente que viva nos saraus e noutros prazeres; precisamos de um deputado amigo do país, e não de um servo ministerial, de um homem sem vontade”,

---

<sup>260</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 281, 10 out. 1856, p.1; **Correio da Tarde**, Rio de Janeiro, nº 244, 21 out. 1856, p. 3; e **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 293, 22 out. 1856, p. 1.

<sup>261</sup> **Correio da Tarde**, Rio de Janeiro, nº 248, 25 out. 1856, p. 1; **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 301, 30 out. 1856, p. 1; **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 299, 30 out. 1856, p. 1, grifos no original.

arremataram. O *Diário do Rio de Janeiro* foi incisivo em reprovar o manifesto, defendendo a liberdade do exercício do mandato. “A ideia capital dessa chapa é a de um compromisso entre o candidato que aspirar a deputação e os eleitores”, explicou o *Diário*. Mas isso “nos parece inadmissível”, continuou, porque “a assembleia geral já resolveu que os eleitores não podem cassar a delegação dada ao deputado, pois que o seu mandato termina logo que se efetua a eleição,” concluiu.<sup>262</sup>

Também em Santana, o Partido Conservador se reuniu para buscar apoio eleitoral. Formaram uma chapa de eleitores. Presidida por Zacarias de Góis e Vasconcelos, a chapa recebeu os nomes do próprio Zacarias, de Rodrigues Torres, etc.; constando, ainda, o nome do ministro Paranhos.<sup>263</sup> Uma outra chapa - conciliadora -, elaborada em reunião na casa do conservador Joaquim José Pacheco, também constava o nome de Paranhos.<sup>264</sup> A notícia de que o ministro se candidatava a deputado pelo segundo distrito veio do *Correio da Tarde*. Paranhos arranjava reuniões com “pessoas influentes das freguesias, e especialmente de Santana, onde mora, para tratar das eleições de eleitores”, escreveu. No *Jornal do Commercio*, um comunicante autodenominado *voto livre* confirmou a notícia e acrescentou que, em favor do ministro, “alguns subdelegados e alguns inspetores de quartelão tem procurado fazer combinações e obter para elas o assentimento dos votantes”.<sup>265</sup>

Houve uma reunião eleitoral em Santana, promovida pelo Partido Liberal e aberta ao público. Na reunião, feita na casa de Tomás Gomes dos Santos e presidida por Bernardo de Souza Franco, “foi quase unânime a resolução de que se abraçasse a bandeira da conciliação

---

<sup>262</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 296, 25 out. 1856, p. 2; **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 296, 25 out. 1856, p. 1.

<sup>263</sup> Há, ainda, outros 39 candidatos a eleitor pela freguesia de Santana, quase todos conservadores, constados com suas respectivas profissões declaradas: Antônio José da Silva Miranda Falcão, empregado público; Antônio José Pereira das Neves, médico; Antônio Joaquim Xavier de Melo, escrivão; Antônio Martins da Fonseca Castêlões, despachante; Antônio Nunes de Souza, negociante; Antônio Ribeiro de Campos Jr., empregado público; Amaro Manoel de Moraes, médico; Belmiro Antônio Barreiros, empregado público; Cândido José Correia da Silva Bourbon, proprietário; Cândido Matheus de Faria Pardal, professor; Francisco de Paula Mattos, proprietário; Francisco de Paula Pimentel, militar; Feliciano Guilherme Pires, empregado público; João Alves Xavier de Melo, empregado público; João da Costa Barros Mascarenhas, militar; João Antônio Garcez Palha, militar; Joaquim Antônio Caminha, proprietário; José Antônio Machado dos Reis, empregado público; José Bento Alves Ferreira da Rocha, empregado público; José Carneiro Dias Guimarães, proprietário; José Constantino de Oliveira, militar; José Honório Bittencourt, proprietário; José Joaquim dos Santos, empregado público; José Luís Menna Barreto, militar; José Maria Chaves, empregado público; José Maria de Araújo Gomes, proprietário; Jerônimo José Teixeira, proprietário; Jesuíno Teixeira de Carvalho, proprietário; Leonardo Antônio Pinheiro, empregado público; Manoel Antônio da Fonseca Costa, general; Manoel Francisco Albernaz, proprietário; Manoel Gonçalves da Cruz, proprietário; Pio Antônio de Souza, proprietário; Porfírio José da Rocha, médico (liberal); Tomás da Cunha Vasconcelos, militar; e Vicente Joaquim Torres, proprietário. Em: **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 300, 31 out. 1856, p. 2.

<sup>264</sup> *Ibidem*.

<sup>265</sup> **Correio da Tarde**, Rio de Janeiro, nº 224, 27 set. 1856, p. 1; **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 273, 2 out. 1856, p. 2.

arvorada pelo governo”, lê-se no *Correio Mercantil*. Também foi montada uma comissão “incumbida de entender-se com os influentes do partido liberal nas outras freguesias, afim de se chegar a um resultado no sentido do acordo tomado”, assinala, demonstrando o interesse de formar chapas mistas em outras freguesias. O redator do *Correio da Tarde* não viu com bons olhos o esforço dos liberais de Santana por uma coalizão eleitoral. “O partido liberal na corte tem muitos fortes elementos, mas estes infelizmente não estão ligados, não têm um centro”, aponta o redator. Por esse motivo, entendia que os chefes liberais das freguesias deveriam se organizar entre si, e não com os conservadores.<sup>266</sup> Dias depois, um publicador do mesmo *Correio da Tarde* comentou que a tentativa de coalizão com os conservadores havia fracassado, pois a comissão de liberais de Santana tentou um acordo com o doutor Torres, o subdelegado conservador da freguesia, o qual declinou “por já ter fechado outro com alguns de seus amigos”.<sup>267</sup>

O desembargador Luís Fortunato de Brito Abreu Souza Menezes foi quem concorreu com Paranhos pela vaga de deputado geral. Embora tendo residência em Santo Antônio – freguesia do primeiro distrito -, o desembargador foi candidato sustentado pelo Partido Liberal de Santana. Após terem sido descartados da coalizão com o subdelegado Torres, os liberais não só sustentaram a candidatura de Luís Fortunato, como também denunciaram a intervenção de Paranhos na eleição. As denúncias constam numa circular de prestação de contas publicada no *Jornal do Commercio*. Na circular, lê-se que o ministro era o favorito da chapa arranjada pelo subdelegado Torres, que se reuniu com empregados públicos em sua casa, que dirigiu cartas de recomendação à chapa Torres, que aliciou alguns candidatos liberais a eleitores para declinarem de suas candidaturas e bandearem para a chapa Torres, e que, por fim, concorreu para “a imposição do voto feita em nome do governo imperial aos empregados públicos na alfândega, consulado, tesouro, correio e arsenal de marinha, por meio dos chefes daquelas repartições ou dos seus imediatos.”<sup>268</sup>

No terceiro distrito, João Manoel Pereira da Silva e Alexandre Joaquim de Siqueira concorreram pela vaga de deputado geral. Na freguesia de São José, cabeça do distrito, houve uma reunião, em 7 de outubro, para se combinarem candidatos e arranjam adesões. Ocorrida na casa do liberal Francisco José Gonçalves, o conservador Cândido Borges Monteiro apresentou-se, provavelmente para pressionar eleitores a favor de Pereira da Silva. O periódico

---

<sup>266</sup> **O Grito Nacional**, Rio de Janeiro, nº 855, 5 ago. 1856, p. 2; **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 210, 31 jul. 1856, p. 1; **Correio da Tarde**, Rio de Janeiro, nº 191, 19 ago. 1856, p. 2.

<sup>267</sup> **Correio da Tarde**, Rio de Janeiro, nº 221, 11 ago. 1856, p. 3.

<sup>268</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 334, 3 dez. 1856, p. 2.



então conciliado *O Grito Nacional* explicou que a combinação decidida na reunião tinha um sentido tático, “só foi em puro proveito daqueles que têm *interesses imediatos* no eleitorado”.<sup>269</sup> Ao menos três jornais cariocas noticiaram que, no dia da eleição de eleitores, o inspetor de quartirão Antônio Rogério dos Reis tentou subornar um votante e, com a recusa deste, ameaçou-o de prisão. Isso para favorecer a chapa de Pereira da Silva, “que *era a do governo*”, informou o *Correio Mercantil*. Alguma confusão pareceu se instalar até que o major Virgílio Fogaça da Silva deu ordem de prisão ao inspetor. O chefe de polícia da Corte, Antônio Godói, foi chamado, e, chegando pouco depois à paróquia, encontrou o inspetor preso, encaminhando-o à secretaria de polícia.<sup>270</sup>

Pereira da Silva contou ainda com o apoio de um representante da Praça do Comércio em missiva no *Jornal do Commercio*. Cognominado *Mercator*, o missivista sustentou a necessidade de “fazer sentir ao corpo do comércio do Rio de Janeiro o dever que lhe corria de fazer-se representar na câmara temporária”. Via, nesse sentido, dois candidatos ideais para representar a Praça do Comércio da Corte: João Pereira Darrigue do Faro (visconde do Rio Bonito), pelo primeiro distrito, e Pereira da Silva, pelo terceiro distrito. A Pereira da Silva, que “na tribuna sua voz tem-se feito ouvir sustentando as grandes questões industriais”, cobrou que na próxima legislatura “há de compreender que sua máxima atenção, sua perseverança, seus estudos, são devidos aos negócios que importam melhoramento do comércio, às questões que tem por fim remover os óbices que empecem os voos da indústria”. Em arremate, e amenizando esse tom solicitante, pediu votos: “Votemos, pois, no Sr. João Manoel Pereira da Silva”!<sup>271</sup> No fim das contas, os comerciantes da freguesia da Candelária dividiram-se em duas frentes de apoio. Uma, à candidatura de Alexandre Joaquim de Siqueira, outra, à candidatura de Pereira da Silva. Formaram-se, assim, duas chapas. A primeira, denominada chapa Siqueira, constavam nomes de 18 homens, em sua maioria autodeclarados capitalistas ou negociantes, incluídos aí Teófilo Otoni e José de Alencar (autodeclarado advogado). A segunda, chamada de chapa conservadora, também constavam homens majoritariamente autodeclarados capitalistas ou negociantes, incluído nela o próprio Pereira da Silva.<sup>272</sup>

---

<sup>269</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 277, 8 out. 1856, p. 1; **O Grito Nacional**, Rio de Janeiro, nº 871, 17 out. 1856, pp. 3-4, grifos no original.

<sup>270</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 303, 4 nov. 1856, p. 1, grifos no original; **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 305, 4 nov. 1856, p. 1; **Correio da Tarde**, Rio de Janeiro, nº 254, 3 nov. 1856, p. 3. Um missivista saiu em defesa de Antônio Rogério dos Reis, escrevendo que este havia sido insultado antes da confusão; ver: **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 307, 6 nov. 1856, p. 2.

<sup>271</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 272, 1 out. 1856, p. 1.

<sup>272</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 299, 28 out. 1856, p. 2. Na chapa conservadora estão, em ordem alfabética, Antônio Alves da Silva Pinto, proprietário; Antônio Gomes Netto, proprietário; Antônio Rodrigues Fernandes Braga, proprietário; Francisco Xavier Pereira, capitalista; João Manoel Pereira da Silva, capitalista;

Se a formação das chapas de eleitores indicava o compromisso de articuladores cerrafilas e correligionários com os partidos políticos, a composição das mesas escrutinadoras indicava a adesão de chefes partidários a determinados candidatos.

Embora, como sustentou Fernando Limongi, a legislação conferisse à qualificação de votantes maior poder sobre o resultado eleitoral, as mesas apuravam o resultado e eram controladas pela maioria, com a participação de ao menos dois membros da minoria.<sup>273</sup> Observando a disposição das forças políticas na composição das mesas e na participação de reuniões e de chapas, pude visualizar o funcionamento da mobilização partidária. Em cada eleição, formavam-se duas mesas: num primeiro momento, a mesa paroquial, encarregada do escrutínio de eleitores, e, num segundo momento, a mesa eleitoral, encarregada do escrutínio de representantes políticos.<sup>274</sup>

No primeiro distrito, por exemplo, a mesa paroquial de Sacramento recebeu Luís Antônio da Silva Nazaré como presidente, o mesmo que havia participado da reunião na casa de Siqueira Queirós, com a presença de Ferraz. Antônio José Gonçalves Fontes foi o presidente da mesa de Santo Antônio, o mesmo que apareceu tanto na chapa de eleitores conservadores, ao lado de Limpo de Abreu, Assis Mascarenhas e Bernardo Belisário, quanto na de candidatos conservadores a vereador do Rio de Janeiro em junho de 1856.<sup>275</sup> Nessa mesa também estavam outros dois chefes conservadores: Urbano Sabino Pessoa de Melo e Antônio Maria Navarro de Andrade. Quem presidiu a mesa de Santa Rita foi o fiscal da freguesia, Paula e Souza, o que era acusado pelo *Correio da Tarde* de comprar votos de eleitores em favor dos conservadores. Na mesa, Antônio José Victorino de Barros ladeava com o fiscal, e foi o articulador da candidatura de J. J. Inácio para suplente de deputado. Já a mesa eleitoral do primeiro distrito tinha dois chefes conservadores: Souza Ramos como secretário e Ferraz como escrutinador; o primeiro apareceu na chapa conservadora de Santo Antônio, o segundo compareceu em reunião para compor uma chapa conciliadora.

No segundo distrito o Partido Conservador também buscou arranjar as mesas. A mesa paroquial de Santana era presidida pelo liberal Porfírio José da Rocha, e sem qualquer outro

---

João Batista da Fonseca, capitalista; João Batista Lopes Gonçalves, capitalista; João Pedro da Veiga, capitalista; José Antônio Moreira (visconde de Ipanema), negociante; José de Araújo Coelho, capitalista; José Joaquim Guimarães, capitalista; José Machado Coelho, capitalista; José Viriato de Freitas, capitalista; Luís da Cunha Feijó, médico; Manoel Ferreira de Faria, negociante; Manoel Monteiro da Luz, negociante; Militão Máximo de Souza, negociante.

<sup>273</sup> LIMONGI, Fernando. Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação fraude e violência. **Lua Nova**, São Paulo, n. 91, 2014, p. 40 e passim.

<sup>274</sup> Para a composição das mesas paroquiais, ver: **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 302, 3 nov. 1856, p. 1. E para a composição das mesas eleitorais, ver: **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 332, 3 dez. 1856, p. 1.

<sup>275</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 177, 28 jun. 1856, p. 2.

nome a que podemos associar ao Partido Conservador. Em contraponto, o presidente da mesa do Engenho Velho foi Hadock Lobo, o mesmo que articulou eleitoralmente em Santa Rita a favor dos conservadores. Por sua vez, a mesa eleitoral foi presidida pelo notório ex-saquarema Rodrigues Torres, ladeado pelo mesmo Hadock Lobo.

No terceiro distrito, a mesa paroquial de São José era secretariada pelo conservador Manoel Felizardo de Souza e Melo. E a mesa de Candelária, por Pereira da Silva, candidato pelo mesmo distrito; e teve como escrutinador Antônio Rodrigues Fernandes Braga, que apareceu na chapa conservadora favorável a Pereira da Silva. Na mesa da freguesia da Glória, o político conservador Antônio Pereira Barreto Pedroso esteve como secretário. Já a mesa eleitoral do terceiro distrito foi presidida pelo ministro da Justiça, Nabuco de Araújo, ao lado de Barreto Pedroso, como escrutinador.

E repare-se, disso tudo, que os arranjos eleitorais informados pelos periódicos cariocas concentraram-se em Santana, Lagoa, Sacramento, Glória, Santa Rita, São José, Santo Antônio, Engenho Velho e Candelária. Todas elas freguesias as mais centrais da Corte.

O resultado final foi o seguinte: no primeiro distrito, o diplomata conservador Sérgio Teixeira de Macedo venceu José Pereira Rego, por 54 votos a 50; no segundo distrito, Paranhos venceu Luís Fortunato, por 74 votos a 30; e, no terceiro distrito, Alexandre de Siqueira venceu Pereira da Silva, por 45 a 41.<sup>276</sup> A vitória de Siqueira no terceiro distrito, por ter se dado sobre um notório conservador apoiado – era o que se dizia – pelo governo, foi surpreendente e, por isso, mereceu comemoração. Em 16 de novembro, Alexandre de Siqueira deu um almoço para os eleitores da freguesia da Candelária e de São José, onde compareceram, do lado conservador, Souza Ramos e Justiniano José da Rocha, e, do lado liberal, Souza Franco, Teófilo Otoni, Francisco Otaviano, José Cristino da Costa Cabral, Irineu Evangelista de Souza (barão de Mauá) e Mariano Procópio Ferreira Lage. Brindaram ao imperador, aos votantes e eleitores das duas freguesias, à vitória de Siqueira, e, como que suprimindo a falta de reconhecimento dos conservadores conciliados, à saúde de Justiniano, “que foi vítima de sua dedicação às ideias de seu partido” – falou Otaviano, replicado pelo *Correio Mercantil*.<sup>277</sup>

A composição da nova Câmara passava longe das compostas em 1848 e em 1853, tidas por unânimes ou ao menos predominantemente saquaremas. No entendimento de Francisco Otaviano, um dos liberais eleitos em 1856, “na Câmara nova há 25 dos antigos luzias e mais de

---

<sup>276</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 333, 4 dez. 1856, p. 1.

<sup>277</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 343, 15 dez. 1856, p. 1; e *A Pátria*, Niterói, nº 233, 16 dez. 1856, p. 1.

25 saquaremas independentes, ou dos que não querem chefes dominadores do círculo Torres-Paulino.”<sup>278</sup>

O que se abriu com as eleições de 1856 foi uma disputa política mais concentrada na arregimentação de votantes, apoiadores e correligionários do que na proposição de candidatos. Assim, observando-se apenas o resultado não se poderia saber que a candidatura de Teixeira de Macedo era arranjada por articuladores cerra-filas, como o subdelegado Gabriel de Almeida, e pelos chefes conservadores Hadock Lobo, Joaquim José Inácio e Jerônimo de Mesquita; e que estes dois últimos disputavam entre si a eleição para suplente de deputado. Também não se poderia suspeitar que a vitória acachapante de Paranhos teria ocorrido com o apoio de chefes, como Zacarias de Góis, e pelo controle que ele tinha, como ministro da Marinha, da burocracia estatal, virtualmente dispondo de agentes e funcionários administrativos capazes de articular a seu favor. Não se poderia, ainda, enxergar que a Praça do Comércio dividiu sua adesão a Pereira da Silva e a Alexandre de Siqueira, e que aquele deixou de receber apoio de notórios chefes conservadores como Souza Ramos e Justiniano.

### **2.3: Uma economia política de liberdades e regulações**

Passadas as eleições de 1856, o clima político-partidário fervilhou no campo econômico. Analiticamente, escancara-se a impossibilidade de separar economia e política - para o pavor dos economistas ortodoxos e da econometria, pois, em História, não só os números contam a realidade da subsistência humana, também contam as relações sociais que promovem modos de decidir e disputar poder. Entre 1857 e 1859, a economia transformou-se, exigindo do Partido Conservador a reformulação de seu programa. Os principais traços dessa transformação giraram em torno da estreita relação entre o Estado imperial e o Banco do Brasil.

Refundado em 1853 sob a tutela de Joaquim José Rodrigues Torres, o Banco do Brasil assumiu duas feições, uma privada e outra pública. Privada, porque buscava lucro aos seus acionistas particulares. Pública, porque seu presidente era nomeado pelo imperador e o banco dispunha do monopólio nacional de emitir papel-moeda. O monopólio da emissão abraçava a política do padrão-ouro. Estabelecida em 1846 durante o quinquênio liberal, essa política pareava o mil-réis brasileiro ao preço internacional do ouro, procurando, por um lado, integrar o Brasil ao mercado capitalista cada vez mais mundializado e, por outro lado, valorizar a moeda

---

<sup>278</sup> Carta de Francisco Otaviano de Almeida Rosa para Francisco Inácio Carvalho Moreira, 13 jan. 1857. In: ROSA, Francisco Otaviano de A. **Cartas de Francisco Otaviano...** op. cit., p. 109.

brasileira através do controle cambial. O Banco do Brasil refundado tornou-se para o Estado o administrador da oferta de moeda, algo que otimizava a política do padrão-ouro, visto que a entrada ou saída de ouro do país deveria corresponder à retirada ou provimento de meio circulante.<sup>279</sup> Assim, o cuidado materno que o Estado dava ao Banco do Brasil correspondia à vontade política de avançar sua consolidação enquanto Estado nacional soberano (impondo à nação um papel-moeda cunhado em *seu* banco) e geopoliticamente autônomo mas integrado a outras nações (atrelando a *seu* banco o controle do equilíbrio cambial e da valorização da moeda nacional). Entretanto, governo e Banco não agiam de forma harmoniosa. O primeiro buscava essencialmente fortalecer seu mais amplo e ordinário símbolo nacional, a moeda. O segundo comprometia-se essencialmente com o comércio de dinheiro, mediante operações de empréstimo, emissão e crédito.

A doutrina econômica de soberania nacional formou as bases do programa do Partido Saquarema que seria acolhido e remodelado pelo Partido Conservador a partir de 1857. Sob um relativo consenso entre ministros e parlamentares e com uma silenciosa anuência dos mais circulados periódicos diários cariocas, essa doutrina conduziu, de 1853 a 1856, a economia do Estado.

No início de 1857, tudo mudou. A imprensa liberal da Corte passou a crucificar qualquer medida restritiva vinda do Banco do Brasil. Endurecia as críticas o fato de dois conservadores, Luís Alves (marquês de Caxias) e Rodrigues Torres, ocuparem, respectivamente, a chefia do gabinete e a presidência o Banco do Brasil. Escancarava-se o interesse por maior liberdade de movimentar capitais. Como disse um missivista no *Jornal do Commercio*, “se vai formando com poderosos órgãos na imprensa um partido financeiro e industrial que tomará o campo outrora ocupado pelos interesses e questões políticas”.<sup>280</sup> Para os liberais, o Banco do Brasil tornou-se o judas da vez; e a redenção governamental seria fomentar a abertura de outros bancos e lhes dar autonomia de emissão e de crédito.

Em 4 de maio de 1857, um novo gabinete substituiu o Gabinete da Conciliação. Seu presidente, Pedro de Araújo Lima (marquês de Olinda), nomeou para a pasta da Fazenda Bernardo de Souza Franco, um conhecido defensor da liberdade financeira. Dois dias depois, o

---

<sup>279</sup> ANDRADA, Antônio Carlos R. **Bancos de emissão no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Leite Ribeiro, 1923; LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, pp. 46-48; GAMBI, Thiago Fontelas R. **O banco da Ordem: política e finanças no império brasileiro (1853-1866)**. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, pp. 60, 76 e passim. Sobre o funcionamento do mercado de crédito (letras da terra ou letras de câmbio) antes da refundação do Banco do Brasil, ver: PENNA, Clemente Gentil. **Economias urbanas: capital, créditos e escravidão na cidade do Rio de Janeiro, c.1820-1860**. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019, pp. 92-99.

<sup>280</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 66, 8 mar. 1857, p. 2.

Banco do Brasil elevou sua taxa de descontos a 9%. O *Diário do Rio de Janeiro* não via motivos para tal elevação. A situação financeira do Império lhe parecia nos conformes. Entendeu, por isso, que o Banco “lançava ao novo ministério um solene desafio, um verdadeiro manifesto de guerra.” O deputado Irineu Evangelista de Souza (barão de Mauá) assim também entendeu. Dia seguinte ao aumento da taxa, apresentou na Câmara dos Deputados um requerimento para, em suas palavras, “indagar quais as causas que justificam a marcha da diretoria desse banco”. Era, na verdade, um contra-ataque. Requereu informações sobre a quantidade de emissões do Banco, seu movimento de fundos, os valores mensais cobrados por saques, e outros assuntos que, para um de seus diretores, o deputado conservador José Machado Coelho de Castro (RJ), eram assuntos alheios à ação do Estado por dizerem respeito ao “emprego dos capitais de seus acionistas” – e a diretoria do Banco enrolou indefinidamente a ceder informações.<sup>281</sup> (A decisão do Banco do Brasil de estabelecer uma taxa de descontos a 9%, acima do padrão dos principais bancos estrangeiros mas bem abaixo das casas bancárias privadas brasileiras, tinha por objetivo conter a emissão de notas. A medida atendia a dois propósitos: frear a saída de reservas bancárias para as províncias do Norte, essas que recebiam pagamentos por escravos e bens vendidos às províncias do Sul; e proteger os fundos monetários do Banco do Brasil, para melhor controlar suas emissões.)

Não lhe bastando o requerimento, Irineu lançou outra medida que estressou a situação. Na sessão de 8 de maio, apresentou um projeto para flexibilizar a legislação bancária, permitindo a abertura de mais bancos e a emissão de mais notas. Para combater essa doutrina financeira, o Partido Conservador encontrou em Francisco de Sales Torres Homem a voz mais austera. Entre os partidários da liberdade financeira, “preconizou-se a multiplicidade de bancos de emissão, e a sua liberdade de peias”, iniciou seu discurso na sessão de 12 de junho. Mas o que fizeram foi confundir capital com meio circulante, imaginando “que as emissões bancárias teriam assim a virtude maravilhosa de aumentar os recursos da indústria até onde eles fossem precisos.” E acrescentou:

A instituição de um banco central com caixas filiais nas províncias foi considerada como uma organização de crédito viciosa, incompatível com a liberdade da indústria, que requer a pluralidade de bancos independentes, e com os interesses do comércio, que necessita da concorrência entre eles para obter capitais abundantes e baratos.

Nas restrições impostas pela experiência de todas as nações aos bancos de circulação, e no jogo do seu complicado mecanismo, pelo qual alargam ou encurtam o fio às suas operações pela elevação da taxa dos descontos, não se

---

<sup>281</sup> **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 124, 8 mai. 1857, p. 1; **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 7 mai. 1857, p. 195.

quis ver outras coisas mais do que precauções de uma prudência pusilânime e vexatória do comércio, a quem convém uma expansão contínua.

Todos aqueles que duvidaram da plausibilidade dessa doutrina foram taxados de espíritos retrógrados [...].

O deputado conservador afastou a ideia de que os bancos de emissão criam capital, porquanto apenas “limitam-se a operar sobre os que já existem, nem mais nem menos”. Capitais, desenvolve, “são os frutos exclusivos do trabalho e da economia que os acumula para empregá-los na criação de novos valores. Tiras de papel não possuem a propriedade mágica de improvisar riquezas onde o trabalho as não produziu: na ciência do crédito não há lâmpadas de Aladim. (*Apoiados.*)” Era esse o efeito da emissão de notas sem lastro em metais, ou, em outras palavras suas, “aumenta as artérias da circulação sem aumentar ao mesmo tempo a quantidade dos valores circulantes”. Mas toda política que não oferecesse a liberdade financeira era atacada pelos liberais como política restritiva. “Ora, essas restrições que atacais e que excitam os vossos murmúrios são justamente as restrições tutelares do comércio; elas têm por único fim garantir a permanência do crédito e prevenir as catástrofes...”, arremata.<sup>282</sup> Torres Homem havia passado pelo Tribunal do Tesouro, sob a aba de Carneiro Leão, mas agora estava próximo a Rodrigues Torres, e dito por muitos como pupilo deste em assuntos de economia política. Fez valer esses dizeres na Câmara dos Deputados, descartando a doutrina da autonomia monetária e oferecendo no lugar uma doutrina de centralização e controle monetário. Doutrina essa que a partir de então se tornaria um dos postulados do programa econômico do Partido Conservador.

O raciocínio econômico de Torres Homem ecoou no debate público. Na sessão do dia seguinte, o ministro Souza Franco respondeu ao deputado conservador com argumentos já impressos em seu livro *Os bancos do Brasil* de 1848, acrescentando alguma moderação que seu cargo lhe exigia. “Não entro na questão da singularidade ou da pluralidade de um só ou de muitos bancos; para mim o que é verdade é que os atuais não satisfazem a todas as exigências da situação”, explicou, num jogo de palavras embaralhadas que no fim era claro seu favoritismo à abertura de mais bancos. Disse, ainda, que

os capitais do país não estão todos empregados, não estão esgotados como se tem dito; e, repito, o comércio, que em parte se faz com capitais estrangeiros, não ocupa dos capitais do império senão uma parte que não é muito considerável. O comércio no Brasil não entra em especulações arriscadas que demandem avultados capitais e esgotem os disponíveis.<sup>283</sup>

Seu raciocínio era inverso ao de Torres Homem. Enquanto este via diferenças entre meio circulante, capital comercial e crédito, para Souza Franco capital comercial e crédito eram a

<sup>282</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 12 jun. 1857, p. 235, grifo no original.

<sup>283</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 13 jun. 1857, pp. 250-251.

mesma coisa.<sup>284</sup> Como fossem duas teorias contrapostas, o deputado conservador advogava que o governo deveria dispor de um banco centralizado para regular a quantidade de meio circulante e o fluxo de emissões e crédito, e o ministro liberal sustentava maior autonomia para bancos privados, emissões e crédito.

Essas divergências se alojariam nos salões da Cadeia Velha não fossem os interesses sociais que se lhes estavam por trás.

Com Irineu na Câmara dos Deputados se posicionando mais uma vez favorável à doutrina de autonomia monetária,<sup>285</sup> esses interesses desabrocharam na forma de felicitações. “Grande número de negociantes e capitalistas” da Praça do Comércio da Corte foram visitar o deputado “na sua residência do Catete, para o felicitarem pelo brilhante discurso que pronunciou ontem na câmara dos deputados”, noticiou o *Jornal do Commercio*. “Entendem esses cavalheiros que S. Ex. demonstrou irrecusavelmente a necessidade do desenvolvimento do crédito”, e – continuou – afirmaram com Irineu “a sua aquiescência a essas opiniões.”<sup>286</sup>

Mais formal que isso foram as petições enviadas por câmaras municipais às autoridades provinciais e nacionais demandando a criação de bancos. Paraíba do Sul enviou petição, datada de 3 de janeiro de 1857, ao presidente do Rio de Janeiro informando-lhe que “a única indústria considerável aqui existente é a lavoura, e pode-se quase dizer que limita-se esta exclusivamente a cultura do café, e a outras pequenas indústrias e artes mecânicas conexas à lavoura e por ela sustentadas.” Sinalizando a dificuldade de se conseguir trabalho livre e escravo, querelou que “os braços faltam, e os escravos chegam a um preço tal que o seu trabalho na lavoura não pode mais ser origem de lucro algum para o lavrador”. Dado o fim do tráfico de escravos, isso levaria a lavoura a “uma crise difícil, a qual a solicitude da administração pública poderá, se quiser, muito aliviar, vindo indiretamente em auxílio dos lavradores já por meio dos estabelecimentos de crédito”, transcreve o *Correio da Tarde*.<sup>287</sup>

---

<sup>284</sup> O meio circulante é o capital-dinheiro que, usado nas trocas comerciais, torna mais fluido o comércio de mercadorias. O capital comercial é o que negociantes e produtores concedem uns aos outros mediante a disponibilidade que eles têm de fundos de reserva de seus próprios capitais privados. O crédito é o capital monetário comercializado por capitalistas e banqueiros, operando fora dos limites de fundos de reserva de capitais. Ao distinguir essas formas do capital, Torres Homem talvez procurasse descomplexificar os circuitos monetários para melhor justificar publicamente seu modelo de economia política reguladora. Mas seu juízo regulador deixava escapar a função do crédito como facilitador da circulação de mercadorias e como peça-chave do sistema bancário, significando, para a gente progressista, um senso de refreamento. Ver, também: MARX, Karl. **O Capital, livro 3: o processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017, capítulos 25, 27 e 30.

<sup>285</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 4 ago. 1857, pp. 187-188.

<sup>286</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 214, 5 ago. 1857, p. 2.

<sup>287</sup> **Correio da Tarde**, Rio de Janeiro, nº 108, 11 mai. 1857, p. 1. Assinaram os vereadores Hilário Joaquim de Andrade (barão de Piabanha), João Gomes Ribeiro de Avelar (barão da Paraíba), Martinho Alves da Silva Campos, Aleixo Ferreira Tavares de Carvalho e Simão Dias Reis.



Em meados de 1857, petições foram diretamente enviadas ao imperador. A Câmara Municipal de São Fidelis reclamou da falta de braços, da alta dos salários, de o Banco do Brasil não conseguir financiar a atividade agrícola do município. “Concentrando este banco em si não só o capital circulante existente como o direito de o ampliar, claro está que [...] aplicando com larga mão as operações financeiras, escasseia as comerciais, e, de maneira alguma direta, a agricultura,” lê-se. Por esse motivo, a Câmara foi “suplicar a V. M. Imperial que se digne de lançar suas benéficas vistas sobre a nossa cultura, autorizando a criação de quaisquer bancos, como seja o do proposto pelo cidadão Custódio Teixeira Leite”, publica o jornal *A Pátria*, sem informar a data da petição.<sup>288</sup> Vassouras representou, em 6 de junho de 1857, ao imperador, relatando a falta de braços escravos, a necessidade de imigrantes e o desenvolvimento dos meios de comunicação. Requeria “a conveniência, ou antes a necessidade indeclinável, de serem animadas e aprovadas aquelas empresas bancárias que estiverem nas condições de favorecer e desenvolver o crédito, sem o qual nada podemos fazer”.<sup>289</sup> A Câmara de Itaguaí foi mais direta em seu requerimento, datado de 10 de junho de 1857, pedindo “a V. M. Imperial que se digne aprovar a criação do Banco Comercial e Agrícola que pretende fundar o cidadão Custódio Teixeira Leite.”<sup>290</sup> Em 20 de junho de 1857, foi a vez da Câmara de Nova Friburgo, que além de demandar ao imperador a ampliação do crédito para a agricultura, denunciou que os “capitais que antes da cessação da importação de escravos se achavam aplicados à lavoura foram recolhidos pelos capitalistas, e por eles empregados nas multiplicadas e dispendiosas empresas que nesses últimos anos se têm criado na capital do império”.<sup>291</sup>

As apelações eram lançadas durante os debates sobre política financeira na Câmara dos Deputados, esticando ainda mais o cabo de forças políticas e delimitando melhor os partidários. Os deputados conservadores Torres Homem (RJ), Sérgio Teixeira de Macedo (RJ) e Augusto Frederico de Oliveira (PE) encabeçaram um projeto que propunha limitar a emissão de notas bancárias apenas aos bancos já existentes no país. O *Correio da Tarde*, o *Diário do Rio* e o *Jornal do Commercio* lançaram editoriais criticando o projeto e se posicionaram favoráveis à liberdade financeira. O primeiro jornal apontou que com isso se queria “o desenvolvimento dos

---

<sup>288</sup> **A Pátria**, Niterói, nº 123, 1 jun. 1857, p. 3. Assinaram José Joaquim Gomes Barroso, Alexandrino Teles de Menezes, Eugênio Aprígio da Veiga, Dulfo Dezidério da Silveira Pessanha, José Joaquim Alves da Cunha, Francisco Teixeira de Carvalho e Antônio José Gonçalves Loureiro.

<sup>289</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 166, p. 2. Assinaram os vereadores Caetano Furquim de Almeida, Domiciano Leite Ribeiro, Francisco José Teixeira e Souza, Cristiano Joaquim da Rocha, Antônio José Fernandes, Lourenço Luís de Ataíde e Vicente Porfírio Soares Serpa.

<sup>290</sup> **A Pátria**, Niterói, nº 137, 19 jun. 1857, p. 3-4. Assinaram Manoel José Cardoso, José Luís dos Reis, Ayres Hygino Monteiro Baena, Caetano José Silva Santiago Júnior, Luís José Lopes e Manoel Pereira da Fonseca.

<sup>291</sup> **A Pátria**, Niterói, nº 180, 10 ago. 1857, p. 3.

chamados privilégios do Banco do Brasil e o veto à criação de mais bancos nesta capital e nas províncias”. O segundo revelou que se decretava “guerra à liberdade de crédito, guerra ao comércio e à indústria do país, guerra ao progresso material do país.” O terceiro, despindo-se de sua habitual moderação político-partidária, culpou o gabinete de ter demorado a aprovação de novos bancos, e que, por isso, os partidários da regulação financeira agiram “arrancando ao governo e transferindo para o corpo legislativo o direito de autorizar associações bancárias que projetem servir-se do seu crédito.”<sup>292</sup>

Após os trabalhos da Câmara se encerrarem em setembro, com o ministro da Fazenda tendo ali se limitado a responder adversários e concordar com apoiadores, o Brasil foi envolvido pela sombra de uma crise econômica mundial.<sup>293</sup> Em outubro, os jornais diários cariocas anunciaram de pronto que o Banco de Ohio tinha suspenso os pagamentos aos seus clientes; era como que um anúncio de bancarrota.<sup>294</sup> Em dezembro, chegavam ao Brasil notícias sobre o estado financeiro da Europa e dos EUA: os bancos da Inglaterra e da França promoveram uma política de proteção, elevando a taxa de descontos a 10%; em Hamburgo, essa taxa foi a 9,5%, em Viena, a 12%, e, em Nova Iorque, a 16%. Isso para impedir a saída de metais da Europa para os EUA, informou um correspondente do *Jornal do Commercio*. Nos EUA, noticiou, “quase todos os bancos suspenderam o pagamento das suas notas em ouro.” Desencadeou-se, com isso, “a falência de novecentas casas comerciais em New York”, contabilizou. Esse pernicioso efeito em cadeia ocorreu, na opinião do correspondente, porque “nenhum banco tem havido nos Estados Unidos com caráter nacional, ou incorporado por autoridade federal”. Havia lá um sistema bancário descentralizado: “Os bancos são constituídos segundo as leis locais dos Estados em que funcionam, e como consequência dessa tão circumsrita esfera de operações,

---

<sup>292</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 24 jul. 1857, p. 89; **Correio da Tarde**, Rio de Janeiro, nº 168, 24 jul. 1857, p. 2, grifo no original; **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 202, 26 jul. 1857, p. 1; **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 205, p. 2.

<sup>293</sup> A crise foi impulsionada pelos efeitos da Guerra da Crimeia (1854-1856), com o fim da qual os preços internacionais de cereais abaixaram devido ao retorno do fornecimento russo e de outras regiões que haviam minguido sua produção durante a guerra. O efeito dessa queda de preços desanuviou a especulação dos financiamentos de terras e das ações de estradas de ferro da Califórnia, negócios esses que tinham sido altamente insuflados devido à valorização da produção de cereais do lado de cá do Atlântico. O efeito dessa especulação fez os bancos de Londres, a mais larga artéria monetária ocidental, reter moeda metálica em seus cofres, gerando, como consequência, o aumento das taxas de juros nos EUA. Sobre a crise de 1857, ver: KINDLEBERGER, Charles P.; ALIBER, Robert Z. **Manias, Panics, and Crashes: a History of Financial Crises**. New Jersey: Wiley, 2005, pp. 111-112 e passim; HUSTON, James L. **The Panic of 1857 and the Coming of the Civil War**. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1987, pp. 14-65; CALOMIRIS, Charles W.; SCHWEIKART, Larry. **The Panic of 1857: Origins, Transmission, and Containment**. **The Journal of Economic History**, Cambridge, v. 51, n. 4, 1991, pp. 807-834; VILLA, Carlos Eduardo V. **Ao longo daquelas ruas: a economia dos negros livres em Richmond e Rio de Janeiro, 1840-1860**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, pp. 196-307.

<sup>294</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 284, 17 out. 1857, p. 1; e HUSTON, James L. **The Panic of 1857 and the Coming of the Civil War**... op. cit., pp. 14-15.

são quase todas instituições pequenas e geralmente fracas”, asseverou. Não bastando isso, “na maior parte dos Estados a lei é a simples convertibilidade, isto é, os bancos emitem notas até a quantia que querem, com a obrigação legal de pagá-las à vista”, argumentou,<sup>295</sup> mostrando que funcionava nos EUA um sistema de liberdades bancária e de emissão que então se pressionava para implantar no Brasil.

A crise não chegou ao Brasil como se esperava, ou seja, desequilibrando o comércio de café com os Estados Unidos (o maior comprador do café brasileiro), pois tal comércio era grandemente pago em Londres. A crise chegou com a pressão dos bancos ingleses sobre negociantes brasileiros, cobrando suas dívidas e comprimindo seus prazos de pagamento. O Banco do Brasil respondeu à situação suspendendo os pagamentos em metais, mas não conseguiu conter a saída de ouro do país. Essa saída desvalorizou o câmbio. E, juntamente com a demanda externa por outros produtos brasileiros, as exportações de café caíram de 2.099.780 sacas em 1857 para 1.830.438 sacas em 1858. Como se pode ver com essa queda de 12,8% nas exportações de café no intervalo de um ano econômico, os efeitos da crise no Brasil foram arrastados para o ano seguinte. E não só sentidos na produção de café, como também na falência de empresas, com 49 quebras em 1857, e 90 em 1858.<sup>296</sup>

O Estado teve de sair em socorro dos negociantes. Em fins de 1857, o governo brasileiro buscou auxiliar os negócios aumentando os fundos do Banco do Brasil com notas do tesouro e permitindo-lhe elevar as emissões ao quádruplo de suas reservas. Não resolveu a crise e desvalorizou o câmbio pelo excesso de emissões. Tendo de apadrinhar a casa bancária Mauá, MacGregor & Cia., de Irineu Evangelista, garantiu a ela o aumento de seus fundos mediante quatro saques em Londres no valor total de 810 mil libras, na tentativa de reverter a desvalorização cambial. Essa proteção do governo ao Banco Mauá, embora com intuito de proteger as transações comerciais, promoveu, nos dizeres de Carlos Gabriel Guimarães, “a agiotagem das ações de empresas”.<sup>297</sup> A Praça do Comércio da Corte era só encantos com essa medida. Fez publicar, no *Correio Mercantil*, um voto de agradecimento ao ministro da Fazenda (Bernardo de Souza Franco): “tendo na maior consideração o zelo e a solicitude com que V. Ex. atendeu às necessidades do comércio na difícil conjuntura”, lê-se, “[a Praça] tem a maior

---

<sup>295</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 342, 13 dez. 1857, p. 1.

<sup>296</sup> VILLA, Carlos Eduardo V. **Ao longo daquelas ruas...** op. cit., pp. 296-303; e GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O império e o crédito hipotecário: o estudo de caso do Banco Commercial e Agrícola, 1858-1861. **Anais do I Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico**. São Luís: UFMA, 2013, pp. 15-23.

<sup>297</sup> GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O império e o crédito hipotecário... op. cit., pp. 23-25; GAMBI, Thiago Fontelas R. **O banco da Ordem...** op. cit., pp. 259-264.

satisfação em declarar-se convicta de que V. Ex. apreciando profundamente os verdadeiros interesses do país, desvela-se por auxiliar o comércio e desenvolver seus recursos.”<sup>298</sup>

Desde que o Gabinete 4 de Maio (de 1857) subiu ao poder, Justiniano José da Rocha, que se desligara da chefatura do Partido Conservador mas que não deixava de defender publicamente suas doutrinas, desconfiou das intenções de um gabinete misto. “Ora, o Sr. Souza Franco e seus copartidários blasonam de *liberais*, atordoam todos os ouvidos com os seus pregões de liberalismo. / Como com eles está o Sr. marquês de Olinda, não sofre dúvida nenhuma que o ministério se apregoa liberal”, criticou, nas páginas de seu novo periódico, o *Três de Maio*, provocando o ministro da Fazenda (Souza Franco) e o presidente do gabinete (Pedro de Araújo Lima).<sup>299</sup> Foi Justiniano quem denunciou publicamente a cobertura financeira que o governo deu ao Banco Mauá.<sup>300</sup> “Não foi a crise, pois, que nos reduziu ao estado em que nos achamos: foram as falsas doutrinas; foram os erros do Sr. Souza Franco”, escreveu também. Dizia não ter sido difícil prever que as teorias financeiras liberais dariam em:

1º, em lugar de aumento da circulação, um decrescimento de 5.000:000\$ [...]; 2º, em lugar de baixa, a elevação da taxa dos descontos, e o reinado do papel-moeda; 3º, em lugar da alça das ações das companhias industriais, a depressão de todas elas; 4º, em vez de facilidade ao comércio, o aperto e apuros que estão sofrendo todos os grandes mercados do Império; a subida do preço de todos os objetos necessários à vida, a perturbação de todas as transações, a desconfiança, o desaparecimento dessa lealdade comercial que constituía o timbre da praça do Rio de Janeiro.<sup>301</sup>

O que o peso individual da pena ácida de Justiniano não pôde sustentar foi compensado pelos mais de trinta opositores ao gabinete na Câmara dos Deputados. Mediante o Voto de Graças feito na sessão de 7 de julho de 1858, mediu-se a confiança dos deputados ao governo. Dos 118 deputados que compunham a Câmara, votaram 101: 66 favoráveis ao governo; 35, contra.<sup>302</sup> Este quase-um-terço de deputação aglutinou-se exclusivamente contra a política econômica de Souza Franco. Desde gente que havia feito oposição à reforma judiciária de Nabuco de Araújo em 1854, como Cândido Mendes de Almeida (MA) e Joaquim Otávio Nebias (SP). De gente que havia feito oposição ao Gabinete da Conciliação em 1855, como Manoel de Mendonça Castelo Branco (AL), Antônio Cândido da Cruz Machado (MG) e Joaquim José Pacheco (SP). De gente que havia feito oposição ao gabinete Rodrigues Torres em 1853 e apoiado o Gabinete da Conciliação em 1855, como Miguel Fernandes Vieira (CE), Raimundo

<sup>298</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 59, 3 mar. 1858, p. 1. A Associação Comercial de Pernambuco também expressou seus agradecimentos a Souza Franco, tornando-lhe sócio honorário e emoldurando seu retrato numa das salas da Associação em Recife. Ver: **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 57, 28 fev. 1858, p. 1.

<sup>299</sup> **Três de Maio**, Rio de Janeiro, nº 58, 5 set. 1858, p. 2, grifo no original.

<sup>300</sup> **Três de Maio**, Rio de Janeiro, nº 5, 13 mai. 1858, p. 2.

<sup>301</sup> **Três de Maio**, Rio de Janeiro, nº 4, 11 mai. 1858, p. 1.

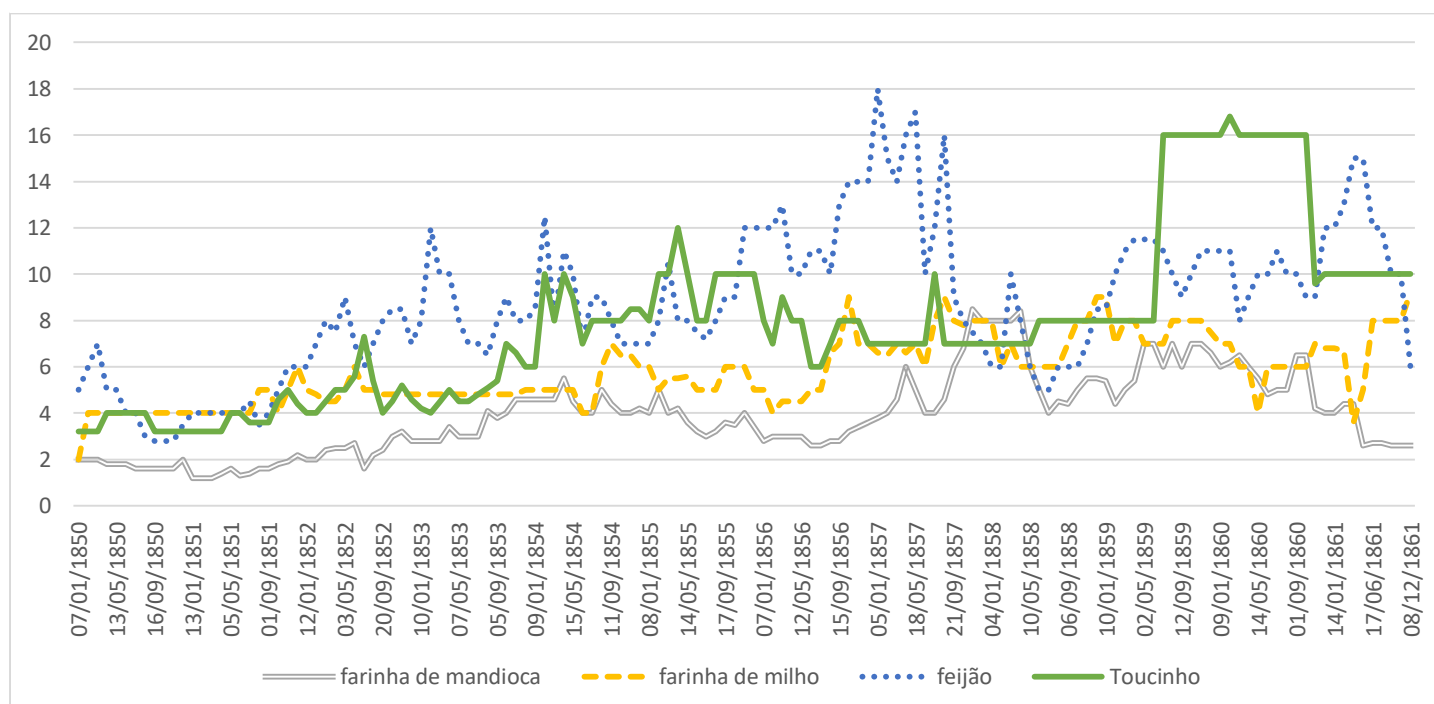
<sup>302</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 7 jul. 1858, p. 72.

Ferreira de Araújo Lima (CE) e Augusto Frederico de Oliveira (PE). De gente que havia sido fiel àqueles dois gabinetes em 1853 e 1855, como Luís Antônio Barbosa (MG) e Antônio Gabriel de Paula Fonseca (MG). Acrescidos dos deputados pelo Rio de Janeiro Teixeira de Macedo e Torres Homem, que duelaram contra o gabinete através de emendas parlamentares que visavam coibir a política de autonomia monetária. Aqui temos, portanto, grande parte dos deputados mais fiéis à doutrina econômica do Partido Conservador.

Enquanto a crise financeira de 1857 cimentou a doutrina da centralização e regulação financeira como uma das bases do programa econômico do Partido Conservador, outra crise deu o arremate desse programa. Foi a crise de abastecimento alimentício que embruteceu a vida dos pobres na Corte.

### GRÁFICO 1

Preço dos principais gêneros de subsistência, cidade do Rio de Janeiro (1850-1860)



Fontes: **Jornal do Commercio**; **Correio Mercantil**.

Desde 1853, houve, na cidade do Rio de Janeiro, carestia de alimentos em todo fim de ano. E, como se pode ver no gráfico 1, houve aumento nos preços dos principais gêneros de subsistência (carne vermelha, feijão e derivados de milho e de mandioca), principalmente entre 1853 e 1861.<sup>303</sup> Têm-se, com isso, o preço, em mil réis, do saco de feijão, do saco de farinha de

<sup>303</sup> Os produtos aqui selecionados correspondem aos gêneros de subsistência mais ordinários da dieta dos cidadãos à época, baseando-se nos estudos de Katia Mattoso sobre o padrão de vida na Bahia, e de Eulália Maria L. Lobo

milho, do saco de farinha de mandioca e da arroba do toucinho ou lombo de porco, entre os anos de 1850 e 1861. A partir de meados de 1851 os preços subiram gradualmente, com a elevação considerável do preço do feijão, que passou a oscilar durante toda a década de 1850 sem retornar ao preço de 4\$000 réis (quatro mil réis) o saco, e com o pico de 18\$000 réis em janeiro de 1857. O mesmo ocorreu com a farinha de mandioca, saindo de aproximados 2\$000 réis o saco em 1851 para alcançar 8\$000 réis em janeiro de 1858. O preço da farinha de milho manteve uma relativa constante de cerca de 4\$000 réis o saco até 1854, para, daí em diante, oscilar para mais de 5\$000 réis. O toucinho ou lombo de porco encareceu consideravelmente após 1853, saindo de aproximados 4\$000 réis a arroba para variar em torno de 8\$000 réis a partir do ano seguinte, alcançando uma alta constante de 16\$000 réis entre meados de 1859 a dezembro de 1860. Além disso, nota-se que, em 1861, os preços da farinha de mandioca e do feijão tenderam a retornar ao praticado em 1850, enquanto que o toucinho/lombo de porco e a farinha de milho mantiveram-se em alta.

Isso pode ser lido como um tendencial aumento no custo de vida do Rio de Janeiro, causado por forte inflação, provavelmente devido ao estímulo regional ao cultivo do café que assim retardou a produção de gêneros alimentícios - como notou Eulália Maria Lobo. Esse crescente custo de vida foi refletido no aumento de desempregados no Rio, mais que triplicando entre 1850 e 1856, podendo ser parcialmente explicado pelo fim do tráfico transatlântico de escravos somado à causa inflacionária – quem demonstra é Carlos Eduardo Villa.<sup>304</sup>

O que as análises sobre o padrão de vida na Corte não alcançam é o modo de vida dos cidadãos subalternos. Um modo de vida que fora endurecido, por exemplo, após a transferência do matadouro da praia de Santa Luzia para São Cristóvão em agosto de 1853: desagradando os carneiros (abatedores) com a maior distância entre suas casas e o novo trabalho, os açougueiros que perdiam suas barracas de venda ao redor do antigo prédio, os carroceiros que teriam de percorrer maiores trajetos; e permitindo o monopólio dos negócios aos atravessadores, que comprariam à vista as reses de marchantes (boiadeiros ou tropeiros) de

---

sobre o padrão de vida na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, considerei o toucinho/lombo de porco no lugar, por exemplo, da carne seca, por melhor corresponder à crise de abastecimento e por envolver Minas Gerais. Ver: MATTOSO, Kátia de Queirós. **Bahia, século XIX. Uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, pp. 455-467; e LOBO, Eulália Maria L. et al. Evolução dos preços e o padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, out./dez. 1971.

<sup>304</sup> LOBO, Eulália Maria L. et al. Evolução dos preços e o padrão de vida no Rio de Janeiro... op. cit., pp. 241 e 251; LOBO, Eulália Maria L. **História do Rio de Janeiro...**, vol. 1... op. cit., p. 236; VILLA, Carlos Eduardo V. **Ao longo daquelas ruas...** op. cit., pp. 231-242. Sobre o padrão de consumo no Brasil, Rodrigo Goyena Soares fez uma análise para a década de 1870, concluindo haver uma “relativa igualdade de renda” entre os subalternos livres, apesar de sua renda arrochada para o consumo de gêneros e produtos básicos. Ver: SOARES, Rodrigo Goyena. Estratificação profissional, desigualdade econômica e classes sociais na crise do império. Notas preliminares sobre as classes imperiais. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 41, mai./ago. 2019, p. 463 e passim.

Minas, e adiantariam o pagamento do serviço dos carneiros para comercializar a carne em seus próprios açougues ou venderiam aos açougueiros da cidade por preços mais altos que os antes praticados. Esse sistema do *laissez faire*, ou, nos termos de Edward Palmer Thompson, esse sistema que distribui perdas e ganhos com escancarada parcialidade, era cada vez mais incorporado, na cidade do Rio de Janeiro, pelas relações de propriedade e poder, abrangendo os negócios de arroz e feijão, bacalhau, carne fresca, charque e toucinho, e farinha de trigo, e mandioca, e pão, e aluguéis, e oferta de trabalho.<sup>305</sup>

Para as autoridades, e particularmente para os conservadores, o resultado mais temeroso de uma situação de míngua econômica era a agitação popular, pois colocaria em xeque a ordem social. E o resultado se fez.

Em 11 outubro de 1854, com os conservadores conciliados no poder, estourou a greve dos operários do arsenal da Marinha. Artífices, mecânicos, carpinteiros e jornaleiros (diaristas) exigiram que o governo aumentasse seus salários, já que a situação inflacionária na Corte refletia “a insuficiência ou a mesquinhês dos jornais que percebem estes homens, e que não estão talvez em harmonia com suas necessidades”, alertou o *Diário do Rio*, significando *jornal* o valor da jornada diária de trabalho. Não tendo havido esse aumento e com o governo lhes atrasando o salário, as lideranças organizaram uma parede: “colocaram-se nas proximidades do arsenal às *horas do ponto*, e tomaram as avenidas,” escreveu.<sup>306</sup> Para colocar ordem na casa, o inspetor do arsenal, Joaquim Marques de Lisboa, anunciou-lhes o pagamento do salário atrasado. Mas era uma arapuca. Reunidos alguns num salão, foram ali trancados, e declarada suas prisões. Os outros trabalhadores, explicou *O Repúblico*, “representaram que o crime era de todos, e que pois todos deviam ter a mesma sorte.” Desse compartilhamento da igualdade de injustiça de quem ladeava no dia a dia do trabalho, explicou, “resultou a prisão de todos os operários, velhos, moços, casados, solteiros, e neles até dois oficiais da guarda nacional”. Essa situação de injustiçamento e solidariedade condenou 276 trabalhadores à prisão.<sup>307</sup>

---

<sup>305</sup> Sobre o matadouro de Santa Luzia e as novas relações comerciais e de poder após sua transferência, ver: **O Velho Brazil**, Rio de Janeiro, nº 1728, 6 out. 1853, pp. 2-3; nº 1730, 11 out. 1853, pp. 2-3; e **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 267, 5 out. 1853, p. 2. Sobre a dependência da Corte para com Minas Gerais no abastecimento interno, ver: LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação...** op. cit.; e PAIVA, Clotilde Andrade; RODARTE, Mario Marcos S. Dinâmica demográfica e econômica (1830-1870). In: RESENDE, Maria Efigênia L.; VILLALTA, Luiz Carlos. **História de Minas Gerais: a província de Minas, vol. 1**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013, pp. 271-293. Sobre a crítica à doutrina liberal do capitalismo, ver: THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa, vol. 2: a maldição de Adão**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012, p. 37.

<sup>306</sup> **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 280, 13 out. 1854, p. 2, grifos no original.

<sup>307</sup> **O Repúblico**, Rio de Janeiro, nº 107, 18 out. 1854, p. 1.

Em 1858 foi a vez dos tipógrafos. Esses, que faziam o trabalho de composição, revisão e impressão dos periódicos *Jornal do Commercio*, *Correio Mercantil* e *Diário do Rio*, entraram em greve por motivos similares aos dos operários da Marinha. Já haviam passado por um arrocho alimentício em dezembro de 1855, mas então conseguindo um aumento salarial. Em janeiro 1858, com uma nova carestia de alimentos e o aumento dos aluguéis, não conseguiram o mesmo negociado – afinal, a atenção patronal estava na crise financeira que abatia sobre seus créditos. E pararam. Eram 80 ao todo. Organizaram-se em torno da Associação Tipográfica Fluminense, lançaram jornal próprio (*Jornal dos Typógraphos*) e requereram publicamente junto ao imperador a justa consideração de suas causas.<sup>308</sup> Uníssonos, os três jornais empregadores publicaram, em 10 de janeiro, o mesmo editorial incriminador. “Há alguns dias os empregados do gás ameaçaram deixar a cidade sem iluminação; a repercussão desse primeiro movimento acaba de se fazer sentir no jornalismo; é de crer que ela se estenda e se desenvolva se a energia com que procuramos reprimi-la não achar apoio nas autoridades”, escreveram, revelando ainda que os empregados da iluminação pública haviam ameaçado greve, algo sobre o qual a imprensa esteve em silêncio.<sup>309</sup> Essas greves demonstraram que um problema de escassez e sobrevivência para os *de baixo*, era, para as classes *de cima*, questão de polícia.

Liberais e conservadores esforçaram-se para resolver essa crise que tempestuava os subalternos. Limitaram-se às barrigas: o problema chegado era de falta de alimentos. No debate público, os conservadores pareciam mostrar-se mais atentos a esse problema do que os liberais. Na Câmara dos Deputados, enquanto Irineu Evangelista orava sua repetida ladainha por créditos, o conservador estreante Jerônimo José Teixeira Júnior (RJ) alertava-o que “nessas épocas que se dá a carestia de todos os gêneros e as dificuldades monetárias; [...] inquestionavelmente o pobre precisa mais dos seus pequenos capitais do que os grandes capitalistas. (*Apoiados*).”<sup>310</sup> Alguns dias depois, outro deputado conservador, Inocêncio Marques de Araújo Góis (BA), relatou que, em 1º de março daquele ano, a sessão da Câmara Municipal de Salvador foi agitada com a presença de povo, que, logo em seguida, se amotinou nas ruas, fazendo exigências “em relação com a carestia que flagelava a província e todo o Império”, explicou, acrescentando que, não fossem as autoridades soteropolitanas, o motim “poderia ter comprometido gravemente a ordem pública.”<sup>311</sup>

---

<sup>308</sup> VITORINO, Artur José E. Escravismo, proletários e a greve dos compositores tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 6, n. 10/11, 1999.

<sup>309</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 8 10 jan. 1858, p. 1.

<sup>310</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 22 mai. 1858, p. 86, grifo no original.

<sup>311</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 1º jun. 1858, p. 14.



Vinha de meados de 1857 a pressão dos parlamentares conservadores ao governo por uma solução. Na Câmara, o ministro Souza Franco explicou que não havia nada a fazer que o governo já não vinha fazendo. Jogando a bola para um confuso escanteio, apontou que as causas da inflação dos víveres eram a “baixa do valor do ouro”, “a diminuição da população trabalhadora” e as “dificuldades dos transportes”. E concentrou-se, depois, em dizer que a população se queixava era “contra a alta do juro” e que, pois, se deveria “suprir de crédito estabelecimentos apropriados, [...] e sobretudo a indústria agrícola, que é a principal fonte de riqueza do império. (*Apoiados*).”<sup>312</sup> Esse discurso alienado foi rebatido pelo conservador fluminense Paulino Soares de Souza, o filho: “o crédito não é a alavanca maravilhosa com que se pode evitar ou afastar as dificuldades econômicas”. Continuou dizendo que o crédito é “um instrumento que facilita e ativa o movimento dos capitais, que não os faz nascer, e que se desenvolve à medida que os capitais aparecem, acumulados pelo trabalho e pela economia.” O trabalho era a atividade produtiva do assalariado e do escravo; a economia era o capital do senhor e, logo, o tesouro do país. Seguindo tento, o deputado conservador atacou a alta dos salários, que “[embarça] em si e em seus efeitos o desenvolvimento da riqueza, e tudo tende então a encarecer. (*Apoiados*). / Reconheço, Sr. presidente, que o elevado preço dos salários tem concorrido muito para fazer subir o valor das subsistências”, explicou, esquecendo-se de que embora os salários tenham se elevado a alta dos alimentos básicos e o desemprego apresentavam índices ainda maiores. Mas, para um conservador como Paulino, o salário correspondia

ao juro dos capitais empregados em escravos, capitais que podem ser considerados diminutos em relação ao juro, isto é, aos serviços prestados. Uma das vantagens, a única talvez, do trabalho escravo entre nós foi o insignificante salário que pagavam os nossos lavradores, salário pouco superior, senão igual, ao dos países em que o salário é mais barato.<sup>313</sup>

(Nessa lógica, trabalho bom era trabalho escravo.) A linha discursiva do deputado conservador se encontrava com a de Torres Homem – sobre as emissões bancárias –, e o que se tecia com essas duas linhas, e com a linha de outros tribunos conservadores menos aguerridos na oposição, e com a de Justiniano no *Três de Maio*, e com a de missivistas que afamavam nos jornais diários os discursos daqueles tribunos, e com a de negociantes da Praça do Comércio e diretores do Banco do Brasil que comungavam ideias com todos esses conservadores; o que se tecia era um tecido instrutivo (uma doutrina) que arquitetou o programa econômico do Partido Conservador. O programa herdava a política saquarema de valorizar a moeda nacional para fortalecer a soberania brasileira. Era remodelado ao propor como política econômica de Estado

<sup>312</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 13 jun. 1857, p. 249, grifo no original.

<sup>313</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 17 jul. 1857, p. 20, grifo no original.

a centralização bancária e a regulação das emissões para controlar a massa de meio circulante e o fluxo do crédito, visando com isso o equilíbrio cambial. E era coroado com o princípio do enriquecimento pelo trabalho e pelo entesouramento; o trabalho enquanto produtor da riqueza nacional, e o entesouramento enquanto a soma de capitais privados que compõe a fortuna do país.

Pronto o programa, bastava aplicá-lo. Oportunidade veio em fins de 1858. A pressão dos opositores por uma resposta bem-sucedida à crise financeira, os desacertos do ministro da Fazenda – seja pela falta de entendimento trazida pelo ineditismo da crise, seja pela convicção doutrinária na solução liberal –, a desconfiança do imperador com a política econômica de Souza Franco, e a nomeação de um conservador ligado ao triunvirato saquarema para a presidência de Pernambuco (Manoel Felizardo) levaram à queda do Gabinete Olinda.<sup>314</sup> Em 12 de dezembro de 1858, subiu um gabinete conservador: Antônio Paulino Limpo de Abreu (visconde de Abaeté) assumiu a presidência do gabinete e a pasta da Marinha, Sérgio Teixeira de Macedo, a pasta do Império, Nabuco de Araújo, a pasta da Justiça, José Maria da Silva Paranhos, a pasta dos Negócios Estrangeiros e, interinamente, a pasta da Guerra. E a Torres Homem foi dada a sobrevalorizada pasta da Fazenda.<sup>315</sup>

Dias depois da troca ministerial, o *Jornal do Commercio* publicou um comunicado intimidatório. Começou por dizer que havia na “classe comercial” dois grupos distintos: “há os homens que se ocupam das transações legítimas e regulares, a que um governo sério deve prestar todo o apoio e proteção; há os homens que, primeiro de tudo, buscam fortunas rápidas nos contratos aleatórios e nas especulações temerárias sobre fundos.” O primeiro, continuou, “que abrange a máxima parte do corpo comercial, não se assusta decerto com as teorias sensatas do novo ministro [Torres Homem].” Esse grupo “têm tudo a ganhar e nada a perder com o predomínio dos princípios de ordem econômica”, esclarece. Já os que apregoam “a anarquia do crédito”, “as desordens da circulação” e “as vacilações do câmbio”, esses, avisa com rigor, “não têm que esperar coisa alguma do atual ministro, assim como o ministro não espera, nem procurará jamais a sua adesão, incompatível com os grandes interesses da sociedade, e com a dignidade do governo.”<sup>316</sup> Para o *Correio Mercantil* e o *Correio da Tarde*, o autor do comunicado era o próprio ministro da Fazenda (Torres Homem). E tanto o era que os

---

<sup>314</sup> NABUCO, Joaquim. **Um estadista do império, vol. 1...** op. cit., pp. 384-385.

<sup>315</sup> JAVARI, Barão de. **Organização e programas ministeriais...** op. cit., pp. 119-120. O imperador primeiro chamou para formar gabinete Eusébio de Queirós, com apoio de Paulino Soares de Souza, que recusaram o convite. Demonstrando, portanto, se não a desconfiança da lide liberal com a situação econômico-financeira do país, ao menos a crença de que os conservadores mais puritanos seriam os mais capazes. Ver a nota do imperador em: ALMEIDA, Tito Franco de. **O conselheiro Francisco José Furtado...** op. cit., pp. 90-91, nota 43.

<sup>316</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 347, 18 dez. 1858, pp. 1-2.

comunicados do *Jornal do Commercio* em defesa da política econômica do governo se tornaram frequentes, que os jornais opositores passaram a fazer interlocução com esses comunicados considerando a autoria do ministro, e que o *Jornal do Commercio* não a negou, apenas limitando-se a dizer que vendia o espaço a quem quisesse por ele pagar.

Para os conservadores, arrazoado não seria se o ministro ficasse somente nas ações discursivas. Foi então que, aberta a Casa temporária, Torres Homem apresentou, em 15 de junho de 1859, um projeto que resumiu as ideias econômicas do governo. Através dele, propôs a conversão de notas bancárias em ouro, a restrição de emissões dos bancos em funcionamento, a limitação ao Banco do Brasil como o único banco para resgate de títulos do Estado e a atribuição ao Poder Legislativo de autorizar a criação de novos bancos.<sup>317</sup>

Na Praça do Comércio do Rio de Janeiro foi um rebuliço. Dia seguinte, 120 negociantes pediram a convocação de uma reunião extraordinária. Exigiram da comissão da Praça uma petição contra as medidas do ministro da Fazenda.<sup>318</sup> Reunida a comissão em 17 de junho, decidiu-se convocar uma assembleia geral. Mas as divergências eram tão grandes que, entre os comissários, “sete membros contra dois sustentam em todas as suas partes o projeto ministerial como o único meio possível de levantar um dique à inundação do papel-moeda”, e três membros pediram demissão, informou o *Jornal do Commercio*.<sup>319</sup> Ainda outros 80 negociantes da Praça não sustentaram o posicionamento contra o projeto Torres Homem. Esses não eram os que se deixaram “arrebatar pelas declamações contínuas daqueles que na praça, nas ruas, nas lojas, nos cafés etc., não cessam de lançar toda a sorte de baldões contra o ministério e suas ideias”, opinou, no *Jornal do Commercio*, um missivista afeito ao projeto.<sup>320</sup> Em 21 de junho, reuniu-se a assembleia geral dos negociantes da Praça. Com cerca de 200 representantes e a diretoria, decidiram, após mais de duas horas de discussão, encaminhar uma representação à Câmara dos Deputados,<sup>321</sup> com teor quase bélico: “Ou os poderes políticos do Estado hão de respeitar as sociedades bancárias como elas estão constituídas, ou hão de decretar a sua dissolução, se assim o pedirem os interesses públicos.”<sup>322</sup>

Os comissários de café da Praça do Comércio da Corte enviaram uma representação à parte. Eram 48 firmas que facilitavam crédito, administravam débitos e atendiam as necessidades mais vitais do empreendimento cafeeiro, como o fornecimento de alimentação e

---

<sup>317</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 15 jun. 1859, p. 135.

<sup>318</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 165, 16 jun. 1859, p. 1.

<sup>319</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 168, 19 jun. 1859, p. 1.

<sup>320</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 167, 18 jun. 1859, p. 1.

<sup>321</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 171, 22 jun. 1859, p. 1.

<sup>322</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 167, 18 jun. 1859, p. 1.

vestuário à escravaria dos fazendeiros seus clientes. Expuseram que “os pobres sofrem, como por toda a parte, com a elevação do preço dos gêneros de primeira necessidade”, lê-se na petição publicada no *Jornal do Commercio*. “Daí, não de outras causas, a grande carestia desses gêneros, da qual se forma um dos capítulos de acusação contra os bancos de emissão, para angariar simpatias em favor de medidas de impossível justificação”, concluíram.<sup>323</sup>

Alguns acionistas do Banco do Brasil também exigiram uma reunião extraordinária para tratarem contra a medida do ministro da Fazenda. Ocorrida em 4 de julho, a reunião foi presidida pelo senador liberal José Pedro Dias de Carvalho (MG) e contou, de acordo com o periódico *A Actualidade*, com manobras de Rodrigues Torres, que “dilatou o mais possível a reunião”, e de João Manoel Pereira da Silva, que fez o possível para “obter dos acionistas seus votos a favor do projeto ou pelo menos para conseguir dos mais recalcitrantes que não comparecessem à reunião.”<sup>324</sup> Apesar disso, aprovou-se, por 474 votos a 135, uma representação contra o projeto Torres Homem, apontando que sua aprovação violaria o estatuto do Banco do Brasil e traria “graves embaraços para o banco e grande prejuízo aos seus acionistas”, lê-se no *Jornal do Commercio*.<sup>325</sup> Também os acionista do Banco da Bahia lançaram sua representação contra o projeto financeiro do governo. Argumentaram, dentre outras coisas, que “o projeto do governo tende ao impossível, porque ainda que possa o banco da Bahia vencer os grandes sacrifícios e prejuízos com que tem de lutar para a aquisição da moeda de ouro, não está em suas mãos conservá-la no mercado, porque o único meio seguro para isso é aumentar a produção e diminuir a importação”, lê-se, ainda.<sup>326</sup>

Que o projeto Torres Homem não foi bem aceito fica evidente com a pressão de um tanto de capitalistas da Corte, ainda que outro tanto lhe tenha anuído. Mas com os conservadores no poder, era preciso apresentar o projeto aos deputados para medir sua aceitação, pois também se tratava de medir a aceitação do programa econômico do Partido Conservador, ou melhor, de, na Câmara, delimitar quem, agora – em fins da década de 1850 -, se correligionava ao Partido Conservador, e quem lhe fazia oposição.

A votação ocorreu em 8 julho de 1859. Dos 118 deputados, votaram 111, excluindo-se o presidente da Câmara e 6 que se ausentaram. 61 votaram favoráveis, 50, contrários. Entre a maioria apoiadora da política econômica ministerial estavam aqueles que declararam sua desconfiança ao Gabinete Olinda no Voto de Graças de 1858: Nebias (SP), Castelo Branco

---

<sup>323</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, nº 196, 17 jul. 1859, p. 1.

<sup>324</sup> *A Actualidade*, Rio de Janeiro, nº 34, 6 jul. 1859, p. 3.

<sup>325</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, nº 185, 6 jul. 1859, p. 1.

<sup>326</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, nº 194, 15 jul. 1859, p. 1.

(AL), Cruz Machado (MG), Pacheco (SP), Fernandes Vieira (CE), Raimundo de Araújo Lima (CE), Frederico de Oliveira (PE), Luís Barbosa (MG) e Antônio Fonseca (MG). Alinhados a esses, estavam deputados que chegavam na Casa temporária pela eleição de 1856, como Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque (PB), Inocêncio Veloso Pederneiras (BA), Antônio Pereira Pinto (ES), Francisco de Assis Ataíde (MG) e Francisco Cirilo Ribeiro e Souza (MG); junto dos aguerridos deputados fluminenses João de Almeida Pereira Filho, Paulino (filho) e Jerônimo José Teixeira Júnior. E outros deputados veteranos e gente de carreira administrativa e militar, que também negaram apoio ao gabinete anterior e agora apoiavam o projeto econômico conservador, tais como José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho (RJ), Agostinho José Ferreira Bretas (MG), Antônio Gonçalves Barbosa da Cunha (SP), Luís Alves de Oliveira Belo (RS) e João Jacinto Mendonça (RS). Também votaram a favor burocratas de confiança do governo: três ministros em exercício de mandato: Teixeira de Macedo (RJ), Paranhos (RJ) e o próprio Torres Homem (RJ); dois funcionários do Tesouro Nacional: Luís Antônio de Sampaio Viana (BA) e Antônio José Enríques (PB); e seis deputados designados para as secretarias ministeriais: Fausto Augusto de Aguiar (PA), Luís Pedreira do Couto Ferraz (RJ), Libanio Augusto da Cunha Mattos (GO), Tobias Rabelo Leite (SE), Cândido Mendes (MA) e Antônio da Costa Pinto Silva (SP).

Se havia alguma coesão entre os deputados do Partido Conservador ocorreu em torno do projeto Torres Homem. Na imprensa, Justiniano, pelo *Três de Maio*, e alguns correspondentes, pelos jornais diários sobretudo, defenderam o credo conservador de economia política, sem a organicidade de um periódico que professasse as doutrinas do Partido para um público amplo, como outrora fizeram *O Brasil* e o antigo *Correio da Tarde*, mas delimitando o lado conservador no debate público ao promover uma cruzada contra a doutrina econômica liberal.

\*\*\*

O capítulo pode ser concluído. De 1853 a 1859, o Partido Conservador desenvolvia-se como um organismo político e social que internamente incorporava membros e se adaptava ao ambiente externo. Se, no capítulo anterior, demonstrei seu processo inicial de organização, sob novas bandeira e doutrina porém com tudo o mais que herdava de suas formações anteriores, como grande parte de seus chefes e de sua base programática; neste capítulo, demonstro como ele buscou se organizar em resposta a, e se afirmando sobre, transformações sociais, políticas e econômicas. As inaptações internas ocorridas em 1854 e 1855 desencadearam no

ajustamento de partidários, ou seja, arregimentação daqueles mais ajustados à nova organização partidária em detrimento dos desajustados. Ajustamento esse que repercutiu nas eleições de 1856 para a Câmara dos Deputados, através da qual ocorreu o atamento de laços em torno de certas candidaturas conservadoras no Rio de Janeiro.

O Partido também buscou aclimatar-se, especialmente em resposta às pressões sociais e econômicas que lhe eram cada vez mais incontornáveis. No campo social, os conservadores herdaram dos saquaremas os compromissos escravista e ordeiro que assumiram com a sociedade valparaibana. Algo que, com o Partido Saquarema no poder, se equacionou no fim do tráfico transatlântico de africanos mas mantendo-se a ordem escravista no Brasil, e, com o Partido Conservador no poder, se equacionou na tentativa de reformular os mecanismos de manutenção da ordem social com a reforma judiciária de 1855, essa requerida pelo próprio imperador e servida como prova do reformismo presente na nova doutrina partidária. No campo econômico, a questão bancária preponderou no debate público durante o triênio de 1857-1859. Incluem-se aí a crise financeira mundial (1857) e a crise de abastecimento da Corte (1853-1861), que orientaram a reformulação do programa do Partido sob as bases da economia política. O resultado dessas mudanças sociais e econômicas foi a pressão peticionária de fazendeiros do Vale do Paraíba e de capitalistas da Corte – importantes pilares sociais do Partido Conservador - contra as medidas que o Partido realizava em seu próprio proveito adaptativo. A porteira peticionária havia sido aberta em 1855 contra a reforma judiciária do Gabinete da Conciliação, deixando solto um dos bandos mais parrudos do cercado conservador. E, em 1859, outros grupos robustos mais heterogêneos também se soltaram do curral político-partidário que até há pouco limitava sua expressão cidadã ao formalismo eleitoral. Com esses compromissos sociais desequilibrados, e com os desajustamentos partidários mais dividindo membros do que os congregando em torno da doutrina e do programa, o Partido viu-se vulnerável à desorganização.

## CAPÍTULO 3: Opiniões que organizam uma esfera pública

### 3.1: A política servida nos banquetes e digerida nas ruas

Mil oitocentos e cinquenta e seis. Três dias antes do Sete de Setembro, Honório Hermeto Carneiro Leão (marquês de Paraná) ganhou um cortejo público majestoso. Ganhou mas não desfrutou: era seu cortejo fúnebre. Foi majestoso no sentido cabal do termo, de que o público só veria cerimônia semelhante com a morte de um monarca português.

O anúncio da morte de Carneiro Leão foi impresso na tipografia do *Correio Mercantil* e mandado distribuir ao meio dia de 3 de setembro, horas após o falecimento. O enterro foi marcado para as dezessete horas do dia seguinte. O corpo foi embalsamado e posto num caixão de chumbo com tampa de vidro mostrando seu rosto. Sairia de sua antiga moradia, no extremo da rua do Caminho Novo que dava para a praia de Botafogo, e seria sepultado no cemitério de São João Batista. Para o cortejo, chegou gente à pé e de carro. Mas tumulto mesmo houve entre os que desembarcaram na praia, onde foi necessário a intervenção policial, noticiou o *Diário do Rio de Janeiro*. Às quatro e meia da tarde, o público era tão grande que, de acordo com o *Jornal do Commercio*, as pessoas e os seis coches providenciados para acompanhar o enterro se engarrafaram no largo da Lapa, cerca de três quilômetros da casa do defunto. Tamanho era o movimento nas ruas do Rio. O cortejo saiu às dezoito horas. Na rua onde morava Carneiro Leão, mulheres vestidas de luto nas janelas, seguindo-se o mesmo cenário na rua paralela à praia de Botafogo. As lojas do centro comercial fecharam as portas, parando o comércio da cidade. Também encerraram seus trabalhos as estações fiscais, as repartições públicas e os consulados inglês e português. O Teatro do Ginásio adiou suas atrações por dois dias, e a Sociedade Fileuterpe, por uma semana.<sup>327</sup>

Por que esse sem-número de pessoas se mobilizando publicamente ante a morte de um governante? Certamente não se tratava, a quase todos, do luto pela perda de um ente querido. Popularidade, então? Assimilo com a morte de Getúlio Vargas, quase cem anos depois (1954): a comoção da multidão retratada nas fotos de pessoas chorando, nos motins pelas ruas do Rio de Janeiro, na decretação do feriado de luto municipal, e na multidão aos arredores do palácio do Catete para ver pela última vez o presidente. Mas não se pode dar ensejo a uma memória

---

<sup>327</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 244, 04/09/1856, p. 1; **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 247, 05/09/1856, p. 1; **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 247, 05/09/1856, p. 1. PESSOA, Ana. Notícias de uma fazenda de café: a Fazenda Lordelo e a Marquesa de Paraná. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 53, 2020.

póstura que é evocada pela repetição contemporânea de um termo (*populismo*) que esclarece tanto pouco do que deveria quanto mais é esticado no tempo e mais é descuidadamente usado aos fatos sociais populares. Além do que, Carneiro Leão tinha pouco de líder carismático e mais de homem austero, desses que não se curvam e não se quer por inimigos. Era o *césar* da vez. Tido, por conservadores e opositores, como aquele que resolvera uma questão histórico-política dificultosa (a intransigência das disputas partidárias) por meio de uma solução arbitrária (a política da conciliação). Era o atravessador de dois mundos polarizados, o mundo liberal e o mundo conservador. Era o encabeçador da *pax partidária*. Dispunha, por isso, de uma força política quase heroica, que o fazia, por exemplo, conseguir, durante uma epidemia de cólera na Corte, a aprovação de uma reforma eleitoral mais como concessão aos seus opositores liberais do que como necessidade organizativa de seu partido político, e receber, por esse feito, uma homenagem de cerca de 200 pessoas, em frente de sua casa, com direito à banda de música, discursos e vivas ao gabinete o qual presidia.<sup>328</sup>

Mas o cortejo fúnebre de Carneiro Leão não se resumia à sua pessoa. Tratava-se de a morte de um ser biológico formar o público enquanto ser social. O arranjo do cortejo nos diz sobre isso. Da casa do defunto até o cemitério, partia uma espécie de procissão cívica. Saíram seis coches enfileirados: o primeiro conduzia o caixão; o segundo, a coroa do marquesado de Paraná; outro, o padre da capela imperial; outro, o padre da freguesia da Lagoa; mais outro, representando a casa imperial; e o sexto e último, representando a Santa Casa da Misericórdia, instituição de que o finado fora o último provedor. Atrás dos coches, seguiam as alas: o primeiro regimento de cavalaria da Guarda Nacional, os ministros e secretários de Estado, as comissões designadas pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, os conselheiros de Estado, o corpo diplomático instalado no Rio de Janeiro, os deputados da Assembleia Legislativa Fluminense, e, por último, outros funcionários de estado e conhecidos da família. Quando o caixão saiu da casa do finado, a força de linha do Exército e a artilharia da Guarda Nacional deu uma salva de dezenove tiros, e outra igual quando o defunto foi posto na sepultura.<sup>329</sup> Qual espectador que assistisse a tudo isso suportaria imaginar o fim de tanto poder sem duvidar do próprio?

---

<sup>328</sup> Sobre a homenagem pela aprovação da reforma eleitoral, ver: **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 249, 8 set. 1855, p. 1.

<sup>329</sup> Para o cortejo fúnebre, ver: **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 247, 05 set. 1856, p. 1; **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 247, 05/09/1856, p. 1. Sobre as cerimônias fúnebres de monarcas portugueses no século XIX, ver: URBANO, Pedro. O cerimonial fúnebre régio na monarquia constitucional portuguesa. In: POLÓNIA, Amélia, et. al. **Não nos deixemos petrificar: reflexões no centenário do nascimento de Victor de Sá**. Porto: CITCEM, 2021; e ARAÚJO, Ana. **A morte em Lisboa: atitudes e representações, 1700-1830**. Lisboa: Editorial Notícias, 1997.



(Mas tanta realeza não deixou esconder os detalhes da moléstia de Carneiro Leão: em pouco mais de duas semanas, adoeceu com tosses e catarral, tratados com óleo de rícino, uma inflamação nas hemorroidas causada pelas tosses, tratada com dez sanguessugas no ânus, e uma retenção de urina causada pela congestão hemorroidal, tratada com um cateter na uretra; sua *causa mortis* foi pneumonia – quem informa, no *Correio Mercantil*, é um dos médicos que acompanhou os últimos dias do marquês.<sup>330</sup>)

O cortejo ajudava a eternizar os dois corpos do marquês, o corpo terreno, embalsamado, e o corpo espiritual, mnemonizado. O corpo terreno demoraria no mundo dos vivos enquanto estes velassem pelo morto, e, na recusa da morte e esperança do reencontro, enquanto durasse sua aparência de vivo permitida pelo bálsamo. A família, entes queridos, colegas de política e conservadores ossificavam a idealização do corpo espiritual, cimentando entre os vivos sua memória. A sensibilidade fúnebre dos que ficavam carregava natureza dupla. Uma, a aversão da perecibilidade do corpo terreno de alguém que viveu com lordeza, e, outra, o acordo de minorar sua morte afirmando sua exemplaridade quando vivo. A massa de espectadores formavam um terceiro corpo, o corpo social. Os que trabalhavam no comércio ou nas repartições públicas e tiveram folga naquela quinta-feira; os que ganhavam a vida nas ruas do Rio de Janeiro e viram naquele povaréu oportunidade para vender quitandas, frutas, comida de sal, gamelas, outros utensílios ou prestar serviços; os que saíam de longe por se sentir no senso de obrigação de comparecer a uma cerimônia pública previamente anunciada: todos eles foram mais ou menos envolvidos pela experiência política ali promovida. O rito religioso era trasladado para rito político, de fúnebre para cívico.<sup>331</sup>

Havia um nexó político na morte de Carneiro Leão. O poder do chefe que se foi não se esfacelou com sua vida e não se desgastou junto com seu corpo. Ao contrário, ele foi potencializado e, entre a burocracia política, justificado ao ser publicamente revelado para a massa de gente que assistia ao préstito. Ele se demoraria no tempo ao ser historicizado pelos publicistas conservadores através dos jornais, panfletos e outros escritos, atestando serem devedores da exemplaridade política do falecido chefe em troca da recompensa teleológica que sua memória pública oferecia. O cortejo também tinha a função de representar que a solução

---

<sup>330</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 251, 12 set. 1856, p. 2.

<sup>331</sup> Sobre representações de rituais, ver: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2013, primeira parte. Sobre rituais políticos, ver: RIVIÈRE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1989. Sobre os dois corpos do nobre, ver: ARAÚJO, Ana. *A morte em Lisboa...* op. cit., capítulo 4. Sobre funerais cívicos no Brasil republicano, ver: MARCELINO, Douglas Attila. *O corpo da nova república: funerais presidenciais, representação histórica e imaginário político*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

conservadora-conciliatória permaneceria vigendo mesmo com a ausência de seu principal condutor.

O elo político entre o poderoso que se foi e os que ficaram esteve presente no gosto cívico que o cortejo deixou. Três dias depois ocorreria as comemorações à independência do Brasil, e a população do Rio de Janeiro não degustaria do festejo cívico como havia degustado em 1855. Foi um festejo xoxo e procedimentoso.

Em 1857, degustou melhor. A intenção dos organizadores era conservar o compromisso social em torno do Estado imperial e da identidade nacional brasileira. Os ritos eram os mesmos ocorridos nos festejos dos anos anteriores. Tudo previamente planejado pelas sociedades de apoio às festas da independência, sendo a Sociedade Ipiranga a única honrada com a patronagem da família imperial. Às seis horas da alvorada, a cidade acordou com fogos de artifício e o repicar dos sinos de todas as igrejas. Às sete, na Praça da Constituição, no largo do Paço Imperial e em frente à Câmara Municipal, bandas de música tocaram o hino da independência. Às onze, novamente foguetes e o hino da independência. À tarde, mais foguetes e sinos. Teve também um cortejo e, na igreja do Carmo, uma missa. À noite, depois da missa, outro cortejo, da igreja até o paço da Câmara Municipal, onde se ouviu o hino nacional e, de novo, o hino da independência, agora cantado por um coral de mulheres posadas em frente a um retrato do imperador. Mandou-se iluminar o prédio da Câmara Municipal, e, em outros espaços da cidade, erigir arcos triunfais. No ano de 1857, foram três dias de comemoração. Segunda-feira dia sete, terça dia oito, conservando-se as mesmas iluminações, os fogos pelo dia todo, e encerrando na quarta dia nove, com a presença da família imperial no paço da Câmara Municipal - para ver fogos e ouvir a banda e as senhoras entoarem os hinos brasileiros.<sup>332</sup>

Corporificar a sociedade brasileira era o que um festejo cívico pedia. Suas regras em muito assemelhavam com as do cortejo fúnebre de Carneiro Leão. Mas um enterro cívico era exceção na história do Brasil, os festejos cívicos eram a regra.<sup>333</sup> Os aspectos coordenativo e repetitivo conferiam às cerimônias cívicas da independência não só o poder de legitimar o estado de coisas, como também de oferecer um horizonte tranquilizador das inquietudes. A

---

<sup>332</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 244, 6 set. 1857, p. 1; **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 249, 10 set. 1857, p. 2.

<sup>333</sup> Sobre festas cívicas na cidade do Rio de Janeiro, desde o período joanino, ver: SOUZA, Iara Lis C. **Pátria coroadas: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, capítulo 5; RODRIGUEZ LOPEZ, Emilio Carlo. **Festas públicas, memória e representação: um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822**. São Paulo: Humanitas, 2004; BASILE, Marcello. **A politização das ruas, vol. 1...** op. cit., capítulo 4; KRAAY, Hendrik. **Days of national festivity in Rio de Janeiro, Brazil, 1823-1889**. Palo Alto: Stanford University Press, 2013.

arrecadação de fundos, o planejamento, o desfile, a decoração urbana, os artifícios sonoros e musicais, o controle policiaresco das festas e tudo mais, eram, como bem explicou Marcello Basile, “instrumentos de pedagogia política”<sup>334</sup> para confeccionar o consenso nacional. Consenso esse revelado - seja no cortejo fúnebre, seja nos festejos cívicos – com a presença numerosa da burocracia política, dos representantes do aparato estatal. Tantos deputados, senadores, ministros, funcionários do alto escalão, militares e guardas civis, quando não a família imperial, dispostos em desfile, separados por alas, deveriam representar a grandiosidade do poder que na Corte se concentrava. Os partícipes entendidos em assuntos de leis podiam sentir no evento o gosto da integração do Estado brasileiro. Os jornalistas e bacharéis mais experimentados, o gosto da preservação da nação. O público menos necessitado das leis e pouco interessado na história nacional sabia que tudo isso se mantinha mediante seu consenso; e, por isso, sabia que em eventos cívicos não era lugar de assuadas, brigas, e outras coisas que dessacralizassem a ordem pública. Pois a integração do Estado e a formação da nação não bastariam através do poder castrador das Forças Armadas, era necessário atos públicos pelos quais massas e poderosos se identificassem, governantes e governados estreitassem seus laços. Mas para tal legitimação do poder, a organização dos ritos políticos deveria demonstrar a hierarquia da sociedade senhorial, algo claro na prioridade das alas de um desfile, na separação entre atores e espectadores e na encenação da harmonia social.

Encenação. Nas cerimônias da independência, a harmonia social, tão benquista pelos conservadores, era claramente encenada. A exemplo de 1859 na Corte, com um sabor agrídoce para os conservadores. Não porque foi assombrado pela morte de outro Carneiro Leão. Mas porque houve maior protagonismo deste poderoso ator coletivo: os *muitos*. Qual as desgraças que acontecem depois da meia noite, tudo começou no fim da festa do último dia de cerimônia, após uma briga entre um espanhol e um brasileiro por causa de mulher. Uma patrulha de permanentes imobilizou o espanhol. Houve “um grupo numeroso de Brasileiros e Portugueses da classe baixa querendo opor-se a que a prisão se efetuasse”, explica o *Jornal do Commercio*. Gritaria, que chamou mais povo, esse que seguiu a patrulha até a cadeia, onde o chefe de polícia (o conservador Izidro Borges Monteiro) repreendeu a multidão, dizendo-lhes que “não era por semelhante modo que se deveria o povo dirigir a uma autoridade”, informa o *Jornal*, apontando que havia ali “mais de duzentas pessoas”. Informa também que um tanto de gente saiu de cena dando vivas ao chefe de polícia, mas que outro tanto se dirigiu para a praça da Constituição

---

<sup>334</sup> BASILE, Marcello. **A politização das ruas, vol. 1...** op. cit., p. 240. Sobre a legitimação objetivada através dos festejos cívicos, ver: CHAMON, Carla Simone. O cenário da festa: festa cívica em Minas Gerais no Século XIX. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 19, 1998.

“fazendo grande algazarra”: subiram num arco triunfal, quebraram seus cabides, arrancaram as bandeirinhas e os florões e arrombaram o compartimento onde ficava o depósito de gás para atear fogo no monumento. Alguns homens que estavam num baile particular promovido pela Sociedade Petalógica saíram para ver o tumulto, e “apresentaram-se todos no meio da multidão turbulenta procurando por todos os meios sossegá-la”, conta. Quando chegou a cavalaria, alguns dos “amotinadores” fugiram, outros foram presos. Vinte e cinco presos, dentre eles “treze Brasileiros de condição inferior, dez Portugueses caixeiros desempregados, um Francês e um escravo”, todos sem ferimentos, contabiliza o *Jornal*.<sup>335</sup>

As palavras utilizadas pelo *Jornal do Commercio*, auferindo boas provas ao chefe de polícia conservador, destoam das do jornal liberal *A Actualidade*. No *Jornal*, lia-se que os bailadores confrontaram a multidão porque, “constando ao grupo sedicioso que o Sr. chefe de polícia se achava ao baile do Club, apinharam-se à porta desse estabelecimento, onde muito insultaram a uma pessoa que por engano tomaram pelo Sr. Dr. Isidro”: “morra o chefe de polícia! Morra o magriço!”.<sup>336</sup> O destaque que o *Jornal* deu ao chefe de polícia e ao seu discurso sobre respeito à autoridade pode significar alguma concessão que a folha fazia aos conservadores, porque, até pouco tempo, durante o gabinete Abaeté, essa folha acolhia em seus comunicados as lições dos ministros conservadores e de seus copartidários por estes não terem um periódico próprio para publicizar suas contas partidárias. *A Actualidade*, ao contrário, buscava pôr o dedo na ferida dos conservadores e dar vasão para as querelas populares, amenizando os termos e a culpa que o *Jornal* jogava sobre os muitos, por exemplo, dando ensejo de que o povo havia reagido contra o chefe de polícia no dia nove por causa de uma ação protagonizada pelo comandante superior da Guarda Nacional no dia sete: conta que, neste dia, no largo do Paço Imperial, após a salva de palmas ao imperador, e com todo o local “apinhado de povo, de maneira que era quase impossível abrir campo para a passagem da tropa”, o comandante da Guarda avançou com seu cavalo, brandindo sua espada, investindo “contra a massa compacta que tinha diante de si; [...] ao passo que pedia licença fazia brilhar sobre as cabeças dos pacíficos e inermes espectadores os lampejos de sua espada *vitória*, e atropelava as turbas sob os pés de seu belicoso ginete”; e com o imperador vendo tudo.<sup>337</sup>

O que as versões dos termos noticiosos escancaram é tanto a teatralização da harmonia social quanto o direito de lazer que os muitos resguardavam para si durante os festejos da independência. Para aqueles que não tinham uma boa vida, a festa não servia somente para,

---

<sup>335</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, nº 251, 11 set. 1859, p. 1.

<sup>336</sup> *A Actualidade*, Rio de Janeiro, nº 51, 14 set. 1859, p. 2.

<sup>337</sup> *A Actualidade*, Rio de Janeiro, nº 52, 21 set. 1859, p. 3, grifo no original.

como alude Jean Duvignaud, estar em transe, isto é, “alcançar este estado em que tudo é possível posto que o homem não está já no homem mas em uma natureza que nele desemboca graças a sua experiência formulada ou não”.<sup>338</sup> Servia também, e sobretudo, para espantar o engasgo de suas vidas sufocadas socialmente. Não podia ser algo somente espasmódico,<sup>339</sup> experimentado apenas no momento festivo, pois os subalternos também planejavam, formando por dias suas expectativas, também arrecadavam dinheiro extra para cobrir os dias gastos com lazer, também percorriam junto ao desfile. Eram os trabalhadores livres e escravos que subiam escadas de pau e batiam pregos para enfeitar a cidade. Eram os *de baixo* que tocavam nas bandas de música e, ocupando postos de linha, enfrentavam seus iguais quando havia tumulto e briga. E tudo isso facilmente escapava aos olhos dos chefes conservadores e do senhoriato durante sua experiência ordeira de regozijo cívico. A agitação pública dos muitos, que para estes podia significar a demonstração de que a legitimação do poder e o consenso social dependiam de si, para aqueles setores conservadores significava motim, sedição, desordem e anarquia.

Até mesmo a condução do seu partido os conservadores preferiam fazer de dentro de recintos com cheiro de ordem e cores de autoridade. No ano seguinte à morte de Carneiro Leão, um dos círculos do Partido Conservador passou a organizar uma série de reuniões fechadas. Era o círculo dos antigos saquaremas, ou *ex-saquaremas*, isto é, os conservadores antes identificados ao “círculo de ferro” do saquaremismo e depois de 1860 associados aos conservadores puritanos, os que nem eram mais *saquaremas* e não exatamente *puritanos*, os que, a partir de 1857, passaram a aceitar algumas ideias progressistas mas mantinham uma grande preocupação de serem confundidos com os círculos mais moderados do Partido.

As reuniões começaram em maio de 1857, com frequência semanal, e eram anunciadas pelo *Jornal do Commercio* como “reuniões conservadoras”. A primeira, dia 20, ocorreu na casa de Joaquim José Rodrigues Torres (visconde de Itaboraí), com a presença de deputados e senadores em número de 30. Semana seguinte, ocorreu outra na casa de Eusébio de Queirós, com cerca de 50 parlamentares.<sup>340</sup>

A imprensa era só especulações, titubeios e críticas. Um correspondente do periódico então liberal *Correio da Tarde* questionou o caráter conservador das reuniões: “*Reuniões conservadoras! Conservadoras de quê? Pois as instituições do país estão ameaçadas?!*”<sup>341</sup> No

---

<sup>338</sup> DAUVIGNAUD, Jean. Fiesta y subversion. **Diálogos: Artes, Letras, Ciencias Humanas**, Ciudad de México, v. 10, n. 5, set. out. 1974, p. 9, tradução minha.

<sup>339</sup> Para a crítica da visão espasmódica da história popular, ver: THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 150-153.

<sup>340</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 137, 20 mai. 1857, p. 2; nº 143, 26 mai. 1857, p. 2.

<sup>341</sup> **Correio da Tarde**, Rio de Janeiro, nº 127, 3 jun. 1857, p. 2, grifos no original.

*Jornal do Commercio*, outro correspondente apontou que “chamar conservadoras a tais reuniões” era deturpar o fato de serem elas encontros entre amigos: “conversa-se, toma-se chá, passa-se o tempo, amenizando-o com alguns bens ditos, algumas anedotas que fazem rir e nada mais... / Isto é reunião política conservadora? Para que andam assustando o povo?”<sup>342</sup>

Ficaria difícil escamotear o caráter político-partidário das reuniões quando eram assim anunciadas e debatidas. O jornal liberal *A Pátria* foi sem rodeios: as reuniões tinham a finalidade de “ameaçar o ministério” e “reorganizar o partido saquarema ou retrógrado”, pois os reunidos eram opostos à “política da *concórdia e moderação*”,<sup>343</sup> essa uma espécie de atualização terminológica da política da conciliação que queria ser patenteada pelo recém empossado Gabinete Olinda (4 de maio de 1857). Em comunicado, o *Jornal do Commercio* escreveu que mesmo “que os deputados e senadores do antigo partido saquarema se congregassem”, mesmo que “procurassem restaurar o partido”, deveriam saber que já não havia “antagonismo algum, quer político, quer econômico”. O comunicante não acreditava que “todos, ou ainda mesmo que uma parte considerável dos que foram saquaremas, dos que nesse nome podem ainda ser compreendidos, adotam em economia política os princípios de restrição e de monopólio”.<sup>344</sup> Alguns conservadores, de fato, não batiam com as ideias de liberdade financeira do novo ministro da Fazenda (Bernardo de Souza Franco). Por aqui se entrevê que as reuniões terem sido organizadas uma quinzena após a subida do Gabinete Olinda gerou o clima ameaçador de que se falava nos jornais.

As reuniões continuaram. Passaram-se na casa de Manoel Vieira Tosta (barão de Muritiba), na casa de Sérgio Teixeira de Macedo, do deputado Jerônimo José Teixeira Júnior, de Paulino José Soares de Souza (visconde de Uruguai), e se iam havendo.

O motivo mais aparente dessas reuniões era ganhar adesões no Parlamento, formar um bloco de deputados e senadores e tentar decidir, através do Voto de Graças de 1857, a confiança ao gabinete. Um correspondente d’*A Pátria* comentou que em uma dessas reuniões se discutiu o número de adesões à emenda apresentada por Luís Antônio Barbosa (MG), Sérgio de Macedo (RJ) e Teixeira Jr. (RJ) contra o gabinete no Voto de Graças. Francisco Otaviano chegou a comentar, em carta, sobre essa adesão intentada nas reuniões: “os deputados novos fugiram delas; os velhos dividiram-se.”<sup>345</sup> (Ironicamente, das reuniões participava Eusébio de Queirós,

---

<sup>342</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 148, 31 mai. 1857, p. 1.

<sup>343</sup> **A Pátria**, Niterói, nº 115, 22 mai. 1857, p. 1, grifos no original.

<sup>344</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 149, 1º jun. 1857, p. 2.

<sup>345</sup> **A Pátria**, Niterói, nº 140, 22 jun. 1857, pp. 1-2; carta de Francisco Otaviano de Almeida Rosa para Francisco Inácio Carvalho Moreira, 13 jun. 1857. In: ROSA, Francisco Otaviano de A. **Cartas de Francisco Otaviano...** op. cit., p. 112.

o mesmo que, em 1853, quando era tido como o líder do governo na Câmara, tentou invalidar o uso do Voto de Graças como moção de desconfiança contra o gabinete saquarema, dizendo que a Câmara deveria apenas manifestar sua gratidão pela abertura da assembleia.) As reuniões conservadoras de 1857 não foram mais anunciadas depois do Voto de Graças. Cessadas, provavelmente. Por isso, chamo atenção para esse motivo parlamentar.

Um segundo motivo por trás das reuniões era o consentimento dos ex-saquaremas à política da conciliação. Em 1858, no Senado, dois arquitetos do saquaremismo sinalizaram para esse motivo. Em maio, o velho Paulino falou que a conciliação era “uma necessidade irresistível de certas épocas na sociedade.” O indômito jurista conservador assim se dobrou: “o tempo altera e modifica tudo à roda de nós, modifica-nos também todos os dias; não pensamos hoje como pensávamos há anos; não temos hoje os mesmos interesses que nos moviam em épocas anteriores. O mesmo acontece aos partidos.”<sup>346</sup> Enigmático, Paulino discursou como alguém que fora suavizado pelo tempo. Mas, da trindade saquarema, Eusébio de Queirós fora quem carregou a fama de irredutível. Em junho, entretanto, bambeou as pernas e se posicionou. “Sr. presidente, o partido conservador de 1848 podia querer as mesmas coisas, as mesmas medidas, ter os mesmos pensamentos do partido conservador de 1858?”, questionou. No fundo, a pergunta parecia ser mais para si do que para seus pares senadores. Primeiro, historiou sobre as ações do gabinete saquarema contra o “radicalismo” de 1848. Depois, confidenciou uma prosa que teve com “pessoas que pertenciam ao antigo partido liberal, e bem extremadas”. Por último, esquivou-se dizendo que conservador nenhum queria “um governo absoluto; nós desejamos todos a monarquia, mas limitada pela constituição; nós queremos a divisão e a harmonia dos poderes políticos; se é isso o que querem os liberais, ou uma parte deles, estamos de acordo”.<sup>347</sup>

Dois ex-saquaremas de notabilidade nacional, que há poucos anos haviam se recusado a aceitar a doutrina da conservação e progresso, faziam-na agora uma concessão. Isso foi escancaradamente revelado pelo *Jornal do Commercio*, junto com o anúncio de que as reuniões conservadoras voltaram a ocorrer em junho de 1858. Na casa do deputado Teixeira Jr., noticiou, houve uma “numerosa reunião de membros da câmara dos deputados, e de alguns senadores”, onde Eusébio, Paulino e Rodrigues Torres “abundaram no sentido das ideias da conciliação, lamentando unicamente que tenham sido mal apreciadas e imperfeitamente realizadas pelo ministério atual.”<sup>348</sup>

---

<sup>346</sup> **Anais do Senado do Império**, sessão de 28 mai. 1858, p. 214.

<sup>347</sup> **Anais do Senado do Império**, sessão de 7 jun. 1858, pp. 45-47.

<sup>348</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 165, 18 jun. 1858, p. 2.

Depois disso, as reuniões conservadoras tornaram-se jantares. Em 18 de julho, houve, no Jardim Botânico, um jantar que banquetearam 39 deputados e “muitos senadores”, anunciou o *Jornal do Commercio*. “A mesa compunha-se de sessenta talheres, e esteve primorosamente servida”, informou. Os participantes brindaram uns aos outros, “à concórdia de todos os Brasileiros”, e, como de praxe, ao imperador.<sup>349</sup> Em 30 de agosto, outro jantar. Organizado pelo mineiro Luís Antônio Barbosa, “primorosamente servido, foi uma festa alegre entre amigos que se reuniam na mais perfeita cordialidade”, noticiou o *Jornal do Commercio*.<sup>350</sup> Foi assim que, em 1858, os ex-saquaremas se embatumaram de comida, de bebida, de vivas. E degustaram o doce da conciliação, lambendo a rapa do tacho deixado por Carneiro Leão em 1856 no balcão da política da Corte.

O círculo dos ex-saquaremas era ajustado de vez ao processo de organização do Partido Conservador. Sua aceitação da doutrina da conservação e progresso jamais seria ampla, imediata e irrestrita. Conhecedores como eram de chefatura partidária, os ex-saquaremas tinham a perícia com doutrinas políticas no jogo das relações de poder. Por isso, encontraram novamente em Justiniano José da Rocha, que tinha bom trânsito entre os outros círculos conservadores, um fiel aliado em prol de suas ideias. No *Três de Maio*, Justiniano idealizou:

Hoje, conservadores de todas as instituições, não as podemos querer senão na sua verdade e pureza constitucional; queremos pois, antes de tudo, a *conservação* da liberdade, e hoje temos tanto medo das usurpações do gabinete quanto medo outrora tínhamos da anarquia das ruas; tanto horror tivemos à revolta como temos hoje aos golpes de estado.<sup>351</sup>

A concessão que os ex-saquaremas faziam às ideias da conciliação eram limitativas: liberdade, desde que pautada na Constituição; reformas, desde que regimentadas nas instituições. Arredados da política partidária, eles não conseguiriam voltar a ela sem antes passar pela sombra conciliadora de Carneiro Leão.

Como já exposto, a dianteira que Carneiro Leão e o círculo conciliado tomou em 1853 na chefatura do Partido e, conseqüentemente, em sua organização enquanto um Partido

---

<sup>349</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, nº 196, 19 jul. 1858, p. 2. Estiveram presentes Eusébio, Paulino e Rodrigues Torres, também José da Costa Carvalho, Antônio Paulino Limpo de Abreu, Francisco Jê de Acaiaba e Montezuma, Manoel Vieira Tosta, José Inácio Silveira da Mota, José Ildefonso de Souza Ramos, Cândido Borges Monteiro, Manoel Felizardo de Souza e Melo, João Antônio de Miranda, Luís Alves Leite de Oliveira Belo, Teixeira Jr., João Almeida de Pereira Filho, Antônio da Costa Pinto Silva, Inocêncio Marques de Araújo Góis, João Jacinto Mendonça e Torres Homem. Luís Alves de Lima e Silva enviou uma carta, justificando sua ausência por motivos de saúde.

<sup>350</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, nº 241, 1º set. 1858, p. 2. Estiveram presentes Eusébio de Queirós, Rodrigues Torres, Luís Alves, Araújo Góis, Antônio Cândido da Cruz Machado, Luís Antônio de Sampaio Viana, Jacinto de Mendonça, Montezuma, Silveira da Mota, e os jovens Paulino Soares (filho), Costa Pinto, Almeida Pereira, Oliveira Belo, Teixeira Jr., Antônio Gonçalves Barbosa da Cunha e Antônio Pereira Pinto.

<sup>351</sup> *Três de Maio*, Rio de Janeiro, nº 84, 11 dez. 1858, p. 2, grifo no original.



Conservador assim nomeado, eucaristiado e embandeirado, afastou da chefatura os saquaremas do grupo de Eusébio e abriu uma disputa interna com os conservadores constitucionais do grupo de Saião Lobato e Nebias. A partir de 1857, os ex-saquaremas entraram na disputa. O grupo de Saião e Nebias, foi quase totalmente exilado do Rio de Janeiro pelo sufrágio de 1856. Os irmãos Saião Lobato foram afastados da política parlamentar e pareciam longe da política partidária. Nebias, que em 1853 havia feito um levante parlamentar contra o governo de seu próprio partido, estava manso no Parlamento, ora flertando com os ex-saquaremas, ora acariciando outros círculos conservadores. Desse grupo, sobrou, na Corte, apenas o mineiro Antônio Cândido da Cruz Machado, que bandeou para o lado dos ex-saquaremas.

Isso não expõe o quanto o círculo dos ex-saquaremas, através de suas reuniões e banquetes, queria avançar na disputa pela chefatura do Partido Conservador após a morte de Carneiro Leão? Se foi isso, não o conseguiram por meio do poder central. Após a queda do gabinete Olinda em dezembro de 1858, Eusébio e Paulino foram convidados pelo imperador para formar gabinete, e recusaram. Certezas sobre a recusa são difíceis. O primeiro alegou que padecia das vistas, quase não enxergava à noite. O segundo alegou que havia morado por bem tempo na Europa que pouco se inteirava sobre a política da Corte.<sup>352</sup> A bola passou para Limpo de Abreu (visconde de Abaeté), ladeado por homens igualmente do mesmo círculo, como Torres Homem, Vieira Tosta, Sérgio de Macedo e Manoel Felizardo, o bem-adaptado Paranhos e o mais moderado Nabuco de Araújo. Esse gabinete caiu pela pressão de investidores, comissários, banqueiros, capitalistas, jornais liberais e demais apoiadores da liberdade financeira. E caiu com demonstrada impopularidade, com direito a foguetório, banda de música e passeata comemorativa na cidade de Vassouras.<sup>353</sup>

Se do alto do país oficial o cenário político era desvantajoso, a chefatura do Partido Conservador deveria ser disputada por baixo, com os arranjos das eleições de 1860-1861, retomando as reuniões conservadoras. Destas, houve uma, em 26 de setembro, na casa de Sérgio de Macedo, reunindo “muitos dos membros proeminentes do partido conservador”, lia-se. “Combinarem sobre os meios de prestar a mais eficaz coadjuvação aos seus amigos candidatos na próxima eleição de deputados à assembleia geral”, foi o objetivo informado. Criou-se, para tanto, “uma comissão central com plenos poderes para entender-se com todas as influências da opinião conservadora”, lia-se mais, junto dos nomes da comissão: Eusébio, Paulino, Rodrigues

---

<sup>352</sup> **O Regenerador**, Rio de Janeiro, nº 87, 4 out. 1860, pp. 2-3.

<sup>353</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 227, 19 ago. 1859, p. 1.

Torres, Limpo de Abreu, Luís Alves, Vieira Tosta, Cândido Borges e Manoel Felizardo. A nata do saquaremismo.

Essa reunião, compactamente impressa no *Jornal do Commercio*,<sup>354</sup> atiçou o vespeiro da imprensa carioca. O renovado *Diário do Rio de Janeiro* - agora nas mãos de Saldanha Marinho, auxiliado por Machado de Assis, Quintino Bocaiúva, Francisco Pinheiro Guimarães e Henrique César Muzzio -,<sup>355</sup> disse apoiar as reuniões políticas. “Que todos os partidos alcem a sua bandeira, e venham à luz do dia pleitear sua causa, seus princípios, seus interesses ante o grande tribunal do voto público”, exclamou. Contudo, não engoliu uma pergunta: “como é pois que vós, conservadores, vermelhos, regenerados ou apostatados, vindes hoje, à face da capital do império, assoberbar a consciência pública com o *novo* credo político da *proteção aos amigos*?” O *Correio Mercantil* lançou outra pergunta, mais judiciosa: “o consistório central incumbe-se somente de doutrinar os fiéis da corte e província do Rio de Janeiro, ou estende a sua paternal proteção às províncias de Minas e S. Paulo?” A resposta veio pronta: “por si só a ninhada não tem valor; fiam-se, é verdade, em algum apoio da polícia; mas esse apoio está ficando desmoralizado, e mais ficará se o povo repelir das matrizes certos *ratoneiros* políticos.”<sup>356</sup>

O tom áspero e sarcástico do *Mercantil* requereu mais a atenção dos conservadores do que a profundez do *Diário*. No *Jornal do Commercio*, o comunicante conservador respondeu que “o manifesto de hostilidade que [o *Correio Mercantil*] ontem fez afixar prova que o colega perdeu de todo a tramontana.” Para ele, a reunião do Partido Conservador era tão legítima quanto reuniões liberais. E, asseverou, “quando dizemos partidos entenda-se que falamos dos partidos que têm interesses, que têm convicções, que têm fé nas ideias, que marcham de acordo com seus chefes, que lhes obedecem, que lhes são fiéis. / O partido conservador, se o *Mercantil* permite, diremos, está nesse caso.” O *Correio Mercantil* conversou-lhe. “Chefes! De quê? Se não há luta, se não há divergências, se não há partidos – de que é que os tais senhores se *aclamam* chefes? / Bons chefes são eles, porém *chefes de família*”, espetou. Suas patentes de chefes, explicou, “eles as rasgaram desde o dia em que, escudados com a vitaliciedade de seus cargos, reputaram-se quites e de contas saldadas com o seu partido, e, recolhendo-se à prática

---

<sup>354</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 268, 27 set. 1860, p. 1.

<sup>355</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 194.

<sup>356</sup> **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 185, 28 set. 1860, p. 1, grifos no original; **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 269, 28 set. 1860, p. 1, grifo no original.

das virtudes domésticas, começaram a esmoer o milho para dá-lo em fubá à ninhada boquiaberta.”<sup>357</sup>

O periódico conservador *O Regenerador* enfiou sua colher. Expôs que os conservadores eximiram seus esforços para as eleições municipais e, diante da campanha implementada pelos liberais, “alguns dos mais conspícuos dos conservadores” convenceram-se de que para as eleições nacionais era “chegada a hora em que a abstenção prolongada seria crime: reúnem-se, querem tentar um nobre esforço a bem das grandes ideias a que sempre serviram”. Havia aí uma demonstração “da necessidade de restauração dos partidos”, vislumbrou, sugerindo que o que os liberais “parecem querer é a continuação da desorganização em que vivemos”.<sup>358</sup> Essas palavras queriam dizer que houve reunião conservadora por necessidade de reconduzir o Partido Conservador, e, para satisfazer a essa necessidade, aqueles conservadores, donos do sossego vitalício das lutas partidárias permitido pelo Senado, apoiariam abertamente seus candidatos, esses incursos na mais escancarada liça partidária que era a eleição para a Câmara dos Deputados.

“Quais são as ideias conservadoras em nome das quais se pretende restaurar um partido?”, pressionou o *Mercantil*. Por que Araújo Lima (marquês de Olinda), Nabuco de Araújo, Francisco Diogo de Vasconcelos, José Ildefonso de Souza Ramos, Araújo Viana (visconde de Sapucaí), Herculano Ferreira Pena “e outros nomes respeitáveis ficaram postos à margem?” - expandiu a questão.<sup>359</sup> À frente da edição do *Correio Mercantil*, Francisco Otaviano já deteve a atenção de mais de 5 milhares de assinantes<sup>360</sup> e mantinha a pena raposina que afamava seu juízo. Quem lhe respondia n’*O Regenerador* era o velho doutrinador Justiniano. Apertado, a este não coube outra coisa a não ser revelar publicamente algumas adversidades no Partido Conservador. De Araújo Lima e Diogo de Vasconcelos, “as ideias *financeiras* do Sr. marquês [Araújo Lima], e o amor-próprio mais ou menos infundado separou dos conservadores esses dois ex-ministros”, assumiu. “O que iriam eles fazer em uma reunião de atuais adversários políticos seus?”, expôs, ainda. Nabuco de Araújo “não se chega dos seus aliados os conservadores, se procura isolar-se”, contou. De Souza Ramos, explicou, “não sabemos que esse Sr. não esteja entre os conservadores, nem se foi convidado, nem se o deixou de ser”. Araújo Viana, “conservador de hoje como de ontem, como de amanhã, esse senhor não

---

<sup>357</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 271, 30 set. 1860, p. 1, grifo no original; **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 271, 30 set. 1860, p. 1, grifos no original.

<sup>358</sup> **O Regenerador**, Rio de Janeiro, nº 86, 2 out. 1860, pp. 1-2.

<sup>359</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 270, 29 set. 1860, p. 1.

<sup>360</sup> Carta de Francisco Otaviano de Almeida Rosa para Francisco Inácio Carvalho Moreira, 13 nov. 1855. In: ROSA, Francisco Otaviano de A. **Cartas de Francisco Otaviano...**op. cit., p. 100.

é todavia dos que tem a atividade necessária para o trabalho da reorganização do partido”, esclareceu, transparecendo que o senador conservador não se envolvia na direção partidária. “Quanto enfim ao Sr. Pena, o *Mercantil* está gracejando com esse senhor”, concluiu, denotando que Ferreira Pena sequer era conservador.<sup>361</sup>

O *Jornal do Commercio* interveio no debate, e as adversidades expostas pel’O *Regenerador* tornaram-se uma desinteligência ao vivo entre conservadores. “O partido conservador nunca deixou de existir; a ideia de sua *restauração* é um erro grave na história política de nossos dias”, lê-se, no comunicado do *Jornal*. “Do seio do partido conservador surgiu a política da conciliação”, continuou, explicando que com ela “a reabilitação se fez” no Partido, e que, com o fim do Gabinete da Conciliação, “a conciliação dos princípios seguiu-se à conciliação dos homens.” A política do Partido Conservador “tem sofrido modificações, é certo, mas no sentido do progresso, porque o partido conservador não é o partido da imobilidade, não é o partido da inação; ele agita-se, ele fecunda pela atividade, ele assegura o triunfo de seus princípios pela prudência e segurança de sua marcha”, completou.<sup>362</sup>

Num risco, o *Diário do Rio* alcançou, ao mesmo tempo, o redator d’O *Regenerador* e o comunicante do *Jornal*. A este, mostrou que, de fato, há muito que “os conservadores ficaram senhores da situação”, porque a situação pós-Praieira “inspirou a um grupo do partido a ideia da conciliação.” Àquele, e ao círculo dos ex-saquaremas, bateu, indagando: “onde está a prova dessa adesão aos princípios da conciliação, ideia que reclamam para virtude da sua regeneração?”<sup>363</sup> O comunicante do *Jornal do Commercio* provavelmente era Paranhos - algo sustentado pelo *Correio Mercantil* e pelo *Correio da Tarde*. Prestou-se a resgatar o legado da política da conciliação, afirmando que, dessa política, o Partido Conservador se reestruturou – aludindo, como dito, a uma historicidade que do Partido Saquarema evoluiu ao Partido Conservador. Não era ideia nova. Em 1854, Justiniano a havia sustentado. O que mudou foi que, em fins de 1855, Justiniano rompera com o Gabinete da Conciliação, e, agora, em 1860, falava em restauração do Partido, no sentido de iluminar que o círculo dos ex-saquaremas era o elemento de fortalecimento partidário. Paranhos, ao contrário, era escorregadio, tinha perícia diplomática, e, para não se desconcertar com os membros daquele círculo, nem com os do círculo de conciliados a que figurava, falou em realibitação, no sentido de que os ex-saquaremas se incorporavam ao Partido reorganizado pela Conciliação.

---

<sup>361</sup> O *Regenerador*, Rio de Janeiro, nº 86, 2 out. 1860, p. 2, grifo no original.

<sup>362</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, nº 272, 1º out. 1860, p. 2, grifo no original.

<sup>363</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 188, 2 out. 1860, p. 1.

Antes de demonstrar uma divisão partidária, isso iluminava, nesse momento, o desenho que começava a ser traçado de um círculo interno do Partido Conservador na Corte, o círculo *puritano*. Não havia divisão entre ex-saquaremas e conservadores conciliados. A imprensa liberal tentava apostar nessa cisão. Os conservadores se congregavam em torno da eleição de deputados gerais mas com os ex-saquaremas renitentes em não prestarem continência para a bandeira da Conciliação. Essa renitência significava, por um lado, que o círculo dos ex-saquaremas havia, nos últimos anos, ganhado força na disputa pela chefatura do Partido. E, por outro lado, que a organização partidária promovida pelos conservadores conciliados não poderia ser desfeita, isto é, que os ajustamento e aclimação partidários envolveram interesses coletivos tão amplos que os ex-saquaremas eram nada mais que meros mortais frente à vontade coletiva que se estava organizando. Isso, outrossim, significa o sentido orgânico em que o Partido Conservador se achava durante os arranjos eleitorais de 1860.

Se tudo desse certo para os conservadores nas eleições de deputados na Corte, suas boas expectativas eram de que seu carro partidário poderia arrancar direto para o domínio do Estado. Mas a história os capotou. As eleições de 1860 foram as mais agitadas da última década na cidade do Rio de Janeiro. O motivo da agitação? Uma oposição popular aos ex-saquaremas.

Comparando-se com as eleições de 1856, o cenário eleitoral de 1860 era desvantajoso para quem estava acostumado a dirigir um partido do alto, conduzindo lutas eleitorais em recintos fechados, ruas quietas, chegando de coche, e banqueteando e tomando chá. Para a disputa eleitoral, a maioria dos conservadores apostou na reforma eleitoral de 1860, proposta por Sérgio de Macedo. Com a nova reforma, os círculos eleitorais eram alargados e, por isso, o número de distritos eleitorais nas províncias diminuía. Minas Gerais passou de 21 distritos para 7; a Bahia, de 14 para 5; Rio de Janeiro, de 12 para 4; São Paulo, de 9 para 3; e daí para o mais. O Município Neutro, dos seus três distritos (Sacramento, Santana e São José) – como se viu no mapa 1 -, elegendo um deputado nacional para cada circunscrição, passou a um único distrito que elegeria três deputados sem discriminar circunscrição eleitoral.<sup>364</sup>

Os conservadores calcularam que, com o alargamento dos círculos, os candidatos com maior notabilidade teriam uma presença alcançada em mais lugares, conseguiriam mais votos e, conseqüentemente, maiores chances de eleição.<sup>365</sup> Mas a cena política não lhes preferiu pela lei.

---

<sup>364</sup> BRASIL. Decreto nº 1082, de 18 ago. 1860. In: **Coleção de Leis do Império do Brasil de 1860**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1860.

<sup>365</sup> Para uma análise dos debates na Câmara em torno da reforma eleitoral de 1860, ver: FREITAS, Ana Paula R. **Minas e a política imperial...** op. cit. pp. 244-272.

Foram os liberais quem protagonizou a cena. Desde as eleições municipais da Corte ocorridas em meados de 1860, eles promoveram diversos comícios, que chamaram “reuniões populares”. Diz o *Correio Mercantil*:

As reuniões populares antes de qualquer eleição, as reuniões populares pacíficas e francas, são um elemento de ordem e uma garantia de acerto. Fora de desejar que entre nós elas tomassem o caráter que lhes dão as cidades dos Estados-Unidos, onde se discute o mérito dos candidatos e se advogam ou rejeitam as suas candidaturas com toda a publicidade.

Os conciliábulos noturnos [...] preparam o país para o regime do absolutismo e só favorecem o capricho e o patronato. As reuniões populares acostumam a nação a estudar e discutir a vida política de seus chefes, a tomar-lhes contas, a sancionar ou rejeitar os princípios que eles inculcam.<sup>366</sup>

Por conciliábulos noturnos, o jornal liberal referia-se às reuniões conservadoras, que em nada cheiravam a povo. Sobre os comícios, ao contrário, a imprensa liberal anunciava o “povo”, os “cidadãos”, as “pessoas”, sempre em número de centésimos ou milhares.

Bernardo de Souza Franco, Teófilo Otoni, Francisco Otaviano e Saldanha Marinho eram os mais assíduos. Eles igualmente andaram frequentando reuniões nas casas de Francisco Diogo de Vasconcelos e Manoel de Assis Mascarenhas, duas notabilidades nacionais que haviam se afastado do Partido Conservador em 1860. Das reuniões com esses dois políticos, algumas fechadas e outras públicas, formou-se uma coligação eleitoral, denominada de *Liga Constitucional Progressista*, ou de *Liga Mineira*, referindo-se à aliança entre os mineiros Diogo de Vasconcelos e Teófilo Otoni. O objetivo das reuniões da coligação, segundo o *Diário do Rio*, era “a necessidade de evitar-se a pressão que estão exercendo na atualidade alguns homens que se querem arvorar em chefes exclusivos do partido conservador e que entretanto procuram o apoio dos incautos de todos os partidos.” Objetivo traduzido pel’*O Regenerador* como “protestar, em nome dos conservadores, contra os esforços empregados pelos chefes desse partido para restaurá-lo e reanimá-lo.”<sup>367</sup>

O tirocínio oferecido pela doutrina conservadora marcou no termômetro do Partido Conservador que os comícios beiravam a revolução. N’*O Regenerador* lia-se que “atrás das pretensões eleitorais de alguns candidatos está o espírito revolucionário.” Não pareciam palavras soltas apenas em período de competição eleitoral. A preocupação com a França de 1848 era desaguada para a da Itália de 1860. “Graças às nossas folhas diárias e à sua ação simultânea, Garibaldi foi um herói, os Garibaldinos [...] foram devotíssimos patriotas

---

<sup>366</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 249, 7 set. 1860, p. 1.

<sup>367</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 224, 8 nov. 1860, p. 1; *O Regenerador*, Rio de Janeiro, nº 114, 8 nov. 1860, p. 2. Sobre os comícios e a formação da Liga Progressista, ver: ESTEFANES, Bruno Fabris. *A Muralha de Bronze...* op. cit., pp. 85-92.

libertadores”, ajuizou, referindo-se às notícias publicadas pelos diários sobre as tentativas do primeiro-ministro Camillo de Cavour de anexar os Estados italianos, e a contrapartida revolucionária de Giuseppe Garibaldi de ocupar a Sicília. Os liberais, então, “anunciam que não hão de consentir que vote senão quem muito bem lhes aprouver, que hão de cassar as qualificações, resistir à mesa, resistir à autoridade policial, tratá-la como se fosse *fósforo*”, denunciou, alertando aos conservadores de que eles seriam o alvo da revolução que rondava as eleições do Rio de Janeiro. “Tendências subversivas vão manifestando os órgãos da oposição todos os dias”, escreveu um missivista conservador no *Jornal do Commercio*, receoso de o Rio de Janeiro infectar-se com o cenário internacional. “O primeiro princípio que combatem é a autoridade, e o fazem sempre concitando os ódios de todas as camadas sociais, semeando desconfianças entre o povo, promovendo antipatias entre os governados e os que governam”, explicou, no mesmo sentido que *O Regenerador*. “O governo e o partido conservador tem uma grande missão nesta quadra, e há de saber cumpri-la”, incitou, partidarizando.<sup>368</sup>

A tensão aumentou quando, em fins de novembro, “um dos cidadãos mais distintos do partido conservador” – quem diz é *O Regenerador* – recebeu por correio um folheto incendiário, no qual se lia:

FREGUESIA D S. JOSÉ.

UNIÃO NAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES DE ELEITORES:

Guerra de extermínio ao governo corrupto; e tributário do Ferraz.

Viva o partido liberal reabilitado.

Fora o partido conservador que admite em seu seio a pedra escandalosa de quantas ladroeiras sofrem os cofres públicos.

Viva Souza Franco, Saldanha Marinho, e os que coadjuvam à nossa santa causa.

Assinou “O INDEPENDENTE”, que conclamava para a reunião que se teria na freguesia de São José, na casa do “Sr. Alvim”. A denúncia d’*O Regenerador* foi duplicada por outra frente editorial do Partido Conservador: a dos comunicados do *Jornal do Commercio*, escritos agora por Paranhos, João de Almeida Pereira Filho e Torres Homem, segundo testificam o *Diário do Rio* e o *Correio Mercantil*. “Não é para desmentir a denúncia, nem para competir com os *progressistas* em serviços ao ministério”, explicou o comunicado. E prontamente atribuiu o folheto incendiário como de obra dos liberais: “o nosso fim é assinalar à nação, a que também pertencemos, [...] este proceder dobre e desleal dos que recorrem a todos

---

<sup>368</sup> *O Regenerador*, Rio de Janeiro, nº 119, 14 nov. 1860, pp. 1-2, grifo no original; *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, nº 320, 19 nov. 1860, p. 2. Sobre as revoluções de 1848 na França, ver: AGULHON, Maurice. **1848, o aprendizado da República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Sobre a unificação italiana, ver: GOOCH, John. **A unificação da Itália**. São Paulo: Ática, 1991.

os meios para distrair os seus antagonistas.” Em contraponto, o editorial do *Diário do Rio* ressaltou que a reunião de São José foi “um fato *público* e testemunhado por grande número de cidadãos, populares de todas as classes e títulos, simples artistas e senadores do império, mas em todo o caso homens de bem”. Chamou, portanto, de calúnia relacionar o folheto à reunião: “ninguém acredita que os paroquianos de S. José, reunidos em uma sessão pública, [...] tratassem de pregar a lei da anarquia e o império das cacetadas!” - aludindo às memoráveis eleições do cacete de 1840.<sup>369</sup>

Os comícios ganharam uma coloração dramática quando, em 28 de dezembro, três dias antes das eleições, às nove e meia da noite, no salão Fileuterpe, Teófilo Otoni jogou vivas à “constituição do Império”, ao “Imperador constitucional do Brasil” e ao “voto livre”, para uma massa de votantes, contados “mais de 400” pelo *Diário do Rio*. Também estavam presentes Souza Franco, Saldanha Marinho e Francisco Otaviano. A folha liberal noticiou como sendo “a reunião da liga constitucional de Santa Rita”. Houve uma “bem servida mesa”, os oradores trocaram brindes entre si, e a banda de música da Sociedade 25 de Março, “composta de votantes da freguesia”, animou o comício até depois da meia noite, informou.<sup>370</sup> Dia seguinte, sábado, outro comício no pavilhão Fluminense. A multidão multiplicou-se: “mais de mil e duzentas pessoas”, contabilizou o *Diário*, não mais se tratando de votantes apenas. Discursaram Souza Franco, Manoel Mascarenhas, Norberto Ferreira, Luís Fortunato, Ferreira Viana, e outros. Vivas, novamente, ao imperador, à Constituição, ao voto livre e, desta vez, ao Partido Liberal, inteirou o jornal, arrematando que a banda 25 de Março animou novamente o comício.<sup>371</sup>

Revolução nunca teve. Teve sim agitação popular e violência nas eleições paroquiais. Foram tão conturbadas que, nas freguesias mais centrais, o pleito não se resolveu em um dia, como de costume, mas em três dias, mediante três chamadas.

No primeiro dia de votação em Santana (31 de dezembro), alguns liberais iniciaram o pleito discursando para a massa dos presentes. A violência começou quando do adro da igreja se avistou um escravo, cocheiro de um dos votantes, pensando-se que chegava para votar. O que rompeu a gritaria e a pancadaria. Para acalmar a multidão, o liberal Ricardo Norberto soltou algumas palavras, soltaram-se vivas ao imperador, e o padre da paróquia pediu, chorando, que se lembrasse do lugar onde estavam. Parecida calma a situação, começou os votos, eis que

---

<sup>369</sup> **O Regenerador**, Rio de Janeiro, nº 127, 24 nov. 1860, pp. 1-2; **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 326, 25 nov. 1860, p. 1, grifo no original; **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 241, 25 nov. 1860, p. 1, grifo no original.

<sup>370</sup> **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 274, 29 dez. 1860, p. 1; nº 275, 20 dez. 1860, p. 1.

<sup>371</sup> **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 275, 20 dez. 1860, p. 1.



surge um votante acusado de ser *fósforo* (pessoa não qualificada que vota em nome de alguém falecido, enfermo, morador de outra paróquia, etc.), e voltaram os gritos e quebra-quebra. A presença do chefe de polícia, Joaquim José Inácio, e da força policial levou a um confronto com a multidão, no qual algumas pessoas tentaram desarmar a polícia. Numa tentativa de negociação, o chefe de polícia retira seus homens. Resultado: paus e bengalas cacetearam, cadeiras voaram, pedras choveram. Justiniano, que compunha a mesa eleitoral, levou uma pedrada na cabeça, o ferindo a ponto de ficar alguns dias longe da redação d'*O Regenerador*.<sup>372</sup> Tido como de autoria de Teófilo Otoni, o boletim eleitoral do *Diário do Rio*, igualmente publicado no *Correio Mercantil*, comunicou que Justiniano havia tomado uma “pedrada *mal* acertada”, irritando profundamente o redator conservador, que retribuiu à caneta: “mandai acertar outra; pois vos juramos que, enquanto outra não houverdes acertado, e Deus nos prestar vida, combateremos enérgicos a turbulência e os seus fautores”.<sup>373</sup>

Essas cenas de agressão repetiram-se em outras freguesias da Corte. Elas poderiam, é certo, oferecer margens de manobra para, no calor do combate, se roubar a urna ou enfiar nela um maço de cédulas, rasgar a ata ou passar fósforos despercebidos, e adiar a eleição para outro dia. Mas não se pode vê-las como uma potência destrutiva controlada por blocos políticos, como fez Hilda Sabato, que, ao analisar a violência eleitoral em Buenos Aires nos anos 1860 e 1870, comparou o controle da violência eleitoral com a disposição de forças bélicas durante uma guerra.<sup>374</sup> Isso não coube às eleições de 1860 no Rio de Janeiro. Por esse caminho, arrisca-se a produzir um conhecimento histórico pautado por narrativas jornalísticas partidárias, limitado à realidade virtual produzida por quem narra. Arrisca-se também a considerar que a multidão fosse acéfala, potencialmente violenta e com interesses reduzidos aos daqueles capazes de a domesticar.

A violência não era inédita no histórico das eleições brasileiras. Incomuns mesmo foram passeatas políticas. E, em 1860, as houve, entrando em cena as multidões.<sup>375</sup>

---

<sup>372</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, nº 361, 31 dez. 1860, p. 2; *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 276, 31 dez. 1860, p. 1; *O Regenerador*, Rio de Janeiro, nº 1, 2 jan. 1861, p. 3.

<sup>373</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 3, 3 jan. 1861, p. 1, grifo no original; *O Regenerador*, Rio de Janeiro, nº 3, 4 jan. 1861, p. 1.

<sup>374</sup> SABATO, Hilda. *La política en las calles: entre el voto y la movilización, Buenos Aires, 1862-1880*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998, pp. 87-91.

<sup>375</sup> Sigo o ritmo metodológico de George Rudé e Edward Palmer Thompson. Ver: RUDÉ, George. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991, pp. 1-14; THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum...* op. cit., capítulos 2 e 4. Para um viés teórico da multidão ver ainda: AGUIAR, Thais Florencio de. *Demofobia e demofilia: dilemas da democratização*. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

Dia primeiro de 1861, segundo dia de eleições em Santana, Eusébio de Queirós entrou na paróquia, votou e saiu; assim, seco, rápido e frio, como narrou o *Diário do Rio*. Após sua retirada, o inspetor de quartirão se desaveio com a multidão. “O povo gritou: - *Fora o inspetor! Fora a polícia!*”, descreveu. Já o comunicado do *Jornal do Commercio* informou que “alguns ardentes” dominaram o pleito, durante o qual “os gritos - *É fósforo! Fora fósforo!* – se ouviram de minuto a minuto.” Foi dado o pretexto para o alvoroço e a brigalhada. A urna foi tão disputada que os pés da mesa sobre a qual ela estava se quebraram. E tudo estrepitou no chão da paróquia numa troada que ecoou templo afora. Para o *Diário*: “os votantes da oposição defenderam a urna como leões. / Os roubadores, e seus auxiliares, foram resolutamente rechaçados.” Para o *Jornal*: “os homens do voto livre [...] continuaram a agitar, vociferando contra o governo, papa, cardeais e mais súcia de déspotas e escravos despóticos.” O que as duas folhas concordaram foi que Paranhos, Teófilo Otoni, o chefe de polícia e o juiz municipal da freguesia utilizaram os altares laterais da paróquia para discursar. Otoni foi o mais espetaculoso. “Foi o homem do povo”, foi “estrondosamente vitoriado”, afamou o *Diário*. Otoni “mostrava-se possuído da ideia de que a desordem [...] nasceu dos planos do *consistório!!!*”, desaprovou o *Jornal*.<sup>376</sup>

O que daí se desenrolou foi assim informado pelo *Diário*: abanando um lenço branco, Teófilo Otoni saiu da paróquia de Santana em direção a Santa Rita, fez “o trajeto a pé acompanhado por mais de 1,500 votantes que atravessaram a cidade sem soltar ao menos uma palavra inconveniente, entre vivas à liberdade do voto, ao imperador, e ao Sr. Otoni, vitoriado como chefe do partido liberal.” O *Regenerador* confirmou, com outras palavras, que Otoni, acompanhado de um “batalhão volante”, “em procissão eleitoral, dando os seus gritos de triunfo e de vingança puseram-se em caminho: mas ao chegarem às instâncias dos Srs. chefe de polícia e comandante de permanentes, debandaram-se.”<sup>377</sup>

A paixão política da multidão não encontrou nos dias do pleito uma válvula de escape para sua excitação. Semanas depois, as ruas continuaram politicamente agitadas. Em meados de janeiro de 1861, quando da apuração das eleições paroquiais, a igreja de Santa Rita estava lotada de gente, “corpo da igreja, capela-mór, sacristia e até o coro. E no entanto a onda popular que enchia o largo era muito mais numerosa”, informou o *Diário do Rio*. Logo após se ler os nomes dos eleitores apurados, uma banda de música tocou repetidamente o hino nacional. A igreja foi “inundada de flores”. Deram-se recíprocos parabéns. E vivas ao imperador, ao “voto

---

<sup>376</sup> **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 2, 2 jan. 1861, p. 1, grifos no original; **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 2, 2 jan. 1861, p. 2, grifo no original.

<sup>377</sup> **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 2, 2 jan. 1861, p. 1; **O Regenerador**, Rio de Janeiro, nº 1, 2 jan. 1861, p. 4.

livre”, ao Partido Liberal de Santa Rita, a Teófilo Otoni, precedidos de discursos e recitação de poesias. Adicionou: “nenhum fora, nenhuma palavra inconveniente afeiou o triunfo dos liberais de Santa Rita.” Em Sacramento, após a apuração, a multidão foi até as casas de Souza Franco e do chefe de polícia prestar-lhes uma serenata, acompanhada de foguetes, indicou *O Regenerador*. “Dizem-nos uns que eram misturados de insultos, e de gritos de fora e de morras, outros que somente retumbavam vivas; dizem uns que às janelas do Sr. presidente do conselho [Ferraz] foram tocar músicas fúnebres, outros porém o contestam”, continuou, querendo mais indicar o caráter indômito da multidão do que se passar por imparcial.<sup>378</sup>

E teve hora em que a paixão política da multidão encontrou no campo do sagrado como que a comunhão para que sua excitante festança não deixasse de ser legítima frente o estado de coisas. Os eleitores liberais de Santa Rita mandaram celebrar, na matriz, um *Te-Deum* pelas recentes conquistas nas urnas. Igreja ornada, “grande iluminação”, com a presença de “eleitores de todas as paróquias e muitas senhoras”, foguetes estourando no início e no fim da celebração, contou o *Diário do Rio*. “O triunfo da oposição foi solenizado pelo digno presidente da comissão paroquial, o Sr. João Antônio Leite Júnior, de um modo tocante: deu carta de liberdade a uma interessante menina de 6 anos de idade, que tinha tido o infortúnio de nascer escrava”, adicionou. Não lhe bastando isso, o mesmo Antônio Leite “fez batizar como livre um menino, irmão da outra criança. O Sr. Teófilo Otoni serviu-lhe de padrinho”, escreveu, ainda. Contou também que, no largo da igreja e nas ruas adjacentes, havia “uma numerosa multidão de espectadores, entre os quais grande número de alunos da escola central”. Os presentes, incluindo a mocidade da Escola Central, “acolheram com repetidos e caloroso vivas e fizeram alas ao Sr. Teófilo Otoni ao sair da igreja, e o acompanharam até a porta do Sr. Viana Drumond”, apontou, anunciando outra passeata política. “Os alunos da escola central, bem como os outros cidadãos, abraçaram um por um, com demonstrações de entusiasmo e simpatia, o ilustre mineiro. / Repetindo-se os vivas ao Sr. Otoni,” declarou o *Diário*, arrematando com os vivas retribuídos pelo liberal do lenço branco: “à constituição do império; / À Sua Majestade o Imperador constitucional; / À mocidade livre.”<sup>379</sup>

---

<sup>378</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 16, 16 jan. 1861, p. 1; *O Regenerador*, Rio de Janeiro, nº 11, 15 jan. 1861, pp. 2-3.

<sup>379</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 25, 25 jan. 1861, p. 1.

Não creio que essa atividade política da multidão faria surgir uma “contraesfera pública proletária”,<sup>380</sup> ou foi surgida de uma “esfera pública de oposição”.<sup>381</sup> Os dois casos tratam de uma esfera pública popular que antagoniza com uma esfera pública burguesa. No primeiro caso, o problema seria embaraçar a linha divisória entre uma multidão politicamente ativa e uma classe trabalhadora em formação, dois agentes históricos que, em outros contextos, poderiam ser identificados, mas não aqui. O segundo caso coube bem para a França restaurada e sob a monarquia de Julho, onde a cultura popular se reconfigurava juntamente com os instrumentos burgueses de representação política na medida em que conquistava maior soberania e consciência política. No Brasil, onde complica-se falar em burguesia, a hegemonia senhorial aprisionava a potência transformadora da multidão, inibindo, através do medo e da crença na ordem pública, modos de existência popular mais autônomos que poderiam levar à formação de um coletivo soberano (*demos*).

Sobre o regozijo pós-eleitoral da multidão, não se leu que houve “violência” ou “agitação”, nem mesmo de publicistas conservadores. Somente *O Regenerador* de Justiniano informou que o menino liberto na igreja de Santa Rita foi batizado com o nome de José Garibaldi. Era uma insinuação do seu moto contrarrevolucionário sobre o festejo eleitoral. Um moto que os conservadores relegariam à posteridade, como se se veria, em 1872, com Francisco Belisário Soares de Souza lembrando de que as eleições de 1860 foram marcadas pelas “multidões desconhecidas, cegas, instrumentos, ora das paixões individuais, ora das autoridades, para [...] decidir dos destinos da Nação.”<sup>382</sup> Vê-se, na verdade, o contrário: nas eleições de 1860, a multidão era uma massa de votantes e não-votantes pertencentes às redes de reciprocidades que envolviam interessados na liberdade do voto, na afirmação da Liga Constitucional Progressista, e, principalmente, no combate à influência do círculo dos ex-saquaremas. E, provavelmente, havia grupos que, aproveitando do anonimato permitido pela multidão, utilizaram seu potencial destrutivo como meio de negociar alguma concessão com a aprisionadora hegemonia senhorial. É o que se vê pelo sentido dos “vivas” e “foras” durante aglomerações eleitorais, pelo desfrute e pela ira durante festejos cívicos, e pela sensibilidade fúnebre durante o cortejo de Carneiro Leão.

---

<sup>380</sup> NEGΤ, Oskar; KLUGE, Alexander. **Public Sphere and Experience: Toward an Analysis of the Bourgeois and Proletarian Public Sphere**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

<sup>381</sup> FUREIX, Emmanuel. Rites protestataires et tensions démocratiques en France à l'âge romantique (1820-1848). *Almanack*, Guarulhos, n. 9, abr. 2015. Ver também: NEGΤ, Oskar. L'espace public oppositionnel aujourd'hui. *Multitudes*, Liege; Paris, v. 4, n. 39, 2009.

<sup>382</sup> *O Regenerador*, Rio de Janeiro, nº 21, 26 jan. 1861, p. 4; SOUZA, Francisco Belisário S. de. *O sistema eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal, 1979, p. 86 [originalmente publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1872].

### 3.2: A desorganização da opinião conservadora

Para os liberais, o resultado das eleições paroquiais de 1860 foi eleger três dos seus para representar a Corte na Câmara dos Deputados: Saldanha Marinho, Francisco Otaviano e Teófilo Otoni.<sup>383</sup> Após tantos esforços, nenhum conservador foi eleito pelo distrito da Corte. Demonstrava-se, com isso, a desorganização da opinião conservadora - a opinião da maioria dos conservadores validada na esfera pública através das disputas políticas entre os partidos.<sup>384</sup>

É na esfera pública que melhor podemos observar a ampliação ou contração da opinião pública conservadora. É, mais especificamente, na liberdade que a esfera pública dá aos indivíduos de, conforme Hegel, “externarem seu julgar, opinar e aconselhar *próprios* sobre os assuntos universais”. Dito de outro modo, a opinião pública modifica a natureza da disputa por poder na esfera pública, esta que, segundo Jürgen Habermas, “deve conduzir a *voluntas* a uma *ratio* que se produz na concorrência pública de argumentos privados com o consenso sobre o que é, na prática, necessário no interesse universal”.<sup>385</sup> Nesse sentido, a opinião pública é tingida com as cores políticas necessárias para a formação ou reorientação de uma vontade coletiva que só se tornaria objetiva num Estado racional (burocrático). E como vislumbrar na esfera pública a mobilização das opiniões políticas senão através da imprensa, instrumento por excelência do público oitocentista?

Inicialmente, vejamos o perfil da imprensa periódica da cidade do Rio de Janeiro nas décadas de 1850 e 1860.<sup>386</sup>

---

<sup>383</sup> Teófilo Otoni foi eleito pela Corte e igualmente pelo distrito de Sabará (MG), e resolveu passar a vaga do Município Neutro para frente. Abriu-se novo pleito para essa vaga em julho de 1861, vencendo e ocupando-a o também liberal Martinho Álvares da Silva Campos. A escolha de Martinho Campos não modificou o tom partidário da representação da Corte na Câmara dos Deputados.

<sup>384</sup> Desenvolvi sobre a formação da opinião conservadora em outro trabalho. Ver: SALDANHA, Michel. **A ordem na barriga do progresso...** op. cit., pp. 42-48. Considerações introdutórias sobre o estudo da opinião pública na História podem ser vistas em: BECKER, Jean-Jaques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

<sup>385</sup> HEGEL, Georg Wilhelm F. **Linhas fundamentais da filosofia do direito...** op. cit., p. 291, grifo no original; HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa**. São Paulo: Ed. UNESP, 2014, p. 227, grifos no original. Também nessa linha dialética, ver: GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere, vol. 3... op. cit., p. 269. Críticas à teoria da esfera pública de Habermas foram feitas em uma conferência realizada em 1989, com a resposta do próprio Habermas, publicada em: CALHOUN, Craig (ed.). **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge; London: MIT Press, 1996.

<sup>386</sup> Ressalte-se que cruzei as informações obtidas no Catálogo de Periódicos Brasileiros Microfilmados e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, e que, portanto, os números aqui analisados não correspondem ao universo de periódicos publicados no período, pois que não consta nos arquivos e catálogo consultados periódicos que desapareceram ou não foram catalogados. O critério de análise seguiu a linha metodológica de Marcello Basile, em: BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos

Em vista panorâmica, como se vê no quadro 3, houve um crescendo de publicações entre as décadas de 1840 e 1880. As publicações aumentaram num progresso relativamente linear da década de 1840 para a de 1850, e da de 1850 para a de 1860. Um aumento mais substancial ocorreu entre a década de 1860 e a de 1870. Isso pode ser explicado, o menos tecnologicamente determinista possível, pelos melhoramentos das vias de comunicação na Corte e em seu entorno, que promoveram uma distribuição mais regular e facilitada dos periódicos, em concomitância com o crescimento populacional na capital e o desafogo econômico após o fim da guerra contra o Paraguai. Mas mais importante que isso talvez tenha sido a ampliação da esfera pública para a discussão de agendas até então costumeiramente restritas, como o republicanismo, o abolicionismo, a universalização da educação básica, o positivismo, o casamento civil, a liberdade religiosa; assim como de agendas a estas contrárias, como a defesa da monarquia e da escravidão, a modernização conservadora do Estado imperial e o ultramontanismo.<sup>387</sup>

### QUADRO 3

Periódicos publicados por décadas (1841-1880)<sup>388</sup>

| Período                    | Quantidade | %          |
|----------------------------|------------|------------|
| Década de 1840 (1841-1850) | 150        | 20,08      |
| Década de 1850 (1851-1860) | 169        | 22,62      |
| Década de 1860 (1861-1870) | 192        | 25,70      |
| Década de 1870 (1871-1880) | 236        | 31,59      |
| <b>Total</b>               | <b>747</b> | <b>100</b> |

Fontes: **Catálogo de periódicos brasileiros microfilmados**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994; **Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional**.

A maioria dos periódicos das décadas de 1850 e 1860 circularam por menos de 1 ano. No quadro 4, pode-se observar que essa maioria era formada por cerca de 64% dos periódicos

---

jornais e dados estatísticos. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria B. P. das. **Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2014. Ver também: BASILE, Marcello. The “Print Arena”: Press, Politics and the Public Sphere, 1822-1840. In: KRAAY, Hendrik; CASTILHO, Thomas; CRIBELLI, Teresa (orgs.). **Press, Power and Culture in Imperial Brazil**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2021.

<sup>387</sup> Sobre as agendas políticas da década de 1870, ver: SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil...** op. cit., pp. 201-249; ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, capítulos 2 e 3; e CARVALHO, José Murilo de. **Clamar e agitar sempre: os radicais da década de 1860**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018, p. 32 e passim.

<sup>388</sup> Relacionei a quantidade de periódicos publicados na maior parte do Segundo Reinado. Dividi em décadas, incluindo as décadas anterior e posterior ao período estudado nesta tese, na tentativa de observar, em longura, se houve mudanças ou permanências quantitativas.

que circularam entre 1851 e 1870. Aproximadamente 1/3 dos periódicos circulou por mais de 1 ano; cerca de 1/5 circulou por mais de 2 anos; apenas 1/10 circulou por mais de 5 anos. E 4,4% ultrapassaram a marca dos 10 anos de circulação, contabilizando 15 jornais, dentre eles o *Jornal do Commercio*, o *Diário do Rio de Janeiro* e o *Correio Mercantil*. A efemeridade dos quase dois terços de jornais - que circularam por menos de 1 ano - encontra paralelos com o período regencial. O historiador Marcello Basile identificou que, durante a Regência, 73,6% dos jornais circularam por menos de 1 ano, apontando que a multiplicidade de publicações podia corresponder a uma estratégia para evitar perseguições aos redatores.<sup>389</sup> Nas décadas aqui analisadas (1850 e 1860), é improvável a ocorrência de perseguições a redatores tal qual no período regencial, levando a crer que a curta duração do grosso de periódicos pode ter sido por dificuldades no custeio editorial.

#### QUADRO 4

Duração dos periódicos em circulação (1851-1870)

| Duração               | Quantidade | %          |
|-----------------------|------------|------------|
| Menos de 1 ano        | 217        | 64,01      |
| De 1 ano até 2 anos   | 58         | 17,11      |
| De 2 anos até 5 anos  | 29         | 8,55       |
| De 5 anos até 10 anos | 14         | 4,13       |
| Acima de 10 anos      | 15         | 4,42       |
| Não identificado      | 6          | 1,77       |
| <b>Total</b>          | <b>339</b> | <b>100</b> |

Fontes: **Catálogo de periódicos brasileiros microfilmados**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994; **Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional**.

Aproximemos a lupa para mais perto do contorno temporal desta tese. Pelo quadro 5, observa-se a quantidade de periódicos publicados e em circulação, ano a ano, durante as décadas de 1850 e 1860. Em primeiro lugar, o total de periódicos publicados na década de 1860 (192) é 12% maior do que o total da década de 1850 (169). Em segundo lugar, em cada ano, o número de periódicos circulados excedia, no geral, em mais que o dobro do número de periódicos publicados. Isso apenas indica que aos periódicos lançados em determinado ano somavam-se as publicações que vinham circulando de anos anteriores. Percebe-se, além disso, que, no período da Conciliação, houve redução no número de publicações. E, se a intransigência entre os partidos foram inibidas pelo clima da política da conciliação – lembrando-se que as disputas

<sup>389</sup> BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência... op. cit., p. 46.

foram direcionadas para o sentido de conciliação que cada círculo partidário queria -, fica em aberto o porquê da queda de publicações, levando-se em conta que houve uma redução geral de periódicos e não apenas de periódicos político-doutrinários. Percebe-se, outrossim, que no estourar da Guerra contra o Paraguai o número de publicações cai bruscamente, assim como no período decisivo de 1868, o que pode levantar as hipóteses de essa queda corresponder ao tendencial aumento das publicações de revistas ilustradas ou/e refletir os períodos críticos da economia imperial – a primeira correspondendo à crise do banco Souto em 1864, e a segunda ao estado das contas públicas do Império com o arrastar de uma guerra que se queria rápida.

### QUADRO 5

Periódicos publicados e em circulação por ano (1851-1870)

| Ano          | Publicação | Circulação | Ano  | Publicação | Circulação |
|--------------|------------|------------|------|------------|------------|
| 1851         | 25         | 50         | 1861 | 23         | 49         |
| 1852         | 20         | 49         | 1862 | 23         | 48         |
| 1853         | 16         | 45         | 1863 | 18         | 41         |
| 1854         | 13         | 40         | 1864 | 22         | 48         |
| 1855         | 13         | 40         | 1865 | 10         | 32         |
| 1856         | 12         | 37         | 1866 | 18         | 38         |
| 1857         | 17         | 39         | 1867 | 21         | 47         |
| 1858         | 17         | 44         | 1868 | 13         | 44         |
| 1859         | 17         | 39         | 1869 | 23         | 55         |
| 1860         | 19         | 46         | 1870 | 21         | 58         |
| <b>Total</b> | <b>169</b> | -          |      | <b>192</b> | -          |

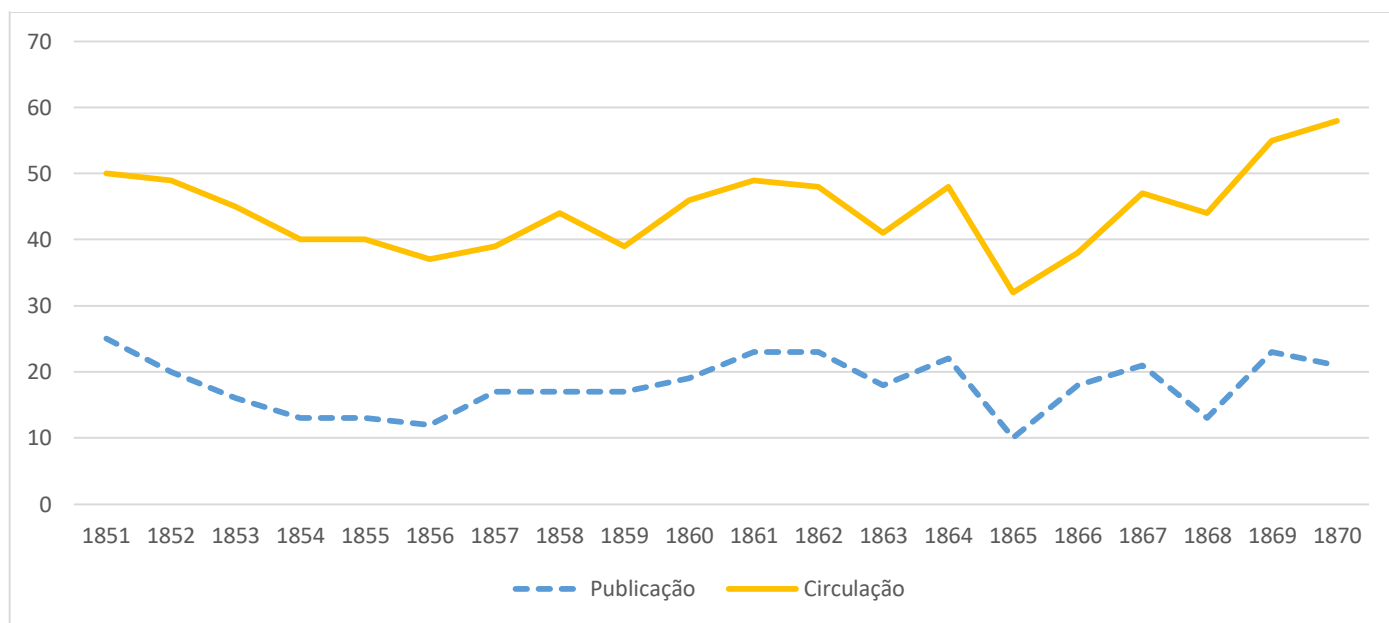
Fontes: **Catálogo de periódicos brasileiros microfilmados**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994; **Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional**.



O gráfico 2 ajuda a ilustrar os movimentos de publicação e circulação de periódicos nas décadas de 1850 e 1860. A primeira metade da década de 1850 é marcada por um decréscimo de publicação e circulação de jornais. A esse afogamento, nota-se um pequeno fôlego a partir da segunda metade da década. No ano de 1858, há um pico na curva de circulação, indicando que houve um movimento atípico de jornais publicados em 1857 circulando no ano seguinte. Isso pode sugerir que o contexto da crise de 1857 e da tentativa de recuperação econômica de

## GRÁFICO 2

Periódicos publicados e em circulação (1851-1870)



Fontes: **Catálogo de periódicos brasileiros microfilmados**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994; **Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional**.

1858 tenha ampliado a esfera pública jornalística para os debates sobre economia política. Ou, o mais provável, que a imprensa literária e científica, que veio aos poucos crescendo na década de 1850, lançou mais publicações em 1857 mas teve dificuldades de sustentar sua circulação para além de 1858, devido ao prolongamento da crise econômica no Rio de Janeiro; são os exemplos de *O Brasileiro*, de *O Brazil Artístico*, da *Gazeta Forense*, da *Revista Literária e Recreativa* e da *Violeta Fluminense*, todos eles encerrados em 1858. Em fins dos anos 1850 e início dos anos 1860, vê-se um aumento na publicação e circulação de periódicos. Algo tanto sustentado pelos periódicos literários, ilustrados e científicos quanto pelos periódicos político-doutrinários, podendo significar o tom que as eleições de 1860-1861 deu à esfera pública. Durante a década de 1860, houve grande oscilação em publicações, acompanhada pela circulação. Provavelmente pelo contexto da crise financeira do banco Souto e pelo início da guerra com o Paraguai, a queda mais abrupta ocorreu em 1865, sendo jornais literários a maioria

dos lançados nesse ano. A partir da segunda metade da década de 1860, observam-se duas tendências: uma na oscilação de publicações e outra no crescimento de jornais em circulação. As duas tendências desaguariam na ampliação da esfera pública no Rio de Janeiro a partir da década de 1870.

Após essa visão geral, analisemos as cores político-partidárias da imprensa carioca nas décadas de 1850 e 1860. A fim de observar o movimento de ampliação e contração da opinião conservadora, delimitei a opinião pública partidária em duas variáveis doutrinárias: conservadora e anticonservadora. A delimitação tem somente o objetivo analítico de verificar como ocorreu aquele movimento na disputa do Partido Conservador por espaços de oportunidade na esfera pública.<sup>390</sup> À doutrina conservadora associei os periódicos doutrinários alistados às ideias do Partido Conservador. À doutrina anticonservadora associei os periódicos doutrinários alistados às ideias do Partido Liberal, da Liga Progressista, do republicanismo e da democracia.<sup>391</sup>

Pelo quadro 6, se vê que, entre 1851 e 1870, a quantidade de publicações anticonservadoras supera em mais que o dobro as publicações conservadoras. Mesmo se se considerar apenas os jornais ligados ao Partido Liberal, são 35 - contra os 18 jornais conservadores -, representando 79,7% do total de jornais anticonservadores; temos ainda 4 jornais democratas, representando 9%; 3 jornais republicanos, representando 6,8%; e 2 associados à Liga Progressista, representando 4,5%. Com o detalhe de que os jornais republicanos e democratas foram publicados, em sua maioria, de 1868 em diante, enquanto que os jornais liberais tiveram sua publicação e circulação distribuídas pelas décadas de 1850 e 1860. Por todo o período, há uma oscilação nas publicações. A oscilação é, entre 1851 e 1861, acompanhada pelas duas vertentes doutrinárias, com tendência de mais publicações de jornais anticonservadores, havendo uma inflexão entre 1862 e 1865, durante a qual, em períodos específicos, a quantidade de publicações conservadoras é maior. Essa inflexão ocorre na época da ascensão da Liga Progressista ao poder e do assentamento do Partido Conservador na oposição. No fim da década de 1860, contexto das conferências radicais, aumenta a discrepância entre publicações conservadoras e anticonservadoras, com acentuação destas últimas.

---

<sup>390</sup> Apresentei uma discussão metodológica da delimitação de variáveis doutrinárias para a imprensa periódica em outro trabalho, esse circunscrito a Minas Gerais. Ver: SALDANHA, Michel. A imprensa periódica doutrinária em Minas Gerais na década de 1860. **Faces de Clio**, Juiz de Fora, v. 6, n. 11, jan./jul. 2020, pp. 399-401.

<sup>391</sup> Para a identificação das ideias a que os periódicos eram alistados, segui o critério nativo, isto é, a autoclassificação feita pelos próprios periódicos ou, na falta desta, a classificação mencionada por outros periódicos. A ressalva necessária é que os jornais inscritos no republicanismo e na democracia buscavam se distinguir do Partido Liberal, ainda que frequentemente fossem associados a ele pelos jornais conservadores.

## QUADRO 6

Periódicos conservadores e anticonservadores publicados e em circulação por ano (1851-1870)

| Ano          | Publicação conservadora | Publicação anticonservadora | Circulação conservadora | Circulação anticonservadora |
|--------------|-------------------------|-----------------------------|-------------------------|-----------------------------|
| 1851         | 0                       | 0                           | 1                       | 3                           |
| 1852         | 0                       | 1                           | 1                       | 3                           |
| 1853         | 2                       | 2                           | 2                       | 5                           |
| 1854         | 1                       | 3                           | 2                       | 5                           |
| 1855         | 1                       | 3                           | 1                       | 5                           |
| 1856         | 0                       | 2                           | 0                       | 3                           |
| 1857         | 0                       | 2                           | 0                       | 5                           |
| 1858         | 1                       | 3                           | 1                       | 7                           |
| 1859         | 1                       | 2                           | 1                       | 7                           |
| 1860         | 3                       | 4                           | 3                       | 8                           |
| 1861         | 0                       | 2                           | 1                       | 5                           |
| 1862         | 2                       | 1                           | 2                       | 4                           |
| 1863         | 1                       | 3                           | 2                       | 5                           |
| 1864         | 2                       | 1                           | 3                       | 4                           |
| 1865         | 1                       | 0                           | 2                       | 1                           |
| 1866         | 1                       | 2                           | 1                       | 3                           |
| 1867         | 0                       | 0                           | 1                       | 2                           |
| 1868         | 0                       | 5                           | 0                       | 7                           |
| 1869         | 1                       | 4                           | 1                       | 6                           |
| 1870         | 1                       | 4                           | 2                       | 9                           |
| <b>Total</b> | <b>18</b>               | <b>44</b>                   | -                       | -                           |

Fontes: **Catálogo de periódicos brasileiros microfilmados**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994; **Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional**.

No âmbito da circulação, o padrão é o mesmo. Dentre os jornais conservadores, a duração dos periódicos em circulação é próxima do padrão geral da imprensa carioca (ver quadro 4). Do total de 18 jornais conservadores, 12 circularam por menos de um ano (66,7%), 3 circularam de um até dois anos (16,7%), 1 jornal – *O Brasil* – circulou por mais de dez anos (5,5%), e dois não foram identificados (11,1%). Destaca-se, ainda no quadro 6, que o período que mais circulou jornais conservadores foi o de 1860 a 1865. Foi também nesse período de seis anos que se lançou metade das folhas conservadoras do total das 18 publicações das

décadas de 1850 e 1860. Um período que marca, portanto, a ampliação da opinião conservadora na esfera pública do Rio de Janeiro, sobretudo em condição de oposição. Mas isso também sugere a tentativa de reorganização dessa opinião; ou, em lógica inversa, sugere que a opinião conservadora se encontrava desorganizada, e, portanto, em 1860, se notou a necessidade de aumentar os esforços de vitalizá-la pelo estímulo da imprensa doutrinária do Partido Conservador. E, pelo que foi exposto, nota-se que a opinião conservadora vinha definhando desde as ações peticionárias de fazendeiros conservadores pelo fim da proposta de reforma judiciária de 1854, passando pelo acirramento eleitoral de 1856 e pela oposição dos capitalistas da Corte à economia política reguladora do programa conservador, e culminando na oposição popular ao círculo dos ex-saquaremas durante as eleições de 1860. Tantos anos de desorganização da opinião conservadora não exigiria quantos esforços publicísticos para reorganizá-la?

A desorganização da opinião conservadora veio como um atropelo para os conservadores. Eusébio de Queirós, sumo-sacerdote do saquaremismo e recém articulador para a tomada da chefatura do Partido, foi quem mais sentiu o peso dessa desorganização. Em 1860, além de ser constantemente alvejado pelas tintas dos jornais anticonservadores, sofreu, publicamente, uma ofensiva eleitoral vinda de seu próprio lado partidário. Foi outubro, quando enviou uma circular para os eleitores conservadores de Angra dos Reis recomendando as candidaturas de Torres Homem, Brás Carneiro da Costa e Gama (conde de Baependi) e José Joaquim de Lima e Silva (irmão do marquês de Caxias). “Fez sentir a necessidade *de nos reunirmos e cerrar o mais possível nossas fileiras, porque de outra sorte* teremos por causa de nossas divergências de ver no ano próximo uma câmara *essencialmente voltada aos interesses de nossos adversários*”, lia-se a recomendação de Eusébio. A circular foi publicada pelo *Diário do Rio de Janeiro*. A resposta também foi. Sob o anonimato das páginas do *Diário*, o respondente conservador de Angra não estava “resolvido a votar em nenhum dos três candidatos”, disse, justificando que “nem eu, e nem meus amigos conservadores deste lado desejamos votar em homens que já foram deputados, e que não fizeram coisa alguma em bem do país, e por isso desejamos eleger gente nova”. Que Eusébio não os levasse a mal por serem do mesmo partido era algo repetido em toda a carta-resposta. Repetia-se igualmente a recusa ao apoio pedido pelo chefe ex-saquarema:

desejamos que para deputados sejam escolhidos homens que sejam amigos do sistema monárquico que nos rege e da constituição jurada, e que defendam esses dois elementos da ordem que formam um só elemento que é a nação brasileira.

Não queremos portanto votar em homens que tenham atacado essas bases sólidas da nossa nacionalidade [...], queremos deputados novos que procurem fazer como um verdadeiro consórcio da monarquia com a nação [...].

É urgente portanto que uma geração nova nos dite leis baseadas na equidade, de maneira que as autoridades nomeadas dependam tanto do governo como do povo, o que era assim no antigo regime [...].

Para o bom matrimônio entre o sistema monárquico e a nação, o respondente apresentou um compromisso precatório que previa “que os presidentes de província fossem escolhidos sob proposta de cidadãos designados pelas assembleias provinciais”; “que os juízes municipais e de órfãos, promotores públicos, etc. fossem nomeados precedendo uma proposta das câmaras municipais”; “que os subdelegados fossem escolhidos dentre os juízes de paz das freguesias aqueles que o governo julgasse mais de sua confiança”. Enfim, expôs: “carecemos delegar nossos poderes em cidadãos que atendam à mór parte de nossas necessidades, como sejam a falta de braços na lavoura”.<sup>392</sup> Por mais incompatível que pareça, o saudosismo malcomparado dos tempos coloniais era menos de enrijecimento do regime à maneira de Eusébio e mais de alargamento democrático à maneira reformista.

*O Regenerador* defendeu Eusébio e a circular: “se algum dia o Sr. Eusébio mereceu o aplauso do país e deu prova do seu valor político foi decerto esse em que escreveu a sua circular pedindo todos os votos, todos os esforços dos seus amigos para essa candidatura”. Após a defesa, censurou o conservador de Angra dos Reis: “nunca deu ele [Eusébio] à oposição prova mais completa do que a sua política nada tem de rancoroso, nada de pessoal, nada de mesquinho, nada enfim de emperrado e exclusivista.” Do outro lado do espectro político-partidário, *A Actualidade* cutucou a onça. “S. Ex. foi um dos mais proeminentes chefes do antigo partido conservador. Seus correligionários de outrora, como os que ainda hoje esperam algum bem do partido conservador, consideravam-no o chefe supremo, o pontífice máximo da sua seita”, escreveu, delimitando no pretérito das linhas o passado da chefatura do ex-saquarema. “Apresentando-se hoje em público, convidando seus amigos a cerrarem fileiras e a trabalharem debaixo das mesmas vistas na próxima eleição geral, o Sr. Eusébio demonstra que não está disposto a resignar o chefado, que quer ainda recordar-se do seu tempo de batalhador,” acrescentou,<sup>393</sup> como se se tratasse apenas da disputa pela chefatura do Partido na Corte e não pela necessidade de catar votos para barrar uma ampla desorganização partidária. A circular demonstrava isso; a resposta do conservador de Angra reafirmava, publicamente.

---

<sup>392</sup> **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 214, 27 out. 1860, p. 1, grifos no original.

<sup>393</sup> **O Regenerador**, Rio de Janeiro, nº 106, 29 out. 1860, p. 1; **A Actualidade**, Rio de Janeiro, nº 105, 7 nov. 1860, p. 1.

Em junho de 1861, quando houve a eleição para a vaga da Corte na Câmara baixa deixada por Teófilo Otoni, os chefes do círculo ex-saquarema se abstiveram da campanha eleitoral. Houve o desagrado de muitos conservadores. Pois, em contraponto, os membros da Liga Constitucional Progressista organizaram uma comissão central para escolher, através de votações em nove freguesias da Corte, um seu candidato que concorreria unicamente pela Liga e receberia os votos em bloco dos ligueiros cariocas.<sup>394</sup> Entre os conservadores, calculava-se uns noventa eleitores com possibilidade de serem escolhidos no primeiro grau da eleição. Em termos de estratégia partidária, falava-se em “combinar em uma resolução, que todos adotassem, que desse testemunho da simultaneidade de ação que é a força e a condição de vida dos partidos políticos”, lê-se n’*O Regenerador*. Em termos de tática eleitoral, falava-se “ou que *todos* votassem em branco, ou ainda que *todos* reunissem os seus votos em um só candidato”. “Mas para que fosse adotada uma resolução simultânea, seria necessário que houvesse uma direção comum e ativa”, explicou o jornal, imprimindo o anseio dos conservadores. Essa direção, no entendimento dos conservadores – segundo *O Regenerador* –, só poderia ser tomada por aqueles que dispõem do “prestígio dos seus nomes” e da “consideração que se liga às suas pessoas”. Prestígio e consideração, entretanto, não se improvisam: “o partido conservador tem igualmente nomes feitos e dos mais prestigiosos: se estes porém se retiram, não será tão cedo que outros se apresentem em iguais condições da influência”, explicou o jornal.

Mas *O Regenerador* de Justiniano não deixaria tamanha pressão sob os chefes ex-saquaremas os quais prestava tanta fidelidade. Tentou diminuir o peso lançado em suas costas, mas sem se comprometer com seus copartidários querelantes. A manobra, tão frequente, foi responsabilizar os opositores do Partido Conservador. O motivo da abstenção dos chefes ex-saquaremas, dramatizou, era a “calúnia de seus inimigos!” E riscou a letra: “por mais que se abstenham, e que estudem meios de anular-se, basta a lembrança do seu passado, basta o conhecimento que se tem da consideração pública que os acompanha, para que sejam eternamente caluniados, insultados; serão sempre os oligarcas, os acumuladores, os *filhotistas*.”<sup>395</sup> Lançou essa defesa, e não mais tocou no assunto.

Quando a derrota eleitoral do Partido Conservador na Corte ficou clara, a desorganização da opinião conservadora também ficou. “O partido conservador carecia desta solene derrota: desde 1856 está ele de fato derrotado”, avaliou Justiniano n’*O Regenerador*, sinalizando, em seguida, que “como no governo tem sempre mais ou menos havido pessoas mais ou menos relacionadas, afeiçoadas a seus chefes, e que no passado partilharam as suas

---

<sup>394</sup> **A Actualidade**, Rio de Janeiro, nº 144, 13 jul. 1861, pp. 1-2.

<sup>395</sup> **O Regenerador**, Rio de Janeiro, nº 61, 28 jun. 1861, p. 1, grifo no original.

ideias, o partido conservador preferiu desorganizar-se a entrar em luta com esses ministérios”. Para o jornalista, a desorganização foi consequência do apoio que o Partido deu aos governos subsequentes ao Gabinete da Conciliação. Com as eleições de 1860, continuou, “sobre os homens conservadores a injustiça, ou talvez a justiça da opinião, fazia, e ainda hoje faz, pairar a responsabilidade do governo, a responsabilidade de tudo isso que contra eles próprios, contra as suas ideias fora feito.” Mas o juízo teórico do intelectual conservador era experimentado na política real, ele sabia que o Parlamento não era o único espaço de opinião que o Partido poderia instrumentalizar. “Alguns dos nossos ficarão fora do parlamento: grande desgraça na verdade! Nos países de regime representativo só se vive, só se exerce influência sobre a opinião, quando se é deputado, só pode servir à causa da pátria quem tem um voto no parlamento?”, questionou, com um criterioso “não” como resposta.<sup>396</sup> O veredito d’O *Regenerador*, entretanto, homogeneiza o Partido, a opinião e a desorganização. Ele escamoteia que somente em 1860 é que o círculo ex-saquarema de fato assumiu a direção eleitoral do Partido na Corte, sugerindo, em vez disso, que após o Gabinete da Conciliação esse círculo detinha uma direção partidária total. Ele indica que o julgamento feito pela opinião pública aos conservadores foi de apenas cidadãos-votantes em períodos eleitorais. Ele superdimensiona a desorganização como se todos os elementos do Partido se desorganizassem. Ainda assim, reconhece o prejuízo partidário diante da opinião pública.

Alguma historiografia, e à frente dela os trabalhos de Ricardo Salles, inspirados pelas conclusões da tese de Ilmar Mattos, viram na opinião pública liberal uma sobrevida da dominação saquarema.<sup>397</sup> É como se os efeitos buscados pela razão pública dos antissaquaremas fossem eles mesmos o atestado de uma hegemonia que, após 1853, não houve. Pois, se houve, como o domínio saquarema, nos termos de Ilmar Mattos, coexistiria com o domínio da Conciliação? Como a política da intransigência e a empregocracia saquarema conviveria com a *pax partidária* dos conciliados? E como explicar o afastamento da trindade saquarema da basílica diretoria do Partido Conservador, no segundo quinquênio dos anos 1850, ou a desorganização deste partido, ao longo da década de 1860, se não se perscruta com pente fino e se intima os atores-chave, como é o caso do diretor e mentor do jornal liberal *Correio Mercantil*, Francisco Otaviano, que, em 1857, tinha ciência da desorganização dos conservadores, ao perceber que “as reuniões chamadas conservadoras deram em droga”, porque

---

<sup>396</sup> O *Regenerador*, Rio de Janeiro, nº 3, 4 jan. 1861, p. 2.

<sup>397</sup> Dentre outros trabalhos de Ricardo Salles, destaca-se: SALLES, Ricardo. As águas do Niágara... op. cit.

os novos deputados se esquivaram delas e os velhos conservadores se dividiram;<sup>398</sup> e, no contexto das eleições de 1860, Otaviano sabia que “o Eusébio e o Saião [Francisco de Saião Lobato] parecem brigados mortalmente; o Eusébio insiste em apresentar o Sérgio [Sérgio Teixeira de Macedo], e o Saião se apresenta contra o Sérgio.”<sup>399</sup> Enfim...

Aberta a década de 1860, abrem-se também as cortinas da esfera pública na cidade do Rio de Janeiro. Dito de outro modo, vê-se, pela análise das publicação e circulação da imprensa periódica carioca, a ampliação da esfera pública, ou ao menos a ampliação da instância impressa dessa esfera pública; algo que tenderá a uma maior abertura na década seguinte. A imprensa doutrinária conservadora acompanhou essa ampliação. Mas não como necessária consequência da abertura, e sim como necessária resposta à opinião conservadora que se desagregara nos anos 1850 e que chegara desorganizada na virada para os anos 1860. Uma desorganização que fez membros do antigo panteão saquarema descerem ao mundo eleitoral, pois mesmo do distante céu senatorial sentiram que o Partido Conservador poderia se desagregar em outra instância da esfera pública (a Câmara dos Deputados) caso os conservadores perdessem mais assentos parlamentares e votos de confiança em torno de seus projetos legislativos, como vinha ocorrendo desde a cisão promovida pelo Partido Parlamentar em 1853 - ainda que a composição da Câmara fosse relativamente oscilante entre 1853 e 1860. Entretanto, a desorganização da opinião conservadora era tal que, mesmo sobre o sustentáculo glorioso do passado saquarema, o presente impôs o fardo pesado de suas contradições.

### 3.3: Machado de Assis progressista e o progressismo conservador

Desde a época das pressões peticionárias dos senhores de escravos e senhores do capital, as relações políticas eram orientadas por um novo parâmetro social organizativo que engolia qualquer reação contrária a seu empreendimento: a ideologia do progresso.

Machado de Assis moço, no ensaio *O Jornal e o Livro*, publicado no *Correio Mercantil* em 1859, escreveu sobre a evolução da imprensa livresca para a imprensa jornalística. Assunto datado, mas que escapa dessa matéria devido à paixão altissonante do literato pelo movimento do progresso. “O espírito humano, como o heliotrópio, olha sempre de face um sol que o atrai, e para o qual ele caminha sem cessar: é a perfectibilidade”, começa. Dizia-se tão adepto da nova

---

<sup>398</sup> Carta de Francisco Otaviano de Almeida Rosa para Francisco Inácio Carvalho Moreira, 13 jun. 1857. In: ROSA, Francisco Otaviano de A. **Cartas de Francisco Otaviano**...op. cit., p. 112.

<sup>399</sup> Carta de Francisco Otaviano de Almeida Rosa para José Antônio Saraiva, 22 dez. 1859. In: ROSA, Francisco Otaviano de A. **Cartas de Francisco Otaviano**...op. cit., p. 121.



crença, a do progresso, como assim fossem todos os moços daquele século: “Sou filho deste século, em cujas veias ferve o licor da esperança. Minhas tendências, minhas aspirações, são as aspirações e as tendências da mocidade; e a mocidade é o fogo, a confiança, o futuro, o progresso.” É um Machado leitor diletante de Eugène Pelletan, bastando um lance de olho no livro *Le monde marche* (1857) do revolucionário de 1848: “tendes sempre vivido em pleno século, em pleno sol, com a mocidade, com os fortes, com os obreiros da primeira hora, os faróis da civilização. Desde que pensastes livremente, vossa alma foi um hino ao progresso, vossa vida um ato do progresso.”<sup>400</sup> Cá e lá, essa noção de que os oitocentistas estavam indeclinavelmente iluminados pelo brilho do futuro era tida como a ordem natural do século.

As simetrias entre os publicistas de cá e de lá do Atlântico estão na expectativa civilizatória que o progresso carregava. Em 1863, o jornal liberal *A Actualidade* imprimiu que “a civilização caminha em todo o globo.” Resultado disso estava no desenvolvimento das ciências e da indústria, já que, “a despeito das guerras e de mil tropeços, o espírito humano vence tudo e alcança cada dia novas vitórias sobre a natureza bruta.” Vê-se aqui o mesmo sentido de perfectibilidade de Machado de Assis. *A Actualidade*, no entanto, situava o Brasil numa cadência civilizatória inferior aos padrões mundiais. No continente americano, escreveu, “enquanto a vida ferve ao norte e a população duplica incessantemente tendendo a regozijar fora de seus atuais limites, o Brasil arrasta-se languido e aí deixa sem cultura suas fertilíssimas terras, seus volumosos rios sem navegação.” Motivo disso, na régua partidária do jornal, é a “inépcia dos homens que têm dirigido os destinos do império”.<sup>401</sup> O desconsolo do redator apontava para o passado saquarema, como que um tempo sacrificador das possibilidades de civilização, que persistia, negando redimir-se ao movimento do futuro.

É claro o partidarismo liberal do redator. Também é claro um modelo liberal de progresso: para o Brasil progredir, deveria inscrever-se no movimento universal do progresso; isolando-se, o povo brasileiro se atrasaria diante da civilização de todos os povos e causaria um desarranjo no progresso universal; o país, portanto, deveria abrir-se para o mundo, franquear suas riquezas naturais para o benefício civilizacional de todos os povos. É a retórica da mão invisível aplicada ao liberalismo d’*A Actualidade* - e do deputado Tavares Bastos (AL) - em prol da abertura econômica do rio Amazonas. Aplicada igualmente ao meio circulante,

---

<sup>400</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 10, 10 jan. 1859, p. 1; PELLETAN, Eugène. **Cartas a Lamartine: O mundo marcha**. Rio de Janeiro: Typ. De B. de Mattos, 1866, p. 16. Jean-Michel Massa também notou o Machado de Assis leitor de Pelletan, ver: MASSA, Jean-Michel. **A juventude de Machado de Assis, 1839-1870: ensaio de biografia intelectual**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2009, p. 190.

<sup>401</sup> **A Actualidade**, Rio de Janeiro, nº 475, 22 jul. 1863, p. 1.

conforme um missivista liberal do *Jornal do Commercio*, para quem a criação dos bancos e, com eles, do papel-moeda veio suprir a “necessidade de transportar massas e massas consideráveis de moeda [de ouro e prata] tão pesada”.<sup>402</sup>

Machado de Assis compactuava com a mesma liturgia liberal. No ensaio de 1859, diz que a indústria e o comércio “são os elos que prendem as nações, isto é, que unem a humanidade para o cumprimento de sua missão.” O crédito, continua, é “a ideia econômica consubstanciada numa fórmula altamente industrial.” Significava dizer que o crédito era confiança monetária em larga escala. “Indústria-manufatora ou indústria-crédito, o século conta a indústria como uma das suas grandes potências: tirai-a aos Estados Unidos e vereis desmoronar-se o colosso do norte”,<sup>403</sup> compara, demonstrando o progressismo globalista que supõe haver um ambiente competitivo (lei smithiana da vantagem absoluta) que requer liberdade de comércio para melhor harmonizar os interesses econômicos mundiais.

Na doutrina conservadora, progresso não era o movimento do *mais e melhor*. Era, bem, o movimento do *mais para melhor*. “A alavanca do progresso é o tempo; tempo, quer dizer experiência, calma e legalidade”, nas linhas de um *Diário do Rio* dirigido pelo conservador Bernardo de Azambuja em 1853. Um tempo retorcido pela morosidade do vivido, é verdade, já que na experiência vivida estão a calma reflexão sobre os descuidos do passado e as projeções de vida que dele se servem. Mas não é isso o que de doutrinário tem no progressismo conservador. E sim a castração de pulsões democráticas. Ou, nos termos do *Diário* de Azambuja: “as grandes transformações sociais produzidas pelo descontentamento da multidão, é a lava que queima,” afinal, “as revoluções não apressam, não adiantam a hora em que os estados devem chegar a certo e determinado grau de fortaleza e felicidade”. Não contemporizava com o progresso levado a cabo pelos *muitos*, visto que não seria um progresso para o melhor dos *poucos*, esses que dependem da conservação da ordem de coisas. Dessa feita, “o tempo que se gasta a recompor os elementos desfocados, a refundar as instituições derrocadas e reorganizar os elos da cadeia social quebrada pela fúria dos amotinados, é o tempo que se trabalharia lentamente para se conseguir com meios pacíficos e legais a posse da preciosa grandeza e bem estar que todos buscam”, enfatiza, filtrando de maneira bizantina que o progresso não poderia se realizar a todo custo.<sup>404</sup>

---

<sup>402</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 7, 7 jan. 1857, p. 2. Sobre os debates parlamentares em torno da abertura do Amazonas, ver: ABREU, Eide Sandra A. **O Evangelho do comércio universal...** op. cit., pp. 267-279.

<sup>403</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 12, 12 jan. 1859, p. 2.

<sup>404</sup> **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 22, 23 jan. 1853, p. 1.

Contrário disso pensava Pelletan: “Escutastes a voz do vento que passava, e ao sinal desta voz deixais o dogma da realeza pelo dogma da democracia. Se isto não é progresso, o que é então progresso?”, perguntou, em carta, a Lamartine. Contrário, também pensava Machado de Assis: “esta explosão do pensamento humano concentrado na rainha da Europa não é um sintoma de progresso? O que era a revolução francesa senão a ideia que se fazia república, o espírito humano que tomava a toga democrática pelas mãos do povo mais democrático do mundo?”, escreveu no ensaio do *Correio Mercantil*; e ainda: “O direito da força, o direito da autoridade bastarda consubstanciada nas individualidades dinásticas vai cair. Os reis já não têm púrpura, envolvem-se nas constituições”, num entusiasmo republicanista, algo que - lembramos bem Roberto Schwarz - abandonaria mais tarde, no tempo de *A mão e a luva* (1872), *Helena* (1876) e *Iaiá Garcia* (1878). O republicanismo do nosso literato talvez seja menos por influência das leituras de Pelletan, como assim sugere Jean-Michel Massa, e mais pelo grupo a que era associado, composto por publicistas da laia de Manoel Antônio de Almeida, Quintino Bocaiuva, Augusto Emílio Zaluar e pelo republicano francês e exilado no Rio Charles Ribeyrolles.<sup>405</sup>

Nisso o progressismo conservador nem esbarrava. Causar-lhe-ia urticária. “O progresso pressupõe ordem, reflexão e exame: não se verifica pela agitação, nem precipitadamente. Nem são reais e perduráveis as suas conquistas se não tendem a satisfazer necessidades reconhecidas pela consciência pública e não os alumia a luz da razão”, lê-se no *Constitucional*, periódico que se tornou o reduto do Partido Conservador durante a consolidação da Liga Progressista, abrigando em torno de si conservadores de diversos círculos, desde seus diretores, Francisco de Saião Lobato e o deputado Pedro de Calasans (SE), aos Firmino Rodrigues Silva, Torres Homem, Paranhos e Luís Pedreira do Couto Ferraz. Era esse o sentido de progresso conservador. Progresso, somente se lento, pois refletido, evitando que o desenvolvimento e a civilização sejam realizados pelos muitos. Conservador, que não queria dizer “inércia, nem regresso, mas movimento regrado e progresso pautado pela exata apreciação dos interesses reais e legítimas aspirações da pátria”, quem disse foi Francisco Gê de Acaiaba e Montezuma, numa reunião de parlamentares conservadores no Club Fluminense em 1862.<sup>406</sup> *Mais para melhor.*

---

<sup>405</sup> PELLETAN, Eugène. *Cartas a Lamartine...* op. cit., p. 12; *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 10, 10 jan. 1859, p. 1; SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Letras; Ed. 34, 2000, pp. 84-85. Sobre as influências de leitura de Machado de Assis e seu grupo, ver: MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis...* op. cit., pp. 190-193; e ASSIS, Machado de. *Correspondência de Machado de Assis, tomo I: 1860-1869*. Rio de Janeiro: ABL, 2008.

<sup>406</sup> *Constitucional*, Rio de Janeiro, nº 1, 1º jul. 1862, p. 1. O discurso de Francisco Montezuma foi transcrito em: *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, nº 159, 10 jun. 1862, p. 2.

Mas a crença teleológica no futuro civilizado, na concretização do progresso infinito, na aventura de que a modernidade fazia qualquer novidade se tornar uma superação de modelos tecnológicos, estilos artísticos e formas sociais passadas; essa crença não excluía a percepção coletiva de que se podia conceber com mais segurança planos de vida para o futuro.

Na década de 1850, essa percepção era materializada na Estrada de Ferro Mauá, primeira construída no Brasil. A inauguração foi um acontecimento histórico para seu público. Dado o dia, 30 de abril de 1854, céu aberto, mar calmo, dia prazenteiro, “parecia dar testemunho de que a natureza queria concorrer para o brilho da festividade”, noticiou o *Jornal do Commercio*. Que nem outras cerimônias públicas, teve chegada de coches, luxuosos e populares, a multidão de espectadores, a fartura do banquete, a profusão de brindes e aclamações. Tudo isso não foi, desta vez, detalhado pela imprensa periódica. “Tudo isso desaparece diante desse entusiástico sentimento de que todos se acharam possuídos ao ouvir o enorme Vulcano arfar sob o jugo do gênio do homem, sibilar obediente a suas ordens, e apresentar em seus gigantescos bojos todo o imenso futuro que ele nos promete”, lê-se no *Jornal do Commercio*. Para o redator do *Correio Mercantil* o fascínio não foi menor: “É impossível encarar sem uma espécie de admiração supersticiosa os efeitos desta aquisição de que se enriqueceu a atividade humana”. Os passageiros do trem a vapor percorreram 29 quilômetros em 43 minutos, aí incluídos o monarca e pessoas de sua família, membros do senhoriato sudestino, políticos e o público que conseguiu bilhetes para o passeio, eles todos experimentando “a transcendência do espetáculo a que foi chamado”, observou o *Correio*.<sup>407</sup> À cerimoniosa inauguração pronunciava-se o motivo inaugurado.

E, no mesmo evento, alguns do público experimentaram, ao lado do fascínio maldescrito pela imprensa, o pavor de uma quase tragédia. Após a inauguração, convidados e curiosos retornaram para suas casas. O navio a vapor *Guarany* foi o último a sair do porto de Mauá, às nove e meia da noite. Nele embarcou a gente fina do Rio de Janeiro, senhores de título, umas 200 pessoas, como se lê no *Correio Mercantil*. Enquanto aguardava a partida, um acidente: José da Costa Carvalho (visconde de Monte Alegre), de conversa com amigos na proa do navio, deu um charuto a um deles e, quando foi acender o seu na escotilha do tanque a vapor, deu um passo em falso, trupicou e caiu na abertura do porão, ficando desacordado por minutos. Os curiosos juntaram-se para saber quem era o descuidado, e viram que Maria de Macedo Rodrigues Torres (viscondessa de Itaboraí e esposa do visconde de mesmo título) prestava-lhe os socorros de seus

---

<sup>407</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 120, 2 mai. 1854, p. 1; **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 120, 2 mai. 1854, p. 1. Sobre os meios de comunicação e estradas de ferro no Brasil do século XIX, ver: MATOS, Odilon Nogueira de. Vias de comunicação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História geral da civilização brasileira**, tomo 2, vol. 6. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

braços, para depois de chamado um médico receber os socorros da ciência. O acidente do visconde parecia uma advertência do acaso para o que viria a seguir: já quase finalizando seu trajeto, já próximo da Ilha das Enxadas, a 15 minutos de atracar em um dos cais do Rio, o mesmo navio colidiu com as *Feiticeiras*, conjunto de pedras assim popularmente denominadas. Sobreposto ao pretume da noite da baía da Guanabara, o som do desespero: “Pára! Pára! Pára!..”, alguém esguelou, narra o correspondente A. de Pascoal no *Mercantil*, e, junto, o gemido do casco do *Guarany* relando nas *Feiticeiras*, e as lamúrias dos embarcados invocando deus e os santos, e o murmúrio das ondas, e o bimbalhado do sinete, e os gritos, e os ais, e os socorros. O navio afundava. “Houve quem se despisse nessa ocasião para salvar-se e salvar aos demais, houve quem fortalecesse com palavras e ações aos fracos, houve quem gritasse e nada mais, quem chorasse, quem se desesperasse cercado da mulher e filhos”, contou ainda o correspondente, que fora um dos embarcados e testemunhara tudo de braços dados ao ex-deputado conservador Cândido Mendes de Almeida. Já avançada a madrugada, os passageiros foram resgatados, todos vivos.<sup>408</sup>

Mesmo esse susto, mais noticiado pela imprensa carioca do que a festa de inauguração, não sufocou o entusiasmo depositado no trem. Porque “a estrada de Mauá, feita com capitais brasileiros, viu despertar o entusiasmo geral; não há quem não conceba, ao vê-la, ao percorrê-la, todo o futuro de um melhoramento dessa ordem nas relações materiais e morais do nosso povo”, declarou *O Velho Brazil*, formulando seu progressismo conservador ao destacar os interesses e os esforços nacionais e ao nem se quer mencionar a perícia da engenharia britânica no empreendimento. Ao lado dos melhoramentos materiais, o trem a vapor também invocava melhoramentos morais. Ou, nas letras do *Correio Mercantil*, “não há progresso físico que também não contribua para melhorar a condição moral das sociedades.” Era sobre ideias que dizia: “De envolta com os produtos do trabalho viajam nos caminhos de ferro as ideias, os sentimentos, que vão destruir ao longe os erros e os preconceitos, e dissipar os antagonismos sociais e políticos pela fusão dos interesses.” E sobre alguma igualdade: “O caminho de ferro também convida o pobre, o humilde que antes viajava a pé ao sol e à chuva, a tomar assento na carruagem junto à que conduz o príncipe, movida ambas pela mesma locomotiva.”<sup>409</sup> Nesse ponto, o progressismo idealista e especulativo do *Correio Mercantil* avançava mais do que o prosaico d’*O Velho Brazil*.

---

<sup>408</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 120, 2 mai. 1854, p. 1; nº 121, 3 mai. 1854, p. 1.

<sup>409</sup> *O Velho Brazil*, Rio de Janeiro, nº 1802, 4 mai. 1854, pp. 1-2; *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 120, 2 mai. 1854, p. 1.

Somente *O Repúblico* escancarou o efeito antidemocrático desses dois progressismos. “Essas grandes empresas e progressos materiais, aproveitando materialmente mui pouco ao povo, só produzem os grandes benefícios e gozos dos poucos entes felizes e privilegiados de quase todas as partes; eles só servem de acumular cada vez mais os grandes capitais em poucas mãos”, lançou o autodenominado A. A. nas páginas do jornal republicano, tratando-se do ex-deputado e padre alagoano Afonso de Albuquerque Melo. “O progresso moral não existe quando ele não habilitar a todos os cidadãos à participação, no maior grau possível de igualdade, de todos os bens e gozos da vida”, continuou, referindo-se tanto à igualdade política quanto à igualdade econômica. Não que se cegasse para os ganhos do encurtamento da comunicação, da circulação de ideias, do aperfeiçoamento dos pequenos empreendimentos. E sim que de seu observatório demofílico enxergava com nitidez os gozos insaciáveis dos poucos, os felizes e privilegiados, produzidos pela miséria dos muitos, os pelejadores e despossuídos. “O progresso material quando não é acompanhado do progresso moral, se não traz ao povo os benefícios e as comodidades da vida, abre-lhe todavia uma larga via por onde caminha o povo à conquista, pela força, dos direitos que o governos despóticos e aristocráticos como o nosso lhe usurpa”, sentenciou, inflamando, democraticamente e antimonarquicamente.<sup>410</sup> Progresso, aqui, era *melhor para mais*.

Acode saber que as experiências de vida social e vida política estavam sendo organizadas de acordo com os valores e as crenças do progresso, que passaram a ser cada vez mais relevantes nas decisões políticas e na reprodução do estado de coisas. Isso de forma precária e não sem disputas, pois havia aí interesses conflitantes e relações desarticuladas marcados pelo impulso de alinhar motivações particulares e torná-las interesses universais.<sup>411</sup>

Para modo de entender como as relações políticas no Rio de Janeiro foram parametradas pela ideologia do progresso, sigamos a desorganização havida na direção do Partido Conservador nos primeiros anos da década de 1860. Junto dessa desorganização, a Liga Progressista organizava-se, do alto do país oficial, enquanto experimento político que buscava administrar o Estado nos preceitos do progressismo liberal. Recordo que a Liga Constitucional Progressista – coligação político-eleitoral formada em 1860 – se organizou para, entre outras coisas, empacar o rearranjo que o círculo dos ex-saquaremas promovia no Partido Conservador.

---

<sup>410</sup> *O Repúblico*, Rio de Janeiro, nº 78, 22 mai. 1854, pp. 3-4.

<sup>411</sup> Sobre a noção de ideologia de que busco me aproximar, ver: BOSI, Alfredo. *Ideologia e contraideologia...* op. cit. Sobre a complexidade de definir o conceito de ideologia, ver: EAGLETON, Terry. *Ideologia...* op. cit. Sobre as relações vividas serem transformadas por premissas de valor e crença, ver: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol. 1. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, pp. 98-99. Sobre a estratégia ideológica de tornar interesses particulares em necessidades universais, ver: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 37, nota A.

Havia uma opinião pública ressoada dos periódicos liberais, por encorajo dos homens da política e patrocínio dos homens do capital, que temia a política do período saquarema e que tentava um efeito combativo à qualquer tentativa de ascensão do círculo ex-saquarema ao poder central. Retirando o *constitucional* de seu traje, a Liga Progressista apresentava-se como a fiandeira do novelo de expectativas num momento agudo para os antissaquaremas: o da subida do gabinete conservador de Luís Alves (Gabinete Caxias).<sup>412</sup>

Nesse momento, surge uma oposição. “A oposição compõem-se de dois grupos distintos: os liberais genuínos e os conservadores moderados, entre os quais se notam, entre outros belos caracteres, os Srs. conselheiros Zacarias e Saraiva”, explicou *A Actualidade*, de um polo da arena. “A moderação foi o manto com que a liga acobertou todas as suas alianças; o exclusivismo de um partido era o inimigo que a santa cruzada ia debelar, levanta à sua frente o Sr. [Teófilo] Otoni para derrubar a oligarquia, e à retaguarda os conservadores dissidentes”, explicou o *Constitucional*, de outro polo da arena.<sup>413</sup> Enquanto *Liga Progressista*, foi criticada e exaltada como uma coligação política. Mas quando se quis *Partido Progressista* recebeu o rechaço dos dois polos da arena. Do *Constitucional* veio em forma de deboche: “Já não é *liga*, hoje denomina-se partido progressista. Morreu o partido conservador moderado, morreu o partido liberal, e das suas cinzas nasceu o novo partido.” D’*A Actualidade* veio em forma de sermão: “tendo nascido não das camadas densas da população, mas sim tendo tirado sua origem da combinação de interesses de um limitadíssimo número de pessoas, [...], fica bem patente que o partido – liga – por ora não representa senão uma aspiração de alguns homens que tem figurado no palco da política”.<sup>414</sup> Nesta tese, me furtarei de analisar sistematicamente a formação da Liga Progressista, coisa que vem sendo feita pela historiografia.<sup>415</sup> Entretanto,

---

<sup>412</sup> No gabinete de 2 de março de 1861, Luís Alves era o Presidente do Conselho e ministro da Guerra; Francisco de Saião Lobato assumiu interinamente a pasta do Império e, depois, fixou-se na da Justiça; José Antônio Saraiva Assumiu a pasta do Império, para depois entregá-la a José Ildefonso de Souza Ramos; José Maria da Silva Paranhos assumiu interinamente a pasta dos Negócios Estrangeiros e permanentemente na da Fazenda, passando também pela primeira Antônio Coelho de Sá e Albuquerque e, em seguida, Benevenuto Augusto de Magalhães Taques; Joaquim José Inácio tornou-se titular da pasta da Marinha e interinamente a da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, posteriormente entregando esta a Manoel Felizardo de Souza e Melo. Em: JAVARI, Barão de. **Organização e programas ministeriais...** op. cit., pp. 125-126.

<sup>413</sup> *A Actualidade*, Rio de Janeiro, nº 217, 22 mai. 1862, p. 1; *Constitucional*, Rio de Janeiro, nº 7, 8 jul. 1862, p. 1.

<sup>414</sup> *Constitucional*, Rio de Janeiro, nº 15, 17 jul. 1862, p. 1; *A Actualidade*, Rio de Janeiro, nº 444, 15 jun. 1863, p. 1.

<sup>415</sup> IGLÉSIAS, Francisco. Vida política... op. cit., pp. 85-112; BARBOSA, Silvana Mota. A política progressista... op. cit.; CLAUDINO, Guilherme Pereira. “**Uma verdadeira torre de babel**”... op. cit.; ESTEFANES, Bruno Fabris. **A Muralha de Bronze...** op. cit.; SOARES, Rodrigo Goyena; KRAUSE, Thiago. **Império em disputa: coroa, oligarquia e povo na formação do Estado brasileiro (1823-1870)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2022, pp. 264-276. Para a Liga Progressista em Minas Gerais, ver meu trabalho: SALDANHA, Michel. O experimento progressista em Minas Gerais... op. cit.

estabeleço um limite observativo no terreiro onde a Liga e o Partido Conservador jingaram a capoeira do progresso.

Data de 1860 as debandadas de Francisco Diogo de Vasconcelos (irmão do ideólogo regressista Bernardo Pereira de Vasconcelos) e Manoel de Assis Mascarenhas para se aliarem aos liberais na Liga Constitucional Progressista. Nabuco de Araújo havia, desde 1859, se afastado da chefatura do Partido Conservador, e, em 1860, dizia-se independente, sem partido.<sup>416</sup> O ex-saquarema Pedro de Araújo Lima (marquês de Olinda) tornou-se réprobo desde que apadrinhara, em 1857, a política de liberdade financeira. No contexto das eleições de 1860-1861, ambos, Nabuco e Araújo Lima, dirigiram a dissidência conservadora na Corte e empenharam-se em aproximar os dissidentes de alguns liberais.

O baiano José Antônio Saraiva também debandou. Desde que política e economia se entrelaçaram no topo da discussão pública, o mineiro Teófilo Otoni se cacifara para, entre 1860 e 1863, se tornar a notabilidade da vez, passando, como reconheceu Luís Alves (marquês de Caxias), a dar as cartas nas questões econômicas, e, nos dizeres do conservador Sampaio Viana, ganhar “quase unanimemente” o apoio político da Praça do Comércio, do senhoriato e de chefes.<sup>417</sup> Foi nesse momento otoniano que Saraiva, então mais coligado ao oscilante Ângelo Ferraz do que ao Partido Conservador, tentava disputar a chefatura partidária na Bahia contra o senador baiano João Maurício Wanderley. Este, conservador macerado, buscava organizar o Partido em sua província, numa quadra em que a direção do Partido na Corte de desorganizava: “os antigos chefes conservadores estão muito mudados: querem que o tempo desande e nem ao menos fazem *preces ardentes* para que esse milagre apareça”, observava-lhe Paranhos, e também Sampaio Viana, ao opinar-lhe que “os antigos chefes amesquinham-se, anulam-se, e ninguém sabe a quem dirigir-se para orientar.”<sup>418</sup> Saraiva ganhou narizes torcidos de conservadores que condenavam suas intensões partidárias na Bahia. E, após assumir a pasta do Império no Gabinete Caxias em abril de 1861, ganhou a reprovação de conservadores da deputação baiana e dos mais puritanos na Corte, saltando do gabinete com menos de três meses de trabalho. Saltou daí para a Liga.

---

<sup>416</sup> NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império, vol. 1...** op. cit., pp. 412-438.

<sup>417</sup> OTONI, Cristiano. **Biografia de Teófilo Benedito Otoni**. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1870, pp. 34-40; carta de Luís Alves de Lima e Silva para João Maurício Wanderley, 9 nov. 1860. In: PINHO, Wanderley. **Cotegipe e seu tempo...** op. cit., p. 665; carta de Luís Antônio de Sampaio Viana para João Maurício Wanderley, 21 jan. 1863. In: PINHO, Wanderley. **Cotegipe e seu tempo...** op. cit., p. 681.

<sup>418</sup> Carta de José Maria da Silva Paranhos para João Maurício Wanderley, 19 out. 1861. In: PINHO, Wanderley. **Cotegipe e seu tempo...** op. cit., p. 675, grifos do original; carta de Luís Antônio de Sampaio Viana para João Maurício Wanderley, 6 fev. 1862. In: PINHO, Wanderley. **Cotegipe e seu tempo...** op. cit., p. 675.



Tavares Bastos foi outro que escapuliu do Partido Conservador. O deputado alagoano era oficial da Secretaria dos Negócios da Marinha quando, em 18 de setembro de 1861, foi demitido pelo ministro Joaquim José Inácio. O motivo da demissão, de acordo com o *Diário do Rio de Saldanha Marinho*, foi ter feito, na tribuna da Câmara, “oposição racional e lógica” contra o gabinete que o havia nomeado. Mas, nas páginas d’*O Regenerador*, Tavares Bastos “servia há muito pouco tempo, e parte deste tem gozado de licença para ir à sua província cabalar, e a S. Paulo tratar de seus negócios particulares; e a outra parte nas faltas de comparecimento na repartição.” Além disso, os companheiros de trabalho do deputado o acusaram “de gênio violento, brigador, e insubordinado”, acrescenta o jornal conservador; e Tavares Bastos mais tarde replicaria as acusações, pel’*A Actualidade*, dizendo serem obra dos próprios ministros: “diziam e mandavam escrever que eu fora demitido de 1º oficial da secretaria da marinha por não merecer confiança e por ser, também, um empregado inepto, pouco hábil, insubordinado, rixoso e violento.” Dia seguinte à sua demissão, o deputado alagoano começou a publicar as *Cartas do Solitário* no *Correio Mercantil*. Nelas, passou não só a censurar os ministros e o governo como também se libertou das amarras do Partido para vestir a bandeira da descentralização e da liberdade econômica.<sup>419</sup> Deixou de ser o apagado e moderado Tavares Bastos do Partido Conservador para cada vez mais se tornar o liberal aguerrido das *Cartas* e um dos anticonservadores da Liga.

Outro demissionário da burocracia da Marinha foi Zacarias de Góis e Vasconcelos. O ex-ministro do Segundo Gabinete Saquarema havia, em panfleto publicado em 1860, entrado no balaio de gatos da discussão sobre as atribuições do Poder Moderador, segundo se lê n’*O Regenerador*, “sustentando os escritores da imprensa liberal”. Não bastando, em 1861 entrou em rinha parlamentar com o ministro da Marinha Joaquim José Inácio. Só que Zacarias era membro efetivo do Conselho Naval, repartição subordinada à pasta da Marinha. Resultado: dividido entre a autonomia da oposição parlamentar e a subordinação burocrática ao ministro da Marinha, Zacarias agarrou-se à primeira, e pediu sua exoneração do Conselho Naval. Após isso, registra o insuspeito *Diário do Rio*, “procurou, quanto pode, ligar-se às influências liberais. Fez parte do diretório político organizado nesta corte para sistematizar as operações do partido durante a eleição, compartilhou ostensivamente a responsabilidade das decisões tomadas nesse

---

<sup>419</sup> **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 261, 24 set. 1861, p. 1; **O Regenerador**, Rio de Janeiro, nº 100, 26 set. 1861, pp. 1-2; **A Actualidade**, Rio de Janeiro, nº 220, 1 jun. 1862, p. 1. Sobre as *Cartas do Solitário* e a entrada de Tavares Bastos na Liga Progressista, ver: ABREU, Eide Sandra A. **O Evangelho do comércio universal...** op. cit.

conselho e das doutrinas apregoadas em várias circulares.”<sup>420</sup> Aí estava um Zacarias ligueiro. E, ao lado de Nabuco, Araújo Lima, Saraiva e Tavares Bastos, compunha o núcleo dos conservadores dissidentes.

Se se acompanha as votações do Voto de Graças e questões de confiança na Câmara temporária, a dissidência conservadora foi ínfima entre os deputados da 11ª Legislatura (1861-1864). Destaca o já dito Saraiva, que havia apoiado o Segundo Gabinete Saquarema e o Gabinete da Conciliação, mas que no segundo quinquênio dos anos 1850 não havia dado votos para as medidas econômicas conservadoras de Torres Homem, e, em 1862, dava voto de confiança ao Segundo Gabinete da Liga, chefiado por Araújo Lima. No grupo de apoio desse segundo gabinete ligueiro estavam também dois deputados com pouca projeção partidária: Joaquim Gomes de Souza (MA) e Jerônimo Villela de Castro Tavares (PE): dois que haviam apoiado as medidas econômicas de Torres Homem em 1859 e, agora, lhe faziam oposição. Essa dissidência foi compensada pelo movimento inverso - de opositores ao Segundo Gabinete Saquarema que agora, em 1862, alinhavam-se contra a Liga -, como é o caso de João Capistrano Bandeira de Melo (CE) e Jerônimo Martiniano Figueira de Melo (CE), com destaque para este último que figurava entre os chefes do Partido Parlamentar; e de um opositor ao projeto Torres Homem em 1859 e contrário à Liga em 1862, o deputado baiano Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha.<sup>421</sup> Isso demonstra que a mobilidade partidária na Câmara é tão mais dificultosa de analisar quanto maior transitoriedade entre legislaturas houver. Em contraponto, demonstra que, nesse momento da formação da Liga, é mais rendosa a análise da organicidade dos partidos e blocos políticos, isto é, de seu caráter orgânico, de o quanto a dispersão e coesão dos interesses coletivos ficam à mercê do direcionamento partidário para fazê-los realizáveis através do Estado.

Sob esses olhos analíticos, consegue-se observar o quanto o Partido Conservador vinha se desorganizando antes de 1864. 1864 porque, no ano anterior, a Câmara dos Deputados foi dissolvida pelo imperador a pedido do gabinete ligueiro, e, por consequência, restou um farelo de conservadores na Casa. A nova deputação de 1864 era composta de liberais de vários tons,

---

<sup>420</sup> **O Regenerador**, Rio de Janeiro, nº 62, 12 jul. 1860, p. 2; **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 222, 12 ago. 1864, p. 1; e nº 261, 24 nov. 1861, p. 1. Sobre o contexto histórico da publicação do panfleto *Da natureza e limites do Poder Moderador*, ver: OLIVEIRA, Cecília Helena S. Introdução... op. cit.; e BARBOSA, Silvana Mota. **A Sphinge Monárquica: o Poder Moderador e a política imperial**. Tese (doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, capítulo 5.

<sup>421</sup> Comparou-se a mobilidade partidária demonstrada através da confiança/desconfiança ao Gabinete Rodrigues Torres pelo Voto de Graças de 1853, do apoio ao projeto econômico conservador de Torres Homem em 1859, e da confiança/desconfiança ao gabinete ligueiro de Araújo Lima pelo aditivo de Torres Homem contra este gabinete em maio de 1862.

independentes e ligueiros, quase todos anticonservadores. Os gatos-pingados conservadores eram seis: os mineiros Agostinho Ferreira Bretas, Evaristo Ferreira da Veiga e Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, esses três eleitos pela circunscrição eleitoral de Campanha, que, no período ligueiro, transformou-se no reduto conservador de Minas Gerais;<sup>422</sup> Joaquim Otávio Nebias e Antônio da Costa Pinto e Silva, eleitos por São Paulo; e Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, eleito pelo Rio Grande do Norte.

Esse arranjo também se configurava na imprensa periódica. A *Actualidade* conservava-se, ainda em 1864, o jornal mais diletante dos liberais, que nucleava publicistas do grupo de Flávio Farnese, Luís Barbosa da Silva e Antônio Barbosa da Silva e Souza. O *Correio Mercantil*, até aqui sob direção de Francisco Otaviano, era o mais alinhado à Liga Progressista. O *Diário do Rio* ficava no meio termo daqueles dois, era liberal mas pendia para a defesa da Liga, e, sob a direção de Saldanha Marinho, aglutinava publicistas da verve de Quintino Bocaiúva, Henrique César Muzzio e Machado de Assis.

Os conservadores abelharam-se no *Constitucional*. Este jornal tornou-se o núcleo intelectual e doutrinário do Partido Conservador após o encerramento d'O *Regenerador* de Justiniano, mantendo-se firme até o fim de 1864. Após a dissolução de 1863, Firmino Rodrigues Silva, senador, foi o único parlamentar na redação do jornal. Torres Homem, Paranhos, Francisco de Saião Lobato, Luís Pedreira e Pedro de Calasans tornaram-se todos órfãos da Câmara de 1861, restando-lhes as páginas do *Constitucional* para a oposição pública à Liga. Formavam o círculo dos chamados *conservadores puritanos*. Além deles, também compunham o círculo, na Corte, José de Alencar, Sérgio de Macedo, João de Almeida Pereira Filho, Paulino filho, Jerônimo Teixeira Júnior, José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho e Brás Nogueira da Gama. Conservadores calejados também ali se agrupavam, como João Manoel Pereira da Silva, Manoel Felizardo de Souza e Melo, João Maurício Wanderley, o padre Joaquim Pinto de Campos, Luís Antônio de Sampaio Viana, José Ildefonso de Souza Ramos, Joaquim José Inácio, Luís Alves, e a tríade Eusébio, Rodrigues Torres e Paulino pai; sendo, de todos estes, uns mais partícipes de questões partidárias do que outros.<sup>423</sup>

---

<sup>422</sup> SALDANHA, Michel. **A ordem na barriga do progresso...** op. cit., p. 154.

<sup>423</sup> Na base do Partido Conservador, a nível nacional, permaneciam, dentre outros, Manoel José Siqueira Mendes (PA), Jerônimo Figueira de Melo (CE), Domingos Jaguaribe (CE), João Capistrano de Melo (CE), Manoel Fernandes Vieira (CE), Raimundo de Araújo Lima (CE), Antônio José Henriques (PB), Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque (PB), Anísio Salatiel Carneiro da Cunha (PB), João Alfredo Corrêa de Oliveira e Andrade (PE), Jacinto Paes de Mendonça (AL), Leandro Bezerra Monteiro (SE), Fiel José de Carvalho e Oliveira (SE), Joaquim Fernandes da Cunha (BA), Benevenuto Taques (BA), Álvaro Tibério de Moncorvo Lima (BA), Luís Antônio Pereira Franco (BA), Gasparino Moreira de Castro (BA), Luís Antônio da Silva Nunes (ES), Antônio Pereira Pinto (ES), Antônio Gabriel de Paula Fonseca (MG), Antônio Cândido da Cruz Machado (MG), Francisco Januário da

O círculo puritano - dos conservadores puros, puristas, ou *vermelhos*, como os opositores lhes chamavam - surgiu para se separar de conservadores mais moderados. Dos puritanos pode-se falar em círculo interno, visto que se organizavam enquanto um agrupamento, com princípios e programa mais coesos do que desuniformes, tentando a chefatura geral do Partido Conservador. Dos moderados não cabe o mesmo. Estes eram associados a conservadores doutrinariamente flexíveis e menos devotos aos princípios partidários. Não formavam um agrupamento dentro do Partido, mas o contrário: dispersos, mais independentes, tendiam a gerar maior mobilidade extrapartidária. A partir de 1861, eram frequentemente tidos por conservadores dissidentes, conservadores progressistas, ou simplesmente *amarelos*, parecendo, a observadores menos atentos, que fossem todos aglutinados na Liga, como se a dissidência ocorresse em debandada.

Por tal purismo, os conservadores puritanos não se ajoelhavam diante de um antiprogressismo intransigente. Assimilavam a doutrina da conservação e progresso da época da Conciliação, a da conservação como base e progresso refletido como assessorio. Mas novidade para conservador assombra. E provavelmente os puritanos foram dos conservadores os que mais se assombraram com a agudeza com que a nuvem do progresso encobria a razão pública.

Demonstra isso o discurso feito pelo padre e deputado conservador Joaquim Pinto de Campos, quando de um *te-deum* em comemoração à Independência do Brasil em 1857, na igreja do Carmo, na Corte, diante da nata social carioca, políticos, povo e família imperial. “Vemos que nestes dias de ovações e triunfos do progresso material, as aspirações da humanidade como que só se limitam a saber contar os números, a medir a extensão, a analisar a matéria, a decompor os corpos, a pesar os átomos, a inventar máquinas”, lê-se o exórdio, no *Jornal do Commercio*. Só se ouve falar “em transformações indefinidas, em perfectibilidade indefinida, em progresso indefinido, em desenvolvimento indefinido da ciência, em expansão indefinida da arte, em melhoramento indefinido do homem”, reticencia, numa pausa drástica, retórica, buscando apreender a atenção, e, no momento seguinte, repreender os juízos: “Meu Deus! Quantos indefinidos nas regiões do definido! Que estremecimento convulsivo em todos os

---

Gama Cerqueira (MG), Salatiel de Andrade Braga (MG), Luís Carlos da Fonseca (MG), Francisco Cirillo Ribeiro e Souza (MG), Rodrigo Augusto da Silva (SP), Antônio Gonçalves Barbosa da Cunha (SP), Luís Alves Leite de Oliveira Belo (RS), Israel Rodrigues Barcellos (RS), Jesuíno Lamego Costa (SC), além dos já mencionados eleitos para a Câmara de 1864 Ferreira Bretas (MG), Ferreira da Veiga (MG), Ribeiro da Luz (MG), Nebias (SP), Antônio Pinto e Silva (SP) e Amaro Bezerra Cavalcanti (RN). Esta identificação baseou-se nos debates da Câmara dos Deputados, verificando-se os deputados que se inscreveram nominalmente para discursar nas sessões do Voto de Graças e do aditivo de Torres Homem contra o Gabinete Olinda, os deputados que deram apartes durante essas discussões, observando-se se aprovavam ou não as falas favoráveis e contrárias ao gabinete, e, por fim, as informações extraídas dos periódicos aqui analisados.

pontos do universo! O mundo corre, não se sabe para onde! A terra oscila e treme; as raízes dos montes se conturbam e rangem com o movimento acelerado da humanidade!” Impunha uma justificativa escatológica para demonstrar a inércia culposa que apartava as coisas mundanas das coisas divinas. Mas, na síntese, se vê que nem tudo no sermão era reativo:

ao ouvir os homens fascinados pelos esplendores do progresso material, crer-se-á que o povo mais feliz e civilizado é aquele que conversa com os telégrafos elétricos, que transmitem com a rapidez da sensação o pensamento humano de uma a outra extremidade do globo; crer-se-á que o povo mais feliz e civilizado é aquele que vê estender-se sobre o seu solo uma imensa ramificação de caminhos de ferro, que transpondo as fronteiras, como um sinal de aliança, conduzem populações inteiras a espetáculos e a prazeres de que os antigos não tiveram notícia; crer-se-á que o povo mais feliz e civilizado é aquele que vê suas cidades alumadas durante a noite por constelações mágicas a que chamam outros tantos diademas de luz do progresso e da civilização; crer-se-á enfim que o povo mais feliz e civilizado é aquele que possui um banco mais rico, um numerário mais ativo, e... quantas ilusões, ó meu Deus, em um só preconceito!

Senhores! Tudo isso pode ser um adorno, uma decoração, uma gala da civilização; mas não a mesma civilização. [...] Civilização quer dizer indústria; [...] indústria é a posse real desse império legítimo que o homem recebeu de Deus sobre as coisas da terra: *Dedit illi potestatum eorum quae sunt super terram*; indústria em uma palavra é a expansão mais ampla do progresso; e progresso só é a aspiração mais legítima, mais fecunda, mais sedutora da humanidade; é a atração sucessiva do homem para Deus!<sup>424</sup>

Reverberado da igreja para a arena pública, o sermão, reativo no sopé e voluntarioso no cimo, casava-se com o progressismo de Machado de Assis. Neste, o ser é atraído para o sol, para a perfectibilidade. Naquele, o ser é atraído para deus. Em ambos, o progresso manifestava-se como devir. Porém, o padre conservador fazia uma interpelação ideológica inversa a do literato progressista, conduzindo à ordem espiritual a subjetivação progressista dos católicos que lhe criam ao retirar a prioridade do que é matéria e revertê-la para a imatéria, sem, com isso, cair em especulações metafísicas. Confinados na caverna do século XIX e amedrontados com as sombras do progresso, os conservadores puritanos se agarraram a essa racionalidade conservadora sobre o futuro.

E para todas essas vertentes progressistas a condição cativa era indiferente. Como era indiferente a condição das donas brancas, enclausuradas socialmente pelo patriarcalismo e pelo direito de primogenitura, e das negras, livres ou cativas, hierarquizadas abaixo daquelas donas, que, no trabalho doméstico ou de ganho, eram expostas à exploração, à opressão e à violência, tendo elas, por isso, que direcionar esforços mais para os vínculos cotidianos de sobrevivência no mundo do trabalho do que para se agenciarem politicamente à doutrina do progresso. Como

---

<sup>424</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 249, 10 set. 1857, p. 2, grifos no original.

também era indiferente a condição dos indígenas, sejam os tukunas, mayorunas, ipurinãs, pakaguaras, mundurukus, kuruáyas, apinayés, seréntes e akwe-savântes da macrorregião amazônica; sejam os aruás, potiguaras, tremembés, sukurus, karirís, sapuyas, aimorés e tobajaras da região Nordeste; sejam os saravekas, bororós, bakairís, paresis, kayapós, terenas e guatós da região central; sejam os tupinakis, masakarís, pataxós, malalís, monosós, purís, koropós, etwétes, temiminós, yporóques, anketes, nyepnyepes, tamoyos, guaranis, kaingangues e kaiguás da região Sudeste; sejam, por fim, os ivaparés, biturunas, botocudos, carijós, tavéns, ingaíns, gualachís, guayanás, guayakis, pinarés, caarós e arachanis da região Sul.

Falava-se em progresso para *mais*, para *poucos*, para *muitos*, para *melhor* (para os *melhores*), para o céu e a terra, deus e o diabo; mas não para *todos*. Escravos, mulheres e indígenas ficaram fora até mesmo do criticismo do padre republicano Afonso Melo n’O *Repúblico*, pois o povo de que tratava estava mais para o cidadão despossuído do que para os milhões de acorrentados, submissos e desclassificados. No círculo puritano, a exclusão do assunto era regra, e demonstrava o sentimento oligárquico-escravista herdado do Regresso conservador e do elitismo senhorial dos tempos verdurosos da Colônia. Entre os conservadores dissidentes, nem a moderação doutrinária, nem a cercania ao liberalismo dos liberais, nem nada os fazia ampliar sua visão progressista que não a escada que os levaria ao cume da pirâmide do poder – e, isso, após as eleições liberais de 1861 limparem o lodo que lhes impedia de subir. Entre os círculos liberais, nem mesmo o de Machado de Assis, e nem mesmo Machado de Assis, agrupado em republicanismos, foi decente o suficiente para desembaraçar o bololô da ideologia escravista e submetê-la à ideologia do progresso.

\*\*\*

Este capítulo traçou o modo como a opinião conservadora ampliou-se e contraiu-se na esfera pública. Alargando seu espaço de atuação pública, as reuniões e banquetes conservadores promovidos na cidade do Rio destacou, por apoio de conservadores ou por censura de opositores, uma forma de fazer política cada vez mais frequente na experiência do século. Mas também jogou lenha na fogueira concorrente, tendo que fazer mais contorcionismos lógicos para condenar as reuniões públicas, comícios e passeatas políticas da oposição. Na imprensa, a opinião conservadora viu-se pressionada a dar uma resposta ao tendente crescimento da publicação e circulação de periódicos na Corte. Na década de 1860, a imprensa conservadora acompanhou esse crescimento, mas muito no encalço da imprensa anticonservadora. Não bastando todo esse desconforto, a ideologia do progresso rondava o Brasil de meados do século

XIX. Os conservadores puritanos, com isso, tiveram que engolir um naco maior de progresso. Bem maior que aquele doce e pastoso da conservação como base e progresso como assessorio admitido na Conciliação. Agora, ao engolir a ideia de progresso material com cobertura de progresso político engasgavam com a formação de uma Liga Progressista formada por dissidentes seus e bem desenhada pela ideologia que rondava aquela década.

## CAPÍTULO 4: Astúcias que organizam um Estado imperial

### 4.1: Monarquia: a Amélia dos conservadores, a Geni dos liberais

O que de pronto se destaca no Estado imperial brasileiro é seu caráter monárquico. Imperial porque monárquico.<sup>425</sup> Das novas nações que nasceram de cá do Atlântico entre o fim do setecentos e todo o oitocentos, o Brasil foi a única que, pela maior parte desse tempo, sustentou uma monarquia para sustentar seu Estado. O monarca serviu de contrato social para a nossa formação estatal. Não se tratou apenas da adesão da classe senhorial sudestina a Pedro I, mas juntamente de Câmaras Municipais, de elites locais, do povo-súdito e do envolvimento de tropas. A adesão à monarquia abriu precedentes para se transferir a identidade nacional dos governados ao governante-monarca. Aí, nesse fluxo transferencial, formaram-se os elos de sustentação do Estado imperial. Óbvio que a transferência não se dá em movimento unilateral. Transferência é relação e é processo: relação porque ocorrem disputas entre partes sociais pela retenção de poder, disputas havidas em espaços relacionais como o Parlamento, Câmaras, partidos, praças e ruas, jornais, etc.; e processo porque temporal, porque houve conflitos e consensos que não limitaram a transferência governante-governados ao ato da adesão a Pedro I, mas que se iniciou aí, ou antes, e se estendeu até o fim do período imperial. Ao longo do segundo reinado, a monarquia se tornaria um dos principais objetos demandados na transferência, e os partidos políticos, um espaço potencial das relações de transferência.<sup>426</sup> Vejamos, daqui a páginas, como isso ocorreu na década de 1860.

---

<sup>425</sup> Sobre o projeto de um Brasil imperial, ver: OLIVEIRA, Eduardo Romero de. A ideia de Império e a fundação da Monarquia Constitucional no Brasil (Portugal-Brasil, 1772-1824). **Tempo**, Niterói, v. 9, n. 18, jun. 2005. Sobre a relação entre Império e monarquia, ver: BERTONHA, João Fábio. **Imperialismo**. São Paulo: Contexto, 2023, pp. 7-9.

<sup>426</sup> Sobre a formação do Estado brasileiro, pego o caminho dos trabalhos de José Murilo de Carvalho e Ilmar Mattos. O primeiro traceja as pegadas de Joaquim Nabuco a Francisco Iglesias, e o segundo as pegadas de Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré. Ambos sintetizaram dois modos explicativos do Estado Imperial. Procuro me afastar de uma historiografia mais recente, a revisionista daqueles trabalhos, encapsuladas nas obras de Miriam Dolhnikoff e Jeffrey Needell. A primeira, observando a formulação do Estado por elites provinciais, lança um olhar míope para os processos ditados pelas elites nacionais e locais e pela agência popular. O segundo engessa todo o processo de formação do Estado nos braços das chamadas elite política monárquica e oligarquia dominante do Rio de Janeiro. Dos mais recentes, profícuo é o trabalho de Iara Lis Schiavinatto Souza, que desenha um modelo contratualista de formação do Estado em torno da opção monárquica. Admitirei esta lógica, tentando supracumula-la por meio da dialética transferencial de Jacques Lacan, que oferece um modo de observar a relação de identificação entre o governante-monarca e seus governados, e da consciência de que do pacto de formação do Brasil formou-se também um pacto racial, tributário da economia moral dos senhores que promove uma política de homogeneização da nação. Na ordem citada, ver: CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem...** op. cit.; MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema...** op. cit.; DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial...** op. cit.; NEEDELL, Jeffrey. **The Party of Order...** op. cit.; SOUZA, Iara Lis C. **Pátria coroada...** op. cit. Sobre a transferência, ver: LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise, 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, pp. 119-189. Sobre a ideia de partido político como local das



A última contestação do Estado imperial que estourou como uma bolha para a preocupação dos chefes nacionais foi a revolta Praieira (1848-1849). A preocupação política com outra contestação de mesma grandeza foi se afrouxando com os anos. A ponto de, um lustro depois, o imperador envolver-se diretamente nas decisões de Estado através da política da conciliação, e, em decorrência disso, as críticas à monarquia vazarem d'O *Repúblico* de Borges da Fonseca e encharcarem jornais de maior circulação, como *A Actualidade* de Lafaiete Rodrigues Pereira e o *Diário do Rio* de Machado de Assis. Daí para a boca do povo, um pulo.

O envolvimento do imperador na política ministerial gerou três razões astuciosas.

A primeira foi a da inviolabilidade de seus atos políticos. Desde o Gabinete da Conciliação, os ministros começaram a se refugiar atrás das incursões políticas do imperador buscando escapar de censuras parlamentares e pressionar aprovação de projetos. “Ultimamente na discussão do voto de graças, o Sr. ministro da fazenda (Bernardo de Souza Franco) fugiu com o corpo à carga, atirando-a sobre a coroa, a quem atribuiu a política majestosa da conciliação”, escreveu, em junho de 1858, o periódico conservador *Três de Maio*, redigido por Justiniano José da Rocha. “Este recurso dos momentos extremos foi largamente aproveitado pelos publicistas do tesouro na imprensa, e, para atuar mais fortemente na opinião do país, fazendo-se-lhe crer que a asserção da pasta da fazenda era a própria verdade”, censurou, referindo-se às esquivas do ministro Souza Franco diante das críticas à sua política de liberdade financeira. Em outra edição, o *Três de Maio* resumiu a questão: “A coroa, uma vez descoberta, expõe-se à malevolência dos descontentes; e, quando o ministério desagrada, estes não se julgam satisfeitos fazendo-o cair, porque acreditam que há uma política superior que [...] pode reprovar e inutilizar o pensamento de um gabinete sem demiti-lo.”<sup>427</sup>

Quando, em dezembro de 1858, os tons ministeriais se inverteram ao subir o gabinete conservador de Abaeté, o *Correio Mercantil* do liberal Francisco Otaviano lançou um editorial criticando o mesmo refúgio feito pelo gabinete anterior: “o ministério (ele mesmo o diz nos seus comunicados) ‘nasceu da imediata confiança da coroa, nem ao menos proveio de uma votação expressiva da maioria parlamentar’”, escreveu, referindo-se a comunicados atribuídos ao ministro da Fazenda, Torres Homem, publicados no *Jornal do Commercio*. “Ao menos a conciliação nos deu esse benéfico resultado: em vez de ministros fracos, apoiados pelo parlamento e pela imprensa, temos um ministério granítico, produto imediato da coroa, e que

---

relações transferenciais, ver: DEAN, Jodi. **Multidões e partido**. São Paulo: Boitempo, 2022, pp. 199-253. Sobre a teoria do contrato racial, ver: MILLS, Charles W. **O contrato racial**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023; e, principalmente, BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

<sup>427</sup> *Três de Maio*, Rio de Janeiro, nº 19, 17 jun. 1858, p. 1; nº 2, 6 mai. 1858, p. 4.

se esteia nessa base de eterna duração”, publicou, questionando que a Câmara baixa não se atreveria a encarar o gabinete, pois “ela terá o bom acordo de não contrariar a vontade da coroa, que não precisa de *votação expressiva de maiorias parlamentares*.”<sup>428</sup> Os atos do governo estavam buscando refúgio na vontade soberana do monarca. O muro da inviolabilidade por trás do qual o imperador se escondia constitucionalmente era, assim, marretado.

A segunda razão surgiu com a retirada do véu da irresponsabilidade do imperador. E, desajuizado que seja, isso também foi feito publicamente.

O desvelo culminaria na construção da fórmula não-muito-monárquica *o rei reina mas não governa* e na sua antinômica mais-que-monárquica *o rei reina, governa e administra*. Na primeira fórmula, se encontravam aqueles que defendiam que os atos do Poder Moderador deveriam ser da responsabilidade ou do gabinete, ou do imperador, desde que haja responsabilização. Na segunda fórmula, se encontravam aqueles que defendiam que os atos do Poder Moderador eram de total responsabilidade do gabinete e que o imperador deveria ser inteiramente isento. O desenho constitucional do Poder Moderador complicava a equação montesquiana da divisão dos poderes. Isso tornava o debate tão fadigoso quão numerosas eram as brechas de interpretação jurídica que a historiografia política parece já não se deleitar com análises de baixo proveito investigativo dali – talvez a História do Direito aproveite melhor.<sup>429</sup> Sobre esse debate, interessa-nos como a monarquia foi objetificada e desobjetificada pela disputa em torno de sua natureza política.

O *Três de Maio* de Justiniano posicionou-se como mais-que-monárquico. Defendeu que nenhuma responsabilidade poderia recair sobre o imperador decorrente dos atos do Poder Moderador, pois “os ministros são responsáveis por tudo quanto com o seu concurso faz o governo.” No campo político oposto, o *Correio da Tarde* oscilou seu alinhamento: ora ao jornal conservador, ao argumentar que “a vontade irresponsável tem a sua esfera, além da qual não pode passar; a responsabilidade cabe somente aos ministros, e tanto isso é certo que até nos atos do poder moderador, como são os ministros que os referendam, é sobre eles que devem cair as censuras”; ora às ideias jurídicas da obra *Direito Público Brasileiro* do senador conservador José Antônio Pimenta Bueno, ao argumentar que “nos negócios que entendem com o exercício do poder moderador pode ainda a coroa ouvir os seus conselheiros de estado, que se tornam responsáveis nestes casos pelos pareceres que derem”. Mas o seu liberalismo partidário não o

---

<sup>428</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 95, 6 abr. 1859, p. 1, grifos no original.

<sup>429</sup> O trabalho mais detalhado sobre o assunto é de Silvana Barbosa, ver: BARBOSA, Silvana Motta. **A Sphinge Monárquica...** op. cit., capítulo 4. Ver também: OLIVEIRA, Cecília Helena de S. Introdução... op. cit.

permitia aceitar “que o poder moderador seja tudo na nossa organização política”, acrescentou, com um resolutivo “não, nós só queremos que ele seja o que justamente é: para o executivo queremos o que de jus lhe compete; e para o legislativo, como para o judiciário, a independência e influência que legitimamente lhes cabem.”<sup>430</sup>

Com o didatismo característico de Justiniano, o *Três de Maio* apresentou três axiomas em defesa da irresponsabilidade do imperador: primeiro, “todos os atos humanos são discutíveis, isto é, censuráveis ou elogiáveis”; segundo, “de todos os atos governativos que são discutíveis há sempre e forçosamente um responsável”; e terceiro, “nunca por forma nenhuma esse responsável pode ser a coroa.” O resultado axiomático é um cogito mais-que-monárquico inaceitável pelo *Correio da Tarde*, que enformou – já em 1859 - a ideia de que “a coroa só gira na região do pensamento, da discussão, no conselho e nunca na ação, nunca no governo.” Essa, ideia artificiosa, lançava excessivos limites às atribuições do imperador no desempenho do Poder Executivo. O rei reina mas não governa: era o que queria. E reinar é mais do feito do Poder Moderador. Entretanto, “no poder moderador, certo a coroa obra livremente, não carece de referenda, não depende dela, mas isso prova que tenha ela ação sobre o território, sobre o verdadeiro país, que é o povo? Certo que não”, respondeu o *Correio* numa resposta justificadora de que as atribuições do Moderador nunca deveriam transpor os limites do Executivo, do Judiciário e do Legislativo, porque “elas não tem outro fim, nem o povo as sagrou com outro fim a não ser o de limitar e equilibrar a ação de cada um daqueles poderes, quando porventura possam transpor os umbrais de sua posição constitucional.”<sup>431</sup>

Ano mais tarde, o *Diário do Rio* herdaria a missão do *Correio da Tarde* no enquadramento não-muito-monárquico da natureza irresponsável do imperador. Tratando das determinações dos poderes de Estado, o *Diário* teorizou que “os poderes legislativo, Moderador, executivo e judiciário são delegados da nação.”<sup>432</sup> Teorizou, mas uma teoria especulativa, vez que, sentada nas poltronas estofadas do país oficial, a burocracia política e diretorial da Corte agia mais no sentido de manter o conforto de suas posições políticas do que de representar publicamente os interesses privados que aqueles que se sentavam nas banquetas farpadas do país real lhe delegavam. “Que o imperante não está sujeito a nenhuma responsabilidade judiciária” e “que a mesma isenção não alcança a responsabilidade moral,

---

<sup>430</sup> **Três de Maio**, Rio de Janeiro, nº 68, 28 out. 1858, p. 2; **Correio da Tarde**, Rio de Janeiro, nº 243, 29 out. 1858, pp. 2-3. A simetria do *Correio da Tarde* com as ideias jurídicas de Pimenta Bueno pode ser comparada em: SÃO VICENTE, Marquês de. *Direito Público Brasileiro e análise da Constituição do Império*. In: Idem. **Marquês de São Vicente**. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 290.

<sup>431</sup> **Três de Maio**, Rio de Janeiro, nº 69, 30 out. 1858, p. 1; **Correio da Tarde**, Rio de Janeiro, nº 252, 4 nov. 1859, p. 2.

<sup>432</sup> **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 29, 24 abr. 1860, p. 1, grifo no original.

visto que toda a ação humana praticada com liberdade e conhecimento de causa está a ela sujeita, sem exceção de alguém”, escreveu o *Diário*, incluindo, de soslaio, a necessidade da responsabilização política do imperador, e fazendo correta leitura constitucional da responsabilidade penal – Silvana Barbosa, com argúcia, correlacionou o argumento do *Diário do Rio* aos preceitos constitucionais de responsabilização por sanções penais. “Se a inviolabilidade da coroa não pode de outro modo ser mantida, sem que alguém responda pelos seus atos”, continuou - numa indireta para os defensores empedernidos da irresponsabilidade monárquica -, “a consequência natural é que nem tratando-se do poder moderador podemos dispensar a responsabilidade legal, sob pena de aniquilar o princípio monárquico de nosso sistema.” N’O *Regenerador*, Justiniano continuaria a lide editorial do *Três de Maio*, obrigando-se, após essa indireta do *Diário*, a indicar um responsável para as ações do Moderador: “entre o monarca e seu ministério há sempre ou deve sempre haver tanta unidade de vistas que, no que aparece em público, a ação governativa é uma só e a mesma; o ministério assume a responsabilidade de tudo, a responsabilidade necessária e suficiente para as discussões.”<sup>433</sup>

O debate sobre a irresponsabilidade do imperador nos atos do Poder Moderador saiu da imprensa e chegou nos salões da Cadeia Velha em junho de 1860. Liberal, o jovem deputado baiano José Joaquim Landulfo Medrado afirmou que entender que os países constitucionais livres se assentavam no princípio do “ninguém pode tudo” era entender que “dentro das atribuições de cada poder há limitações para o exercício desse poder.” A questão dos atos do Poder Moderador não se esgotou no debate sobre seus limites, já que Medrado colocaria em xeque a natureza neutra desse poder. “Onde é que vistes na constituição do país que um poder neutro deixava a natureza de poder neutro para ser poder ativo? (*Apoiados.*)”, indagou, e, logo, outra vez: “Reconhecer um poder neutro, e ao mesmo tempo dizer que esse poder é ativo porque se exerce sem a responsabilidade ministerial, porque obra sem limites, não é cair na mais flagrante contradição?”

Claro é que a presença do ministro do Império no salão da Câmara baixa não seria figurativa quando essas indagações lhe comichavam uma resposta: “O Sr. ministro do Império: \_Queira mostrar onde está na constituição estabelecida a responsabilidade dos ministro nos atos do poder moderador.” E se seguiu o bate-e-rebate:

---

<sup>433</sup> **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 29, 24 abr. 1860, p. 1; **O Regenerador**, Rio de Janeiro, nº 35, 5 mai. 1860, p. 1. Basta recorrer ao trabalho de José Murilo de Carvalho para entender o quanto a burocracia do Estado Imperial era meio de oportunidade ocupacional, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, que concentrava, segundo o autor, cerca de 15.000 empregados públicos ou 15% do total da população masculina livre. Em: CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem...** op. cit., pp. 158-166. Sobre os argumentos do *Diário do Rio* a respeito da responsabilização do imperador, ver: BARBOSA, Silvana Motta. **A Sphinge Monárquica...** op. cit., p. 227.

O Sr. Landulfo: \_Bastará ponderar a V. Ex.<sup>a</sup> que os atos do poder moderador podem ser julgados bons ou podem ser julgados maus; donde se segue que, se não há responsabilidade ministerial pelos atos do poder moderador, então foi-se a inviolabilidade da coroa. (*Apoiados*.) [...] A constituição diz que o imperador é irresponsável, a constituição diz que o ministério é o único responsável pelos atos...

O Sr. ministro do Império: \_Do poder executivo.

O Sr. Landulfo: \_Mas não repara o nobre ministro que o poder moderador colocado na constituição não é mais do que um aparato, um luxo para aumentar o prestígio daquele a quem é conferido? (*Apoiados*.) Não vê o nobre ministro que em todas as constituições aquelas atribuições que a nossa constituição reservou ao poder moderador são atribuições que competem ao chefe do poder executivo? [...]

O Sr. ministro do Império: \_Então para que a constituição estabeleceu distinção entre os atos do poder executivo e os do poder moderador?

O Sr. Landulfo: \_Já disse a V. Ex.<sup>a</sup> que é um luxo, um aparato para aumentar o prestígio daquele a quem esse poder é conferido.<sup>434</sup>

João de Almeida Pereira Filho, mancebo conservador e então ministro do Império, pareceu mesmo encurralado no jogo discursivo de Landulfo Medrado. Mas havia quem, dos que compatibilizavam com Pereira Filho, tivesse resguardo retórico no assunto. Francisco de Saião Lobato, em 1861, já amadurado orador de Parlamento e então ministro da Justiça do Gabinete Caxias, quis colocar uma colcha na responsabilidade política do imperador. “O ministro, desde que é ministro, e enquanto é ministro, é responsável por tudo quanto se faz na governança do Estado, e por tudo quanto se deixa de fazer”, afirmou, recebendo “*muitos apoiados*” dos defensores mais-que-monárquicos na Câmara dos Deputados. E pôs a colcha, grossa, pesada, tão indobrável, da irresponsabilidade monárquica:

pelo que diz respeito às funções e prerrogativas do poder moderador, a responsabilidade é moral (*muitos apoiados*); o ministério, pelo fato de estar aderente ao chefe do Estado, aquele a quem privativamente confere a constituição esse poder, é responsável moralmente. Não incorre porém em responsabilidade legal: porque, no que toca às funções e prerrogativas do poder moderador, não há nem pode haver responsabilidade legal, pois não há autoridade constituída que possa tomar conta dos atos do poder moderador. (*Muitos apoiados*). [...] para nenhum dos atos desse poder há juiz constituído; nenhum desses atos pode tornar-se corpo de delito para um processo de responsabilidade. (*Apoiados*). Se assim não fosse, admitir-se-ia o absurdo de dar acima do primeiro representante da nação, do seu chefe supremo, uma autoridade constituída, e essa então substituiria àquele, ocuparia a primeira plana.<sup>435</sup>

O monarquismo santificado de Saião Lobato deixou escapar uma divisão não convencional da responsabilidade política dos poderes em duas, uma moral e outra legal. O ministro conservador colocou o imperador acima dessas duas responsabilidades. E retirou o

<sup>434</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 22 jun. 1860, pp. 288-289, grifos no original.

<sup>435</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 1º jul. 1861, p. 11, grifos no original.

gabinete da reta da responsabilidade legal. E nem explicou quais prerrogativas do Executivo ficavam retidas na rede da responsabilidade moral. Fez aquilo e não fez isto porque seu jogo tinha mais de pressionar ao monarquismo do que de adesão ao governismo. Isto é, Saião Lobato preocupava-se mais em defender seu ideal de monarquia do que em proteger seu gabinete.

Anos mais tarde, em 1864, e já com algum tempo de acúmulos sobre o assunto, o jornal conservador *Constitucional* deu a cifra. Era errôneo o entendimento “que confunde a coroa com o ministério, o poder permanente com o poder transitório, o moderador com o executivo, na responsabilidade ministerial pelos atos de ambos eles”, lançou, defendendo a divisão dos poderes, após sair o decreto de 21 de outubro do mesmo ano, que confere ao Poder Executivo a expedição das anistias concedidas pelo Poder Moderador. Estava no poder o Gabinete Furtado, liberal em doutrina e em membros. Tinha-se, a essa altura, os resultados da disputa pela responsabilidade do monarca nos atos do Moderador, gerando uma política que, nas letras do *Constitucional*, “suprimiu o poder moderador, identificando as prerrogativas da coroa com as atribuições do poder executivo.”<sup>436</sup>

A terceira razão astuciosa gerada pelo envolvimento do monarca na política ministerial foi a da impecabilidade do imperador. Implacavelmente, o poder pessoal do monarca passou a ser alvejado de censuras lá onde o Poder Moderador era o alvo.

O ressurgimento do *Diário do Rio* em 1860, sob as vezes de Saldanha Marinho, alastrou pela imprensa carioca a contundência das críticas à monarquia que feriria também o monarca. Bordoava logo em suas primeiras edições, lançando editoriais que preconizavam que era necessário “a consulta à nação para aprovação ou condenação do ato do poder moderador, o qual, como todos os outros, é completamente subordinado à nação, como seu delegado”;<sup>437</sup> ou que “a monarquia constitucional no Brasil precisa, para seu prestígio, mais da estima geral do povo, do que dessa oficina de fidalguia improvisada; mais da fiel execução das leis, do que desses aparatos caducos, como beija-mão e fitas de cores”.<sup>438</sup> Foi assim edições e edições. Até instigar a resposta de Justiniano, n’*O Regenerador*, de que “as acusações de governo pessoal não são raras no regime representativo.” Essas acusações o mexiam, abalavam seu brio mais-monárquico. “E pois, se quereis a verdade do regime representativo, deixei de lado o governo pessoal, que, se existe, só existe pelo aviltamento do caráter ministerial, pelo enervamento da opinião”, inquietou-se o jornalista conservador.<sup>439</sup> Engastado com as

---

<sup>436</sup> *Constitucional*, Rio de Janeiro, nº 121, 27 out. 1864, p. 1.

<sup>437</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 4, 28 mar. 1860, p. 1.

<sup>438</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 6, 20 mar. 1860, p. 1.

<sup>439</sup> *O Regenerador*, Rio de Janeiro, nº 21, 29 mar. 1860, pp. 1-2, grifo no original.

consequências que tais acusações já traziam para o ideal monárquico, Justiniano buscaria um diagnóstico. Tudo isso tem por causa “esse individualismo epicurista, esse materialismo prático que parece ser a expressão derradeira da civilização pagã que nos arrasta: se gozar é o fim da existência, gozemos o mais possível e quanto antes; governe quem quiser como quiser, contanto que nos facilite os meios de gozar”, justificou, com o dedo em riste para as demandas imediatistas dos liberais por reformas políticas.<sup>440</sup>

Se *O Regenerador* não entrava em definições ao diagnosticar as acusações de governo pessoal, o jornal liberal *A Actualidade* definiu nos mesmos termos em que caguetava o monarca:

o governo pessoal é a substituição da vontade de um à vontade de todos; porque desde que a coroa faz prevalecer suas ideias sobre o voto nacional legalmente verificado, cessa a diferença entre sistema representativo e governo absoluto, pois no sistema representativo é o país quem governa a si mesmo e no governo absoluto é o rei quem governa a nação.

Governo pessoal nada mais é do que a instauração oculta e falaz do governo absoluto sob as falsas aparências do sistema representativo.<sup>441</sup>

Quisesse ou não quisesse, *A Actualidade* não renegava de todo o sistema monárquico, desde que constitucional, enxergando até vantagens: “a estabilidade, a ordem, a tranquilidade, a paz e o sossego, sem a humilhação de deixar-se um grande povo, como pupilo, dirigir-se e governar-se por um tutor.” Dentre todas as atribuições do monarca, a principal, escreveu, “é a de deferir o poder, o governo a quem de direito compete – à maioria legalmente verificada.” Essa atribuição; sem invadir os pressupostos do partido alçado ao poder mediante representação política eleitoralmente determinada. Mas se o monarca “intervém ilegitimamente na direção dos negócios públicos, e, em vez de curvar-se à opinião e deferir o poder aos que a representam, impõe ao país seus caprichos e suas veleidades, e substitui os decretos de sua vontade aos votos da nação”, alertou, sentenciando: “no meio desse mecanismo admirável surge o governo pessoal”.<sup>442</sup>

Doutrinariamente, os liberais tendiam a não passar pano para esse poder concentrado na pessoa do monarca que minava e desresponsabilizava o Executivo. Isso até a Liga Progressista se assentar no poder central em 1862. E *A Actualidade* conservou seu tom liberal mesmo após muitos dos deputados de seu partido apoiarem quase irrestritamente a dissolução da Câmara dos Deputados em 12 de maio de 1863. O imperador a dissolveu, por um lado, confiando na governabilidade que o gabinete solicitante da dissolução (Gabinete Olinda) dizia conseguir com o apoio da Liga Progressista, e, por outro, satisfazendo seu orgulho após uma manifestação

---

<sup>440</sup> *O Regenerador*, Rio de Janeiro, nº 20, 27 mar. 1860, p. 4.

<sup>441</sup> *A Actualidade*, Rio de Janeiro, nº 76, 11 abr. 1860, p. 1.

<sup>442</sup> *A Actualidade*, Rio de Janeiro, nº 78, 2 mai. 1860, p. 1.

popular no Paço imperial prorromper vivas ao gabinete e a ele, monarca, “*que há de dissolver a câmara*”, lê-se no *Constitucional*, em linhas absortas, descrevendo que essa manifestação foi puxada por Carlos Bernardino de Moura, redator do jornal republicano *A Pátria* de Niterói, e que o mesmo “agitava o *lenço branco* do Sr. [Teófilo] Otoni, que o tinha emprestado para ocasião tão solene.”<sup>443</sup> *A Actualidade* se incomodou com o excessivo entusiasmo de alguns liberais com o poder pessoal do imperador. Comentou, assim, que o Partido Liberal cometia um erro: “Para apoderar-se do poder não tem duvidado tornar-se áulico.” E isso lá era papel de liberal? “O verdadeiro liberal, ou aceite a monarquia ou professe ideias republicanas, não pode simpatizar com o aulismo, acoroçoá-lo, viver de sua influência. A influência política do aulismo é a manifestação do poder pessoal, e o poder pessoal é a mais completa nulificação do sistema monárquico-representativo”, julgou. O aulicismo – ou aulismo, nas palavras d’*A Actualidade* – era mais compatível com os conservadores, pois eles “querem antes de tudo a conservação do princípio monárquico, que supõem mais estável, garantia mais segura de ordem.” Contudo, escreveu, “no Brasil os diretores do partido liberal tem dado o triste espetáculo de colocarem-se sob a influência áulica, prostituindo assim as nobres ideias que representam.”<sup>444</sup>

O poder pessoal do imperador, ou o governo pessoal por ele exercido, era mais uma exigência política para a sustentação do regime do que uma prática desviante de poder. Era a mais bem acabada maneira astuciosa de exercício do poder – no sentido da *astúcia da razão* de Hegel: ela deixa “as paixões trabalharem por si, enquanto aquilo através do qual ela se desenvolve paga o preço e sofre a perda.”<sup>445</sup> No nível da impecabilidade do monarca, pode-se falar em *astúcia da coroa*. Não é o monarca que se expõe às lutas das forças políticas da sociedade senhorial. São os homens que representam interesses sociais que o fazem. E o fazem eficazmente quando ocupam posições institucionais de decisão política, como a Câmara, o Senado, os gabinetes, assembleias provinciais, presidências e secretarias de província, câmaras municipais, encabeçam setores das Forças Armadas, de bancos, de santas casas de misericórdia e organizações de caridade, de irmandades religiosas, etc. E o fazem ainda melhor quando ocupam tais posições pelas direção e organização de partidos políticos, organismos políticos excelentes em operar a conscientização dos interesses sociais. O monarca faz política; nisso há razão na sentença que diz que ele reina, governa e administra. Mas não faz política como quer. O monarca age, mas não peca. Era essa a astúcia que era contestada.

---

<sup>443</sup> *Constitucional*, Rio de Janeiro, nº 100, 7 mai. 1863, p. 2, grifos no original.

<sup>444</sup> *A Actualidade*, Rio de Janeiro, nº 566, 10 nov. 1863, p. 1.

<sup>445</sup> HEGEL, Georg Wilhelm F. *A Razão na história: uma introdução geral à filosofia da história*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001, p. 82.



A revelação das três razões astuciosas (inviolabilidade, irresponsabilidade e impecabilidade) geraram um desgaste no regime com sintomas de úlcera monárquica.

A exemplo de quando, no início de 1860, Pedro II e a imperatriz Tereza Cristina, acompanhados dos conservadores Araújo Viana (visconde de Sapucaí), Pedreira e do então ministro Almeida Pereira Jr., fizeram sua primeira viagem - em dezenove anos de reinado - às províncias do Norte, visitando Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Retornados à Corte em fevereiro, ocorreram os rituais tradicionais de cumprimento ao casal imperial e de concessão de títulos nobiliárquicos. Como explica a historiadora Silvana Barbosa, “a ‘graça régia’ era um recurso comum nas monarquias para contemplar aqueles que tivessem prestado bons e relevantes serviços ao Império, concedidas em ocasiões especiais”. Em 1860, porém, choveram títulos. Dia 14 de março, natalício da imperatriz, foram concedidos quase mil graças, a grande maioria para os senhores do Norte. O jornal liberal *A Actualidade* contabilizou 5 veadores, 2 damas do paço, 1 marquês, 1 conde, 2 viscondes, 4 barões com grandeza, 19 barões sem grandeza, 1 conselheiro, 1 dignitário e 1 oficial da Ordem do Cruzeiro, 1 cavaleiro, 4 comendadores da Ordem de Aviz, 6 dignitários da Ordem da Rosa, 7 dignitários sem ordem, 139 comendadores, e 493 cavaleiros e 271 oficiais da Ordem de Cristo e da Ordem da Rosa. Em dimensão, essa tacada de titulações superava em muito os quase três mil concedidos a proprietários cariocas pelo governo joanino, ao longo de 11 anos, em troca da recepção forçada dos portugueses no Rio de Janeiro após a transferência da Corte.<sup>446</sup>

*A Actualidade* logo sacou a intenção da monarquia em agraciar o senhorio de províncias que não há muito produziram convulsões antimonárquicas: “Depois [que] se tivesse nobilitado uma boa parte da população dessas províncias poderíamos dormir tranquilos sobre o nosso futuro e descansar sobre a sorte da monarquia no Brasil.” Uma intensão infantil, como se os novos fidalgos daquelas províncias se tornassem, daqui em diante, defensores incontestáveis do governo monárquico. O *Diário do Rio* foi mais enfático: “Os reis constitucionais, que não podem ver senão pelos olhos de seus ministros, que não podem criar senão com o concurso de outros poderes”, martelou seu martelo não-muito-monárquico, sentenciando que “tais reis pouco ou nada podem fazer em bem dos governados percorrendo os diversos pontos do Estado em que eles ocupam uma magistratura respeitável, porém muda e sem ação individual, em que são simplesmente venerados, porém sem vontade que a alguém possa obrigar.”<sup>447</sup>

---

<sup>446</sup> *A Actualidade*, Rio de Janeiro, nº 72, 17 mar. 1860, p. 2; BARBOSA, Silvana Motta. *A Sphinge Monárquica...* op. cit., p. 282; SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 180-181.

<sup>447</sup> *A Actualidade*, Rio de Janeiro, nº 72, 17 mar. 1860, p. 2; *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 61, 25 mai. 1860, p. 1.

Investida talvez a mais virulenta foi a de Landulfo Medrado no panfleto *Os cortesãos e a viagem do Imperador*, publicado no final de abril de 1860 e logo transcrito no *Diário do Rio*. (Mil oitocentos e sessenta, aliás, foi o ano de Medrado: destacou-se na tribuna da Câmara temporária após a publicação do panfleto, mas também foi o ano de sua morte, prematuramente aos 29 anos de idade.) “A grande vantagem dessas viagens seria pôr o chefe do executivo mais em contato com as administrações subalternas; seria fazê-lo mais acessível aos queixumes populares; seria o conhecimento que adquirisse pelos próprios olhos da situação moral do país”, lê-se. Há comumente um motivo encoberto por trás dessas passagens de incauta expectativa. É a sagacidade dos monarquistas: “os cortesãos muito se prometiam desta viagem para o triunfo completo de seu sistema político, empregando toda sua sagacidade em tudo fazer concorrer para explorarem com proveito uma popularidade para a qual ninguém contribuiu”.<sup>448</sup>

Mirando o aulicismo dos conservadores que acompanhavam Pedro II na viagem, Medrado evitava atacar diretamente o imperador, mas acertava o sistema político que em torno dele se organizou no Brasil (o governo monárquico). A ritualística de recepção do imperador foi vista pelo liberal como um “espetáculo burlesco”. As autoridades com trajes aparatosos que lhes conferiam importância no exercício de suas funções; a entrega de chaves ao imperador investindo-lhe a importância de primeiro cidadão de alguma cidade; a procissão de recepção; a cafonice da cerimônia do beija-mão... Toda essa pompa da monarquia brasileira era incompreensível aos olhos de Medrado. Sobretudo porque, no anseio monarquista dos áulicos dos anos 1860, “o carro da monarquia deveria passar sempre rápido, coruscante e esmagador por entre as multidões prosternadas no chão das humilhações. Estas rodas passariam sobre este povo ignaro que teria por ambiente a poeira revolta de sua passagem”, floreou,<sup>449</sup> contrastando a alienação dos governantes que buscavam uma aprovação pública dionisíaca sem se atentarem às necessidades do povo nortista que mantinha uma adesão apolínea na monarquia que o empoeirava.

Após a publicação de *Os Cortesãos*, surgiram três panfletos em sua reprimenda: *Os anarquistas e a civilização*, do padre Joaquim Pinto de Campos; *Monarquia constitucional*, de Antônio Vasconcelos Canavarro; e *Monarquia – democracia*, de Justiniano José da Rocha. O mais contundente foi o de Justiniano, amplamente trepido pela imprensa liberal da cidade do Rio. “Os fatos preexistentes em nossa terra eram – a nação, a nação católica, a nação monárquica”, teorizou Justiniano. “Consagrou-os o pacto fundamental, e de os haver

---

<sup>448</sup> MEDRADO, José Joaquim L. da R. **Os cortesãos e a viagem do Imperador. Ensaio político sobre a situação**. Salvador: Tipografia de Camillo de Lellis Masson &C., 1860, p. 12. Para uma breve biografia de Landulfo Medrado, ver: BLAKE, Augusto Victorino A. S. **Dicionário biográfico brasileiro**, vol. 4... op. cit., p. 485.

<sup>449</sup> MEDRADO, José Joaquim L. da R. **Os cortesãos e a viagem do Imperador**... op. cit., p. 20.

consagrado resultam para nós duas máximas vantagens: essa constituição foi possível; já tem durado trinta e seis anos, e há de durar eternamente”, intuiu, erroneamente, sem saber que em menos de três décadas a monarquia cairia. Aliás, conjuga-se monarquia e catolicismo e teremos uma teoria justinianista do Estado imperial - teoria embebida das ideias do intelectual espanhol Juan Donoso Cortés. “Somos católicos, e católica é a nação brasileira”, inicia-se a proposição, “e não podemos orgulhosamente aviltar a dignidade humana supondo que o homem, obra de Deus [...], esteja neste mundo condenado a preencher seus destinos ao embate do acaso, ao sopro do erro e das paixões”. É como se, para Justiniano, a vida humana navegasse de acordo com o sopro do ente criador, da Ideia absoluta, no dito hegeliano. “Deus pois criou a autoridade; a autoridade do pai sobre o filho, a autoridade do Chefe do Estado, a autoridade do rei”, lê-se, num enlevo discursivo que se conclui com um “é mais nobre obedecer à autoridade como condição necessária e divina de sociabilidade, instinto natural e divino, com que a Benevolência do Criador dotou a sua predileta criatura, do que fazer nascer a autoridade da força, obrigar-nos a obedecer-lhe, porque nos subjuga”.<sup>450</sup>

O panfleto de Justiniano atizou uma oculta paixão antimonárquica no *Diário do Rio*. O jornal de Saldanha Marinho e Machado de Assis não teria a ousadia de escrever contra deus ou contra a religião católica. Inaceitável era o retrógrado princípio “de ser o poder dos reis emanção do poder Divino.” Criminoso, diria o jornal. Naquele 1860, escreveu, “quando já ninguém duvida que o exercício da soberania do governo, e sua forma, são de direito convencional [...], ela é consentida por aqueles que compõem a sociedade, porquanto só os seus membros podem decidir e determinar que qual ou tal homem deve governar.” A sociedade e a monarquia eram os dois elementos constitutivos do Brasil imperial, sendo aquela primordial e a monarquia não:

Uma sociedade pode existir sem monarca por isso mesmo que ela já existia antes dele. O monarca não cria a sociedade como o pai de família, é ele criado por ela.

Entretanto que a família procede do pai, o monarca procede da sociedade.

Ele não exerce poder natural, primordial, ou anterior, resultante de si mesmo ou da divindade. A identidade de origem entre o pai e o monarca é um sofisma inepto e sem valor.<sup>451</sup>

O monarca, portanto, não poderia exercer esse papel de um pai exemplar, deter um poder impecável, colocar-se acima da Constituição, apresentar-se primordial à sociedade, enfim. É... De fato, a sociedade brasileira oitocentista poderia existir sem um monarca no seu cotidiano.

---

<sup>450</sup> ROCHA, Justiniano José da. **Monarquia – democracia**. Rio de Janeiro: Tipografia de F. de Paula Brito, 1860, pp. 20-21.

<sup>451</sup> **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 66, 30 mai.1860, p. 1.

Se não o que seria um monarca sem uma sociedade que lhe aderisse senão um psicótico com delírios megalomaníacos?

De todo o exposto, já se pode observar que entre os governados e o governante-monarca havia duas relações de identificação: de amor dos adeptos mais-que-monárquicos e de ceticismo dos adeptos não-muito-monárquicos. O que pesa nessas relações com a monarquia é a transferência. Bebericando na dialética de Lacan, pode-se admitir que amor e ceticismo eram, simultaneamente, transferências positivas entre o monarca e seus adeptos. Esse é o primeiro elo de sustentação do Estado imperial. Ele é notado pela defesa intransigente de uns (mais-que-monárquicos) à monarquia, ainda que isso pusesse à prova o gabinete a que sustentavam, e pelo morde e assopra de outros (não-muito-monárquicos) aos poderes do regime como um todo e, eventualmente, ao poder pessoal do monarca.

O segundo elo estava na transferência negativa, a do ódio dos antimonárquicos pela monarquia. Sustentavam o elo odioso à monarquia republicanos tais qual Borges da Fonseca, revolucionários tais qual Pedro Ivo, mas também socialistas, separatistas, contestadores marginais do regime tais quais indígenas, quilombolas e africanos recém traficados que não de logo desaderiram a seus reis jalofo, sereres, bijagós, limbas, banhuns, songos, ganguelas, luenas, macuas, charangas, tongas, ijebus, efans, oiós, fons, mahis, evés, e outros – ainda que outro tanto de indígenas e negros, livres ou escravizados, tenha lutado pela manutenção do regime. Contrariamente, essa transferência negativa ajudava a fortalecer as adesões ao seu objeto de ódio, de dois modos. Primeiro, fortalecendo o amor de quem assim se ligava à monarquia, se se traduz por amor a identificação com o monarca mediante o respeito, a admiração e a subserviência de quem do seu regime dependia. Segundo, estabelecendo os limites do ceticismo dos adeptos não-muito-monárquicos, se se traduz por ceticismo a identificação com o monarca mediante o temor de sua figura paternal, o cálculo do imenso poder contra o qual não se poderia bater, a insegurança das perdas que uma mudança de regime traria e as expectativas de ascensão social só conseguida numa sociedade desigual mantida por um Estado hierarquizador.

Um terceiro elo transferencial de sustentação do Estado imperial foi notado com as quase mil condecorações concedidas pelo monarca após sua viagem às províncias do Norte. Trata-se, aqui, da dádiva. Positiva e negativamente, o monarca foi visto como um presenteador. Mas, astuciosamente, o maior beneficiado com a doação das graças foi quem as doara. À primeira vista, ocorre aqui algo semelhante ao *potlatch* polinésio estudado por Marcel Mauss,<sup>452</sup>

---

<sup>452</sup> MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia...** op. cit., pp. 197-210.

segundo o qual a coisa dada é imbuída da essência espiritual de quem a deu e aceitá-la é aceitar receber essa essência. No paralelo, o monarca condecora e, assim o fazendo, transfere sua essência monárquica ao condecorado, ou seja, os títulos de nobreza recebidos por seus adeptos só alcançariam amplo efeito num regime hierarquizado por um sistema político que tinha o monarca no topo. Entretanto, no rito polinésio a coisa recebida tende a ser destruída, pois sua conservação pressupõe manter o poder mágico de quem dá sobre quem recebe. Nesse paralelo, o caso brasileiro é o avesso do *potlatch* polinésio, já que a condecoração recebida pelo cidadão-súdito é conservada por toda sua vida, com a obrigação de manter sua adesão à monarquia.

Os partidos políticos, enquanto organizadores do espaço transferencial, reforçavam os elos de identificação entre os governados e o monarca. O Partido Conservador tendia a aglutinar os adeptos da fórmula mais-que-monárquica. O Partido Liberal, os adeptos da fórmula não-muito-monárquica. Para os primeiros, o imperador deveria dispor de tanta irresponsabilidade quão amplas fossem suas atribuições de Estado. Já os segundos não admitiam toda essa irresponsabilidade, atrás da qual, pelo que verbalizavam, os gabinetes conservadores se blindavam. O imperador, por sua vez, jamais abriria mão daquilo que não a letra constitucional mas a constituição política do Brasil o permitia: atribuições públicas de governança e administração, e responsabilidades privadas de reinar. Aí estava o nó górdio que os dirigentes do Estado imperial tentavam contornar na prática do seu bordado.

#### **4.2: Uma vontade soberana para um povo chamar de sua**

No oitocentos, o Brasil organizara seu Estado e fizera-se nação. Um Estado de compromisso monárquico, como dito. E uma nação porosa, de soberania gelatinosa. O que veda os poros e cimenta a gelatinosidade é a vontade coletiva formada nos momentos de bem-estar do Estado e momentos de mal-estar social. Na década de 1860, o Estado imperial esteve em crise. Houve ameaças internas à autonomia territorial e externas à legitimidade do reconhecimento internacional. As contingências históricas introduziam, assim, um cenário potencial para a formação de uma espontânea vontade coletiva no Brasil.

Quase quarenta anos após a independência do país, ainda se formulavam projetos políticos de soberania nacional. Desta vez, liberais e conservadores exigiam-se. O conteúdo desses projetos polarizava monarquia e democracia, a ética da autoridade e a ética da liberdade. Nisso concordavam liberais e conservadores.

Da banda liberal, lê-se no periódico liberal *A Actualidade* que “a vida regular das sociedades modernas depende essencialmente do equilíbrio de dois princípios igualmente necessários – a autoridade e a liberdade.” Equilíbrio que nunca houve no reinado de Pedro II, pois, segundo o jornal, “o princípio da autoridade procurou por todos os meios sufocar o princípio liberal. A mais célebre de suas tentativas foi a de 3 de Dezembro de 1841, que teve o poder de provocar a revolução de Minas e S. Paulo. / Vencidos os liberais nessas duas províncias, o princípio da autoridade [...] foi de mais em mais fortificando-se.” A política da conciliação, que poderia receber o trato ingênuo da conjunção dos dois princípios, teve trato mais realista de que foi “a mais alta expressão das ideias da autoridade. O país incauto não percebeu o veneno que encerravam as palavras melífluas, as lisonjeiras promessas da nova política.” O resultado da Conciliação, como se lê, foi “o dismantelamento dos partidos, o isolamento dos indivíduos, a nulidade a que ficaram reduzidos os nossos políticos.” E, arremata, tudo isso revelou “que o princípio da autoridade exagerando-se pretendia chegar a sua última expressão – o governo pessoal.”<sup>453</sup>

Da banda conservadora, o deputado Paulino Soares de Souza, o filho, falou que “o elemento monárquico e o elemento popular não vivem em luta na constituição; devem nela manter-se na mais completa harmonia. (*Apoiados.*) A luta teria em resultado o triunfo de um dos dois princípios e o sacrifício do outro.” O discurso se deu na Câmara dos Deputados. “O imperador sem a nação é a revolução; a nação sem o imperador é ainda a revolução”, julgou, para logo sentenciar que “os absolutistas e os democratas puros não cabem na constituição”. Se não é desejável aniquilar um dos elementos em função do outro, inversamente também não seria impossível a harmonia dos dois elementos na prática política? “Os partidos constitucionais aceitam os dois princípios, podem querer o maior ou menor desenvolvimento, a maior ou menor contração do princípio popular ou eletivo, ou da ação da autoridade, mas o campo em que se dá a divergência e a luta não é a constituição, e sim as leis orgânicas e regulamentares. (*Apoiados.*)” como que explicou, embora puxando a bacia para seu lado partidário ao estabelecer que as disputas doutrinárias não deveriam beirar o reformismo constitucional. E em caso de paroxismo nas disputas, advogou: “É então que intervém uma entidade constitucional colocada em esfera superior aos partidos e aos interesses e paixões do momento, encarregando-se de restabelecer a desfeita harmonia pelo exercício de uma das atribuições moderadoras que lhe foram conferidas pela constituição. (*Apoiados; muito bem.*)”<sup>454</sup>

---

<sup>453</sup> *A Actualidade*, Rio de Janeiro, nº 69, 18 fev. 1860, p. 1.

<sup>454</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 6 jul. 1860, pp. 61-62, grifos no original.

Os dois argumentos buscavam em vão sintetizar um debate que teria ainda muito fôlego para tocar a sinfonia turbulenta da política no Império. Executavam a bachiana do equilíbrio entre os princípios. Cada qual com seus instrumentos: autoridade e liberdade, imperador e povo. O acorde é o mesmo (monarquia *contra* democracia), mas com notas dissonantes.

Já na entrada da década de 1860, ocorreria um entrave na arrastada formulação dos projetos concorrentes de soberania nacional. Quando o pouco circulado jornal *O Liberal* mudou seu nome para *Constitucional* – mais um efêmero *Constitucional* dos vários que circularam no Segundo Reinado – imprimindo em seu subtítulo o somatório “Monarquia e Democracia”, a bússola teórica d’*O Regenerador* de Justiniano acusou contradição. “Uma monarquia democrática difere essencialmente da monarquia constitucional”, apitou. Forcejando o estranho somatório em proveito do debate público, supôs:

Uma monarquia democrática estenderia pois igualmente a todos o direito de votar e ser votado; não admitiria as distinções de inteligência, de riqueza, e de moralidade; não admitiria por conseguinte um corpo legislativo dividido em duas câmaras, de origens diversas, e diferentemente organizadas; não admitiria a intervenção do monarca (o chefe do poder executivo) na formação das leis; numa palavra, não admitiria nada da monarquia constitucional, menos a perpetuidade do chefe do poder executivo, para se diferenciar da democracia propriamente dita.

Com o sentimento aristocrático típico de quem pensa que ao rebanho bastava direitos civis – e tão poucos direitos civis! -, logo fez defesa da monarquia constitucional:

Ao inverso dos *liberais*, outra divisa não teremos senão *monarquia constitucional*. Não queremos a exclusão das capacidades, mas queremos o talento moralizado; queremos a conquista das posições por meio da simpatia; queremos a desigualdade dos direitos políticos, mas a igualdade civil; queremos que todos os Brasileiros se abracem com a constituição, e se esforcem por fazer dela uma realidade; queremos que se desculpem os erros dos que governam, muito embora sejam censurados, para que outros os evitem; mas que em todo o caso se respeite o princípio *sagrado* da autoridade em quem ela estiver encarnada, e se não desprezem, menoscabem e aviltem as pessoas que a exercem; porque isso é desvirtuar o princípio *divino* da autoridade, e desmoralizar toda a sociedade.<sup>455</sup>

*A Actualidade* não engoliu esse léxico de teologia política que misturava *desigualdade* com *direitos* e *divindade* com *autoridade*. “Quando o país adquire certo grau de civilização e de riqueza, a opinião reage com força contra os abusos do poder. O povo murmura contra os excessos; queixa-se da enormidade do peso dos tributos; vê com maus olhos o produto de seu suor dissipado no faustoso luxo das cortes”, apontou o jornal dos mineiros Lafaiete Rodrigues e Flávio Farnese. “A indignação pública, afinal, toca seus limites e os tronos caem esmagados sob o peso do ódio popular. É esse quase sempre o modo por que terminam sua missão os

---

<sup>455</sup> *O Regenerador*, Rio de Janeiro, nº 27, 7 mai. 1861, pp. 2-3, grifos no original.

governos absolutos, que desdenham ouvir a voz da opinião”, sentenciou, aporrinhando a paixão mais-que-monárquica de Justiniano. “Nos países cujas constituições reconhecem e garantem a intervenção oficial do elemento popular no governo da sociedade, a luta poucas vezes chega a esse ponto de exacerbação”, explicou. Para não fugir totalmente da razão teológica do jornalista conservador, *A Actualidade* acrescentou traços do liberalismo destronador de John Locke: “Quando o governo, esquecido da origem do seu poder, calça aos pés os seus mais sagrados deveres, violenta ou corrompe a sociedade, viola a constituição, adultera a urna popular, a revolução deixa de ser um crime e eleva-se à altura de uma missão providencial.” E, a essa altura da ousadia, colocou a monarquia na roda, cipoando-a com o contratualismo permissivo de Jean-Jacques Rousseau: “Em fundo todos os monarcas constitucionais presam mais o direito divino do que a soberania popular. / Sendo assim, é fácil conceber a tendência que tem os monarcas constitucionais a darem força, a exagerarem mesmo o princípio da autoridade”; esses monarcas contam ainda com a longevidade permitida pelo privilégio de nascimento: “A hereditariedade do poder é um incentivo bastante forte para levá-los a exagerar as suas atribuições e a reduzir os direitos do povo a proporções mesquinhas.”<sup>456</sup>

A lambada antimonárquica d’*A Actualidade* zuniu tão próximo d’*O Regenerador* que desinquietou Justiniano. “A monarquia é um dos elementos mais essencialmente conservadores que podem entrar nas combinações da sociedade moderna; é tão conservadora que sua duração não se limita, e pela hereditariedade se continua durante todos os séculos da existência nacional”, rebateu o jornalista conservador, no ponto onde o periódico liberal atacou o direito de nascimento. “Como um dos partidos, sempre ansioso de progresso, impele as ideias e os interesses no sentido das inovações, outro partido se forma tendo por fim adiar, sazonar as inovações, depurá-las do que podem ter de nocivo, fazer realizar com o tempo e sem abalo as que podem ser úteis, e a esse segundo partido dá-se o nome de partido conservador”, acrescentou, claramente definindo o Partido Conservador como um partido essencialmente monarquista. Em seguida, retirou do monarca qualquer sugestão de compromisso com esse partido: “o imperador é mais do que conservador, é mais do que liberal, é quem tem de defender perpetuamente a nação confiada à sua sabedoria, e portanto de neutralizar todos os princípios de ruína que puderem parecer, de fazer desenvolver-se todos os germes de prosperidade que a podem engrandecer.”<sup>457</sup> (Por existência ou longevidade, a monarquia não conserva a harmonia política na sociedade civil. Há concorrências, rivalidades e divisões políticas que um poderio primordialmente hereditário e legitimado divino não resolveria por si. Dessa não resolução a

---

<sup>456</sup> *A Actualidade*, Rio de Janeiro, nº 127, 15 mai. 1861, p. 1.

<sup>457</sup> *O Regenerador*, Rio de Janeiro, nº 37, 21 mai. 1861, p. 1.



necessidade de partidos políticos; não para solucionar essas concorrências, rivalidades e divisões políticas da sociedade civil, mas para organizá-las dentro dos alicerces do Estado.)

O debate entre os jornais perdurou, como perduravam as polêmicas jornalísticas do oitocentos. Só que no lugar do quiproquó de assuntos esfareláveis, reflexão substancial acerca do poder soberano. A equação monarquia *mais* democracia é, essencialmente, um paradoxo. Apesar de Justiniano ter sido pouco condescendente com certa ideia de igualdade política, pautado nesta ideia forçou uma química artificial dos dois princípios. Princípios antitéticos, monarquia e democracia nem entraram na resposta mais realista dos mineiros d'*A Actualidade*. Afinal, ou o poder soberano realiza-se no monarca, ou no *demos*. Não é de hoje que se insiste nisso, pois, por contrassenso jurídico, a soberania não pode ter dupla existência.<sup>458</sup> Os liberais mineiros partiram do que tinham de real aos seus olhos, a monarquia constitucional. Pressupuseram uma só soberania, a popular. Contraporam-na não outra soberania mas um privilégio hereditário, o direito divino do monarca.

O poder soberano não podia autorizar mais do que permitia a constituição política brasileira. No Império, a soberania teria sido antes monárquica do que popular, na medida em que o poder de determinar o bem-estar do Estado era autorizado ao governo do monarca e não aos representantes do povo - a conversa é outra quando se enfia o período regencial na cuia, porque aqui é necessário balancear a medida para não se pender de uma soberania monárquica anacrônica a uma soberania popular anedótica. Até a autoridade dos representantes do povo foi mais para autorizar a soberania do monarca do que a autonomia do povo o qual representavam. A soberania era, contudo, gelatinosa, vez que as contínuas revoltas, insurreições, motins, manifestações de rua e tudo o mais que contestava o estado de coisas no oitocentos não permitiam que o poder autorizador de bem-estar dos *muitos* se enrijecesse nas mãos dos *poucos* que aureolavam o *um* (monarca). E tão gelatinosa quanto a ideia circulante de povo: povo ora era os muitos (os variados grupos nacionais que os poucos governavam), ora era a multidão (a coletividade disruptiva, consciente ou inconsciente, formada pelos muitos), ora, ainda, era o *demos* (o sujeito coletivo da política).

Longe de pensar numa autodeterminação dos muitos, marcha seguinte à soberania popular, o realismo dos liberais d'*A Actualidade* permitiu apenas magnetizar adesões em favor de mais autonomia popular frente o peso das sacralidade e autoridade monárquicas. Esse peso era encorpado pelos conservadores mediante uma pedagogia política - tão aplicada por

---

<sup>458</sup> Desde o Marx hegeliano de esquerda até a ciência política recente, ver: MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel...** op. cit., pp. 51-59; e POGREBINSCHI, Thamy. **O enigma do político: Marx contra a política moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 220-223.

Justiniano - que não sujeitava direitos iguais para camadas sociais que deveriam permanecer desiguais. Em ambos os sentidos, sabia-se que os muitos eram impedidos de encarnar sua figura jurídica como soberana. Não que lhes faltasse vontade. Pois os muitos bem podiam saber que, se o nascimento marca a natureza do monarca como marca a natureza do gado, a soberania monárquica era tão frouxa à vida política do Brasil quanto a vida terrena do imperador. E que talvez seria preciso de um momento ideal para transformar sua vontade em autonomia de ação.

Quem sabe esse momento não foi aquele aberto na década de 1860 com o entrevero diplomático entre o Brasil e a Grã-Bretanha denominado questão Christie?

Quando William Dougal Christie assumiu como plenipotenciário da Grã-Bretanha no Brasil em 1859, veio, oficialmente, estreitar os laços entre os dois países. Extraoficialmente - mas a mando de John Russell, ministro da Secretaria dos Assuntos Externos (*Foreign Office*) -, tratou de apurar a quantas andava a escravidão no Brasil. Andava mal, logo avaliou. Em 1861, Christie estimou ter entrado no Brasil cerca de 1 milhão de africanos após a proibição do tráfico em 1831 - a historiografia aponta cerca de 750 mil. Soube que em 1853 o governo de Carneiro Leão impôs quatorze anos de serviços antes dos quais o africano ilegalmente traficado não poderia requisitar sua liberdade. Entendeu, por isso, que a escravidão no Brasil demoraria. Daí, passou a agir para desmantelá-la. Aproveitou dois pretextos para a ação: o saque do navio britânico *Prince of Wales* após naufragar no Rio Grande do Sul em junho de 1861; e a prisão de três oficiais ingleses da fragata *HMS Forte* por agredirem autoridades policiais da Corte em junho de 1862.

Então, o plenipotenciário britânico bateu em três frentes. Primeiro, requisitou, em junho de 1861, a todos os embaixadores britânicos no Brasil que contabilizassem os africanos importados depois de 1831, solicitando-lhes a discricção necessária para evitar conflitos com o governo brasileiro. Segundo, aliou-se, a partir de 1861, com jornalistas liberais e políticos ligados na Corte, fornecendo-lhes informações coletadas sobre o tráfico de escravos que foram usadas nas seções autorais do *Correio Mercantil* de Francisco Otaviano e nas *Cartas do Solitário* de Tavares Bastos. Terceiro, intimou, em dezembro de 1862, o governo brasileiro a reparar os danos causados com o saque do *Prince of Wales* e com a prisão dos oficiais britânicos; Miguel Calmon, ministro dos Negócios Estrangeiros, recusou o intimatório; em resposta, no início de 1863 Christie mandou encouraçados britânicos bloquearem o porto do

Rio de Janeiro e apreender cinco navio mercantes brasileiros.<sup>459</sup> Abriu-se o fogo diplomático, veio a crise. Estoura a comoção social.

No 5 de janeiro de 1863, Teófilo Otoni trabalhava na sede do Banco do Brasil, esquina da Rua da Alfândega, quando, para mais do meio dia, foram lhe informar que há pouco dali, nas ruas Direita e do Ouvidor, havia uma multidão enfurecida com o bloqueio do porto do Rio de Janeiro. Chegaram-lhe informações desencontradas: as massas agitavam-se contra o gabinete, o país foi traído pelo governo, iam invadir o consulado inglês, iam até o Paço Imperial pedir ao imperador a demissão do gabinete. O liberal mineiro então correu para a Rua Direita. De chegado, percebeu que as suspeitas amargavam de verdade, que a multidão queria a retratação do gabinete. Buscando acalmar os ânimos, enfiou-se entre o povo e afirmou ao público que “a dignidade nacional estava salva”, que não deveriam fazer juízo apressado sobre o gabinete, que um esclarecimento oficial seria publicado no dia seguinte. Essa, a versão do próprio Teófilo Otoni.<sup>460</sup> Mas o liberal mineiro não contou tudo.

Conto. Era manhã do dia 5. “Massas populares se apinhavam nas imediações da praça do comércio, e vários negociantes requereram à comissão da mesma praça que promovesse uma reunião para dirigir ao governo um voto de adesão”, lê-se no *Jornal do Commercio*. A Praça do Comércio formulou um abaixo-assinado retaliando o bloqueio. Os presentes amontoaram-se para assiná-lo. “Pronunciaram-se discursos patrióticos”, escreveu *A Actualidade*. “Teófilo Otoni foi entusiasticamente vitoriado no momento em que dirigia-se à mesa para assinar o reclamo”, ainda o mesmo jornal. Após assinar, o deputado mineiro discursou contra o insulto da Grã-Bretanha ao Brasil. “O Sr. Otoni terminou esse discurso com as seguintes palavras, que foram cobertas de aplausos: / ‘Esperemos pelos atos do governo, que há de salvar a dignidade nacional. / Viva o imperador!’”, escreveu ainda.

José Antônio Vaz do Espírito Santo, comendador, e Raimundo de Souza, estudante de Direito da Faculdade de São Paulo, convenceram a multidão de ir ao Paço da Câmara Municipal se inscrever para formar um batalhão de voluntários. Povo era muito, mas o quão muito não se sabe - “mais de 2.000 pessoas”, segundo *A Actualidade*, ou “para mais de dez mil”, segundo a estimativa do *Constitucional*. No Paço, esse povaréu foi recebido pelos funcionários da Câmara, postos a recolher as assinaturas dos pretensos voluntários. Do Paço, o povo voltou para a Rua Direita. No Largo de São Francisco, a multidão engrossou, ali demorando-se. Narrou, então, A

---

<sup>459</sup> MAMIGONIAN, Beatriz. **Africanos livres...** op. cit., pp. 366-376; e YOUSSEF, Alain El. **O Império do Brasil na segunda era da abolição, 1861-1880**. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019, pp. 46-54; RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)**. Rio de Janeiro: Versal, 2017, pp. 213-231.

<sup>460</sup> Relato de Teófilo Otoni publicado em: **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 26, 26 jan. 1863, pp. 1-2.

*Actualidade*, que “no lugar em que tem de ser erigida a estátua do patriarca da independência do Brasil, José Bonifácio, deram-se novos vivas, fizeram-se novos protestos de defender a dignidade da pátria, ultrajada pelo estrangeiro insolente.” Seguindo seu trajeto, ao chegar na Rua Direita, a multidão se houve com João Lins Cansanção de Sinimbu, ministro da Agricultura, que “assegurou que o povo ficaria satisfeito com as medidas que o governo tem de tomar, que a dignidade do Brasil não há de ser sacrificada. / Essa declaração solene foi recebida no meio de aclamações entusiásticas”, escreveu. A movimentação de povo concentrou-se na cidade baixa, mais precisamente no largo do Paço e na Rua Direita. O comércio fechou, não havia clima para expediente de trabalho. Fora dali, as ruas ficaram desertas.

“Pelas 6 horas da tarde, apareceu S. M. o imperador dirigindo-se ao paço da cidade onde se reunia o conselho de ministros. Ondas de povo fremente de entusiasmo cercaram logo o carro imperial, rompendo em vivas e aclamações,” lê-se agora no *Jornal do Commercio*. Momento raro na vida política do Império, Pedro II falou ao público. Da porta do palácio de São Cristóvão, falou “que era ele primeiro que tudo Brasileiro, e como tal mais de que ninguém empenhado em manter ilesas a dignidade e honra da nação”, revelou o *Jornal*, informando que se ouvia os vivas junto do discurso que deste modo prosseguiu: “assim como ele confiava no entusiasmo do seu povo, confiasse o povo nele e no seu governo, que ia proceder como as circunstâncias requeriam, mas de modo que não fosse aviltado o nome de Brasileiros de que todos nos ufanamos.” Depois, o imperador entrou no palácio, e o povo, ainda no Paço vitoriando outros discursos.<sup>461</sup>

Esse episódio, de contato entre a multidão e o imperador, foi retratado pelo pintor Victor Meirelles em 1864, obra encomendada pelo ministro dos Estrangeiros. Em tons pastéis, a pintura enquadra a cena no adro do Paço Imperial (Figura 1). Central na imagem, a figura de Pedro II é iluminada pela luz do entardecido. A multidão, vitoriando o imperador, é composta de senhores e trabalhadores, brancos e negros, militares, mulheres, velhos, crianças e... escravos. E – cinicamente - escravos, como se a questão não fosse sobre a escravidão. Tudo na imagem apela para o patriotismo popular, escondendo à tinta os traçados de carvão das contradições sociais que o romantismo era incapaz de interpretar.

No imediato do ocorrido, o editorial do *Jornal do Commercio* considerou o episódio como “o magnífico espetáculo de um povo que na hora da aflição se ajunta em torno do chefe, em cujas mãos põe os seus destinos.” Até mesmo o jornal conservador *Constitucional* despiu-

---

<sup>461</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 6, 6 jan. 1863, p. 1; **A Actualidade**, Rio de Janeiro, nº 297, 5 jan. 1863, p. 1; **Constitucional**, Rio de Janeiro, nº 9, 11 jan. 1863, p. 1.



Figura 1: Estudo para a Questão Christie, de Victor Meirelles (1864).

se de sua demofobia: “No meio das ovações que se ouviam em todos os grupos, das explosões em toda parte, nenhum direito foi ofendido, nenhuma lei desrespeitada. Se um ou outro grito dissonante se ouvia, e raríssimos foram, eram cobertos pelas vozes da multidão.” A multidão, no *Constitucional*, não era a mesma retratada pelo também conservador *O Regenerador* de Justiniano há dois anos atrás, em 1861. Lá, era a turba acéfala que seguia chefes liberais em procissão pelas ruas do Rio. Aqui, nas linhas de José de Calasans, “o povo identificou-se com o Imperador; compreendeu ainda uma vez que ele não é senão nós mesmos, nós todos em uma só pessoa.”<sup>462</sup> Lá e cá, havia povo e potentado. Mas, cá, o potentado era o imperador, o signifiante maior do Partido Conservador, em transferência unidirecional com o povo.

Dias depois, enquanto a questão Christie tramitava nos espaços privados de decisão pública, nas ruas da Corte correu uma passeata patriótica. Noite do dia 9, a mocidade militar da Escola da Praia Vermelha, acompanhada de povo e de música da banda da Escola Militar, dirigiu-se à casa do ministro da Guerra, general Polidoro da Fonseca, para felicitá-lo pela recusa do gabinete a pagar a indenização exigida por Christie para reparar o saque do *Prince of Wales*. “Chegado à porta de S. Ex., e depois de tocar-se o hino nacional, os acadêmicos saudaram com

<sup>462</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 6, 6 jan. 1863, p. 1; **Constitucional**, Rio de Janeiro, nº 5, 8 jan. 1863, p. 1.

estrepitosos e entusiásticos vivas a S. M. o Imperador, à constituição política do império, ao ministério e ao Sr. ministro da guerra”, comunicou o *Jornal do Commercio*. Com o ministro da Guerra ausente de casa, o povo dirigiu-se até a casa do ministro dos Negócios Estrangeiros, Miguel Calmon (marquês de Abrantes). Repetidos os mesmos vivas e o hino nacional, uma comissão de moços da Escola Militar foi saudar o ministro, em particular, pois já se achava acomodado. Depois, seguiu para a casa do ministro da Agricultura, Cansação de Sinimbu, repetiu as manifestações de júbilo e, com o ministro acamado de febre, um membro da comissão foi recebido no quarto para ouvir o agradecimento do felicitado e transmiti-lo ao povo que aguardava na porta. No trajeto entre Botafogo e o Catete, das casas os moradores acenaram com lenços e jogaram flores para a passeata.

Serestando, o povo dirigiu-se, por fim, à casa de Teófilo Otoni. “O Sr. Otoni, ao som dos vivas e do hino nacional, franqueou imediatamente a sua casa ao corpo acadêmico e a todo o povo que o acompanhava, dizendo: *Entrai, senhores, esta casa é vossa*”, noticiou o *Jornal do Commercio*. O liberal mineiro cumprimentou, abraçando, os alunos da Escola Militar, um a um, sob vivas e o hino. Foi saudado com verbos que o igualavam em mérito ao gabinete: “Nós, alunos militares, testemunhas da maneira patriótica com que o governo de S. M. o Imperador soube defender a honra nacional na questão anglo-brasileira, e da parte ativa com que V. Ex. tem advogado nossa causa, já na imprensa, já serenando o espírito público agitado por pérfidas insinuações”, replicou, o mesmo jornal. Otoni agradeceu a saudação e deu vivas ao imperador, à armada, ao Exército e à mocidade militar.<sup>463</sup>

Cenas como essa validaram o apelido dado pelos conservadores a Teófilo Otoni: rei do povo. O *Constitucional* contestou esse efeito de Otoni constelar o povo para si e não aceitou que as ovações recebidas por ele o alçassem como potentado dos protestos patrióticos. “As manifestações populares ocorreram como que instintivamente. A declaração de que iam começar as represálias surpreendeu a todos; a ansiedade pública foi geral; cada qual não cabendo no lar doméstico foi para a praça pública; o perigo da sociedade fez esquecer a família”, justificou o jornal conservador,<sup>464</sup> de um lado, associando a espontaneidade das manifestações com o risco iminente de a sociedade carioca ser sentenciada pela maior potência marítima da

---

<sup>463</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 11, 11 jan. 1863, p. 1, grifos no original.

<sup>464</sup> **Constitucional**, Rio de Janeiro, nº 9, 11 jan. 1863, p. 1. Vale apontar que a popularidade de Teófilo Otoni não era desconfiada só pela imprensa conservadora. Outros setores menos comprometidos com as lides partidárias admitiam a versão de uma popularidade nada espontânea, de que Otoni buscava construir sua própria popularidade, como a *Semana Illustrada* que publicou uma charge do liberal, sentado numa escrivaninha, rodeado pelos papéis das felicitações que escrevia para si mesmo, matutando o seguinte: “\_A meteorologia tem registrado nos seus anais chuva de pedra, chuva de sangue, chuva de sapos, de gafanhotos, e até de codornizes! Mas *chuva de felicitações*, e de tal modo, só a mim estava reservado apanhá-la!!!” Ver: **Semana Illustrada**, Rio de Janeiro, nº 169, 6 mar. 1864, p. 5, grifos no original.

época, e, de outro lado, buscando afastar qualquer elo transferencial entre Otoni e a multidão patriótica.

Não haveria elo transferencial de gratidão entre líder e massas que suplantasse os laços que os muitos formavam nesse início de 1863. O que os identificava entre si era o sentimento de amor pela pátria, o patriotismo. Algo que ultrapassou as fronteiras da cidade do Rio.

Em Niterói, bastou chegar, na tarde do dia 5, as notícias das manifestações na Corte que as pessoas afluíram para a praça da Matriz, e, como se lê no jornal *A Actualidade*, “em poucos minutos mais de mil pessoas achavam-se reunidas.” Houve discursos, vivas e uma banda de música que, junto do povo, percorreu a cidade. A passeata parou em frente à secretaria de governo para ouvir um breve discurso do presidente da província, Luís Alves de Oliveira Belo, que, da janela, pediu prudência e fé no governo, logo chamando vivas ao imperador, à nação e ao povo.<sup>465</sup> Na vila de Itaboraí, foi o literato Joaquim Manoel de Macedo que, às 10 horas da noite do dia 6, anunciou publicamente sobre o desbloqueio do Porto do Rio. Quinze minutos depois, girandolas, foguetes e repiques de sino. “Como por encanto, reuniu-se grande número de cidadãos e de famílias, homens e senhoras, saudavam-se jubilosos; a igreja paroquial abriu-se e iluminou-se”, lê-se no *Diário do Rio*. Durante quase toda a madrugada, uma banda de música, acompanhada de povo, percorreu a cidade tocando o hino nacional.<sup>466</sup> Da cidade de São Paulo, os presos da cadeia enviaram uma petição ao imperador se voluntariando para “combater os ingleses, ou para os trabalhos de fortificações”, pedindo a graça do monarca.<sup>467</sup> Em Minas Gerais, a Câmara Municipal da capital Ouro Preto publicou uma proclamação convocando os munícipes para assinar um manifesto de apoio ao imperador e à causa do país, pois, lê-se, “conservarmos nós, os mineiros, o silêncio, nós que sempre ecoamos o grito da liberdade e independência, embora com o sacrifício do sangue, seria, senão um crime, ao menos uma falta.”<sup>468</sup>

De volta à cidade do Rio, o povo viu formar, em 11 de janeiro, uma associação, batizada União e Perseverança, com o intuito de estimular o recrutamento de voluntários e alavancar doações para a defesa da nação. 10 horas da manhã, “mais de duas mil pessoas enchiam as salas da câmara e as circunvizinhanças do edifício”, noticiou o *Diário do Rio*. Teve hino nacional; teve vivas à independência nacional, à integridade do Império, ao Exército e Armada, à constituição política do país e ao imperador; e teve uma passeata de povo e banda musical até

---

<sup>465</sup> *A Actualidade*, Rio de Janeiro, nº 298, 6 jan. 1863, p. 1.

<sup>466</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 13, 13 jan. 1863, p. 1.

<sup>467</sup> *A Actualidade*, Rio de Janeiro, nº 334, 11 fev. 1863, p. 1.

<sup>468</sup> Proclamação publicada em: *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 15, 15 jan. 1863, p. 1.

a casa de Saldanha Marinho, após este ser aclamado presidente da sociedade.<sup>469</sup> Doações em dinheiro foram feitas por notabilidades políticas e figurões do Império como o próprio imperador, seus ministros, senadores, deputados, a nobreza imperial, clérigos, empresários, fazendeiros, burocratas, mas também grupos corporativos como funcionários das casas bancárias da Corte, dos jornais cariocas, empregados do Arsenal da Marinha, da Estrada de Ferro Pedro II, das secretarias ministeriais, os membros do Tribunal do Comércio, instituições religiosas como os mosteiros de São Bento e do Carmo, casas comerciais, sociedades como a Farmacêutica Brasileira e os maçons da Grande Ordem do Brasil – tudo isso exaustivamente noticiado na Gazetilha do *Jornal do Commercio*. A arrecadação de doações se arrastou por todo o ano de 1863, alcançando, em novembro, o enorme montante de 1.171:886\$570 réis.<sup>470</sup>

É próprio de uma personalidade soberba forjar desejos remotos ao alcance do outro subjugado. William Christie não forjou isso de si. Da Grã-Bretanha, trouxe consigo uma concepção de mundo refletida e turvada pela hegemonia que o maior sistema financeiro e comercial e o mais potente arsenal marítimo do mundo garantiam. Basta lembrar que o plenipotenciário era mandatário de um governo formado por uma ampla aliança progressista, composta de *peelites*, *whigs*, liberais e radicais. Um governo tão liberal e tão cheio de si. Tão liberal que Palmerston, chefe do gabinete e político veterano, e Russell, ministro dos Assuntos Externos e chefe direto de Christie, defenderam frequentemente no Parlamento inglês a liberdade italiana, e saudaram Garibaldi, espécie de herói popular entre muitos liberais e radicais britânicos, pela anexação da Sicília na Sardenha em 1860. Tão cheio de si que Palmerston e Russel declararam que os sucessos revolucionários na Itália eram obra da moral internacional de seu gabinete, a ponto de tomarem a unificação italiana como mérito seu.<sup>471</sup> Puro juízo altissonante de uma mentalidade imperialista.

Óbvio que o senhoriato sudestino suspeitaria de gente que ousasse bloquear seus negócios e transações comerciais. Suspeitaria mais se essa gente fosse estrangeira. Suspeitaria mais ainda se fosse gente que defendesse as odisseias garibaldianas na Itália do mesmo Garibaldi que há duas décadas tramava peripécias por aqui. O resto do povo, que tinham no pertencimento ao Brasil algo de idêntico a se compartilhar, não aceitaria um outro que subjugasse sua própria pertença. O jornal a *Semana Illustrada* facilitou esse entendimento até para a nonagésima parte da população, a analfabeta, imprimindo xilogravuras onde o outro, o britânico estrangeiro, antropozoomorfizado com cabeça de leão, invade o espaço nacional.

---

<sup>469</sup> **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 12, 12 jan. 1863, p. 1.

<sup>470</sup> **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 299, 1º nov. 1863, p. 1.

<sup>471</sup> HAWKINS, Angus. **British party politics**... op. cit., pp. 79-91.



Porém, em várias edições, a iconografia demonstra o povo brasileiro revidando. Não escapou dessa imagética o brasileiro personificado de indígena, que em outros momentos seria mestiçado ao colonizador europeu mas que agora era preciso ser um bravo guerreiro contra o estrangeiro desaforado. Traço romanesco de indianismo conjugado com nacionalismo (Figura 2).<sup>472</sup>

O patriotismo popular espontâneo de 1863 foi amansado pelos esforços diplomáticos do governo na solução da questão Christie. O governo brasileiro pagou as indenizações exigidas pelos britânicos, não sem romper suas relações diplomáticas em meados de 1863, que foram reestabelecidas em 1865, sob a mediação de Portugal, se bem que por necessidade de continuar o comércio com a Inglaterra e estabelecer melhores relações em proveito da Tríplice Aliança formada para a guerra que então enfrentava.<sup>473</sup> Entretanto, a energia patriótica gerada pela questão Christie volveria em tirocínio. Era a energia dos muitos que preferiram lutar do que sucumbir ante a poderosa Grã-Bretanha e que, embora não tenham lutado em 1863, seria insondavelmente canalizada na luta contra o Paraguai em 1865.

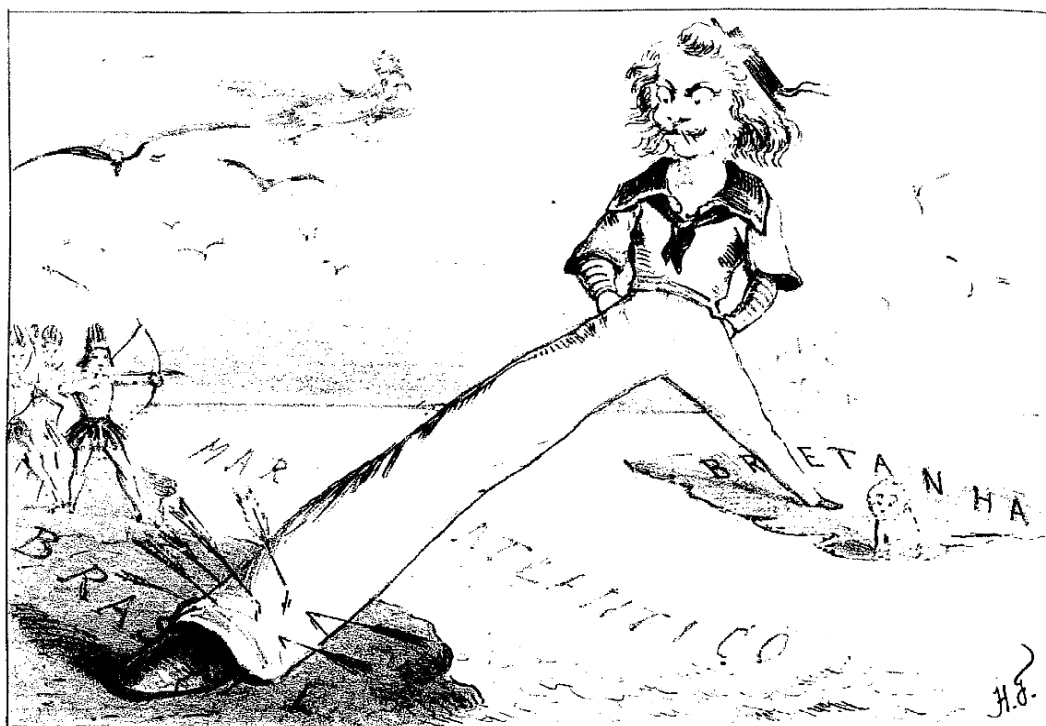


Figura 2: *In illo tempore dixit Christie aos seus patrícios*, de Henrique Fleiuss (1863). Fonte: *Semana Ilustrada*, Rio de Janeiro, nº 111, 23 jan. 1863, p. 4.

<sup>472</sup> Sobre o indianismo, ver: BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, capítulo 6; RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, pp. 153-178.

<sup>473</sup> RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil...** op. cit., pp. 214 e 231.

Desviando de esboçar aqui um relato sobre a Guerra contra o Paraguai (1864-1870), já com sólida historiografia a respeito,<sup>474</sup> concentro-me no que tem de povo. E o que tem? Tem que o povo despertou uma vontade coletiva para chamar de sua.

Após o governo paraguaio de Solano López prender, em dezembro de 1864, o navio brasileiro que carregava o recém-nomeado presidente de Mato Grosso (Frederico Carneiro de Campos), com carga, com tripulação e com tudo, e, em seguida, tropas paraguaias invadirem a mesma província, colocando a população da região em fuga iminente; após isso, e com a chegada dessas notícias na capital do Império, a população se manifestou mais desejosa de determinar o bem-estar da nação do que em 1863.

Domingo, 15 de janeiro de 1865, às 5 horas da tarde, no largo do Rocio, uma multidão aglomerou-se para formar um batalhão de voluntários - o *Jornal do Commercio* contou “perto de 1000 pessoas”, o *Correio Mercantil*, “milhares de cidadãos”.<sup>475</sup> Essa foi a primeira mobilização de povo, a das aglomerações espontâneas. Que se reproduziu onze dias depois, quando Fernando Sebastião Dias da Mota convocou uma reunião no teatro Lírico, às seis da tarde, para formar “um club, ou diretório permanente”, como disse o convocante, com o fim de “dar apoio ao governo, sem se lhe tornar subordinado”, e de criar “uma caixa de socorros para proteger as viúvas e filhos dos bravos que ficarem no campo da batalha.” Nesse momento, no teatro e arredores, “calculou-se em 3,000 o número das pessoas que estiveram presentes.” Após vários discursos e duas bandas de música tocarem juntas o hino nacional, Dias da Mota “convidou o povo a dar um passeio pelas ruas, acompanhando as bandas de música e dando vivas a Sua Majestade o Imperador, ao exército, à marinha e à nação brasileira.” Isso nas letras do *Correio Mercantil*. Nas ruas, a multidão engrossou para “cerca de 4,000 pessoas”, segundo o *Jornal do Commercio*. Passou pelo Campo da Aclamação, Rua dos Ciganos, Praça da Constituição, Rua do Teatro, Ouvidor, Rua Direita até o Paço Imperial, recebendo vivas dos moradores, que das janelas acenavam-lha com lenços. Dias da Mota ia à frente, hasteando a bandeira brasileira.<sup>476</sup>

Uma segunda mobilização de povo foram as manifestações de adeuses aos Voluntários da Pátria de partida à Bacia do Prata. Como quando o batalhão de Voluntários da Pátria da

---

<sup>474</sup> DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; CAPDEVILA, Luc. **Una guerra total: Paraguay, 1864-1870: ensayo de historia del tiempo presente**. Buenos Aires: SB, 2010; IZECKSON, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, vol. 2: 1831-1870**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017; RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil...** op. cit., pp. 197-213.

<sup>475</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, nº 16, 16 jan. 1865, p. 1; *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 17, 17 jan. 1865, p. 1.

<sup>476</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 27, 27 jan. 1865, p. 1; *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, nº 27, 27 jan. 1865, p. 1.

Bahia embarcou no porto do Rio, a 5 de fevereiro de 1865, com destino ao Rio Grande do Sul, onde eram reunidas as forças aliadas. Pela manhã, parte do batalhão desfilou pelas ruas do Rio, saindo do quartel do Campo da Aclamação, passou pelas ruas São Pedro, Direita, Misericórdia até o Arsenal da Marinha. Chovia, mas as ruas “estavam apinhadas de povo; e das janelas de várias casas as senhoras espalhavam flores sobre os soldados”, lê-se no *Diário do Rio*. À frente do batalhão, seguia um amontoado de gente gritando repetidos vivas ao imperador, à nação, aos baianos, aos Voluntários da Pátria, com o mesmo Dias da Mota no meio do povo carregando a bandeira brasileira. Às 8:15 horas, a passeata de povo e tropa chegou ao Arsenal, onde já aguardavam-na o imperador, os ministros, generais e vários oficiais do Exército e da Armada. O batalhão se pôs em colunas cerradas, e o comandante da tropa recebeu de Pedro II um abraço e uma nova bandeira confeccionada por costureiras voluntárias. E cerca de 1500 combatentes embarcaram para o Sul.<sup>477</sup>

Mês depois, partiu o primeiro batalhão de Voluntários da Pátria do Rio de Janeiro. Às sete da manhã do dia 5 de março, o batalhão de 743 praças percorreu as ruas da Corte, do quartel do Campo da Aclamação até o Arsenal da Marinha. A passeata também encontrou o imperador, ministros e demais autoridades militares para a saudação e despedida dos voluntários. Também com vivas, aplausos e saudações. E com direito a xilogravura da *Semana Illustrada*, estampando a multidão de povo e tropa; embora as autoridades sejam dispostas em primeiro plano, se destaca a cena de segundo plano dos voluntários embarcando no vapor *Princeza*.<sup>478</sup>

Visto, assim, de vista panorâmica, as emoções mais rentes são encobertas pelo esparso entusiasmo da multidão. Mas lá estavam. A exemplo das comoventes cenas capturadas durante o embarque do corpo de guarnição no porto de Fortaleza (CE). Viu-se uma mulher com filhinha de colo que, preparada para acompanhar o marido soldado até o Sul, recebeu a notícia de que a criança não poderia embarcar. Fulminada, a mulher abraçou o marido. Este abraçou e beijou sua filha, e a entregou à mãe. Contudo, uma reviravolta: “A mulher entregou a filha a uma conhecida, e embarcou. O amor de mulher triunfou do amor de mãe”, revelou o redator do jornal *O Cearense*, despidido da economia moral que simbolizada hoje em dia horrorizaria leitoras e leitores. Viu-se um soldado abraçado à esposa e ao filho, todos os três chorando, e quando avisaram-lhe que era hora de embarcar: “Adeus!, disse ele à mulher; abraça por mim a nossos outros filhinhos, sê honrada, se te faltar o trabalho, sai pela rua a pedir esmola para a mulher de um soldado que marchou para a guerra”, narrou o redator, revelando não só a

---

<sup>477</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 32, 7 fev. 1865, p. 2.

<sup>478</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 57, 7 mar. 1865, p. 1; *Semana Illustrada*, Rio de Janeiro, nº 222, 12 mar. 1865, p. 8.

ausência paternal que recairia sobre uma mãe solo naquela sociedade como também a iminente possibilidade de penúria que a falta do companheiro traria no dia a dia subalterno. Viu-se, também, o abraço de uma velha, uma mulher, três ou quatro meninos e um soldado: “‘Meu filho! Meu marido! Meu pai!’ Gritavam os infelizes soluçando; e uns abraçavam-lhe as pernas, outros a granadeira, e pareciam querer transmitir naquele abraço quanta saudade e quanta dor há no coração da mãe, da mulher e dos filhos, na hora da separação”, descreveu ainda, imprimindo a comoção dos adeuses de quem tinha apenas a incerteza do reencontro.<sup>479</sup>

Esses sentimentos, prenhes de preocupação, desamparo e insegurança públicos, foram carimbados em traços genéricos por Henrique Fleiuss na *Semana Illustrada* (Figura 3). Na multidão que se despede dos voluntários sempre pode haver um pai desgastado pela idade e pelo trabalho encorajando o filho com um beijo na testa, uma mãe pedindo fixamente aos céus para transferir a proteção divina através de suas mãos que envolvem o filho, uma esposa ou noiva dando um abraço terno em seu amado com a esperança de não ser o último. Em contraste, as ilustrações também tentam retratar o entusiasmo dos Voluntários da Pátria, como fosse propaganda para estimular o patriotismo popular.



Figura 3: Os Voluntários da Pátria, de Henrique Fleiuss (1865). Fonte: **Semana Illustrada**, Rio de Janeiro, nº 219, 19 fev. 1865, p. 8.

<sup>479</sup> **O Cearense**, Fortaleza, nº 1808, 4 abr. 1865, p. 2.

E não foi pouco o entusiasmo patriótico nem as dores do desenlace familiar: a historiografia computa em 10.000 o número de brasileiros que se voluntariaram apenas no ano de 1865 - quantidade tida pelo governo imperial como suficiente para uma guerra que se esperançava finda em poucos meses -, saídos principalmente da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.<sup>480</sup>

As mobilizações populares de 1865 na cidade do Rio fermentaram o sentimento patriótico que direcionou o desejo dos muitos em afugentar o mal-estar que potencialmente abatia a nação. Contudo, ano depois, em início de 1866, a opinião pública carioca, encargada de civismo, tentava afastar a ideia de que a sociedade brasileira era “simplesmente uma aglomeração de homens sem ideias, sem coesão, sem estímulos, sem consciência dos altos deveres”, lê-se no *Diário do Rio*. Ocorre que, a partir de 1866, se reduziu vertiginosamente a mobilização de Voluntários da Pátria e cresceu o recrutamento forçado, aumentando as fugas e a resistência ao alistamento militar, algo que o pragmatismo roceiro de Minas poetizou em *Deus é grande mas o mato é maior!*. Temia-se a indiferença patriótica dos muitos, que crescia na proporção em que minguava o sentimento voluntarista. “Discutam os cidadãos em comum os seus próprios interesses comuns; seja a união a base da nossa força nacional; seja o interesse coletivo o regulador das aspirações individuais; acreditemos na nossa própria força, no nosso próprio poder se queremos ser um povo forte e grande elevando a nação que é nossa ao auge da prosperidade”, lê-se ainda no *Diário*, supondo que as mobilizações de povo de 1865 havia formado no povo (cidadãos) uma vontade conscienciosa para a busca de um horizonte comum.<sup>481</sup>

Para o povo da Corte, o horizonte de expectativas que então se desenhava em 1866 era alinhado às experiências de mobilização popular de 1863 e 1865. Mas alinhado não em sentido corrido, direto, como se as ocorrências de 1863 e 1865 equacionassem soluções em 1866.

Lá, em 1863, “as notabilidades de todas as opiniões políticas eclipsaram-se ante a majestade do povo; todas voltaram à sua origem e identificaram-se com ela. É assim que a afronta feita à pátria comum, pungindo com a mesma intensidade os corações de seus filhos, iguala a todos na necessidade do sofrimento”, observou bem o editorial do conservador

---

<sup>480</sup> DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra...** op. cit., pp. 114-117; MENDES, Fábio Faria. **Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil imperial**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010, pp. 102-107.

<sup>481</sup> **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 14, 17 jan. 1866, p. 2. Sobre a mobilização de voluntários e recrutas para a Guerra contra o Paraguai, assim como a resistência ao recrutamento, ver: DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra...** op. cit., pp. 264-270; MENDES, Fábio Faria. **Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil imperial...** op. cit., pp. 93-117; IZECKSON, Vitor. *A Guerra do Paraguai...* op. cit., pp. 401-405; SALDANHA, Michel. **A ordem na barriga do progresso...** op. cit., pp. 140-150.

*Constitucional*. O sofrimento de afronta à pátria atingira a todos, identificando-os no sentimento de patriotismo. “O entusiasmo patriótico da cidade provocado pelas afrontas da legação inglesa não foi dirigido por partido nenhum político, nem obedeceu à influência de quem quer que seja”, acrescentou, despartidarizando. “Entre o povo e o governo, não houve intermediário”, assinalou, apontando o movimento transferencial de identificação entre os muitos governados e os poucos governantes.<sup>482</sup>

E, lá, em 1865, novamente em primeiro plano a pátria. “Por ela esquecemos rivalidades intestinas; por ela sobrepujamos o nosso pendor para a vida tranquila das indústrias pacíficas e colocamo-nos em derredor do trono imperial, oferecendo ao augusto chefe da nação todo o concurso necessário para desagravo de nossa honra”, como se lê no editorial do liberal *Correio Mercantil*. Contudo, o povo era configurado pela indistinção de classes: “observando em todos os semblantes, distinguindo em todas as vozes um só pensamento, grandioso e inabalável, encontrando no mais obscuro operário o mesmo amor da nacionalidade que fazia pulsar o coração do homem opulento ou de posição elevada”, definiu.<sup>483</sup>

Os editoriais das folhas concorrentes apanharam a síntese de dois tempos. De 1863, buscando anular a influência dos partidos políticos na mobilização popular, ao colocar cara a cara sociedade e Estado, onde *sociedade* era não só a senhorial e sim toda a sociedade carioca, e *Estado* era limitativo ao corpo governamental, encabeçado pelo imperador – limitação tanto conservadora quanto de época. De 1865, buscando a indistinção do povo, ao alinhar a vontade de senhores e trabalhadores na mesma potência coletiva, a vontade da multidão. Submersas no mar de gente que alagara os mesmos espaços urbanos do Rio, as experiências dos dois tempos eram distintas entre si, projetando um horizonte sinuoso para o tempo seguinte.

Agora, em 1866, a continuidade da guerra suprimia qualquer horizonte de bem-estar social; menos pela improvável ameaça paraguaia de avançar Brasil a dentro, e mais pelo alistamento de considerável contingente da população masculina. Os muitos se identificavam mais na aceitação e recusa deste alistamento do que no temor daquela ameaça. Surgiram, daí, formulações pedantes de nacionalismo.

O quadro de um nacionalismo brasileiro pintado à imagem e semelhança de um americanismo latino aparece nos editoriais do *Diário do Rio* assinados pelo liberal Quintino Bocaiúva, em janeiro de 1866. “O *americanismo* não é quanto a nós nem um princípio nem um preconceito, mas um sentimento poderoso que pode servir de ponto de apoio às alianças naturais

---

<sup>482</sup> *Constitucional*, Rio de Janeiro, nº 38, 19 fev. 1863, p. 1.

<sup>483</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 17, 17 jan. 1865, p. 1.

dos povos deste continente”, explicou o jornalista e dramaturgo de *Os mineiros da desgraça*. Formar desse sentimento “a obrigação tácita de uma aliança ofensiva e defensiva entre os Estados americanos é pretender o absurdo”, continuou, sugerindo que “aceitá-lo e fomentá-lo no espírito da boa harmonia e dos interesses comuns a esses mesmos Estados é fortificá-los na aliança moral entre os povos que há de anteceder a aliança possível entre os seus governos.” Comparado com o belicismo europeu motivado por disputas territoriais, sucessões de trono, divergências religiosas e outras mesquinharias justificadas na honra, “as nações americanas não têm, felizmente, entre si, como acontece na Europa, causas locais que as arrojem à inimizade e à guerra. As lutas dinásticas e as de preponderância política não têm razão de ser entre nós”, argumentou. A vastidão do territórios e o tão buscado progresso civilizacional exigiam senão trabalho, como expôs: “tendo por corolário a franqueza e a lealdade nas relações políticas e comerciais que nos cumpre desenvolver e fecundar para garantia recíproca da nossa grandeza e prosperidade.”<sup>484</sup> Tornado redator-chefe do *Diário* após Saldanha Marinho ir para Minas presidir a província, Bocaiúva encontrou a tônica do nacionalismo no caminho cosmopolita da abertura do Brasil para o mundo, caminho exaustivamente percorrido por Tavares Bastos.

José de Alencar mendigou um punhado do *Correio Mercantil* para pavimentar um caminho conservador sobre o assunto. Em tônica mais fechada, defendeu a nacionalidade brasileira “contra uma excessiva abnegação”. Não negou de todo “a verdadeira nacionalidade americana, que aceita o concurso de quantos a adotam”, mas o risco de a identidade brasileira degenerar-se o encucava. “Injusto por certo não é que um povo liberal como o nosso, a respeito dos direitos políticos do cidadão naturalizado, faça alguma restrição necessária para resguardar sua nacionalidade original de perverter-se com a exuberância imprevista do elemento adventício”, advogou o jornalista e romancista de *O Guarani* e *Iracema*. “Nivelado completamente o cidadão nato com o cidadão naturalizado, a nossa nacionalidade de origem será uma questão de fato acidental”, acrescentou. Esse purismo era recrudescido quando passou a considerar a atual demanda por imigrantes estrangeiros para substituir o trabalho escravo. Nesse sentido, arrematou: caso milhões de estrangeiros entrassem no Brasil com o intuito de se naturalizar, “[seríamos] conquistados pacificamente por meio da simples importação de

---

<sup>484</sup> **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 19, 23 jan. 1866, p. 2, grifo no original. O americanismo de Quintino Bocaiuva é diferente daquele pregado por José Bonifácio e Francisco Carneiro de Campos no Primeiro Reinado. Sobre esse primeiro americanismo, ver: SANTOS, Luís Cláudio V. G. **O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Confederação de Washington)**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004, pp. 70-74.

homens, e teríamos deixado de ser um império brasileiro para nos transformar em um estado heterogêneo.”<sup>485</sup>

O debate chamuscou pelo sopro do contexto de desânimo patriótico. No seu corrido, a intrusão do outro estrangeiro passa ao plano principal. “O estrangeiro! O inimigo! A vítima! *Hospes, hostis, hóstia!* Tal era a fórmula tremenda com que os romanos ciosos e exclusivistas do seu direito de nacionalidade confundiam quase em uma só locução a individualidade do estrangeiro que era, para eles, o inimigo, a vítima que devia ser sacrificada ao seu orgulho nacional”, apelou Bocaiúva, no seu *Diário do Rio*,<sup>486</sup> mal comparando a cidadania da República militarista na antiga Roma com o moderno nacionalismo de Alencar. A fraternidade humana e a ética cristã, princípios transterritoriais de base progressista, concorrem, assim, contra a pureza da identidade territorial. “Suprimidas as distâncias, unificada a origem pela fusão das raças, unificado o sistema político pela fusão dos estados, não haverá mais barreiras morais nem físicas que se oponham à harmonia humana,” ratificou, projetando utopicamente que da universalização da unidade de pesos e medidas se alcançaria “a unidade das línguas, como padrão filológico; a unidade religiosa, como padrão moral das consciências; e finalmente a unidade dos sistemas políticos como o padrão de uma forma de governo durável, sólida, permanente, inacessível aos abalos e às comoções periódicas de que padecem atualmente.”<sup>487</sup>

“O indivíduo, que muda de pátria, não despe a antiga nacionalidade como uma roupa velha para se meter em fato novo”, retrucou Alencar, não tolerando o enraizamento imediato do estrangeiro adotado, coisa que, para ele, só o tempo faria, infundindo aos poucos a identidade nacional no coração do outro naturalizado. “O risco de suscitar-se o antagonismo de origem não se dá unicamente entre a população indígena e a adventícia; mas principalmente entre os diversos ramos da emigração”, introduziu um raciocínio temeroso. “O Brasil tem até agora atraído de preferência os povos de raça latina; e há de continuar a atraí-los cada vez em maior escala. Agora há notícias de uma corrente saxônica”, explicou, já contaminado com as explicações racialistas da época. “Não é possível, e mesmo natural, que, admitidas ao grêmio brasileiro, essas duas raças disputem a preferência do país em favor de suas ideias”, impôs, apontando o caminho para onde não se devia correr. A solução era pescada no indianismo presente em *O Guarani*: “Tudo isso se evita conservando exclusivamente no elemento indígena a representação democrática e o poder ativo da nação. Enquanto aí encerrada e garantida, a

---

<sup>485</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 36, 5 fev. 1866, p. 2.

<sup>486</sup> **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 33, 8 fev. 1866, p. 2, grifos no original.

<sup>487</sup> **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 39, 15 fev. 1866, p. 2.



nacionalidade de origem se defende contra a invasão; o antagonismo se desfaz; e a emigração se torna intimamente brasileira.”<sup>488</sup>

De pronto, as formulações de Bocaiúva e Alencar podem sugerir dois projetos de nação distintos. De um lado, a defesa de um americanismo popular como elemento sustentador do Estado-nação, a territorialidade que aconchega o forasteiro prestimoso, a unificação dos povos numa harmonia fantasiosa. De outro lado, a preservação de direitos originários, o sobrerreconhecimento do corpo imperial ante as comunidades republicanas que o rodeiam, a absorção por osmose da identidade nativa pelo forasteiro adotado, o indianismo mitológico como lócus identitário do Estado-nação. De Bocaiúva, o nacionalismo cosmopolita. De Alencar, o nacionalismo nativista.

Entretanto, o nacionalismo brasileiro dos anos 1860 não era, e nem podia ser, um projeto político organizado de cima, espécie de ideologia estatal cozinhada pelos dirigentes para goela abaixo dos dirigidos. Pois se, através do governo, o Estado imperial pudesse criar uma colcha plasmática de heranças e sentimentos comunitários para cobrir os muitos, customizada de acordo com a identidade coletiva, estaríamos flertando com o descabido “nacionalismo oficial”, fenômeno estudado por Benedict Anderson e Eric Hobsbawm.<sup>489</sup> Um nacionalismo com feição tipológica, penso, não existe, ele insiste.

Razão por que o nacionalismo é reflexo da nação ao mesmo tempo em que se reflete nela – para escapar da (e complicar a) formulação de Hobsbawm, segundo a qual “o nacionalismo vem antes das nações”.<sup>490</sup> É uma maneira astuciosa de o poder do povo se realizar. É como se o movimento incidente da nação produzisse um efeito refletido, o nacionalismo, e este retornasse produzindo outro efeito, o refratário, na nação e em si próprio. O que se propaga dessas reflexão e refração são as cores prismáticas da vontade dos muitos, iluminando, no tempo e no espaço, o direcionamento consciencioso de um interesse coletivo. Isto é, o nacionalismo tem suas próprias espacialidade e temporalidade.

---

<sup>488</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 40, 9 fev. 1866, p. 2.

<sup>489</sup> Enquanto Anderson operou o conceito de *nacionalismo oficial* para demonstrar, ironicamente, que as aristocracias europeias tentaram adaptar o nacionalismo popular para legitimar seus domínios imperiais no início do século XX, Hobsbawm problematizou cuidadosamente o fenômeno mas o abraçou tão facilmente que explicou um pragmatismo de guerra, no entresséculo XIX para XX, custeado pela tutela dos governantes sobre os sentimentos nacionalistas dos governados. Ver: ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 130-162; HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013, pp. 115-137.

<sup>490</sup> HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780...** op. cit., p. 19.

Comunidade imaginada, a nação brasileira não poderia deixar de ser porosa no espaço e no tempo. No espaço, porque seus vínculos imaginários – seguindo a lógica de Anderson: o capitalismo, a imprensa e a generalização da língua<sup>491</sup> – não alcançaram cada cidade, vila, arraial ou escovanca do território brasileiro. Não alcançou pelo modo de produção que, naquela época, já tendia a potencializar-se pela exploração de gente por gente e a coisificar tudo em mercadoria. Não alcançou pela imprensa, por motivos de progresso material e intelectual ainda a realizar-se. Não alcançou pela língua, devido ao idioma português ter imperiosamente substituído o enraizado *nhengatu* a menos de um século dali. No tempo, porque as nações são historicamente determinadas, e a nação brasileira, consciente de sua experiência coletiva enquanto muitos, nem sempre teve, na prossecução dos acontecimentos históricos, a pulsão criativa e destrutiva das necessidades, interesses e aspirações para a formação de uma identidade nativa imaginada. Ou, dito de outro jeito, os elementos de continuidade histórica da nação brasileira nem sempre foram contínuos, nem sempre projetaram uma identidade imaginada como em 1863 e 1865, pois encadeavam, junto dessa projeção, uma introjeção pragmática na qual os muitos não punham suas obrigações públicas para com o Estado a frente do seu viver no miudinho de cada dia.

#### **4.3: A reorganização do Partido Conservador**

E o partido? O partido é quem organiza a vontade coletiva no Estado. A vontade coletiva raramente se manifesta de maneira espontânea (no momenteiro do contingente), como vimos a vontade de soberania dos muitos se manifestar em 1863 e 1865. Ela costuma projetar-se através dos interesses coletivos ruminados na sociedade-civil senhorial e, no movimento de seu fazimento, introjetar-se no Estado ou descarregar-se para além dele; manifestação que o vocabulário hegeliano chamaria de vontade coletiva *em si* e vontade coletiva *para si* (potencial e efetivamente real, determinada e autoconsciente, projetada e introjetada). O partido, como mediador entre sociedade e Estado, encarrega-se de direcionar a projeção em um determinado sentido ideológico e de intensificar a introjeção para concentrar poder político em seu espaço transferencial. Para esse fim, o partido busca antes de mais nada organizar a si mesmo, já que se vê como parte, parte da sociedade no Estado e parte do Estado na sociedade, isto é, expressão da vida social no Estado e da vida estatal na sociedade.

---

<sup>491</sup> ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas...** op. cit., pp. 71-83.

Primeiro, o Partido Conservador reorganizou-se pela imprensa periódica. Nisso de que as ideias publicizadas num periódico constelavam em si os chefes que o financiavam, os grupos que partilhavam dos mesmos princípios, os quereres da parte social na qual buscava identificação. Para isso o *Correio Mercantil* foi comprado.

Do que se lê no frontispício do jornal, quem o comprou foi Rafael José da Costa Júnior, nome que passou a aparecer ali estampado a partir da edição 112, circulada nos dias 23 e 24 de abril de 1867. Data daí a mudança político-doutrinária da folha, deixando de defender o gabinete ligueiro de Zacarias de Góis e passando a combatê-lo, deixando de combater os conservadores e passando a defendê-los. Do que investiguei nas fontes, a compra, no entanto, foi coletiva. A iniciativa foi de alguns chefes do Partido Conservador, dos que se destacam Joaquim José Rodrigues Torres (visconde de Itaboraí), José Antônio Pimenta Bueno (visconde de São Vicente), Manoel Vieira Tosta (barão de Muritiba), José Maria da Silva Paranhos, Luís Pedreira do Couto Ferraz, Francisco de Paula Negreiros Saião Lobato e Firmino Rodrigues Silva. Esses homens, que tiraram do bolso a quantia gorda para a compra do periódico que quase um ano depois era avaliado em 50:000\$ réis (cinquenta contos de réis), lançaram uma circular, do Rio de Janeiro, a 1º de maio, para anunciar a mudança editorial e política da folha. “A necessidade há muito sentida de um órgão [conservador] na imprensa desta corte, diário e de grande formato, acaba de ser atendida com a compra da propriedade do *Correio Mercantil*; mas, para ser completamente satisfeita, é indispensável o auxílio dos nossos aliados políticos residentes nas províncias”, lê-se na circular, rogando-se o comprometimento dos correligionários para auxiliarem no financiamento da nova folha como assinantes.<sup>492</sup>

O Partido Conservador dispunha agora de um grande periódico, da grande imprensa, como se dizia. Da pequena imprensa, dispôs de vários: excluindo *O Chronista* (1836-1838) que é dos tempos do Regresso conservador, e *O Brasil* (1840-1852) que é dos tempos saquarema, tinha-se *O Correio do Brasil* (1852-1853), *O Velho Brasil* (1853-1854), *A Constituição* (1855), *O Três de Maio* (1858), o *Regenerador* (1860-1861) e o *Constitucional* (1862-1864). (Impressiona constar que, com exceção deste último periódico, todos os outros foram escritos por Justiniano José da Rocha.) A pequena imprensa, “de custeio diminuto, pode ser mantida pelos sectários de uma ideia, chamem-se eles partido, seita ou escola”, explicou o *Correio Mercantil*, já conservador. “A grande imprensa, demandando avultados cabedais e gastos consideráveis, carece de uma receita correspondente. Não caberia por certo nas forças de um partido manter com seus únicos recursos uma folha diária, como qualquer das que existem nesta

---

<sup>492</sup> A circular foi publicada em: **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 3, 3 jan. 1868, p. 1.

corte”, comparou, tratando da imprensa de folhas grandes, com cinco, seis, sete, oito colunas, largo espaço para anúncios e que dependia para seu funcionamento de grossa renda. “Essa renda provém de duas fontes, a assinatura, e a locação de uma parte da folha posta à disposição do público [...]. As assinaturas, sabe-se que mal cobriram as despesas ordinárias sendo numerosas: o grande ramo de receita é a locação”, confirmou, demonstrando que as publicações a pedido costumavam gerar mais receitas do que as assinaturas. Mas a nova fase do *Correio Mercantil* não o assemelhou ao modelo periódico do *Jornal do Commercio*, que segundo se pensava “não se dedica à propaganda de nenhuma ideia útil, mas unicamente ao negócio da imprensa”, lê-se, ainda. O *Correio Mercantil* conservador buscou juntar dois coelhos numa mesma gaiola: o princípio político e o interesse financeiro: “O maior triunfo para a causa moral, será subordinar-lhe a parte material; fazer desta apenas o instrumento e daquela o fim. A nova fase em que entrou desde abril, o *Correio Mercantil* nasceu dessa aspiração.”<sup>493</sup>

A redação do jornal ficou sob as rédeas do senador conservador Firmino Rodrigues Silva. Os ex-deputados José de Alencar e Pedro Luziense de Bittencourt Calasans conduziram os textos políticos. E o literato Joaquim José da França Junior, os folhetins, a parte literária e assuntos sobre a Guerra contra o Paraguai. Em dezembro de 1867, com a saída de Calasans e Firmino, Rafael da Costa Júnior entrou para a chefia da redação, que, em março de 1868, passou para França Junior - num entra e sai ditado pelos desafetos pessoais e obrigações diretivas motivados pela reorganização partidária. Esse grupo de publicistas eram os intelectuais que assumiram a direção doutrinária do Partido Conservador na esfera pública. Nesses termos, era o grupo encarregado de, por meio de uma pedagogia política, conduzir as ideias e princípios partidários em proveito das demandas conservadoras da sociedade senhorial repontando a ampliação da opinião pública com uma disputa mais angulosa por poder na esfera pública.

Não se queira para esses publicistas um protagonismo edificado pela imprensa. “Não é o nome do redator que faz acreditar que o seu jornal é o órgão do partido, são suas doutrinas, seus princípios que, estando de acordo com os dos seus correligionários, lhe dão esse caráter”, aconselhou um missivista denominado *O conservador* nas publicações a pedido do *Correio Mercantil*. “É verdade que o bom senso aconselha que se tenha toda a confiança em um redator que tem durante toda a sua vida guardado a coerência dos princípios, e que por sua profissão a inspira; mas se ele se desviasse do programa do partido, a opinião dos seus correligionários o advertiria desse desvio, e imediatamente exclamaria – não são estas as nossas crenças”, continuou, dando conta de seu papel de correligionário. “Os partidos não se arvoram pelo

---

<sup>493</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 283, 14 out. 1867, p. 1, grifos no original.

simples dizer deste ou daquele jornalista, pelas aspirações de um ou outro inventor político. Eles têm sua razão de ser, e quando não se fundam na realidade das coisas desaparecem como todas as coisas vãs”, arrematou,<sup>494</sup> distinguindo os conservadores, que fundaram seu partido no chão social, dos paladinos do progressismo, que tentavam fundar o Partido Progressista das aspirações de seus chefes.

O missivista deixa entrever uma mudança trazida pela reorganização do Partido Conservador. A agência partidária era ressoada para alcances mais distantes do meio dirigente, passando pelos cerra-filas (militantes) e chegando na linha de frente dos correligionário. A opinião pública conservadora ganhava o enxerto dos correligionários que agenciavam os quereres sociais pelo boca a boca. E toda essa agência insinuava que as crenças partidárias estavam fundadas nos carecimentos sociais, nos meios de satisfazê-los e de assegurar essa satisfação.

O fator reorganizativo veio mesmo em junho de sessenta e sete. No dia 21, às 7 horas da noite, no Pavilhão Fluminense, houve “uma reunião numerosa de membros do partido conservador, e foram aprovadas as bases da associação – *União Conservadora* – e respectivos estatutos com as emendas oferecidas na discussão”, lê-se no *Correio Mercantil*, que constatou a presença “de senadores, deputados, negociantes e outros cidadãos distintos, em número de cerca de trezentos” - o *Diário do Rio* contou “presentes mais de duzentos membros instaladores”. No que se discursou, se debateu e se votou por aclamação a diretoria do Centro da União Conservadora na Corte. Foram escolhidos: presidente, Manoel Vieira Tosta (barão de Muritiba); vice-presidentes, Francisco de Paula Negreiros Saião Lobato, Joaquim Antão Fernandes Leão e José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho; secretários, José Martiniano de Alencar e Luís Joaquim Duque-Estrada Teixeira; tesoureiro, Domingos de Andrade Figueira; e conselheiros, João Gomes de Melo (barão de Marum), Antônio José Henriques, Antônio Tertuliano dos Santos (barão de Silveiras), Antônio Gonçalves Barbosa da Cunha, Antônio Ferreira Viana, Paulino José Soares de Souza (o filho), Joaquim Antônio Fernandes Pinheiro e Roberto Jorge Hadock Lobo. Às 9 horas da noite, os discursos e as escolhas se encerraram.<sup>495</sup>

A reunião também cuidou de aprovar o regimento geral da União Conservadora. Conteúdo pouco inédito, já que os conservadores beberam na experiência das associações políticas de antanho. Caso da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Fundada em 1831, associação estruturada por meio de uma rede nacional de agremiações, com

---

<sup>494</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 354, 25 dez. 1867, p. 2.

<sup>495</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 172, 22 jun. 1867, p. 2, grifos no original; *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 158, 22 jun. 1867, p. 2.

mais de 100 filiais alastradas pelo território brasileiro. Sustentar a liberdade e a independência do Brasil: esse objetivo exposto, de sujeito inconfesso e vago no predicado, não encobriria a finalidade sobranceira de auxiliar na preservação do estado de coisas. Caso também da Sociedade Liberal Pernambucana. Essa, fundada em 1851, emprestava mais à União Conservadora no objetivo (“estabelecer, por meio de reformas convenientes, o elemento democrático no governo do país” através da “convocação de uma constituinte”) e na estrutura organizativa (propor a instalação de uma imprensa doutrinária liberal e de filiais em toda a província de Pernambuco).<sup>496</sup>

Dividido em sete seções, o regimento geral propunha regular os objetivos da União Conservadora, sua organização, sua função perante a sociedade, as obrigações dos associados, a organização de assembleias, seu programa político e a disposição geral. Valia mesmo como um regimento do Partido Conservador em âmbito nacional. Parte por parte, vejamos.

A União Conservadora tinha a finalidade de “consolidar o partido constitucional em todo o império, imprimindo-lhe vigorosa iniciativa nos negócios públicos”, lê-se no regimento, entendendo-se por *partido constitucional* o Partido Conservador, obviamente. Na prática, propunha instalar filiais por todo o território nacional. Nas capitais das províncias, deveriam ser fundados Grêmios Conservadores; nas cidades, vilas e freguesias, deveriam ser fundadas Juntas Conservadoras; e na cidade do Rio de Janeiro, fundou-se o Centro Conservador.

As obrigações dos diretórios filiais seriam definidas por instâncias (central, provincial e local). O Centro Conservador deveria manter um periódico diário na Corte para servir de instrumento do Partido; defender, na imprensa e na tribuna, os interesses conservadores das províncias; fundar Juntas Conservadoras na cidade do Rio; e não intervir na política provincial, encarregada aos Grêmios. Os Grêmios Conservadores deveriam transmitir ao Centro Conservador, através de relatórios, as necessidades do partido na província de sua competência; criar Juntas nas localidades; e promover e sustentar a imprensa na capital de sua província. As Juntas Conservadoras, por sua vez, deveriam mandar ao Grêmio de sua província um relatório das ações do Partido e as reclamações e interesses dos conservadores de sua localidade; e promover e sustentar a imprensa local. Cabia, ainda, a todas as instâncias (Centro, grêmios e juntas) promover as ideias conservadoras por meios legais; escolher procuradores para agenciar os interesses do Partido e de seus membros; e apoiar os reclames dos conservadores de qualquer

---

<sup>496</sup> Sobre a Sociedade Defensora, ver: GUIMARÃES, Lucia Maria P. **Em nome da ordem e da moderação: a trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro**. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990; e BASILE, Marcello. **A politização das ruas, vol. 1...** op. cit., pp. 171-220. O estatuto da Sociedade Liberal Pernambucana foi publicado em: **A Reforma**, Rio de Janeiro, nº 10, 24 jan. 1852, pp. 3-4.

lugar do país que sofrerem agravos. Os membros eram rogados a contribuir com uma prestação pecuniária definida pela instância partidária a que pertencia. E, na contraparte, teriam o direito de convocar uma sessão em sua instância e de assento na sessão para discutir as matérias vigentes.

A organização de toda essa estrutura seria dada à diretoria geral da União, composta por nove membros, eleitos somente depois de se instalar Grêmios Conservadores em dois terços das províncias do país. Cada Grêmio escolheria um deputado para o representar na assembleia geral da União, garantindo um voto por Grêmio, e para o Centro Conservador, treze votos – o que conferia ao Centro um imenso poder decisório na assembleia. À assembleia geral caberia reformar o regimento geral da União Conservadora, adotar o programa do Partido Conservador e destituir diretórios que se afastassem do programa partidário.

O programa político da União propunha medidas em conformidade com a crença conservadora:

Essa crença é a do respeito inviolável à constituição, no estado das luzes, o melhor tipo de uma liberdade racional. Ela se traduz: Quanto aos direitos políticos, na independência prática dos poderes, comprometida pela preponderância do executivo e compressão do voto; quanto aos direitos civis, na realidade das garantias individuais burladas pela viciosa organização da judicatura.

As ações políticas ditadas pelo programa da União Conservadora caçariam modo de promover os princípios conservadores com escrupulosa moralidade dos meios e instrumentos, comprometendo-se a assumir o poder para exercê-lo constitucionalmente, auxiliando o governo na conclusão da Guerra contra o Paraguai e na superação da crise financeira, e publicando os trabalhos e decisões dos diretórios filiais. Previa, outrossim, que os diretórios e seus membros deveriam sustentar o programa da União, sob pena de ser inteiramente destituídos ou desligados do diretório.<sup>497</sup>

Assim, destacado na letra do regimento, não se enxerga um programa político do Partido Conservador que não seja o de conservar o estado de coisas. Na fonte, bem exprimido nos princípios do respeito à constituição e da tal liberdade racional, correspondidos, em direitos, nos compromissos com a independência dos poderes políticos e com as garantias individuais, e programados, em ações, por comprometimentos entre conservadores, governo e sociedade.

Semana depois, o Centro Conservador publicou seu estatuto, encontrando alguns pontos com o regimento da União Conservadora e desencontrando outros. A primeira finalidade do

---

<sup>497</sup> O regimento geral encontra-se publicado em: **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 178, 29 jun. 1867, p. 2.

Centro seria promover, na Corte, o triunfo das ideias conservadoras. Para tal, deveria criar um periódico, estimular a associação de membros, socorrer associados necessitados, criar Juntas Conservadoras nas freguesias da Corte, defender os interesses conservadores dessas freguesias e esboçar um programa de ações de acordo com as bases da União. O Centro Conservador só poderia intervir na política do município neutro, nem na das províncias, atribuída aos Grêmios, nem na nacional, atribuída à assembleia geral da União.

Até a instalação do Centro Conservador, qualquer conservador previamente inscrito foi admitido como associado. Depois de instalado, só por escolha e apresentando uma proposta. Os associados deveriam oferecer uma joia de 10\$000 réis (dez mil réis) no momento da inscrição e uma prestação mensal de 2\$000 réis, assumir os cargos para os quais forem nomeados, comprometerem-se coletiva ou individualmente para promover as ideias conservadoras. Dentre os associados, formar-se-ia a diretoria do Centro, eleita anualmente, e composta por presidente, três vices presidentes, dois secretários, um tesoureiro e onze conselheiros. Ao presidente competiria dirigir as reuniões do Centro e representá-lo diante dos Grêmios provinciais. Os secretários seriam encarregados da correspondência e do expediente do Centro, e de preparar relatórios para a assembleia geral da União. O tesoureiro seria encarregado da arrecadação e guarda do dinheiro e bens do Centro, e gerir suas finanças. Aos conselheiros competiria deliberar, em reunião, os assuntos do Centro.

As reuniões deveriam ser feitas mensalmente, em dia e lugar pré-estabelecidos pelo diretório. Reuniões extraordinárias poderiam ser convocadas quando o diretório julgar necessárias e quando dois membros do diretório ou dez associados requererem. O Centro poderia reunir-se com suas Juntas de freguesias em assembleia geral quando se tratar de nomear o diretório geral, de destituir alguma Junta não conformada com o programa da União Conservadora, de discutir tal programa e quando duas Juntas requererem tratar de assuntos do município neutro. Neste último caso, as Juntas enviariam um seu delegado ao Centro; cada Junta teria um voto, e o Centro, dois.<sup>498</sup>

Desse jeito estabelecida, a União Conservadora logo foi centro de atração de amores e ódios. No *Jornal do Commercio*, um missivista conservador denominado *O desiludido* mostrou que foi um dos primeiros “a aplaudir a formação de uma sociedade conservadora, para o fim de fortalecer o partido conservador, dando-lhe uniformidade social e homogeneidade doutrinal”, bem entendendo o intuito da União Conservadora. Expôs, entretanto, “que o *Centro* da União

---

<sup>498</sup> O estatuto do Centro Conservador foi publicado em: **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 185, 6 jul. 1867, p. 2.



Conservadora foi muito *infelizmente* organizado quanto ao *pessoal* diretor”, e, em seguida, questionou: “são da corte e tem nela interesses políticos os Srs. conselheiros Henriques, barão de Maruim, Barbosa da Cunha e Ferreira Viana? Que valor político têm os Srs. barão de Silveiras e Fernandes Pinheiro? Serão as *ilustrações* do partido conservador na corte?” Quem lhe respondeu foi outro missivista conservador no *Correio Mercantil*: “O *centro* organizado na corte é dirigido por um conselho onde estão representados todos os interesses, não somente locais como sociais.” Resposta incompleta, pois o núcleo incômodo é o do localismo. “A intervenção do espírito de bairrismo na escolha do pessoal seria além de uma coisa pequena, contrária ao princípio social. Devendo ser o foco das relações do partido em todo o império torná-lo exclusivamente fluminense era desvirtuá-lo. O município neutro não é somente dos que nele nasceram; mas de todos que aí se estabelecerem: por isso é neutro”, completou, afastando a ideia de que somente militantes localizados poderiam compor um partido, lembrando da participação de homens dos variados setores sociais e localidades cujos interesses são esposados nas ideias partidárias.<sup>499</sup>

Houve quem, como o missivista denominado *A verdade implacável*, advogasse que “o partido conservador não passa de uma ruína; querer reorganizá-lo é um absurdo.” Seu ranço, porém, não era tanto com o intento reorganizativo, mas com a chefatura do Partido: “O Sr. barão de Muritiba é apenas um comparsa sem importância do partido que antigamente se chamava conservador. Os outros nomes, com raras exceções, são até quase desconhecidos, e todos perguntam – quem são?”, censurou, debochando, nas publicações a pedido do *Jornal do Commercio*.<sup>500</sup>

“Reorganizou-se o partido conservador! O chefe, o presidente da diretoria, é o Sr. barão de Muritiba, os conselheiros, os vice-presidentes, e tão designados; são todos cidadãos de merecimento, mas... / Mas onde estão os nomes prestigiosos dos Paraná, Uruguai, Itaboraí, Eusébio e Manoel Felizardo?...”, questionou o missivista autônomo denominado *Verdadeiro liberal* no *Jornal do Commercio*, não só comparando os novos chefes com os antigos notáveis do Partido Conservador, mas também se atentando para os chefes esquecidos: “porque foram esquecidos o visconde de S. Vicente e o conselheiro Paranhos, duas notabilíssimas inteligências? [...] E porque foi esquecido o conselheiro Sales Torres Homem?” Do mesmo jornal, outro missivista anônimo alertou que “se na reconstrução do partido não foram extirpadas as velhas manhas, o filhotismo, o predomínio fluminense, o segredo misterioso entre os chefes coligados, e,

---

<sup>499</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, nº 173, 23 jun. 1867, p. 1, grifos no original; *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 174, 24 jun. 1867, p. 3, grifo no original.

<sup>500</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, nº 175A, 25 jun. 1867, p. 2.

sobretudo, o sistema de obrar inconsultos os amigos, desconfio muito de que essa reconstrução será por pouco tempo”. Essas práticas, muito associadas ao saquaremismo e, por desdobre, ao círculo puritano de ontem, eram consideradas pelo missivista anônimo como de influência do aulicismo: “ainda não vejo bem desenvolvida a crença de que os conservadores são constitucionais, e pois na sustentação de seus princípios resistirão ao próprio rei para melhor o servirem”.<sup>501</sup>

Essas e outras críticas e odiosidades que, no raso, pareciam ferir a honra diretorial do Partido e ruir sua crença constitucional no funcionamento das instituições, no fundo, emergiam mais como fator de firmeza para o agente político que renascia. Os opositores e incomodados com a fundação da União Conservadora têm papel importante na firmeza. Caso houvesse silêncio por parte deles, geraria suspense que gera incerteza; e incerteza abre mais caminhos na encruzilhada de quem mira longe e caminha reto na avenida aberta por um programa político tão delimitado como era o da União. Mas se manifestaram contrários. Eram conservadores que de tão empedernidos na conservação não aceitavam outra chefia enquanto houvesse um Rodrigues Torres vivo para assumi-la, eram liberais não mancomunados com a Liga Progressista ou que se lhe desassociaram, e eram, também, ligueiros.

Dentre os opositores e incomodados, os ligueiros foram os que mais se doeram. Quando surgiu a União Conservadora, a Liga Progressista vivia seu momento de apoio do imperador e sua relação de confiança com a Câmara baixa. Já havia passado, durante cinco anos de poder – e mais um que tardaria por vir –, por cinco trocas ministeriais, experimentando então seu quinto mandato de governo (dois com Araújo Lima e três com Zacarias de Góis). Em 1864, desligaram-se importantes membros chegados do círculo liberal. O primeiro foi Francisco de Paula da Silveira Lobo, que, após as eleições nacionais de 1863, acusou o presidente da província de Sergipe, o também ligueiro Alexandre Chaves, de intervir nas eleições, recebendo o apoio do *Diário do Rio* e a oposição do *Correio Mercantil* e da Liga Progressista.<sup>502</sup> A rinha com Silveira Lobo jogou barro na água limpa, fazendo surgir que alguns ex-conservadores moderados - Francisco Xavier Paes Barreto (PE), José Antônio Saraiva (BA), Silvino Cavalcanti de Albuquerque (PE) e Ambrósio Leitão da Cunha (PA) - só conseguiram assento na Câmara por apoio do círculo liberal, pois os ligueiros do círculo progressista tinham assumido o controle da Comissão de Verificação de Poderes e ameaçaram abrir as portas da

---

<sup>501</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 175B, 26 jun. 1867, p. 1; nº 178, 28 jun. 1867, suplemento, p. 1.

<sup>502</sup> **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 6, 6 jan. 1864, p. 1; **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 196, 15 jul. 1864, pp. 1-2.

Casa somente para o gado seu.<sup>503</sup> Depois foi Joaquim José de Souza Breves (o rei do café), que, em sua Fazenda da Gramma, promoveu uma reunião política para alterar a chapa de candidatos à deputação provincial arranjada pela diretoria ligueira da Corte, conseguindo alterá-la por sua influência em São João do Príncipe, e conseguindo animosidades com os ligueiros.<sup>504</sup> Em seguida foi Teófilo Otoni, que, às vésperas da abertura do Parlamento de 1864, na reunião dos deputados ligueiros recém-empossados para definir o presidente da nova Câmara, era o preferido para a indicação, mas foi preterido por Zacarias de Góis, e passou, meses depois, a apoiar a ideia de um gabinete puramente liberal. Gabinete desta feita formou-se logo em agosto, presidido por Francisco José Furtado, com as bênçãos dos irmãos Otoni (Teófilo e Cristiano) e de Martinho Campos e com a embirra de Silveira Lobo e Saldanha Marinho. O resultado é que, após o Gabinete Furtado (1864-1865), ocorreu uma pesada dissensão na Liga Progressista de liberais notáveis que lhe deram peso no momento de sua formação e que agora se articulavam para alçarem outros gabinetes puramente liberais ao poder central.<sup>505</sup> Apesar disso, a peleja em pôr fim à guerra no Paraguai obrigou uma aproximação política entre o imperador e os gabinetes ligueiros que se seguiram ao liberal de Furtado, em especial com o Gabinete Zacarias em 1867. Afinal, as dissensões liberais não impediram as eleições nacionais de 1866 de compor uma Câmara predominantemente governista, Câmara essa que contribuiu com grande peso para garantir certo conforto político ao gabinete na tomada de decisões públicas.

Embora não estivessem tão poderosos como quando da formação da Liga no início da década ou após a solução da questão Christie durante o Gabinete Olinda (1862-1864), os ligueiros acreditavam-se poderosos em meados de 1867, primeiro, pelo tempo que se mantinham no poder central e, segundo, pela Câmara que acabavam de compor. Por esse motivo, os ligueiros produziram a resposta mais nutritiva para a reorganização do Partido Conservador ao se oporem à formação da União Conservadora.

Não trato aqui de a simples oposição entre conservadores e ligueiros delimitar dois campos políticos no sistema partidário, como, na cidade do Rio, a oposição conservadores e liberais foi historicamente endereçada para o sistema partidário nacional. Trato da relação entre o Mesmo e o Outro – prescindindo da noção de *Eu*, já que tem mais potência individualizante do que coletivizante. O Mesmo conservador, que quer concentrar e homogeneizar a coletividade

---

<sup>503</sup> **Constitucional**, Rio de Janeiro, nº 3, 7 jan. 1864, p. 1.

<sup>504</sup> **A Actualidade**, Rio de Janeiro, nº 625, 26 jan. 1864, p. 1.

<sup>505</sup> Diário do Rio, Rio de Janeiro, nº 222, 12 ago. 1864, p. 1; OTONI, Cristiano Benedito. **Autobiografia de C. B. Otoni: natural da Vila do Príncipe, depois da cidade do Serro, na província de Minas Gerais**. Brasília: Senado Federal, 2014, pp.132-140; CLAUDINO, Guilherme Pereira. “Uma verdadeira torre de babel”... op. cit., pp. 80-90.

conservadora de chefes, militantes e correligionários, e o Outro ligueiro, que intrusa o terreno conservador ameaçando contaminar sua sonhada homogeneidade. É uma relação de intrusão. Por isso, a resposta dos ligueiros (Outro) indica algo para o que agir, um propósito, e indica para onde agir, uma direção. Questionavam o propósito de a diretoria do Centro Conservador ser composta de gente não carioca, de excluir certos chefes como Paranhos e Torres Homem, e de faltar notabilidades nacionais como outrora havia o finado Paulino ou os ausentados Eusébio e Rodrigues Torres. E questionavam a direção constitucional do programa da União Conservadora com a presença, cada vez mais ativa, de um imperador que na doutrina conservadora deveria reinar, governar e administrar a nação. Esses questionamentos se intrometiam nos assuntos do terreno conservador. Geravam uma resposta que parece ter sido lida pelos conservadores como prova do bem andado da União, na medida em que as críticas do Outro exercem pressão propositiva e diretiva no espaço no Mesmo e, por conseguinte, reconhecem seu propósito e direção.

Cabe um destaque. Cinco meses depois da criação da União Conservadora no Rio de Janeiro, formou-se, em Londres, a União Nacional das Associações Conservadoras e Constitucionais. O objetivo da associação londrina era organizar influência conservadora na Inglaterra por meio da formação e atuação das Associações Constitucionais e Clubes Conservadores que rapidamente espocaram durante o outono europeu (após setembro). O *Correio Mercantil* fez questão de transcrever a notícia publicada no *European Times* sobre a formação da União Nacional. No dia 11 de novembro, reuniram-se no *Freemasons Hall* os representantes de 64 núcleos conservadores, como os de Bath, dois de Birmingham, dois de Bristol, os de Bolton, Carlisle, Canterbury, Charlton, Dover, Falmouth, Greenwich, Guilford, Ipswich, Kidderminster, o da Universidade de Londres, Wale, Walipax, dentre outros, lê-se no *Mercantil*. Idealizador da União Nacional, John Eldon Gorst foi eleito seu presidente. Na reunião, definiu-se o regimento geral da União e os traços estatutários que serviriam de base para os núcleos filiais. Abriu-se para as falas e logo o presidente propôs que a associação fosse chamada, curiosamente, de União Conservadora, mas, após larga discussão, definiu-se pelo nome apresentado. Comentando o evento, o *Correio Mercantil* preferiu chamar a experiência inglesa de *União Conservadora*, talvez por acreditar que a associação londrina fez-se sob inspiração da União Conservadora no Brasil:

Como no Brasil, a ideia conservadora desperta, vivaz e cheia de entusiasmo, na livre Inglaterra, mãe do sistema representativo. Lá, como aqui, é a mesma aspiração veemente, a mesma instantânea necessidade que reúne o grande partido. *A verdade constitucional*. [...]

Se a experiência própria houvesse demonstrado a eficácia de uma ideia que tem levantado em todo o Brasil o grande partido conservador, o exemplo do

povo inglês seria suficiente para animar-nos a empreender essa obra de organização das forças vitais do país.

Felizmente de todos os pontos do império chegam ao centro da *União Conservadora* adesões sinceras e espontâneas.<sup>506</sup>

De fato, como notou o *Correio Mercantil*, surgiram juntas conservadoras em várias províncias do Brasil. O *Mercantil* não só notou como deu conta de registrar as juntas criadas nas várias partes do Império, no modo como determinava o estatuto do Centro Conservador de publicizar as ações da União.

A investigação das fontes revelou a formação de vários grêmios conservadores no território imperial. Em julho o da província de São Paulo, em agosto os de Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Paraíba, em setembro os de Sergipe, Paraná e Piauí, e, a partir de 1868, os das províncias do Pará, Maranhão e Santa Catarina. Identificou-se 14 grêmios conservadores, representando 14 províncias do total de 20 províncias brasileiras. De juntas conservadoras, contabilizou-se em torno de 150, também espalhadas por mais de 3/4 do território nacional. A província com o maior número de juntas encontradas na investigação foi a de Minas Gerais, com o total de 46.<sup>507</sup> Na província de São Paulo, encontrei 25 juntas.<sup>508</sup> E para a província do Rio de Janeiro, apenas 11: as juntas de Piraí, Itaguaí, Saquarema, Cabo Frio, Barra de São João, Parati e das freguesias do Engenho Velho (Município Neutro), do Irajá (Município Neutro), do Santíssimo Sacramento (Município Neutro), de Santo Antônio do Rio Bonito (Valença) e de São João de Itaboraí. Consegui números mais exatos para essas três províncias por meio de pesquisa mais miudeira, algo que se faz necessário para as outras províncias do Império.

Desestecendo o corte para a província fluminense, as juntas conservadoras aí criadas foram todas instaladas em reuniões políticas, algumas com banquetes, mas sempre com dezenas

---

<sup>506</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 5, 5 jan. 1868, p. 1, grifos no original. Sobre a União Nacional das Associações Conservadoras e Constitucionais, ver o capítulo *The principles and objects of the National Union of Conservative and Constitutional Associations* em: HAWKINS, Angus (ed.) **Contemporary Thought on Nineteenth Century Conservatism, vol. IV (1850-1874)**. London; New York: Routledge, 2021.

<sup>507</sup> Juntas Conservadoras de Mariana, Piranga, Barbacena, São João Del Rei, Araxá, Passos, Grão Mogol, Ubá, Diamantina, São Caetano da Vargem Grande, Oliveira, Uberaba, Jaguarí, freguesia de Minas Novas (região de Oliveira), arraial de Dolores do Turvo, freguesia do Morro da Garça, Tamanduá, Juiz de Fora, Montes Claros, freguesia de Itabira, arraial de Itacambira (região de Grão Mogol), arraial de Nazaré, freguesia de Cláudio (região de Oliveira), Baependi, freguesia de Japão (região de Oliveira), Lavras, arraial do Amparo de Brejo do Salgado (região de Januária), freguesia de Pompeu (região de Pitangui), Alfenas, freguesia de Morro do Pilar, Três Pontas, Itajubá, Santo Antônio do Monte, Aiuruoca, freguesia de São Sebastião do Paraíso (região de Jacuhy), Formiga, Dolores da Boa Esperança, freguesia de Machado, freguesia de Bambuí (região de Formiga), Piedade do Paraopeba, Itabira do Campo, Pomba, Bagagem, Mar de Espanha, Bonfim e freguesia de Santa Rita de Jacutinga.

<sup>508</sup> Juntas Conservadoras de Santos, Taubaté, São Sebastião da Boa Vista, São Luís do Paraitinga, Sorocaba, Limeira, Areias, Vila de Casa Branca, Itapeva de Faxina, São João do Rio Claro, Franca, Caçapava, Iguapé, Bragança, Itapetininga, Queluz, Tietê, São Bento de Sapucaí-Mirim, Bananal, Cunha, Lorena, Xiririca, Pindamonhangaba, Atibaia e, além dessas, uma Junta sem denominação da localidade a que representava.

e, às vezes, mais de uma centena de participantes, discursos e eleição, individual ou por aclamação, de dirigentes. Na formação da Junta Conservadora de Piraí, teve jantar após a sessão de instalação. A instalação da Junta do Engenho Velho ocorreu na casa do chefe conservador e eleito presidente da dita Junta Izidro Borges Monteiro. A Junta de Irajá foi instalada em uma fazenda, a Fazenda Afonsos. O secretário da Junta de Saquarema enviou a ata de instalação para ser publicada no jornal mantido pelo Centro Conservador na Corte.<sup>509</sup> Em Cabo Frio, teve uma passeata política em homenagem a um dos associados, o presidente da Câmara Municipal da cidade Joaquim José de Barros Viana, e homenagens, em frente à sua casa, com a participação do presidente da Junta de Cabo Frio, Manoel Teixeira de Melo, onde foi oferecido um copo d'água ao povo, e teve banda de música para entoar o hino nacional, e brindes e vivas a notabilidades do Partido Conservador, à União Conservadora, aos combatentes no Paraguai, ao Gabinete Itaboraí (1868-1870) e ao imperador.<sup>510</sup>

A definição dos cargos da diretoria das Juntas Conservadoras fluminenses seguiu, no básico, o estatuto do Centro Conservador, e fugiu do mesmo quando as circunstâncias locais se impuseram. No que seguiu, os cargos de presidente, secretário, tesoureiro e conselheiros eram frequentes em todas as Juntas; e o de vice-presidente também aparece, com exceção da Junta de Saquarema. No que fugiu, houve a criação de comissões. Comissões paroquiais, nomeando dirigentes para representar as freguesias circunvizinhas da cidade sede da Junta, a exemplo da Junta de Piraí, que nomeou comissões paroquiais para as freguesias de Nossa Senhora das Dores, do Turvo e uma comissão para a própria vila de Piraí, e a Junta de Itaguaí, que nomeou uma comissão para a freguesia do Bananal. E também comissões de estatuto, nomeando-se dirigentes para a formulação do estatuto da Junta que iria representar, como foi o caso da Junta de Cabo Frio.

No quadro 7, vê-se que o total de dirigentes das onze juntas fluminenses foi quantificado em 204. Contei, para tanto, todos os membros das diretorias, a saber, presidente, vices, secretários, tesoureiros, delegados e conselheiros, incluindo os membros das comissões. Todos os associados que ocupavam essas posições eram, segundo os estatutos analisados, considerados membros do conselho diretor de uma junta. A divisão dos perfis sociais foi feita a partir dos dados obtidos nas publicações do *Correio Mercantil* e do *Diário do Rio de Janeiro*, os dois jornais responsáveis pela publicização das diretorias instaladas e dos trabalhos das Juntas a elas pertencentes. Clérigos eram eclesiásticos listados como vigário, padre ou

---

<sup>509</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 239, 30 ago. 1867, p. 2; nº 269, 30 set. 1867, p. 2; nº 244, 4 set. 1868, p. 1; **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 276, 8 out. 1868, p. 1.

<sup>510</sup> **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 15, 15 jan. 1869, p. 3.

reverendo. Doutor eram os listados com a sigla *dr.*, correspondendo, como nos ensina José Murilo de Carvalho, a bacharéis em direito e medicina, como também em matemática, engenharia e letras.<sup>511</sup> O grupo Forças Armadas abrange membros do Exército, paramilitares da Guarda Nacional e a burocracia policial, listados nas fontes como comandante, coronel, capitão, tenente-coronel, tenente, major, alferes, delegado e subdelegado – envolvi esses grupos distintos no mesmo perfil por se afastarem demais dos outros perfis e se alinharem num mesmo guarda-chuva de homens de função coercitiva. Titulares de honra eram os membros com condecorações honoríficas, como aparecem listados os de comendador, veador, barão e visconde. Por fim, o grupo sem informação são os membros listados apenas pelo seu nome, sem as distinções mencionadas anteriormente.

Do total de dirigentes, 4,9% eram clérigos e outro tanto eram titulares de honra, perfazendo o menor escopo. Acrescenta-se que a maioria dos titulares de honra estava disposta nas juntas fora da Corte. Com os doutores, que perfaziam 14,71% do total, ocorre o inverso, estando a maioria disposta nas juntas das freguesias da Corte, localizando-se 14 desses membros nas três juntas da Corte (Engenho Velho, Irajá e Sacramento) e os outros 16 distribuídos nas demais fora dela. Forças armadas são o maior número dos segmentos sociais listados nas fontes, com 23,53% do total. Sua grande maioria compunha as juntas fora da Corte, com 41 membros distribuídos nessas oito juntas e com 7 membros nas três juntas da Corte. A maior porcentagem, entretanto, é a dos membros listados que não dispunham de nenhuma informação socioprofissional (51,96%).

## QUADRO 7

Perfil social dos dirigentes das Juntas Conservadoras da província do Rio de Janeiro

| Perfil           | Quantidade | %          |
|------------------|------------|------------|
| Clérigo          | 10         | 4,9        |
| Doutor           | 30         | 14,71      |
| Forças Armadas   | 48         | 23,53      |
| Titular de honra | 10         | 4,9        |
| Sem informação   | 106        | 51,96      |
| <b>Total</b>     | <b>204</b> | <b>100</b> |

Fontes: **Correio Mercantil**; **Diário do Rio de Janeiro**.

<sup>511</sup> CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem...** op. cit., pp. 76 e 102-106.

Se se inclui os membros do Centro Conservador ao cômputo, chega-se a um total de 219 dirigentes para toda a província fluminense. São 15 membros do Centro, dos quais 10 doutores, 4 titulares de honra e 1 sem informação.<sup>512</sup> Com esses, os percentuais do quadro 7 mudam. Do total geral (219), ter-se-ia então 4,57% de clérigos, 18,26% de doutores, 21,92% de forças armadas, 6,39% de titulares de honra e 48,86% sem informação. Assim, embora a quantidade de clérigos e homens das Forças Armadas continue a mesma, 10 e 48 membros respectivamente, sua porcentagem cai. Por outro lado, aumenta o número de titulares de nobreza, bem como sua porcentagem cresce pouco mais de um por cento. Ocorre o mesmo com o número de doutores, também com crescimento em sua porcentagem, aumentando em cerca de três e meio por cento. A inflação de doutores com a contagem dos membros do Centro Conservador segue na mesma razão de maior concentração desse segmento entre os dirigentes instalados na Corte em detrimento dos que atuavam nas demais juntas fluminenses.

Mas, retomando a pergunta que atravessou até aqui, e o partido? A formação de uma associação política, de inspiração em experiências precedentes mas atualizadas em novos moldes, que procurava promover os princípios conservadores, sob nova roupagem diretorial, inaugurando filiais provinciais e locais, conseguiu produzir, vender e embolsar o potencial partidário que a máquina de aspirar quereres conservadores capturou na sociedade brasileira. A União Conservadora, com seu Centro, grêmios e juntas, instrumentalizou esse processo de uma maneira tão ampla que inaugurou uma organização partidária de fato nacional. Nesse momento de organização do Partido Conservador, os conservadores puderam vislumbrar, na prática, a concorrida disciplina partidária de que Justiniano José da Rocha tanto sonhou nas páginas d'*O Brasil*, d'*O Velho Brazil*, d'*A Constituição*, d'*O Três de Maio* e do *Regenerador* mas que morreu antes de vê-la crescer na forma bem-acabada que chegou em 1868, na forma de vínculo entre um governo conservador, o de Rodrigues Torres ascendido em julho de 1868, e uma sociedade senhorial representada institucionalmente pelas juntas conservadoras que pipocavam Brasil adentro.

#### **4.4: A psicodinâmica da reorganização**

---

<sup>512</sup> Para uma prosopografia dos dirigentes do Centro Conservador, ver: GOMES, Sandro Aramis R. Elites políticas e gestão de diretórios partidários no Brasil Monárquico: a reorganização administrativa do Partido Conservador (1867). *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v. 40, jan./jun. 2022.



Nessa via de ir se configurando o perfil dos chefes conservadores na província fluminense e ir se alicerçando as juntas nas intermináveis localidades em que se queria dirigir a vontade conservadora foi que, em julho de 1868, ocorreu uma inversão ministerial, retirando-se o quinto e último gabinete ligueiro e subindo um gabinete conservador chefiado pelo último cardeal do saquaremismo vivo, Joaquim José Rodrigues Torres (visconde de Itaboraí).<sup>513</sup>

A inversão causou forte sacolejo na política imperial, sofrendo a monarquia e letargiando o Estado. Sofreu a monarquia, porque a inversão foi tratada como golpe. Liberais de várias cores e vários cantos e ex-conservadores de peso que agora bebiam o puro suco do liberalismo, como Nabuco de Araújo, Zacarias de Góis e Saraiva, acusaram, na tribuna do parlamento e na imprensa periódica, a inversão de ilegítima e ilegal. E o trato de golpe não ficou apenas na verborragia politiqueira, mas movimentou a organização de um campo político-partidário democrático que esgarçaria o compromisso monárquico até por fim ao Império. Letargiou o Estado, porque ocasionou uma *restauração* conservadora. Ao alçar-se ao poder em 1868, o Partido Conservador governaria ininterruptamente até 1878, promovendo certa política reformista até então encampada por liberais (em 1871, a reforma da lei 3 de Dezembro de 1841 e a Lei do Ventre Livre, e, em 1875, uma reforma eleitoral) e realizando políticas ansiadas por liberais que no poder fracassaram em executá-las (a ampliação das emissões bancárias e o fim da guerra no Paraguai). O retorno dos conservadores ao poder central, com Rodrigues Torres à frente, não indicou uma volta ao saquaremismo de 1848, mas uma acomodação do atual saquaremismo à ordem do tempo, devido, de um lado, aos últimos suspiros das experiências de coalizão política inauguradas pela Conciliação e sobrevitalizadas pela Liga Progressista e, de outro lado, à passividade da classe senhorial frente aos conservadores novamente no poder.

A restauração conservadora foi estimulada por uma causa imediata e produziu imediatamente seu efeito. A causa foi a dissolução da Câmara dos Deputados em 19 de julho de 1868, três dias depois da troca ministerial. Eleita em 1866, a 13ª legislatura formou, no ano seguinte, uma Câmara de maioria ministerial, de apoio ao terceiro gabinete ligueiro de Zacarias. Elegeu-se 116 deputados em vez dos costumeiros 122, pois a eleição na província do Rio Grande do Sul ficou, por decreto do governo, adiada para depois de concluída a Guerra do Paraguai – causando rebuliço no debate público sobre a fidedignidade da representação nacional. O quadro 8 mostra que, quando da abertura da Câmara dos Deputados em abril de 1867, desses 116 deputados, apenas 13 conservadores (puritanos e moderados) conseguiram diplomar-se, perfazendo 11,21% dos assentos da Casa. Teve ainda 25 liberais, incluindo os

---

<sup>513</sup> Sobre a inversão ministerial, ver minha dissertação de mestrado: SALDANHA, Michel. **A ordem na barriga do progresso...** op. cit., pp. 177-188.

ditos genuínos ou históricos, que faziam oposição à Liga, configurando 21,55%. A maioria parlamentar correspondia aos 77 liberais e ex-conservadores associados à Liga Progressista, perfazendo 66,38% da Câmara. Houve ainda 1 deputado não identificado. Vê-se que praticamente 2/3 dos deputados estavam associados à Liga Progressista quando se abriu a Câmara. Na razão inversa, havia uma minoria parlamentar de conservadores. O que a dissolução da Câmara em 1868 ocasionou foi o último suspiro da Liga Progressista no poder. O efeito da dissolução foi a movimentação do campo liberal para searas mais radicais, com direito a reunião organizada já em julho de 68 pelo recém-fundado Clube dos Radicais;<sup>514</sup> a um manifesto assinado por Zacarias, Nabuco, irmãos Otoni, Furtado, Francisco Otaviano, Saldanha Marinho e mais seis chefes liberais insuflando o Partido Liberal a abandonar as eleições provinciais fluminenses de setembro;<sup>515</sup> e, ainda, com direito à formação de uma associação política, aos moldes da União Conservadora, denominada Centro Liberal.

Mas, assim como quando os gatos saem os ratos fazem festa, o efeito só fica comportadinho na ausência da causa – nos lembra Lacan. Então, com causa apresentada, causa

## QUADRO 8

Espectro político dos deputados nacionais que tomaram assento em abril de 1867<sup>516</sup>

| Espectro político          | Quantidade | %          |
|----------------------------|------------|------------|
| Conservadores puritanos    | 9          | 7,76       |
| Conservadores moderados    | 4          | 3,45       |
| Liberais genuínos          | 10         | 8,62       |
| Liberais                   | 15         | 12,93      |
| Liberais ligueiros         | 44         | 37,93      |
| Ex-conservadores ligueiros | 33         | 28,45      |
| Sem informação             | 1          | 0,86       |
| <b>Total</b>               | <b>116</b> | <b>100</b> |

Fontes: **Diário do Rio de Janeiro; Jornal do Commercio; Correio Mercantil**; JAVARI, Barão de. **Organização e programas ministeriais desde 1822 a 1889**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

<sup>514</sup> A primeira reunião do Club Radical foi anunciada para o dia 18 de julho de 1868. Ver: **Opinião Liberal**, Rio de Janeiro, nº 72, 18 jul. 1868, p. 4.

<sup>515</sup> Para o dito Manifesto dos 13, ver: **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 248, 10 set. 1868, p. 1.

<sup>516</sup> As informações correspondem, em partes, à identificação feita pelo correspondente do *Diário do Rio* no Parlamento, que escrevia a seção *Semana política*, semanas antes da abertura dos trabalhos legislativos, e, em partes, pelo cruzamento dessas informações com as obtidas no *Jornal do Commercio* e *Correio Mercantil* e aparando as arestas com os dados publicados pelo barão de Javari.

e efeito se implicam mutuamente numa cadeia de causas e efeitos na qual, relacionalmente, não se distingue quem veio primeiro, se causa ou se efeito. Caso é o de o governo Itaboraí ter se tornado a parte estatal da União Conservadora que se reivindicava parte do Partido Conservador na sociedade brasileira. Se isso foi efeito do jugo dos governos ligueiros sobre os conservadores, se de uma necessidade indeclinável de o novo governo absorver institucionalmente a nova ordem partidária, se do radicalismo liberal, isso não se sabe. O que se sabe é que não apareceram nos conselhos diretores da União Conservadora nem Rodrigues Torres (então presidente do conselho e ministro da Fazenda), nem Paranhos (então ministro dos Estrangeiros) e nem Nebias (ministro da Justiça a partir de 1870). Enquanto que alguns chefes de diretórios apareceram no Gabinete Itaboraí, caso de Manoel Vieira Tosta (ministro da Guerra), Paulino Soares de Souza filho (ministro do Império), José de Alencar (ministro da Justiça), João Maurício Wanderley (ministro da Marinha) e Joaquim Antão (ministro da Agricultura).

A ausência de Rodrigues Torres de algum diretório da União Conservadora pode ser explicado pela sua estadia na Europa, retornando ao Brasil em 19 de maio de 1868, passado quase um ano da formação do Centro Conservador na Corte. As ausências de Luís Alves (marquês de Caxias) e Joaquim José Inácio (visconde de Inhaúma) são obviamente explicadas pela atuação na Guerra contra o Paraguai. O que explica, no entanto, a ausência de Paranhos e Nebias, e, do mesmo modo, de outros ex-ministros, deputados e chefes conservadores de outrora mas ainda atuantes na política do Partido, como Brás Carneiro da Costa e Gama (conde de Baependi), Francisco de Sales Torres-Homem, Pedro de Calasans, João de Almeida Pereira Filho e Jerônimo José Teixeira Júnior? Explicam as divisões e rearranjos no interior do Partido Conservador, com a formação de um novo círculo que passou a protagonizar e direcionar a reorganização partidária, o círculo da União, ou círculo unionista. Afinal a reorganização não excluía a ocorrência de divisões internas e motivos para deserções, padrão sintomático de organização partidária também ocorrido durante a Conciliação. Intitular de *União* a associação conservadora através da qual se quis reorganizar o Partido não significou o sentido de unificação geral dos partidários que o título lhe dava.

Tanto que, quatro meses depois de fundada a União Conservadora, Pedro de Calasans, um dos principais publicistas que promoveram a reorganização do Partido através da imprensa, desertou da redação do *Correio Mercantil*. De Sergipe, formado em Direito na Faculdade de Recife em 1859, Calasans mudou-se para o Rio após eleito deputado em 1861, passando a redigir, ao lado de Firmino Rodrigues Silva, o jornal conservador *Constitucional* e, em abril de 1867, o *Mercantil* em sua nova fase. Em outubro, abandonava a folha conservadora, deixando carta pública, datada do dia 24, no concorrente *Jornal do Commercio*, contando seus motivos.

De pronto disse “não concordar com a direção que ultimamente se tem dado ao partido conservador a que sempre tive a honra de pertencer desde que apareci na cena política”. Nem com a direção “da imprensa conservadora, que, apenas ruminando interesses particulares, ocupada das grandes teses *pitangueira não dá manga, de cobra não nasce passarinho, etc.*, não é nem pode ser a representante legítima de um grande partido,” explicou, revelando o primeiro de três motivos que o fizeram desanimar da chefatura do Partido Conservador. O Partido ficou “retalhado pela desmarcada ambição de alguns, pelo desleixo e indiferença de muitos, e mais que tudo pelos ciúmes surdos e pequenas rivalidades entre os novos chefes (hoje o são tantos quantos podem pegar numa espingarda),” acrescentou, mostrando que a disposição e a indisposição dos novos chefes eram o segundo motivo. O que mais o enjerizava, entretanto, era “a *maçonarização* do partido”. “De todas as partes pululam os *clubs*, os *grêmios*, as *juntas*, as *lojas*, enfim, presas ao *Grande-Oriente* central, sem que nomes muito conhecidos em diversas localidades leiam-se inscritos nos catálogos do novo arrolamento, e alhures talvez muitos se lendo apenas pela fatalidade do exemplo que tem a força do contágio”, contou, associando os diretórios conservadores a uma loja maçônica, mas também deixando escorrer por suas babas de ciúmes a ampliação do terreno partidário para novos chefes e mais cerra-filas (militantes) e correligionários.

É por isso que em tempo dou-me pressa em declarar que, conservador da velha guarda, não adiro à nova ordem de coisas do atual partido conservador, representado pelo *Mercantil* e pelas *maçonarias*, por isso mesmo também que não desejo partilhar de suas glórias. Católico-apostólico-romano, não poderia, ainda que o quisesse, em consciência, pertencer a nenhuma *loja* [...].

Conservador como sempre fui, acompanhando a sorte do meu partido nos períodos mais dolorosos da proscricção, tomando parte ativa no movimento de resistência razoável que se tem oferecido ao poder, sempre em meu posto, agora que a imprensa conservadora anuncia a próxima volta dos tempos felizes, declaro alto e bom som que prefiro as amarguras da adversidade a trilhar sob o comando dos novos Moisés de pacotilha que nos vão levar por uma estrada em cujo trajeto chove o maná do deserto, e que conduz direito à terra da promessa.<sup>517</sup>

Assoprando o tom jocoso para lá, alcança-se o razoável incômodo de quem chefiou a opinião conservadora em tempos mais áridos para o Partido e que agora, sob um horizonte partidário mais luminoso, sentia-se ameaçado de preterição. Alcança-se, também, que o horizonte partidário buscado pelo novo plantel de chefes parecia desviar-se do almejado pelo círculo do publicista. Um ciúme primordial rondou as decisões de Pedro de Calasans. O ciúme de seu espaço no Partido. Um espaço partilhado com ele por um dos patriarcas da imprensa

---

<sup>517</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 279, 25 out. 1867, p. 1, grifos no original. Tratei sobre a saída de Pedro de Calasans em trabalho anterior de mestrado; ver: SALDANHA, Michel. **A ordem na barriga do progresso...** op. cit., pp. 175-177.

conservadora, Firmino Rodrigues Silva, que o levou e encampou seu talento nas redações do *Constitucional* e do *Correio Mercantil* após a ausência de Justiniano em vida, e que se reterritorializava com a ampliação do Partido e com a chegada de novos chefes ordenados no altar conservador. Ciúmes é isto: aquele que busca ser preferido o faz apegando-se ao espaço conquistado no reino desejante do Outro, imaginando ser desejado por esse Outro mas sem saber se de fato é, e o faz em disputa com os outros que circulam naquele reino desejante, fantasiando ser, por qualquer deslize seu, preterido por eles.

O que quero iluminar aqui é algo desatendido pela historiografia dos partidos políticos, a saber, a psicodinâmica partidária. Pois também de afetos e desafetos se fez a política imperial.<sup>518</sup> Chamo atenção, portanto, para a psicodinâmica da reorganização do Partido Conservador.

Desde a época em que o *Correio Mercantil* era liberal, os grupos anticonservadores sabiam da força disciplinar do Partido Conservador, ou, nas letras do *Mercantil*, “[da] coesão de seus principais homens de governo e vultos parlamentares; [do] respeito à vontade coletiva, a qual se subordinavam as divergências pessoais.” A brisa leve da disciplina partidária soprava, para um lado, “provérbios chineses para defenderem a honra do sócio que na véspera tinham difamado, e dando ao mundo o admirável espetáculo da perfeita uniformidade de pensamento em um agregado de homens que, poucos dias antes, nem se podiam ver, nem se queriam encontrar!” Porém, se se firmasse os olhos contra esse sopro fantasístico de união e conchego de elogios mútuos ver-se-ia, do outro lado, que, “para sopitarem suas divergências e ciúmes, têm eles [conservadores] o grande estímulo do ódio que voltam ao partido liberal. Esse ódio, que é o mais doce alimento daquelas boas almas, serve de molde para todos se igualarem tomando a uniformidade moral,” na tinta do *Correio Mercantil* de Francisco Otaviano, com a concordância inalterável do *Diário do Rio* de Saldanha Marinho, que transcreveu as palavras daquele sem tirar nem pôr modo de avaliar a disciplina conservadora.<sup>519</sup>

A opinião liberal não encenava o canto que os conservadores tanto cantavam em bem da disciplina partidária. O canto da criação de jornais conservadores, da formação de chapas eleitorais coesas para o eleitorado conservador, das cartas de recomendação de seus chefes, e, a partir de 1867, da criação de juntas partidárias; esse canto refrânico da disciplina partidária

---

<sup>518</sup> Num estudo anterior em parceria com a historiadora Séfora Semíramis Sutil, caminhou-se por esse viés ao mostrar a perseguição política sofrida pelo juiz municipal de Formiga (MG) Pedro da Costa Fonseca, que o levou à melancolia e, em seguida, ao suicídio. Ver: SALDANHA, Michel; SUTIL, Séfora Semíramis. A queda de um magistrado saquarema: honra, poder e litígio em Minas Gerais (1845-1850). *Canoa do Tempo*, Manaus, v. 15, 2023.

<sup>519</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 331, 30 nov. 1864, p. 1; *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 330, 1º dez. 1864, p. 1.

era entoado pelos liberais no seu contraponto afetivo. O amor pela causa conservadora pode ser visto, avessamente, no ódio que os conservadores nutriam pela causa liberal. Se o amor servia de elo entre os conservadores para sua união partidária, o ódio lhes servia de elo para a realização (estatização) do Partido no Estado imperial. Amor e ódio não são aqui elos transferenciais que identificam governante e governados - caso tratado anteriormente -, como que paixões imaginárias que tentam “capturar narcisicamente o ser do sujeito amado ou odiado.”<sup>520</sup> Amor e ódio aqui são elos pulsionais, correlatos à pulsão de vida e à pulsão de morte, elos de unir e de destruir. Dando voz ao Lacan do primeiro seminário: “Se o amor aspira ao desenvolvimento do ser do outro, o ódio quer o contrário, seja o seu rebaixamento, seja a sua desorientação, o seu desvio, o seu delírio, a sua negação detalhada, a sua subversão. É nisso que o ódio, como o amor, é uma carreira sem limite.”<sup>521</sup> Enquanto pulsão de morte, o ódio também unia conservadores a liberais, vez que era dirigido à crença liberal na tentativa de evacuá-la do Estado imperial, já que nada causava mais desprazer aos conservadores do que ver essa crença estatizada.

A reorganização por que o Partido Conservador passava desde 1867 gerou outras dinâmicas psicossociais. Regidas pela pulsão de vida do Partido Conservador (pelo amor ao partido), duas respostas afetivas surgiram: a gratidão e o prestígio.<sup>522</sup>

Caso do papa da trindade saquarema, Eusébio de Queirós. Desde 1864, padecia de moléstias. Desse tempo até 1866, foi tratar-se na Europa. Bom tempo mais, afastado da política partidária, morreu em 7 de maio de 1868 - mas não por causa dela. Mas por causa dela, foram notórias as manifestações de gratidão pós-morte. Em sua missa de corpo presente na igreja de São Francisco, teve discursos, o de Antônio Pereira Pinto e o de Luís Francisco da Veiga, que não dão pra distinguir se homenageosos ao defunto em vida, se consolatórios aos vivos da vida do defunto, se politiqueiros e puxa-saqueiros ao defunto e aos vivos de sua vida.<sup>523</sup> Na missa de um mês de sua morte, a mocidade do colégio São Pedro de Alcântara ornou a mesma igreja com motivos fúnebres, cantou em coro e tocou um *libera-me* pela alma do defunto. Segundo o

---

<sup>520</sup> GORI, Roland. O realismo do ódio. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, 2006, pp. 134-135.

<sup>521</sup> LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud, 1953-1954**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979, p. 316.

<sup>522</sup> Servindo-se da teoria política de Robert Michels, Jodi Dean trata a gratidão e o prestígio como tendências psicológicas da oligarquização partidária. Ver: DEAN, Jodi. **Multidões e partido...** op. cit., pp. 217-223.

<sup>523</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 130, 11 mai. 1868, p. 2; nº 15 mai. 1868, p.1. Sobre os anos finais de Eusébio de Queirós, ver: RIBEIRO, Manoel de Queirós M. **Apontamentos sobre a vida dos conselheiros Eusébio de Queirós...** op. cit., p. 75.

*Correio Mercantil*, a mocidade foi inspirada de dois sentimentos: “um de amor pela nossa santa religião e outro de admiração pelos grandes cidadãos do país.”<sup>524</sup>

Opulenta mesma foi outra missa feita na igreja do Santíssimo. Iniciou às 10 horas da manhã do dia 12 de junho. A igreja trajava o luto dos finados: um crepe cobria as entradas de luz do templo, deixando a igreja iluminada apenas por velas, mais de mil, estimulando a meditação dos presentes. Público era muito: “A família do finado assistiu ao ofício fúnebre rodeada por centenas de amigos, correligionários e admiradores que enchiam literalmente a nave, tribunas e corredores do templo”, noticiou o *Correio Mercantil*.<sup>525</sup> O ofício fúnebre foi presidido pelo monsenhor Reis, amigo do finado, aberto por uma sinfonia fúnebre maestrada por Arcângelo Fiorito, mestre da capela imperial, e executada por professores de orquestra, e, depois, cantado em gregoriano por um coro de sacerdotes. Ao meio dia, teve início a missa, executada por orquestra, com composições do padre José Maurício e do maestro Fiorito, e com solos cantados por dona Agostinha Palha. Finda a missa, o coro cantou um *libera-me* ao redor do monumento funerário instalado entre a capela e o corpo da igreja, onde ardiam 24 tocheiros circundados por 150 velas. Nesse momento, distribuiu-se 500 tochas de velas aos convidados.

“Era uma cena imponente!”, lê-se no *Mercantil*. “A alma do católico apostólico romano sentia naquela ocasião duas impressões profundas – o amor do Criador, e a admiração da criatura!”, lê-se ainda, tentando separar a potência espiritual de deus da potência política de Eusébio, embora as duas se misturassem no afeto afirmado no momento: “A gratidão é a única compensação que podemos oferecer, e a única que será aceita.” A gratidão foi louvada no fim da cerimônia, quando Rodrigues Torres levantou “do pedestal junto ao monumento uma coroa de saudade da qual pendiam duas fitas roxas, onde se lia *O partido conservador ao conselheiro Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara*, [e] a entregou ao filho primogênito do ilustre finado.” E a gratidão foi indulgenciada na porta da igreja “com a distribuição de esmolas pelo digníssimo padre-mestre coadjutor a 200 pobres”, lê-se tudo no *Correio Mercantil*.<sup>526</sup>

Era a santificação política de Eusébio. Planta profana plantada no terreno sagrado de uma igreja católica, a gratidão foi ali ofertada pelo último cardeal da igreja do saquaremismo, Rodrigues Torres, a seu finado papa, Eusébio. Como fosse uma oferenda, as velas, o canto, a musicalidade, a homilia, a coroa de flores, as esmolas, tudo foi ritualizado no templo e comungado pelos presentes, irradiando-se para o coração dos crentes do antigo e do novo saquaremismo.

<sup>524</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 162, 12 jun. 1868, p. 2.

<sup>525</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 163, 13 jun. 1868, p. 2.

<sup>526</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 164, 14 jun. 1868, p. 2, grifos no original.

Irradiou para Salvador, onde celebrou-se uma missa fúnebre na igreja da Misericórdia, com a presença do arcebispo da Bahia, do presidente da província, comandante de armas, desembargadores, cônsules, membros da Relação e do Tribunal do Comércio, juízes de direito, clérigos, chefe de polícia, comandante superior da Guarda Nacional, provedor da Santa Casa de Misericórdia, comissão da assembleia provincial, comissão da associação comercial, também com templo ornado de luto e o retrato de Eusébio na entrada – embaixo do retrato, lia-se: “*Da frente de um partido honroso e nobre / Aos céus ele partiu por Deus chamado, / Foi pedir ao Senhor sustenha os males / Que iminentes estão do berço amado.*” -, com discursos e com distribuição de esmolas.<sup>527</sup> Irradiou para Santos (SP), onde foi celebrado um ofício fúnebre a mando da Junta Conservadora da cidade, com discurso, *libera-me*, e a presença do juiz de direito, do promotor da comarca, empregados públicos, negociantes e correligionários conservadores.<sup>528</sup> Irradiou para Campos dos Goytacazes (RJ), com celebração de missa fúnebre a pedido do Partido Conservador campista, também com discurso e com banda de música.<sup>529</sup> Teve também exéquias em Bananal (SP), homenagens de um correspondente da província da Paraíba, do periódico *Diário de São Paulo* (SP), do periódico *Correio de Vitória* (ES), um soneto de um missivista de Mangaratiba (RJ) publicado no *Correio Mercantil*, missa fúnebre promovida pela Sociedade Propagadora das Belas Artes na Corte, missa de sétimo dia encomendada por um conservador em Paraíba do Sul (RJ), e uma missa com *libera-me* na matriz da cidade de Areias (SP).

A canonização de Eusébio foi experiência diversa das manifestações pela morte de Carneiro Leão em 1857, mas com elementos parecidos. De diverso, o majestoso cortejo, a paralização do comércio do Rio, o público formando um corpo social no rito fúnebre de Carneiro Leão. De parecido, a transformação do rito fúnebre em rito político e a mnemonização das ações políticas do defunto para afirmar seus exemplos notáveis quando vivo.

Resposta afetiva da reorganização partidária, Eusébio era então tornado uma dádiva do Partido Conservador. Concorro, nesse ponto, com Jodi Dean, para quem “o sentimento de gratidão faz com que a liderança apareça como uma espécie de dádiva.”<sup>530</sup> Discordando, porém, no ponto em que a autora admite apenas seu efeito transferencial, a dádiva aqui difere daquela abordada anteriormente como elo transferencial de identificação entre governante e governados. Apresenta-se como um elo pulsional. Tateando a antropologia da dádiva de Marcel Mauss não se consegue alcançar nada. É na ideia de *objeto perdido* de Lacan que se alcança os

---

<sup>527</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 173, 23 jun. 1868, p. 2, grifos no original.

<sup>528</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 143, 24 mai. 1868, p. 2.

<sup>529</sup> **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, nº 177, 27 jun. 1868, p. 1.

<sup>530</sup> DEAN, Jodi. **Multidões e partidos...** op. cit., p. 226.



relevos que nos orienta: “Uma nostalgia liga o sujeito ao objeto perdido, através da qual se exerce todo o esforço da busca. [...] É através da busca de uma satisfação passada e ultrapassada que o novo objeto é procurado, e que é encontrado e apreendido noutra parte que não no ponto onde se o procura.”<sup>531</sup> Em outras palavras, a nostalgia do objeto perdido é o que opera a pulsão, o que impulsiona sua busca, mas essa busca opera no *agora* algo que foi satisfeito *antes*, algo que resta apenas nostalgicamente, e esse resto nostálgico só pode ser encontrado fora da satisfação que o determinou. Nessa orientação, Eusébio era a dádiva comungada pelos conservadores. Já que morto, deixava apenas um resto de si para os seus: suas ações como estadista, sua imagem de algoz de desordeiros, legislador constitucional e chefe de partido. Por sua ausência em corpo, restou de Eusébio sua exemplaridade, buscada pelos conservadores nostalgicamente, pois apenas Eusébio fez o que Eusébio fez. Assim, os conservadores comungavam da vida do finado Eusébio (o objeto perdido) apenas pela satisfação de que o Partido Conservador formasse novos *eusébios*. Essa, sua gratificação.

Além da gratidão, a reorganização do Partido Conservador gerou outra resposta afetiva: o prestígio. No pretérito imperfeito, o *Correio Mercantil* coloriu a noção de prestígio com cores imaginárias:

o homem político que sentia em si a vocação do poder procurava provar ao país, por seus estudos, seus serviços, sua atividade, no parlamento ou na imprensa, que era digno de tão nobres aspirações, e uma mudança de opinião no governo do estado não era senão a confirmação oficial de posições conquistadas previamente pelo saber, pela sinceridade das convicções, pelos serviços prestados à opinião triunfante.<sup>532</sup>

No pretérito imperfeito, censurava o presente ligueiro, a experiência política da Liga Progressista de alçar deputados a ministros, algo descabido para a memória que os conservadores do *Mercantil* tinham dos gabinetes conservadores de antanho.

As raízes psicossociais dessa visão de homem político prestigioso mergulham fundo na doutrina dos partidos. É o que se lê no *Correio Mercantil*:

Os partidos, além de serem escolas de disciplina para as ideias, são cadinhos de purificação para os corações.

A sua história é uma série de dedicações que os chefes disputam a seus soldados, e estes a seus chefes, aparecendo mais como um hábito do que como uma virtude, o belo sacrifício das vantagens da conversão pelos vexames da constância infeliz.

É no seio dos partidos que os talentos se fazem êmulos sem inveja, se distinguem sem orgulho e preponderam sem imposição; os partidos os

---

<sup>531</sup> LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 4: a relação de objeto, 1956-1957*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p. 13.

<sup>532</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 41, 10 fev. 1868, p. 1.

animam quando desabrocham, os apoiam quando combatem, e lhes abrem os caminhos gloriosos do poder nos dias da vitória.

Associados pelas ideias, desejosos de que triunfem, o povo não confia esta causa senão às almas desinteressadas e aos espíritos superiores, e, se uma ou outra vez se sente iludido na sua escolha e sacrificado em sua confiança, castiga com o mais reprovador desprezo.

Avisados pela experiência e inspirados pelo reconhecimento, os partidos têm a previdência de não entregarem seus destinos no dia da elevação senão àqueles que com firmeza e caráter combateram nos períodos das privações.

Os partidos políticos, portanto, tinham a função de formar esses homens de prestígio: “Não preparam só oradores eloquentes, porém estéreis, como pretendem os amigos e propagadores do governo pessoal, mas principalmente administradores e estadistas que, sem transporem as fronteiras da lei, mantém a ordem social e imprimem direção feliz e fecunda a todas as forças vivas do país”, lê-se, ainda, no *Mercantil*. O jornal fez recordar, do lado liberal, de um Francisco de Paula Souza e Melo, um José de Almeida Vergueiro, um Manoel Alves Branco, e, do lado conservador, de um Carneiro Leão, um Costa Carvalho (marquês de Monte Alegre), de um Paulino (visconde de Uruguai), de um Eusébio. “Eram chefes de partido que conquistaram pela energia da vontade, pelo cansaço na tribuna, pela pena na imprensa, pela palavra na tribuna, e pelo conselho, a confiança da coroa e do país. Vivos, seus nomes são conhecidos e acatados em todos os ângulos do império, mortos, são recordações saudosas para seus amigos e para a pátria”, arremata.<sup>533</sup>

Para qualquer conservador que viu, de perto ou de longe, a atuação da trindade saquarema no seu auge de meados do dezenove, e também para aqueles que, após as mortes de Paulino e Eusébio, ouviram gabação e desagabos dos cardeais do saquaremismo, Rodrigues Torres era desses homens prestigiosos. Voltado da Europa com sua família em 20 de maio de 1868, recebeu, chegando em Salvador, calorosa recepção. No desembarque, “houve imenso concurso de pessoas, todas escolhidas e mui distintas, que quiseram ter a honra de cumprimentar a S. Ex. como um dos mais venerandos e probos estadistas do Brasil”, lê-se no *Correio Mercantil* transcrevendo a notícia do *Jornal da Bahia*. Duas bandas de música sonorizaram a recepção. Rodrigues Torres hospedou-se no mais confortável aposento do hotel Muellen. Descansou, por um momento, para logo partilhar de um banquete luxuoso para 150 pessoas, com discursos e brindes. Os discursos também são lidos no *Mercantil*.

Dos discursantes, o desembargador Inocêncio Marques de Araújo Góis forjou as razões políticas que instrumentalizaram o prestígio de Rodrigues Torres. Defendeu que reuniões como aquela faziam bem para a saúde do sistema representativo, por dois motivos: primeiro,

---

<sup>533</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 118, 29 abr. 1868, p. 1.

propagavam os “princípios por que os partidos políticos se empenham” e, segundo, demonstravam “respeito e adesão aos vultos notáveis, aos chefes, que os dirigem nas lutas, e simbolizam os princípios em que os partidos assentam.” Confirmou que o objetivo da reunião não estava ligado ao primeiro motivo, e sim a “um sincero testemunho de plena adesão ao distinto estadista o Exm. Sr. visconde de Itaboraí”, visto que “S. Ex. é dos poucos que restam dessa plêiade brilhante, a quem o país deve tão assinalados serviços, e o partido conservador deve a sustentação e execução de seus princípios de ordem e liberdade.”

A resposta de Rodrigues Torres a Araújo Góis era rejuntada de modéstia e gozo. Seus argumentos não distinguiram seu próprio Eu do Mesmo partidário. “Não me ensoberbeço com a ideia de que seja uma pura homenagem à minha pessoa, não; vós honrais em mim as ideias do nosso partido”, disse, querendo demonstrar aquela indistinção. E disse mais:

A liberdade que é licença e desordem, o partido conservador repele e detesta; a liberdade que é condição suprema e indeclinável da dignidade e da vida dos povos livres, o partido conservador zela e a quer. (*Aplausos.*) Se a liberdade é pretexto para oprimir direitos, ela é uma ficção detestável; se a liberdade é o símbolo da anarquia, traduzida pela igualdade da servidão, nós os conservadores não a queremos.

Nós os conservadores queremos a igualdade perante a justiça; o justo apreço, a igualdade do mérito, dos talentos e das virtudes de cada cidadão, de cada homem, por mais humilde que seja o seu papel na escala social. Eis aí, senhores, a liberdade e igualdade que honram os homens dignos de serem livres. (*Aplausos prolongados.*) A esta causa eminentemente brasileira eu sempre servi, porque a causa do nosso país e também do nosso partido é ainda a causa de que a monarquia constitucional encarregou-se de manter na religião íntima da sua imaculada consciência. (*Aplausos.*)

No embarque da saída de Rodrigues Torres de Salvador para o Rio, o povo afluiu rua afora. Teve tanto povo que dois vapores cheios de gente acompanharam a saída do chefe conservador dando três voltas ao redor do paquete que o transportava, com os tripulantes gritando vivas a ele, visconde de Itaboraí, mas também ao imperador, à Constituição, ao Partido Conservador, ao Senado, ao barão de Cotegipe (João Maurício Wanderley), ao visconde de São Lourenço (Francisco Gonçalves Martins), a Caxias (Luís Alves de Lima e Silva), ao visconde de Inhaúma (Joaquim José Inácio) e aos soldados do Exército e da Armada.<sup>534</sup>

Também na cidade do Rio de Janeiro teve banquete para saudar a volta de Rodrigues Torres ao Brasil. Feito no Salão Carceller e promovido pelo Partido Conservador da Corte, o banquete acomodou “os mais legítimos representantes das ideias que formam a nossa bandeira”, publicou o *Correio Mercantil*, brioso em representar a bandeira conservadora. “Probidade, experiência, consciência ilustrada, firmeza de caráter, lealdade e prestígio, são os predicados

---

<sup>534</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 156, 6 jun. 1868, p. 2, grifos no original.

que simboliza o antigo lutador J. J. R. Torres, hoje visconde de Itaboraí”, brindou Francisco Gonçalves Martins (barão de São Lourenço), em tom laudatório. “Saudemos o piloto experimentado, que inspira confiança geral, que poderá salvar a barca de nossas finanças, que navega com água aberta e sem direção, tão providente, quanto é grande o perigo que ameaça. / Viva o Sr. visconde de Itaboraí!”, continuou, saudando, como se lê no *Mercantil*.<sup>535</sup>

Além desses jantares, após a inversão ministerial de junho de 1868 o chefe conservador recebeu felicitações de Minas e São Paulo. A Junta Conservadora de Alfenas (MG) encaminhou “um voto de felicitação e gratidão ao eminente estadista que de há muito é apontado pela legítima e sensata opinião do país como o único capaz de salvar do total aniquilamento a honra do império e as instituições herdadas que devemos guardar e transmitir como um depósito sagrado”, transcreveu o *Mercantil* a felicitação por escrito, datada de 26 de julho de 1868, constando os nomes dos chefes da Junta.<sup>536</sup> E a Junta Conservadora de Areias (SP) prontificou-se a “manifestar o seu júbilo por ocasião de organização do novo gabinete”, dirigindo uma felicitação a Rodrigues Torres, “porque finalmente raiou o dia da nossa regeneração e a nação brasileira pode divisar novos e esplêndidos destinos, tendo por garantia o nome de V. Ex., que só ele pode salvar o país do abismo em que se ia despenhando”, transcreveu também o *Mercantil*, publicando a ata da junta, datada de 27 de julho de 1868, com os nomes dos chefes do diretório.<sup>537</sup>

O cardeal do saquaremismo incorporava as competências e habilidades que o *Correio Mercantil* listava como os principais recursos humanos para gerir o Partido Conservador: alçado ao poder por formação acadêmica e por convicção e serviços prestados ao seu grupo político-partidário, enérgico em suas decisões, experiente na tribuna e na imprensa, e credor da confiança da Coroa. Difícil saber se incorporou esses elementos do Partido ou se os exorporou no Partido. A experiência do Partido Saquarema e, depois, do Partido Conservador amalgamou-se à experiência política de Rodrigues Torres. A essa altura de 1868, mais amalgamado do que antes; ou por falta de chefes que amigassem os círculos do Partido e aglutinassem o antigo ao novo saquaremismo, ou pela vaidade que a idade e a experiência partidária lhe conferia.

E tanto amalgamado que, em seu discurso no banquete de Salvador, o chefe conservador admitiu os princípios da liberdade e da igualdade. Algo exótico para quem viu a truculência e empedernência dos gabinetes saquaremas dos quais ele era um dos protagonistas. Mas liberdade e igualdade somente dentro dos moldes conservadores. Isso, porque causa da monarquia,

---

<sup>535</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 173, 23 jun. 1868, pp. 1-2.

<sup>536</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 220, 10 ago. 1868, p. 2.

<sup>537</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 228, 19 ago. 1868, p. 2.

porque causa do Partido, e porque causa dele próprio, Rodrigues Torres. Como se a liberdade e igualdade que ele projetou no Partido Conservador enquanto causa-fim, enquanto princípio fantasístico, fosse a liberdade e igualdade que ele não conseguiu suportar em si, que ele não conseguiu introjetar em sua atividade de chefe de Estado por todo o tempo em que esteve no poder.

Seus prestigiantes o dignificavam tanto por admiração a sua pessoa quanto por demonstração coletiva de adesão ao Partido Conservador. O prestígio de Rodrigues Torres, portanto, tinha a função de vincular a opinião conservadora ao Partido. Ou, como explica Jodi Dean, “as pessoas aderem umas às outras em admiração comum. Admira-se o líder porque outros o admiram.”<sup>538</sup> Nesse sentido, o entusiasmo dos conservadores a seu chefe movia um desencadeio de sentimentos e respostas entusiásticas em outros conservadores. E, mais do que isso, as demonstrações coletivas de admiração exerciam uma ação mimetizadora. Recorro a Lacan: “Imitar, é sem dúvida reproduzir uma imagem. Mas fundamentalmente é, para o sujeito, inserir-se numa função cujo exercício o apreende.”<sup>539</sup> Entende-se, assim, que o encadeio da admiração a Rodrigues Torres funcionava mais como uma antropofagia coletiva de seu reconhecimento político nacional do que como potencialização do reconhecimento de seu poder. Os conservadores o prestigiavam para aproximar de suas competências e habilidades partidárias no intuito de cada um dos prestigiantes substituir o velho chefe prestigiado.

\*\*\*

Este capítulo esquadrihou os modos astuciosos que organizaram o Estado imperial. O imperador, desde a Conciliação, agia politicamente próximo de seus ministros mas distante da responsabilidade governamental. Responsabilidade política havia pouca, porque monárquico o Estado. Responsabilidade social por parte do monarca, nenhuma. Responsabilidade para o monarca era com o compromisso de manter a monarquia. Esse desenho estatal limitava em muito o tão buscado progresso social do país. Progresso mesmo, dentro da ordem imperial. Por isso, apenas progresso político, e um arrastado progresso material, pois dentro da economia moral escravista de há trezentos e tantos anos. Mas esse estado de coisas enrijecido era obrigado a conviver com a vontade dos muitos, que se queria soberana e, às vezes, nacionalista, amolecendo-o naquilo que o senhoriato sudestino tinha mais em conta, o Estado imperial. A organização do Partido Conservador, processada na Conciliação como um momento de *pax*

---

<sup>538</sup> DEAN, Jodi. **Multidões e partidos...** op. cit., pp. 218-219.

<sup>539</sup> LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 11...** op. cit., p. 101.

*partidária*, batizando-o com o nome da coisa que lhe significara o que é, ajustando chefes, militantes e correligionários, aclimatando-se aos interesses da sociedade que lhe pactuara compromissos de cunho senhorial; esse Partido, que, assim, nesse sentido, organizou-se e desorganizou-se, diante do momento progressista e da Guerra contra o Paraguai viu efetivada sua reorganização, de um lado, por meio de diretórios espalhados por grande parte do território imperial e, de outro lado, operando dinâmicas psicossociais inseparáveis, por bem ou por mal, do grau de organicidade o qual almejava alcançar.

## **EPÍLOGO: Resto de teoria**

Daqui para trás: cabe teoria. Já que toda teoria deve ser buscada na realidade observada. Já que aqui observada a realidade histórica. Já que teorizada, em cada canto, toda a observação. Já exposta toda a investigação. Tranço as pontas.

Tudo se voltou para a relação entre a sociedade senhorial e o Estado imperial, tomando o partido político, o elemento que medeia a relação, como objeto de investigação. Parte desta tese percorreu os circuitos estatais de dominação social. Foi a parte que observou o país oficial, os espaços institucionais de decisões políticas. São as secretarias do governo, os salões da Cadeia Velha onde funcionava a Câmara dos Deputados, o Senado, a Câmara dos Vereadores do Município Neutro, o Paço imperial, consulados, casas bancárias, o escritório da Praça do Comércio, tribunais de justiça, delegacias de polícias, quartéis das Forças Armadas, Marinha e Guarda Nacional, etc. O vaivém de burocratas nos corredores, as cartas e bilhetinhos carregados por mensageiros e o corre-corre de agentes administrativos nas ruas interligava esses circuitos na Corte, e ligava a Corte às províncias e localidades do Império.

Outra parte desta tese percorreu os circuitos sociais de direção do poder. A parte que se atentou ao país real, aos espaços não oficiais de decisões políticas, à esfera pública, à privacidade das coisas. São as tipografias, as páginas dos periódicos e panfletos, as ruas e salões onde se liam notícias, as ruas e praças onde haviam comemorações cívicas e se agitavam os muitos, o mercado onde se ouviam boatos, etc. A dinâmica de olhos, ouvidos, bocas, gestos e paixões ligavam esses circuitos num bololô desembaraçável de conexões que percorriam a cidade do Rio de Janeiro, e a ligava, por conexões não menos congestionadas, às províncias e localidades do Império.

Na realidade vivida, país real e país oficial são intimamente ligados por instâncias que os medeiam, caso dos partidos políticos. Essa ligação íntima entre país real e país oficial, e, mais amplamente, entre Estado e sociedade, produz tensões como qualquer relação produz traumas onde se esbarra perto demais da intimidade. Os encontros havidos na história do Brasil produziram seus desencontros, tensões, disputas por poder. Avistei nos encontros entre a sociedade senhorial e o Estado imperial seus desencontros. Formando campos de disputas políticas que esquentavam e se arrefeciam, que ora se contraíam e voltavam para minúsculas questões de extrema importância, ora se ampliavam e expandiam para enormes questões de não tanta importância assim. Pulsando em movimento de sístole e diástole no emanar e imanar do que se produz no ponto de tensão.

Foi de quando o Partido Saquarema esteve ajeitado no poder (1848-1853) que seus opositores acusavam-no de formar uma oligarquia no Estado imperial. Denunciavam-na de favorecer amigos e parentes, mas não no sentido atual, de nepotismo, e, sim, no sentido de privilegiar tais escolhas em detrimento de homens capacitados. E capacidade se resumia a formação, experiência profissional e notabilidade pública. Denunciavam-na de corrupta. De corromper-se diante do poder, de usar do lugar político ocupado para atender interesses pessoais, aproximando-se alguma coisa do que hoje se entende por corrupção, como transgressão da coisa pública, como um comportamento eticamente desviante ou como usurpação de bens públicos. Ajeitado no poder, o Partido Saquarema pareceu exercer uma hegemonia, caminho explicativo aberto por Ilmar Mattos e usado por uma historiografia que achou nesse caminho uma propensão descomedia para destoar de sua origem explicativa e direcioná-la para um viés ensaístico. Hegemonia, em Gramsci, é direção e dominação, dirigir pelo consenso de aliados e dominar pela coerção de inimigos.<sup>540</sup> Com isso na cabeça, acompanhei Ilmar Mattos no caminho através do qual o Partido Saquarema usava de seu domínio ministerial para dirigir a sociedade senhorial.<sup>541</sup> Mas, me distanciando de Ilmar Mattos, a direção foi notada por meio dos compromissos que os saquaremas estabeleceram com a classe senhorial. E tais compromissos foram desgastados pela política executada pelos próprios saquaremas, tal como o combate ao tráfico transatlântico de africanos desgastou o compromisso escravista em proveito do compromisso com a ordem social. Demonstrei a morte cancerosa dessa direção política.

Que não foi a morte do saquaremismo. Não foi, também, a sucessão do Partido Saquarema para o Partido Conservador, considerando, como considerou José Murilo de Carvalho, que os ex-moderados e ex-restauradores da Regência formaram lá o Partido Conservador,<sup>542</sup> ou estabelecendo, como estabeleceram os publicistas da época, uma linha sucessória do Regresso conservador, passando pelo Partido da Ordem e pelo Saquarema, para o Partido Conservador. Isso faz confundir ontologia com historicidade. Confundir, de um lado, os elementos fundamentais que compõem a essência de um conservadorismo comum ao Regresso conservador, ao Partido da Ordem, ao Saquarema e ao Conservador com, de outro lado, a autenticidade e a sintonia históricas que os conservadores buscavam no passado para dar sentido ao presente do Partido. O tempo histórico é muito pouco de tempo cronológico, de tempo marcado por datações e processos cronometráveis. E se a História se apega mais a esse

---

<sup>540</sup> GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**, vol. 3... op. cit., pp. 96-97.

<sup>541</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema...** op. cit., pp. 142-204.

<sup>542</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem...** op. cit., pp. 204-205.



tempo do que ao tempo do culto e da cultura,<sup>543</sup> tempo das vontades coletivas movidas por memórias e mitos e dos desejos coletivos de reversibilidade e irreversibilidade do vivido e do ainda-não-vivido, ela seria, mais secamente, a reconstrução de fatos sociais ou, mais sofisticadamente, a explicação de fatos sociais reconstruídos do passado. Na confluência entre dois tempos - o da desorganização do Partido Saquarema e o da organização do Partido Conservador -, o saquaremismo foi lenta e gradualmente renascido num novo corpo de conservadorismo desenvolvido a partir da Conciliação.

A Conciliação não pode ser resumida ao Gabinete da Conciliação enquanto um governo de coalizão assimilador de políticos mais moderados que resolveram digerir a doutrina da conservação e progresso de forma mais palatável. Ela pode ser o tempo da *transação* desde que não entendida, como Justiniano José da Rocha entendeu, como uma consubstanciação da política instruída pelo imperador encarnada no gabinete de Carneiro Leão. Foi mais bem o tempo, sim, da *pax partidária*, tempo de buscar o fim das intransigências políticas que enrijavam os nervos partidários ao ponto de revoltas, perseguições, ostracismos, violências e assassinatos políticos, e de normatizar a oposição política através de um código de ética constitucional e de uma escala de valores progressistas. E o fim das intransigências políticas não pôde significar o fim das oposições partidárias.

Um correr de vistas não perceberia aquilo que o forçar de olhos analiticamente treinados enxergou na organização do Partido Conservador: um complexo rearranjo interno. Se não se faz uma leitura diacrônica das fontes, é enganoso crer que o processo organizativo do Partido havido na Conciliação provocaria um grau unissonante de sistemicidade. A ciência política faz crer isso, principalmente a leitura de Angelo Panebianco. Esse autor, que desenvolveu uma teoria da institucionalização dos partidos políticos, explica que o grau de sistemicidade “refere-se à coerência estrutural interna da organização.” O politólogo mensura a sistemicidade em graus regulares. Um grau de sistemicidade baixo “significa que as subunidades controlam autonomamente, sem depender do ‘centro’ da organização, os recursos necessários ao próprio funcionamento (e, portanto, os próprios processos de troca com o ambiente).” E um grau de sistemicidade alto “implica uma forte interdependências entre as diversas subunidades, assegurada por um controle centralizado dos recursos organizativos e dos processos de troca com o ambiente.”<sup>544</sup>

---

<sup>543</sup> BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

<sup>544</sup> PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido...** op. cit., p. 106.

Em vez de sistemicidade gradativa entre centralismo e descentralismo, o processo organizativo do Partido Conservador produziu uma sistemicidade circular, de círculos partidários. Não falo do círculo interno de que tratou Maurice Duverger para explicar a formação de uma elite no interior dos partidos políticos.<sup>545</sup> Falo de círculo para falar de chefes, cerra-filas (militantes) e correligionários que se identificavam por visões doutrinárias e de princípios diferentes ou divergentes das de outros chefes, cerra-filas e correligionários mas que não punham em xeque as diretrizes doutrinárias e principais do partido político.

Os círculos demonstram que em momento algum de 1853 a 1868 houve homogeneidade partidária ou sistemicidade uníssona entre chefes, cerra-filas e correligionários. Isso fica claro na formação do círculo saquarema, antigo círculo de ferro do Partido Saquarema, que concorria pela direção do Partido Conservador com o círculo conciliado durante o primeiro ano da Conciliação. Entre fins de 1854 e 1855, formou-se o círculo constitucional, alargando o círculo saquarema com a admissão de conservadores inadaptados mas, ao mesmo tempo, pondo fim a este círculo com o afastamento gradual dos cardeais do saquaremismo da política partidária. A partir das reuniões conservadoras de 1857 e encerrada de vez qualquer tentativa de reorganizar o Partido Saquarema, formou-se o círculo dos ex-saquaremas, com homens associados ao extinto círculo de ferro do extinto Partido Saquarema. Os arranjos eleitorais de 1860 para as eleições nacionais de 1861 sinalizaram para a formação de dois outros círculos que reformularam a sistemicidade partidária anterior: o puritano, de conservadores da tradição saquarema e ex-saquarema, e o moderado, de conservadores da tradição conciliada. E, a partir de 1867, com a formação da União Conservadora e o espalhamento de juntas conservadoras por grande parte do território imperial, contornou-se o círculo unionista, o mais poderoso e coeso círculo conservador formado na década de 1860 como resposta à reorganização operada pela União.

Os círculos internos do Partido Conservador se rearranjavam não conforme critérios programáticos ou alguma racionalidade maquiavélica dos chefes que disputavam a chefatura partidária, mas, sim, segundo o ajustamento, a aclimação e, principalmente, a psicodinâmica partidárias.

O ajustamento e a aclimação correspondem à adaptação interna e externa a que o partido político sofre. No partido, ajustamento é o movimento interno de aglutinar novos membros que aderem a determinada bandeira partidária em proveito de antigos membros que não se adaptaram à bandeira ou à chegada dos novatos. No círculo partidário, o ajustamento

---

<sup>545</sup> DUVERGER, Maurice. **Los partidos políticos...** op. cit.

funciona como um rearranjo de membros em torno de uma tradição doutrinária ou de um ideário interno ao partido. A aclimação é a resposta do partido político a transformações externas na sociedade, na política e na economia, adaptando-se às pressões impostas por interesses e motivações nesses três campos do real.

Se, na década de 1850, o Partido Conservador passou por ajustamentos ao admitir homens adaptados à bandeira da conservação e progresso e ao expelir os inadaptados, externamente teve de aclimatar-se às realidades social, política e econômica vividas no Rio de Janeiro e no Brasil. Aclimatar significou desfazer velhos compromissos e assumir novos, indispor-se com partes nevrálgicas da sociedade senhoria, como os senhores do Vale e os capitalistas da Corte, para fazer concessões a partes mais amplas e subalternas em nome da ordem social. Quereres sociais de participação política apareceram até mesmo no desejo de grupos comprometidos com os princípios conservadores. A exemplo do direito de petição que foi exigido no coração do conservadorismo escravista imperial quando o senhoriato valparaibano lançou um movimento político em 1855 para minar o poder central. O alargamento das atividades de participação cidadã na política foi incontornável daí em diante, com regozijos públicos pela Constituição, o cortejo fúnebre da morte de Carneiro Leão, os banquetes e reuniões conservadores de 1857 em diante, os comícios eleitorais de 1861, as passeatas políticas de 1861 e 1863, as manifestações patrióticas de 1863 e 1865, as homenagens públicas de gratidão póstuma a Eusébio e de prestígio em vida a Rodrigues Torres em 1868, etc.

A psicodinâmica partidária é o elo afetivo que faz cangar ou descangar as relações no interior de um partido político e entre partidos políticos. Nesse sentido, foi necessário demonstrar que chefes, cerra-filas e correligionários conservadores deliberavam, agiam e reagiam não só de acordo com um cálculo frio de interesses e desejos, mas também de acordo com dinâmicas passionais que percorriam o arco do amor e ódio. Dinâmicas que podiam ir da paixão partidária manifesta na gratidão do notável chefe que morreu ou no prestígio do chefe que muito fez em vida pelo partido até o ciúme primordial do chefe que perde seu espaço de poder e a dor de cotovelo o faz ferir publicamente seu próprio partido.

Manter a boa saúde da vida política exigia que os quereres sociais fossem processados no Estado. O que se visualiza disso é um complexo equacionamento que vai do carecimento particular à vontade universal, e retorna desta àquele, subsumindo-o. Penso que os interesses e necessidades individuais estão em relação de hierarquia e dependência com os interesses e necessidades sociais, formando, dessa relação, um sistema de carecimentos. É necessário um circuito de decisões que leva a várias possibilidades de satisfação dos carecimentos sociais,

mediante ação transformadora. O equacionamento do circuito de decisões e das possibilidades de satisfação culmina nas motivações sociais que dão a medida da idealização de uma vontade coletiva. Somente assim a vontade coletiva pode ser entendida como consciência operosa de carecimentos sociais.

Também assim os partidos políticos podem ser tidos como a expressão da sociedade civil no Estado e, ao mesmo tempo, escolas da vida estatal na sociedade civil.<sup>546</sup> Os partidos organizam (direcionamento e desenvolvimento) uma vontade coletiva a ser realizada no/pelo Estado. A vontade coletiva organizada pelo partido político contém, portanto, a limitação de se constituir no Estado, ou ser constituída pelo Estado. Por isso, uma vontade coletiva nem sempre é organizada por partidos políticos, pois podem encontrar no Estado limitações à sua realização. Pode apresentar-se diluída na sociedade. A exemplo da vontade abolicionista até a década de 1860 no Brasil. Essa vontade passou a se desenvolver através de movimentos externos às fronteiras brasileiras, como o abolicionismo britânico; do movimento abolicionista brasileiro; e, principalmente, das ações dos próprios escravos e negros estendidas ao longo do século XIX, esses que sentiam no viver da morte social a imediata necessidade da emancipação. A vontade abolicionista só pôde se realizar por esforços multilaterais (dentro e fora do Estado) e por múltiplos movimentos de ações, vez que se relegada a um partido encontraria no Estado a limitação de realizá-la de forma lenta, gradual e prudente, à vontade dos senhores.

---

<sup>546</sup> GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**, vol. 3. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 271.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### 1. Periódicos

*Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional:*

**A Actualidade**, Rio de Janeiro, 1859-1864.

**A Constituição**, Rio de Janeiro, 1855.

**A Reforma**, Rio de Janeiro, 1852.

**A Pátria**, Niterói, 1856-1857.

**Aurora Fluminense**, Rio de Janeiro, 1838.

**Constitucional**, Rio de Janeiro, 1862-1864.

**Correio da Tarde**, Rio de Janeiro, 1848-1862.

**Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, 1848-1868.

**Diário de Pernambuco**, Recife, 1842.

**Diário de São Paulo**, São Paulo, 1867-1868.

**Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 1853-1869.

**Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, 1839-1868.

**Novo Diário da Bahia**, Salvador, 1837.

**O Brasil**, Rio de Janeiro, 1840-1849.

**O Capibaribe**, Recife, 1849.

**O Cearense**, Fortaleza, 1865.

**O Chronista**, Rio de Janeiro, 1838.

**O Grito Nacional**, Rio de Janeiro, 1851-1856.

**O Regenerador**, Rio de Janeiro, 1860-1861.

**O Repúblico**, Rio de Janeiro, 1853-1855.

**O Sete d'Abril**, Rio de Janeiro, 1835-1838.

**O Velho Brazil**, Rio de Janeiro, 1853-1854.

**O Universal**, Ouro Preto, 1839.

**Opinião Liberal**, Rio de Janeiro, 1866-1868.

**Semana Illustrada**, Rio de Janeiro, 1861-1868.

**Três de Maio**, Rio de Janeiro, 1858.

## **2. Anais Parlamentares**

**Anais da Câmara dos Deputados**, sessões de 1837 a 1868.

**Anais do Senado do Império**, sessões de 1853 a 1868.

## **3. Leis do Império do Brasil**

BRASIL. Carta Constitucional de 25 mar. 1824. **Coleção de Leis do Império do Brasil de 1824**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

BRASIL. Lei nº 105, de 12 mai. 1840. **Coleção de Leis do Império do Brasil de 1840**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1841.

BRASIL. Lei nº 261, de 3 dez. 1841. **Coleção de Leis do Império do Brasil de 1841**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1842.

BRASIL. Decreto nº 842, de 19 set. 1855. **Coleção de Leis do Império do Brasil de 1855**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1856.

BRASIL. Decreto nº 1.828, de 1º out. 1856. **Coleção de Leis do Império do Brasil de 1856**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1857.

BRASIL. Decreto nº 1082, de 18 ago. 1860. **Coleção de Leis do Império do Brasil de 1860**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1860.

## **4. Banco de dados**

**Catálogo de periódicos brasileiros microfilmados**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994.

IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas demográficas e sociais de 1550 a 1988**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

**Slave Voyages**: The Transatlantic Slave Trade Database Voyage.

## 5. Cartas, correspondências e afins

ASSIS, Machado de. **Correspondência de Machado de Assis, tomo I: 1860-1869**. Rio de Janeiro: ABL, 2008.

ROSA, Francisco Otaviano de A. **Cartas de Francisco Otaviano; coligidas, anotadas e prefaciadas por Wanderley Pinho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977.

## 6. Fontes impressas

### *Obras panfletárias:*

GAMA, José Saldanha da. **Duas palavras imparciais sobre o Terceiro Partido e o Sr. Bernardo Pereira de Vasconcelos**. Campos: Tipografia Patriótica de Parahyba, 1835.

MEDRADO, José Joaquim L. da R. **Os cortesãos e a viagem do Imperador. Ensaio político sobre a situação**. Salvador: Tipografia de Camillo de Lellis Masson &C., 1860.

OTONI, Teófilo Bendito. **Circular dedicada aos srs. eleitores de senadores pela província de Minas Gerais no quadriênio atual e especialmente dirigida aos srs. eleitores de deputados pelo 2º distrito eleitoral da mesma província para a próxima legislatura**. Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil, 1860.

ROCHA, Justiniano José da. **Monarquia – democracia**. Rio de Janeiro: Tipografia de F. de Paula Brito, 1860.

ROCHA, Justiniano José da. **Ação; reação; transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil (1855)**. São Paulo: Ed. USP, 2016.

### *Biografias e dicionários biográficos:*

ALMEIDA, Tito Franco de. **O conselheiro Francisco José Furtado. Biografia e estudo de História política contemporânea**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

BLAKE, Augusto Victorino A. S. **Dicionário biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883-1902, 7 vols.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Ano biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Tipografia e Litografia do Imperial Instituto Artístico, 1876, 3 vols.

OTONI, Cristiano Benedito. **Biografia de Teófilo Benedito Otoni**. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1870.

OTONI, Cristiano Benedito. **Autobiografia de C. B. Otoni: natural da Vila do Príncipe, depois da cidade do Serro, na província de Minas Gerais**. Brasília: Senado Federal, 2014.

SISSON, Sébastien Auguste. **Galeria dos brasileiros ilustres**. Brasília: Senado Federal, 1999, 2 vols.

SOARES, Joaquim Antônio M. **Nobiliarquia fluminense, genealogia das principais e mais antigas famílias da Corte e província do Rio de Janeiro**. Niterói: Sem Editora, 1947, 2 vols.

VASCONCELOS, Barão de; VASCONCELOS, Barão Smith de. **Arquivo nobiliárquico brasileiro**. Lausanne: Imprimerie la Concorde, 1918.

#### *Obras memorialísticas:*

MARINHO, José Antônio. **História da Revolução Liberal de 1842**. Belo Horizonte: ALMG, 2015.

NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império**. 5. ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, 2 vols.

REZENDE, Francisco de Paula F. **Minhas recordações**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

SILVA, João Manuel P. da. **Memórias do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, 2003.

#### *Almanaques publicados na Corte:*

**Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1855**. 12º ano. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1855.

**Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1856**. 13º ano. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1856.

#### *Relatórios governamentais*

BRASIL. **Relatório da repartição dos Negócios da Justiça de 1849a**. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário de N. L. Viana, 1850.



BRASIL. **Relatório da repartição dos Negócios da Justiça de 1849b**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850.

BRASIL. **Relatório da repartição dos Negócios da Justiça de 1850**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1851.

BRASIL. **Relatório da repartição dos Negócios do Império de 1855**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1855.

#### *Obras publicadas:*

JAVARI, Barão de. **Organização e programas ministeriais desde 1822 a 1889**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

PELLETAN, Eugène. **Cartas a Lamartine: O mundo marcha**. Rio de Janeiro: Typ. De B. de Mattos, 1866.

SÃO VICENTE, Marquês de. Direito Público Brasileiro e análise da Constituição do Império. In: Idem. **Marquês de São Vicente**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

SOARES, Sebastião Ferreira. **Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia de J. Villeneuve e Comp, 1860.

SOUZA, Francisco Belisário S. de. **O sistema eleitoral no Império**. Brasília: Senado Federal, 1979.

URUGUAI, Visconde de. Ensaio sobre o Direito Administrativo. In: Idem. **Visconde do Uruguai**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

URUGUAI, Visconde de. **Estudos práticos sobre a administração das províncias no Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1865.

## **7. Iconografia**

Figura 1: Estudo para a Questão Christie, de Victor Meirelles (1864). Disponível em: < [https://www.reddit.com/r/brasil/comments/7h390x/dom\\_pedro\\_ii\\_sendo\\_aclamado\\_pelo\\_povo\\_do\\_rio\\_de/](https://www.reddit.com/r/brasil/comments/7h390x/dom_pedro_ii_sendo_aclamado_pelo_povo_do_rio_de/) >. Acesso em: 24 jun. 2023.

Figura 2: *In illo tempore dixit* Christie aos seus patrícios, de Henrique Fleiuss (1863). Fonte: **Semana Illustrada**, Rio de Janeiro, nº 111, 23 jan. 1863, p. 4.

Figura 3: Os Voluntários da Pátria, de Henrique Fleiuss (1865). Fonte: **Semana Ilustrada**, Rio de Janeiro, nº 219, 19 fev. 1865, p. 8.

## 8. Bibliografia

ABREU, Eide Sandra A. **O Evangelho do comércio universal: Tavares Bastos e as tramas da Liga Progressista e do Partido Liberal (1861-1872)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.

ABREU, Martha. O caso do Bracuhy. In: MATTOS, Hebe; SCHNOOR, Eduardo (orgs.). **Resgate: uma janela para o Oitocentos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

AGUIAR, Thais Florencio de. **Demofobia e demofilia: dilemas da democratização**. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

AGULHON, Maurice. **1848, o aprendizado da República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ALVES, Débora. Reação francesa às ameaças de Cabanos e Bonis no território litigioso entre o Brasil e a Guiana Francesa (1836-1841). **Almanack**, Guarulhos, n. 14, p. 160-195, 2016.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMARAL, Alex Lombelo. **Entre armas e impressos: a revolta de 1842 em Minas Gerais**. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADA, Antônio Carlos R. **Bancos de emissão no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Leite Ribeiro, 1923.

ARAÚJO, Ana. **A morte em Lisboa: atitudes e representações, 1700-1830**. Lisboa: Editorial Notícias, 1997.

AREND, Hugo. A crise de sucessão portuguesa: intelectuais, ideologia e cultura na sociedade internacional (1828-1834). **Revista Múltipla**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 9-32, dez. 2004.

ARRUDA, Maria Arminda N. **Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

BANAJI, Jairus. **A Brief History of Commercial Capitalism**. Chicago: Haymarket Books, 2020.

BAPTIST, Edward E. **A metade que nunca foi contada: a escravidão e a construção do capitalismo norte-americano**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

BARBOSA, Silvana Mota. **A Sphinge Monárquica: o Poder Moderador e a política imperial**. Tese (doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

BARBOSA, Silvana Mota. A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos 1860. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria B. P. (orgs.). **Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BARCELOS, Fábio. **A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e o Tesouro Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

BARMAN, Roderick. Justiniano José da Rocha e época da Conciliação. Como se escreveu “Ação, Reação e Transação”. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 301, p. 3-32, out./dez. 1973.

BARMAN, Roderick J. **Brazil: the Forging of a Nation, 1798-1852**. Stanford: Stanford University Press, 1988.

BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria B. P. das. **Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2014.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, vol. 2: 1831-1870**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BASILE, Marcello. The “Print Arena”: Press, Politics and the Public Sphere, 1822-1840. In: KRAAY, Hendrik; CASTILHO, Thomas; CRIBELLI, Teresa (orgs.). **Press, Power and Culture in Imperial Brazil**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2021.

BASILE, Marcello. **A politização das ruas: projetos de Brasil e ação política nos tempos das Regências**. Brasília: Senado Federal, 2022, 2 vols.

BECKER, Jean-Jaques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERTONHA, João Fábio. **Imperialismo**. São Paulo: Contexto, 2023.

BETHEL, Leslie. **A abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869**. Brasília: Senado Federal, 2002.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

BOSI, Alfredo. **Ideologia e contraideologia: temas e variações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **População e nação no Brasil do século XIX**. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Edições 70, 2011.

CABRAL, Jaqueline; VELLOSO, Verônica Pimenta. Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. In: FONSECA, Maria Raquel F. (coord.). **Dicionário histórico-biográfico das ciências da saúde no Brasil (1832-1930)**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

CALDEIRA, Claudia Adriana A. **Justiniano José da Rocha: bastidores da imprensa política**. Tese (doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CALHOUN, Craig (ed.). **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge; London: MIT Press, 1996.

CALOMIRIS, Charles W.; SCHWEIKART, Larry. The Panic of 1857: Origins, Transmission, and Containment. **The Journal of Economic History**, Cambridge, v. 51, n. 4, p. 807-834, 1991.

CAMARGO, Luís Fernando P. **1848: o grande medo senhorial: o papel da insurgência escrava na abolição do tráfico africano**. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

CAPDEVILA, Luc. **Una guerra total: Paraguay, 1864-1870: ensayo de historia del tiempo presente**. Buenos Aires: SB, 2010.

CARDIM, Elmano. **Justiniano José da Rocha**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Clamar e agitar sempre: os radicais da década de 1860**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O nativo relativo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

CASTRO, Jeanne Berrance. **A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850**. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1977.

CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). **História geral da civilização brasileira, tomo 2, vol. 2**. São Paulo: Difel, 1985.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas**. 3. ed. Brasília: Ed. UNB, 1998.

CHAMON, Carla Simone. O cenário da festa: festa cívica em Minas Gerais no Século XIX. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 19, p. 183-204, 1998.

CLAUDINO, Guilherme Pereira. “Uma verdadeira torre de babel”: entre a Corte e a Província – a Liga Progressista em Minas Gerais (1862-1868). Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2011.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

COUTINHO, Elvis Gibson L. Princípios da responsabilidade política. **Revista do Instituto do Direito Brasileiro**, Lisboa, ano 2, n. 8, p. 8075-8117, 2013.

CRAIG, Frederick W. (ed.). **British general election manifestos, 1900-1974**. 2. ed. Chichester: The Macmillan Press LTD, 1975.

DANTAS, Mônica Duarte. O Código do Processo Criminal e a Reforma de 1841. Dois modelos de organização dos poderes. **Revista História do Direito**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 96-121, jul./dez. 2020.

DEAN, Jodi. **Multidões e partido**. São Paulo: Boitempo, 2022.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

- DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos. **História das relações internacionais do Brasil, vol. 5**. São Paulo: Saraiva, 2014.
- DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2014.
- DUVERGER, Maurice. **Los partidos políticos**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1957.
- DUVIGNAUD, Jean. Fiesta y subversion. **Diálogos: Artes, Letras, Ciencias Humanas**, Ciudad de México, v. 10, n. 5, p. 6-13, set. out. 1974.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ESTEFANES, Bruno Fabris. **A Muralha de Bronze: a formação da Liga Progressista no Império do Brasil. Representação, soberania e rearticulação partidária: 1857-1862**. Tese (doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5. ed., São Paulo: Globo, 2012.
- FERRAZ, Paula Ribeiro. **O Império em tempos de conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- FRAGOSO, João. **Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- FRANCO, Afonso Arinos de M. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Alga-Ômega, 1980.
- FREITAS, Ana Paula R. **Minas e a política imperial: reformas eleitorais e representação política no Parlamento brasileiro (1853-1863)**. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- FREITAS, Décio. **A miserável revolução das classes infames**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- FUREIX, Emmanuel. Rites protestataires et tensions démocratiques en France à l'âge romantique (1820-1848). **Almanack**, Guarulhos, n. 9, p. 5-18, abr. 2015.

GAMBI, Thiago Fontelas R. **O banco da Ordem: política e finanças no império brasileiro (1853-1866)**. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GOMES, Sandro Aramis R. Dirigentes partidários, mudança política e percursos sociais. Os destinos de lideranças do Partido Conservador paranaense após a queda do Império (década de 1890). **Almanack**, Guarulhos, n. 27, p. 1-65, 2021.

GOMES, Sandro Aramis R. Elites políticas e gestão de diretórios partidários no Brasil Monárquico: a reorganização administrativa do Partido Conservador (1867). **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 40, p. 132-161, jan./jun. 2022.

GOOCH, John. **A unificação da Itália**. São Paulo: Ática, 1991.

GORI, Roland. O realismo do ódio. **Psicologia Clínica**, v. 18, n. 2, p. 125-142, 2006.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002-2015, 6 vols.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O império e o crédito hipotecário: o estudo de caso do Banco Commercial e Agrícola, 1858-1861. **Anais do I Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico**, São Luís: UFMA, 2013.

GUIMARÃES, Lucia Maria P. **Em nome da ordem e da moderação: a trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro**. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

GUIMARÃES, Lúcia Maria P. “Ação, reação e transação”: a pena de aluguel e a historiografia. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Lúcia Maria P.; PRADO, Maria Emília (orgs.). **O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan; UERJ, 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa**. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

HAWKINS, Angus. **British party politics, 1852-1889**. London: Macmillan Press, 1998.

HAWKINS, Angus. **Victorian political culture: “habits of heart and mind”**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

HAWKINS, Angus (ed.) **Contemporary Thought on Nineteenth Century Conservatism, vol. IV (1850-1874)**. London; New York: Routledge, 2021.

HEGEL, Georg Wilhelm F. **A Razão na história: uma introdução geral à filosofia da história**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

HEGEL, Georg Wilhelm F. **Linhas fundamentais da filosofia do direito, ou, Direito natural e ciência do estado em compêndio**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2010.

HELLER, Agnes. **Uma teoria da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

HOBBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira, tomo 2, vol. 5**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

HÖRNER, Erik. **Até os limites da política: a “Revolução Liberal” de 1842 em São Paulo e Minas Gerais**. São Paulo: Alameda, 2014.

HUSTON, James L. **The Panic of 1857 and the Coming of the Civil War**. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1987.

IGLÉSIAS, Francisco. Vida política, 1848-1868. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História geral da civilização brasileira, tomo 2, vol. 3**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

IZECKSON, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, vol. 2: 1831-1870**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. A falsa dialética: Justiniano José da Rocha. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 3-17, mar. 1982.

KINDLEBERGER, Charles P.; ALIBER, Robert Z. **Manias, Panics, and Crashes: a History of Financial Crises**. New Jersey: Wiley, 2005.

KIRCHHELMER, Otto. As transformações dos sistemas partidários na Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p. 349-385, jan./abr. 2012.

KODAMA, Kaori et al. Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 59-79, dez. 2012.



KOFLER, Leo. **História e dialética: estudos sobre a metodologia da dialética marxista**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

KOJÈVE, Alexandre. **Introdução à leitura de Hegel**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. UERJ, 2002.

KRAAY, Hendrik. “Tão assustadora quanto inesperada”: a Sabinada baiana, 1837-1838. In: DANTAS, Mônica Duarte. (org.). **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011.

KRAAY, Hendrik. **Days of National Festivity in Rio de Janeiro, Brazil, 1823-1889**. Palo Alto: Stanford University Press, 2013.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud, 1953-1954**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 4: a relação de objeto, 1956-1957**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise, 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

LAZZARINI, Júlia Lopes V. **O clero para além do sagrado: atuação política dos padres, Minas Gerais, 1833-1837**. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2020.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842**. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993.

LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

LIMA, Oliveira. **Dom Pedro e dom Miguel: a querela da sucessão (1826-1828)**. Brasília: Senado Federal, 2005.

LIMONGI, Fernando. Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação fraude e violência. **Lua Nova**, São Paulo, n. 91, p. 13-51, 2014.

LOBO, Eulália Maria L. et al. Evolução dos preços e o padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 235-265, out./dez. 1971.

LOBO, Eulália Maria L. **História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro), vol. 1**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LOURENÇO, Thiago Campos P. **A indiscrição como ofício: o complexo cafeeiro revisitado (Rio de Janeiro, 1830-1888)**. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

MAMIGONIAN, Beatriz. **Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARCELINO, Douglas Attila. **O corpo da nova república: funerais presidenciais, representação histórica e imaginário político**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

MARICHAL, Carlos. **La revolución liberal y los primeros partidos en España, 1834-1844**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1980.

MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do Mercado mundial do café no século XIX. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Vale do Paraíba e o império do Brasil nos quadros da segunda escravidão**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (orgs.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil, Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARSON, Izabel Andrade. **Revolução Praieira: resistência liberal à hegemonia conservadora em Pernambuco e no Império (1842-1850)**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

MARSON, Izabel Andrade. **O Império do Progresso: a revolução praieira**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARTINS, Maria Fernanda V. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

- MARX, Karl. **O Capital, livro 1: o processo de produção capitalista**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. **O Capital, livro 3: o processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MASCARENHAS, Nelson Lage. **Um jornalista do Império (Firmino Rodrigues Silva)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.
- MASSA, Jean-Michel. **A juventude de Machado de Assis, 1839-1870: ensaio de biografia intelectual**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- MATOS, Odilon Nogueira de. Vias de comunicação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História geral da civilização brasileira, tomo 2, vol. 6**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. **Bahia, século XIX. Uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte agrário e o Império, 1871-1889**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- MENDES, Fábio Faria. **Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil imperial**. Belo Horizonte: Argymentvm, 2010.
- MILLS, Charles W. **O contrato racial**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)**. 2. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- MORENO, Breno Aparecido S. **Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860**. Dissertação (mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- MOTTA, Paulo Roberto. **Movimentos partidários no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1971.
- NEDELL, Jeffrey. **The Party of Order: the Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871**. Stanford: Sanford University Press, 2006.

NEGT, Oskar; KLUGE, Alexander. **Public Sphere and Experience: Toward an Analysis of the Bourgeois and Proletarian Public Sphere**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

NEGT, Oskar. L'espace public oppositionnel aujourd'hui. **Multitudes**, Liege; Paris, v. 4, n. 39, p. 190-195, 2009.

NEVES, Victor Hugo B. **O divisor de águas da política imperial: D. Pedro II, a conciliação e o marquês de Paraná (1853-1856)**. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

NEWBOULD, Ian. Sir Robert Peel and the Conservative Party, 1832-1841: a study in failure? **The English Historical Review**, Oxford, v. 98, n. 388, p. 529-557, jul. 1983.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo F. **Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais a formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834**. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Cecília Helena S. Introdução. In: VASCONCELOS, Zacarias de Góis. **Zacarias de Góis e Vasconcelos**. São Paulo: Editora 34, 2002.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. A ideia de Império e a fundação da Monarquia Constitucional no Brasil (Portugal-Brasil, 1772-1824). **Tempo**, Niterói, v. 9, n. 18, p. 43-63, jun. 2005.

OLIVEIRA, Gabriel Abílio L. **Cronistas e atlantes: Justiniano José da Rocha, Firmino Rodrigues Silva e o Regresso Conservador (1836-1839)**. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del Rei, 2013.

OLIVEIRA, Maria Luiza F. A prisão de Pedro Ivo e o debate político após a Praieira, 1849-1854. **Revista de História**, São Paulo, n. 177, p. 1-35, 2018.

PAIVA, Clotilde Andrade; RODARTE, Mario Marcos S. Dinâmica demográfica e econômica (1830-1870). In: RESENDE, Maria Efigênia L.; VILLALTA, Luiz Carlos. **História de Minas Gerais: a província de Minas, vol. 1**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PARRON, Tâmis. O Império num panfleto? Justiniano e a formação do Estado no Brasil do século XIX. In: ROCHA, Justiniano José da. **Ação; Reação; Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil (1855)**. São Paulo: Ed. USP, 2016.

PASAVENTO, Sandra J. et al. **A Revolução Farroupilha: história e interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PENNA, Clemente Gentil. **Economias urbanas: capital, créditos e escravidão na cidade do Rio de Janeiro, c.1820-1860**. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

PESSOA, Ana. Notícias de uma fazenda de café: a Fazenda Lordelo e a Marquesa de Paraná. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 53, p. 97-119, 2020.

PINHO, Wanderley. **Cotegipe e seu tempo: primeira fase, 1815-1867**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

POGREBINSCHI, Thamy. **O enigma do político: Marx contra a política moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

QUEIROZ, Maria Izaura P. **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo: IEB, 1969.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Pena de aluguel? Justiniano José da Rocha e o Poder Judiciário. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria B. P. (orgs.). **Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2014.

RIBEIRO, Manoel de Queirós M. **Apontamentos sobre a vida dos conselheiros Eusébio de Queirós Coutinho da Silva e Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso da Câmara**. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1885.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)**. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

RIVIÈRE, Claude. **As liturgias políticas**. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

RODRIGUEZ LOPEZ, Emílio Carlo. **Festas públicas, memória e representação: um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822**. São Paulo: Humanitas, 2004.

ROSAS, Suzana Cavani. “A Praça é do povo como o céu é do condor”: Borges da Fonseca e sua combativa luta na imprensa entre 1850 e 1860. *In*: CHRISTILLINO, Cristiano Luís; SCHETTINI, Vitória Fernanda (orgs.). **Política e sociedade no Brasil oitocentista**. Recife: Ed. UFPE, 2020.

ROSAS, Suzana Cavani; CADENA, Paulo Henrique F. “O donatário da província de Pernambuco”: a elite imperial a partir da trajetória de vida e liderança partidária de Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (1840-1875). **Almanack**, Guarulhos, n. 25, p. 1-32, 2020.

ROSAS, Suzana Cavani. Executivo versus Legislativo: o conflito parlamentar entre o Gabinete Rodrigues Torres e seu partido em 1853. **Revista de História**, São Paulo, n. 180, p. 1-38, 2021.

ROSANVALLON, Pierre. **El buen gobierno**. Buenos Aires: Manantial, 2015.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RUDÉ, George. **A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

RUSSEL-WOOD, Anthony John. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Brasília: Ed. UNB, 1981.

SABATO, Hilda. **La política en las calles: entre el voto y la movilización, Buenos Aires, 1862-1880**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998.

SALDANHA, Michel. **A ordem na barriga do progresso: o Partido Conservador e as relações de poder em Minas Gerais (1860-1868)**. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2020.

SALDANHA, Michel. A imprensa periódica doutrinária em Minas Gerais na década de 1860. **Faces de Clio**, Juiz de Fora, v. 6, n. 11, p. 396-413, jan./jul. 2020.

SALDANHA, Michel. O experimento progressista em Minas Gerais. **Crítica Histórica**, Maceió, v. 11, n. 22, p. 345-365, dez. 2020.

SALDANHA, Michel; SUTIL, Séfora Semíramis. A queda de um magistrado saquarema: honra, poder e litígio em Minas Gerais (1845-1850). **Canoa do Tempo**, Manaus, v. 15, p. 1-31, 2023.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SALLES, Ricardo. As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema. *In*: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, vol. 3 (1870-1889)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SANTOS, Luís Cláudio V. G. **O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Confederação de Washington)**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar Editores; Brasília: Ed. UNB, 1982.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Letras; Ed. 34, 2000.

SILVA, Jaqueline Schmitt. Zacarias de Góis e Vasconcelos: o personagem do Brasil imperial numa perspectiva biográfica. *In*: FUCHS, Cláudia; SCHWENGBER, Ivan Luís; SCHÜTZ, Jenerton Arlan; MAYER, Leandro. (orgs.). **Pesquisas e escritas contemporâneas: dialogando com a pluralidade de vozes**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

SILVA, Wlamir. **Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)**. São Paulo; Belo Horizonte: Aderaldo & Rothschild; Fapemig, 2009.

SILVA, Wlamir. A valentia da dialética: Bernardo Pereira de Vasconcelos, o senso comum, a classe conservadora e a cabeça de medusa. *In*: SALLES, Ricardo (org.). **Ensaio gramsciano: política, escravidão e hegemonia no Brasil Imperial**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

SIQUEIRA, Karulliny Silveiro. **Imprensa e Partidos Políticos na Província do Espírito Santo, 1860-1880**. Vitória: IHGES, 2013.

SLENES, Robert W. “Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta do Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 12, p. 48-64, 1992.

SOARES, Rodrigo Goyena. Estratificação profissional, desigualdade econômica e classes sociais na crise do império. Notas preliminares sobre as classes imperiais. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 41, p. 446-489, mai./ago. 2019.

SOARES, Rodrigo Goyena; KRAUSE, Thiago. **Império em disputa: coroa, oligarquia e povo na formação do Estado brasileiro (1823-1870)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2022.

- SODRÉ, Moniz. **Pensar nagô**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SOUZA, Iara Lis C. **Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- SOUZA, José Antônio S. **A vida do visconde do Uruguai (1807-1866)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.
- SOUZA, José Antônio S. **Honório Hermeto no Rio da Prata (missão especial de 1851/52)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- SOUZA, Otávio Tarquínio de. **História dos fundadores do Império do Brasil, vol. 3: Bernardo Pereira de Vasconcelos**. Brasília: Senado Federal, 2015.
- STAMPER, Mario; FERNANDO, Radin. Historical statistics of coffee production and trade from 1700 to 1960. In: CLARECEN-SMITH, William Gervase; TOPIK, Steven (ed.). **The global coffee economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- STEIN, Stanley. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- STEWART, Robert. **Party and politics, 1830-1852**. New York: Macmillan Education, 1989.
- TAUNAY, Affonso de. **O Senado do Império**. Brasília: Senado Federal, 1978.
- TERNAVASIO, Marcela. **Historia de la Argentina, 1806-1852**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa, vol. 2: a maldição de Adão**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- TOMICH, Dale. **Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial**. São Paulo: Ed. USP, 2011.



TORRES, João Camilo de O. **Os construtores do Império: ideais e lutas do Partido Conservador brasileiro**. Brasília: Edições Câmara, 2017.

URBANO, Pedro. O cerimonial fúnebre régio na monarquia constitucional portuguesa. *In*: POLÓNIA, Amélia, et. al. **Não nos deixemos petrificar: reflexões no centenário do nascimento de Victor de Sá**. Porto: CITCEM, 2021.

URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX**. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1978.

VIANA, Oliveira. **O ocaso do Império**. 3. ed. Rio de Janeiro: ABL, 2006.

VILLA, Carlos Eduardo V. **Ao longo daquelas ruas: a economia dos negros livres em Richmond e Rio de Janeiro, 1840-1860**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

VITORINO, Artur José E. Escravismo, proletários e a greve dos compositores tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 6, n. 10/11, p. 70-108, 1999.

WEBER, Max. **Economia e sociedade, vol. 2**. 4. ed. Brasília: Ed. UNB, 2012.

YOUSSEF, Alain El; ESTEFANES, Bruno Fabris; PARRON, Tâmis. Vale expandido: contrabando negreiro, consenso e regime representativo no Império do Brasil. *In*: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Vale do Paraíba e o império do Brasil nos quadros da segunda escravidão**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

YOUSSEF, Alain El. **O Império do Brasil na segunda era da abolição, 1861-1880**. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.